

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ENSINO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES**

Maria dos Anjos Lopes Viella

**FETICHISMO DA INFÂNCIA E DO TRABALHO NOS MAPAS DO TRABALHO
INFANTIL**

FLORIANÓPOLIS

2008

MARIA DOS ANJOS LOPES VIELLA

**FETICHISMO DA INFÂNCIA E DO TRABALHO NOS MAPAS DO TRABALHO
INFANTIL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Dra. Célia Regina Vendramini

FLORIANÓPOLIS

2008

331.31 Viella, Maria dos Anjos Lopes
V661f Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil / Maria dos Anjos Lopes Viella. – Florianópolis, 2008.

268 p.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
Orientadora: Dra. Célia Regina Vendramini.

1. Trabalho infantil. 2. Fetichismo. 3. Infância. I. Vendramini, Célia Regina. II. Título.

CDD 331.31

Catálogo elaborada por Paola Cappelletti CRB 14/1087

MARIA DOS ANJOS LOPES VIELLA

**FETICHISMO DA INFÂNCIA E DO TRABALHO NOS MAPAS DO TRABALHO
INFANTIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito para obtenção do título
de Doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Célia Regina Vendramini - Orientadora

Prof. Dra. Maria Isabel Serrão

Prof. Dra. Marlene Ribeiro

Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva

Prof. Dra. Maria Aparecida Ciavatta Pantoja Franco

Prof. Dra. Nadir Zago – Suplente

Prof. Dra. Bernadete Wrublewski Aued – Suplente

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa, ao demandar tantos anos de estudo, só pode ser realizada envolvendo o trabalho e a ajuda de muitas pessoas. E, neste momento de finalização, sempre é bom lembrar daqueles que contribuíram nesse caminho. Professores, pesquisadores, bibliotecárias, familiares, companheiros de trabalho, de pesquisa, de congressos, de conversas, alunos, autores dos diversos textos e livros utilizados, afinal nossos constantes interlocutores.

O acesso a mais de cinquenta dissertações e a cinco teses sobre trabalho infantil, espalhadas por quinze estados brasileiros e provenientes de vinte e sete universidades, só foi possível pela preciosa ajuda da Ivete Helbing da Rosa, funcionária da biblioteca da Unochapecó, sempre disponível aos pedidos feitos, pela calorosa acolhida da Jô (Joseane Foresti), também da biblioteca da Unochapecó, Zilda Maria F. Gomes, bibliotecária da UFPel, Márcia Queirós Calil (UFG) e ainda à bibliotecária Lígia, da Biblioteca Central de Gragoatá (UFF). Às professoras da Unochapecó, Dúnia Cumerlatto e Silvana Tumelero; Herbert Góes e Gleyva Simões, companheiros de disciplinas no doutorado e responsáveis pelo envio de dissertações da UEM e da UFMT, respectivamente, e a vários autores cujos contatos feitos apenas por e-mail socializaram e disponibilizaram suas pesquisas, como Renata Paparelli, Margarida Barros do Val, Joel B. Marin, Paulo César Carrano, Hedi Luft, Maria de Fátima V. Costa, Lara Scalise, Kathleen Vasconcelos, Pedro Humberto Faria Campos, Roseli Inês Hickmann, Laudénir Otávio Mendes, Iara S. F. Caierão, Herculano Ricardo Campos, Maria José Azevedo, Carla Gelati, Ana Cláudia Gastal Fassa, Rosa Helena, professora da UFAM, que possibilitou contato com ex-orientanda para acesso à dissertação, entre outros, aos quais não poderia deixar passar sem esses agradecimentos.

Aos irmãos Toninho, Dora e Júlia, aos cunhados (Altair, Silvana e João (in memoriam)) que, mesmo distantes, dividiam um carinho, uma energia entre o partilhar de saudades, e aos sobrinhos (Hoover, Sandrine, “Juninhos”, Jordânia, Erich e Gabriel) que como os filhos, ensinaram-me muito sobre a infância.

Ao Tião, que me propiciou, graças a sua praticidade e organização, orientações e segurança para continuar o percurso, embora mesclando esses momentos com certas pitadas de cobrança por uma caminhada que parecia não ter fim.

À Isabela e ao Filipe que puderam usufruir, na nossa convivência, do aprendizado sobre infância e adolescência, resultado desta tese, e que, embalados pelo ritmo das novas tecnologias, das delícias (não tantas) desta idade da vida (quinze e dezoito anos), se

acostumaram a minha dedicação quase exclusiva e mesmo em meio a tudo isso, ansiavam pela conclusão do trabalho.

Às crianças trabalhadoras espalhadas pelo Brasil afora, que deixam para a teoria pedagógica, lições de que o ensinar e o aprender, independentemente do espaço no qual se realizam, exigem disciplina, esforço e persistência, e supõem muito trabalho.

A minha orientadora Célia pelo jeito sempre tranqüilo de solicitar acréscimos e supressões, sugerir leituras e uma síntese aqui, mais um parágrafo acolá, implicando em longos mergulhos de quase tirar o fôlego, exigindo alguns percursos nada fáceis, materializados nesta produção que vem a público.

Uma gratidão e reconhecimento pelas aulas de Paulo Tumolo e Jucirema Quintero que propiciaram enriquecer as reflexões aqui realizadas, apresentando vários autores que até então desconhecia. À professora Maria Célia Marcondes (*in memoriam*) da qual não fui aluna, mas leitora assídua das suas reflexões sobre a agenda pós-moderna e suas inflexões na educação.

À Cida Lapa Aguiar, amiga de tantas horas no doutorado e muitas partilhas, e Ione Slongo pela força e energia, quando elas pareciam faltar, pelos risos necessários, pela sensibilidade para compreender e observar as crianças e ainda pela parceria nas pesquisas realizadas na Unochapecó.

Ao CNPq por possibilitar um período com a bolsa que é fundamental para todo pesquisador.

À mamãe, que acaba de completar 91 anos e continua tecendo seus crochês, puxando os fios que muito contribuíram no orçamento familiar para a formação dos filhos professores. E, pelo gosto que tem pela leitura, fez o que pôde, para oferecê-la, a duras penas, para todos os filhos.

E, por último, à memória de meu pai que soube e pôde aproveitar do ensino que era possível no seu tempo e que pelo acesso, mesmo por tempo limitado, ao saber escolarizado, aprendeu a valorizá-lo e sempre tirava o chapéu agradecendo a Deus quando um filho seu escalava mais um degrau rumo ao conhecimento.

RESUMO

Algumas produções teóricas do campo educativo impregnadas por formas idealizadas e imaginadas de conceber a infância têm gerado determinadas representações nos profissionais da educação alimentando propostas e delineando práticas dirigidas às crianças. Muitas dessas propostas ao apresentar o aprender como algo divertido, quase uma brincadeira, descaracterizam o trabalho escolar. O objetivo desta pesquisa foi marcar um encontro com a criança no mundo do trabalho considerado um espaço de formação, embora na direção do disciplinamento, onde as crianças também têm feito as lições da vida. O diálogo da teoria pedagógica com o mundo do trabalho infantil apresentava-se como cheio de promessas para compor os saberes pedagógicos, revolvê-los de forma a abalar imagens tão cristalizadas ou ainda mal assimiladas que culminavam em práticas bem perversas no trato do ensinar e aprender. O problema colocado buscou compreender como os campos do trabalho e da infância se entrelaçam, ignoram-se e/ou se chocam quando se propõe a desvendar o trabalho infantil como um problema social, atual e estrutural, produzido e reproduzido pela lógica capitalista e a desvendar a exaltação de alguns ideais educativos e suas formas de significar a infância e orientar práticas dirigidas às crianças no contexto do trabalho escolar. Para percorrer este caminho elegeu-se o fetichismo como categoria metodológica para desvendar o que se esconde por trás de tantas imagens de infância e outros segredos que cria para as crianças um paraíso de direitos. Realizou-se um mapeamento das produções do campo educativo que tivessem como objeto o debate sobre trabalho infantil, buscando identificar nesta produção a forma como o trabalho infantil se apresenta e/ou é reconhecido. Foram, também, analisados dados extraídos dos documentos de organismos nacionais e internacionais e elaborados mapas do trabalho infantil no Brasil explorando minuciosamente as atividades desenvolvidas por crianças no mundo do trabalho e os setores da economia em que são desenvolvidas. Demonstra que, afinal, a luta para erradicação do trabalho infantil e o alardear de sua redução deixam evidentes os limites dessas propostas que representam apenas uma maquiagem na feição com que se mostra e no grau da exploração no qual se realiza, expondo assim a face oculta do capitalismo que gera a pobreza e a inserção precoce das crianças no trabalho produtivo, deixando aberta a ferida da essencialidade do fenômeno trabalho infantil para o metabolismo do capital.

Palavras- chave: Infância, criança, trabalho infantil, fetichismo

ABSTRACT

Some theoretical productions of the educative field impregnated by forms idealized and imagined of conceiving the childhood had been generating determined representations in many education professionals, guiding and delineating practices directed to children. Many of these proposals when presenting learning as something entertaining, almost a game, deprive of characteristics the school work. This research objective was to mark a meeting with the child in the work world that is considered a formation space, even so in the disciplinely direction, where the children also have made the life lessons. The pedagogical theory dialogue with the child labor world was presented as full of promises to compose the pedagogical knowledge, to solve them in a form to affect so crystallized images or still badly assimilated that culminated in very perverse practices in the teaching and learning treatment. The placed problem searched to understand how the work and childhood field are interlaced, are ignored and/or shocked when consider to unmask the child labor as a social problem, current and structural, produced and reproduced for the capitalist logic and to unmask the exaltation of some educative ideals and its forms to mean childhood and to guide practices directed to the children in the school work context. To explore this subject the fetishism was chosen as a methodology category to unmask what it is hidden on the backwards of many childhood images and other secrets that creates for the children a rights paradise. A map of educative field productions was carried out that had as an objective the debate on child labor, trying to identify in this production the form as the child labor is presented and/or is recognized. It had been, also, analyzed information extracted of national and international organisms documents and elaborated maps of the child labor in Brazil exploring minutely the activities developed for children in the work world and in the economy sections where they are developed. It demonstrates that, after all, the fight for the infantile work eradication and the boasting of its reduction leave visible the limits of these proposals that represent only a mask in the aspect that it shows and in the level of the exploration that happens, exposing like this the hidden face of the capitalism that generates the poorness and the precocious insertion of the children in the productive work, leaving opened the trauma of the phenomenon child labor importance for the capital metabolism.

Key Words: childhood, child, child labor, fetishism

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estimativas das diferentes categorias de trabalho infantil por idade: 2000-2004 ...	63
Quadro 2. Pessoas ocupadas segundo sexo e Grupo Etário-2004 e 2005	65
Quadro 3: Evolução no número de categorias nos vários níveis da CNAE	81
Quadro 4. Relação de Atividades Econômicas, por setores da Economia listadas nos Mapas de Indicativo do Trabalho da Criança e do Adolescente.....	87
Quadro 5. Composição da amostra das atividades econômicas, segundo setores da economia, por Regiões e Unidades da Federação - 1999 e 2005.....	88
Quadro 6. Aumento/ redução das atividades econômicas exercidas por crianças, por setores da economia nas Regiões do Brasil - 1999-2005	89
Quadro 7. Atividades ilícitas por regiões, estados e número de municípios nas unidades da federação.....	102
Quadro 8. Meninas e adolescentes empregadas domésticas por grupos etários- Brasil, Regiões e Unidades da Federação- 1992 e 1999 respectivamente:	108
Quadro 9. Quadro comparativo de municípios onde ocorre o trabalho infantil em 1999 e 2005	113
Quadro 10. Idade mínima para admissão no emprego	125
Quadro 11. Encontros e Congressos realizados por meninos trabalhadores (1988- 2004)	146

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1. Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente no Ano de 1999	69
Figura 2. Mapa de Indicativo do Trabalho da Criança e do Adolescente 1997 - 1999	70
Figura 3. Mapa de Indicativo do Trabalho da Criança e do Adolescente no Ano de 2005.....	71
Figura 4. Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente Ano de 2005	72
Gráfico 1. Percentual de Atividades Econômicas Desenvolvidas por Crianças e Adolescentes nos Setores da Economia, por Regiões e no Brasil	73
Gráfico 2. Aumento/ redução das atividades econômicas exercidas por crianças, por setores da economia nas Regiões do Brasil- 1999-2005	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 NA TRAMA DO TRABALHO INFANTIL AS IMAGENS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇAS.....	26
1.1 O TRABALHO INFANTIL ENTRE FICÇÃO E O REAL.....	27
1.2 FORJANDO UM NOVO TIPO HUMANO SEM DIREITO À PREGUIÇA	32
1.3 SOBRE PRÁTICAS E PROCESSOS DE MODELAÇÃO DOS SUJEITOS DA INFÂNCIA: NA RUA, NAS RODAS...NA HISTÓRIA.....	35
1.4 O MITO DAS CLASSES PERIGOSAS: OUTRO INGREDIENTE NA “FABRICAÇÃO” DE MENINAS E MENINOS TRABALHADORES.....	43
1.5 ESCOLA: ESPAÇO DE ASSEPSIA DA CRIANÇA.....	48
1.5.1 Lugar de criança é na escola: qual criança, qual escola?.....	51
CAPÍTULO 2 MAPAS DO TRABALHO INFANTIL: OUTRA FACE DA INFÂNCIA OCULTA NA LÓGICA CAPITALISTA.....	58
2.1 SITUANDO OS MAPAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	60
2.2 APROXIMANDO-SE DO FETICHE DA REDUÇÃO.....	62
2.3 O TRABALHO DAS CRIANÇAS NAS DIFERENTES ATIVIDADES ECONÔMICAS E NOS SETORES DA ECONOMIA.....	67
2.3.1 MAPAS DE INDICATIVOS: ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	78
2.3.2 Mapas de Indicativos: Setores da economia.....	81
2.4 MAPAS DE INDICATIVOS: CONDIÇÕES DE TRABALHO E RISCOS À SAÚDE	95
2.4.1 Tarefas geralmente executadas/ Processo de trabalho.....	98
2.5 MAPA DE INDICATIVOS: ATIVIDADES ILÍCITAS.....	100
2.6 MAPA DE INDICATIVOS: TRABALHO DOMÉSTICO	105
2.7 O TRABALHO INFANTIL SOB LENTES DOS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS: O FETICHE DA REDUÇÃO.....	110
2.7.1 Corrigindo “excessos” do liberalismo econômico: as políticas compensatórias do “neoliberalismo social”	117
CAPÍTULO 3 AS CRIANÇAS NO PARAÍSO DOS DIREITOS E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS AO AVESSO: O DUPLO FETICHE.....	121

3.1 AS CRIANÇAS NO PARAÍSO DOS DIREITOS.....	123
3.1.2. “O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”: Relatório Global da OIT-2006.	129
3.2 O AVESSE DOS DIREITOS: NA DEFESA DO TRABALHO INFANTIL.....	135
3.2.1 Protagonismo infantil: afirmação das diferenças etárias ou negação das desigualdades reais?	143
3.3 TRABALHO INFANTIL DE “PRESTÍGIO”.....	147
3.4 OUTROS FETICHES SOBRE INFÂNCIA E TRABALHO INFANTIL.....	151
CAPÍTULO 4 FETICHISMO DA INFÂNCIA: UMA ILUSÃO SOCIAL NECESSÁRIA	157
4.1 AVENTURANDO-SE NOS CAMINHOS DA CATEGORIA FETICHISMO	161
4.2 FETICHISMO DA INFÂNCIA 1: SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, DO OFÍCIO DE ALUNO AO OFÍCIO DE CRIANÇA.....	166
4.3 FETICHISMO DA INFÂNCIA 2 - A LITERATURIZAÇÃO DA PEDAGOGIA E A PEDAGOGIZAÇÃO DA LITERATURA	180
4.4 FETICHISMO DA INFÂNCIA 4: O APRENDER A APRENDER E O BRINCAR.	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS.....	204
APÊNDICE	224
ANEXOS	250

INTRODUÇÃO

[...] Mas, então, o que hoje o capitalismo consumiria? Os corpos? Eles já são utilizados há muito tempo e a noção já antiga de “corpos produtivos” é testemunha disso. A grande novidade seria a redução dos espíritos. [...] É muito precisamente esse traço que nos parece propriamente caracterizar a virada dita “pós-moderna”: o momento em que parte da inteligência do capitalismo se pôs a serviço da “redução das cabeças”. (DUFOUR, 2005, p.10)

A necessidade de colocar em debate a infância e o trabalho infantil é decorrente de uma insatisfação ao perceber nas produções teóricas do campo educativo, especificamente no campo da teoria pedagógica e ainda nas inúmeras discussões realizadas com os pares, uma idealização na forma de conceber a infância e a criança. A prática de anos como professora alfabetizadora e também com passagens por classes em diferentes níveis de ensino foi colocando algumas interrogações relacionadas com a forma de compreender e tratar as crianças que começaram a causar inquietação. A criança que emergia desse quadro parecia por demais idealizada, mitificada, fantasmagórica se comparada a outras crianças em outros espaços sociais de formação.

Algumas problematizações foram se apresentando: seria essa criança idealizada porque era considerada apenas na condição de aluno? Veiga (2004, p. 78) aponta que “[...] a escolarização para todos e a socialização universalizada de infância produziu uma criança e uma infância imaginada [que] pretendeu desfazer as tensões de classe, de gênero e de origem étnico-racial.” E essa infância imaginada, institucionalizada é justamente o contraponto das crianças em outros espaços. Como coloca Marx (2002, p. 94), os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo [...].

Um encontro com a criança nas práticas discursivas educacionais, apresentava-a completamente diferente do encontro com ela em outros espaços onde também se forma, se

revela e faz as lições da vida. Havia um vazio. Estaria aí um fetiche? O caminho que parecia levar da criança mítica à real aparecia cheio de atalhos. Uma hipótese que se colocou de imediato foi vasculhar algum espaço de atuação da criança, diferenciado do espaço escolar, onde fosse possível apresentar a criança como de fato ela é com todas as suas capacidades e limitações de modo que impactasse, fizesse contraponto a alguns pensamentos mágicos, a algumas idéias do ser criança e do que fazer com ela presentes no mundo da escola. O lugar escolhido para confrontar as representações da criança no mundo da escola foi localizá-la no mundo do trabalho apontando o movimento dessa própria realidade, de suas fases e seus momentos. Por ser esse caminho permeado de encruzilhadas, fez-se necessário passar por entre discursos e práticas que foram delineando o mundo do trabalho para as crianças, justificando sua inserção e permanência nele assim como desenhando a escola como um paraíso a conquistar, a salvação das crianças do mundo do trabalho. O encontro com a criança no mundo do trabalho coloca em questão essas idéias que cercam a infância. Os mapas de indicativos do trabalho da criança e do adolescente¹, ao representar as crianças historicizadas, as relações sociais nas quais estão inseridas, a vida vivida por elas e as condições às quais são submetidas desvendam como algumas práticas a elas dirigidas, acabam moldando-as para funcionarem como portadoras de determinadas “imagens” ou “representações”. E não é o contrário. Não há como desvincular mudanças de ordem material de mudanças no plano cultural, intelectual. Para se aproximar de algumas respostas e avançar na compreensão das possibilidades efetivas de uma escolarização devida é preciso desvendar que práticas andam alimentando tais discursos e como vão se efetivando nas propostas de escolas destinadas às crianças de diferentes classes sociais.

Por que a entrada da criança, no campo educativo ou na teoria pedagógica, representava-a sem os contornos de classe se era esse mesmo espaço que se apresentava como o *locus* de salvação das crianças de outros espaços menos higienizadores, menos assépticos? O que haveria de tão mágico na escola de forma que fosse possível transformar crença em práticas? Qual a fórmula mágica que opera essa transformação? Sair de um espaço e ingressar em outro implica carregar algumas marcas. As marcas extra-escolares são, entretanto, sempre obscurecidas na escola. Com que amarras essas concepções foram se constituindo de forma a cristalizar na representação de tantos profissionais de modo que se delineassem práticas? Se

¹ Toda vez que forem mencionados os Mapas de Indicativos deve-se ter claro que eles referem-se ao trabalho da criança e adolescente, mesmo que em algum lugar apareça apenas mencionado Mapa de Indicativos do trabalho da criança.

há outros espaços e lugares da criança onde ela se apresenta de forma diferenciada, por que a entrada na escola ignora esses espaços e essas formas de ser?

O vazio que ficava reclamava ser preenchido por outras concepções de criança às quais têm-se destinado algumas propostas de práticas pedagógicas cujas conseqüências apresentam-se bem perversas. Um diálogo da teoria pedagógica com a infância no mundo das artes, da literatura, do cinema, das novas tecnologias, na mídia, no mundo do faz-de-conta, das brincadeiras e da fantasia já estava acontecendo, mesmo que de forma inicial. Pareciam existir alguns redutos privilegiados de representações acerca da infância, mas sua presença no mundo do trabalho continuava silenciada. Buscou-se iniciar o diálogo a partir deste campo. Essa escolha não foi aleatória. Primeiramente, o que era dado a perceber é que, mesmo nas condições mais adversas e desumanas algo que se extraía da criança no mundo do trabalho, além das suas possibilidades e limitações, apresentava-se em contradição com aquilo que lhe era exigido em termos de atividade no contexto escolar. Num espaço, ela se apresentava tal como os adultos, em condição de ser explorada em todas as suas competências e habilidades, mesmo que de forma ilegal e indevida; noutro espaço, ela se apresentava imperfeita, incompleta, imatura para diversas atividades sendo exigido bem menos do que ela seria capaz de realizar e ao mesmo tempo era coberta de qualidades a ponto de exercitar ao máximo seu protagonismo, podendo aprender sozinha. Uma infância? Outra infância?

Soma-se a isso a criança fora de forma, fora da norma, a exigir políticas especiais. Algumas vezes nas ruas, no paraíso dos direitos, pelas instituições além da escola, que a acolhem, cuidam e/ou a educam apresentando outra forma de ser criança. Por onde quer que se iniciasse o percurso atravessava-se sempre o mundo do trabalho, quando esse não constituía, na maioria das vezes, o ponto de chegada. Esse espaço foi se apresentando como cheio de promessas para um encontro com a criança, como auxílio para compor os saberes pedagógicos que pareciam imobilizá-la em imagens para enquadrá-la em teorias. Incompletas para a escola e completas para criar a riqueza deste país.

Como o trabalho sempre fez parte do mundo das crianças, seja ele doméstico ou praticado no seio da economia familiar, o fato é que as crianças sempre foram partes intrínsecas da economia industrial e agrícola e também continuamente exploradas com a industrialização. Elas assim permaneceram até serem resgatadas pela escola, como coloca Thompson (1987, p. 203). Nesse resgate, muitas crianças ficaram para trás e continuaram no mundo do trabalho, e continuam até hoje, apesar dos discursos salvacionistas e das inúmeras “operações de resgate”. Escola e fábrica nascem juntas, e o trabalho, segundo Manacorda

(2002, p. 305), entra, de fato, no campo da educação via desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais, isto é, da revolução industrial e pela descoberta da criança.

Considerando esses elementos, configurou-se o seguinte problema de pesquisa: **Como os mundos do trabalho e da escola se entrelaçam, se ignoram e/ou se chocam quando se propõe a desvendar o trabalho infantil como um problema social, atual e estrutural, produzido e reproduzido pela lógica capitalista e a desvendar a atividade escolar e suas formas de significar a infância e orientar práticas dirigidas às crianças?**

Para buscar a articulação entre formas de viver e de significar a infância no mundo do trabalho infantil e na teoria pedagógica levantaram-se as seguintes questões:

- Como o trabalho infantil comparece nas produções do campo educativo?
- Como o trabalho explorado de crianças é revelado pelos Mapas de Indicativos do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil? Quais as atividades desenvolvidas pelas crianças e em quais condições?
- Em quais setores da economia há maior manifestação e diversificação das atividades exercidas por crianças e adolescentes? É possível afirmar sua diminuição? Em quais setores e regiões?
- É possível estabelecer distinções reais e fronteiras entre as atividades dos diferentes setores da economia?
- É possível eliminar o trabalho das crianças? Como essa discussão está colocada na teoria do social?
- Como o trabalho explorado realizado por crianças é encoberto na forma de trabalho doméstico e atividades ilícitas?
- Como se (des)articulam as formas de significar a infância na teoria pedagógica e de vivê-la no mundo do trabalho?
- Ao historicizar a criança utilizando-se dos mapas do trabalho infantil é possível melhor divisar a criança representada, idealizada no ideário pedagógico, na escola?
- Que atividades de ensinar e aprender podem emergir desse exercício e que elementos fornecem para colocar em questão algumas propostas de aprender a aprender que andam alimentando algumas práticas pedagógicas?

Para percorrer esse caminho foram estabelecidos os seguintes objetivos: fazer mapeamento das produções do campo educativo que tivessem como objeto o debate sobre trabalho infantil identificando nessa produção a forma como o trabalho infantil se apresenta

e/ou é reconhecido; destacar as convergências e/ou divergências que emergem desse debate e que aspectos e dimensões são mais ressaltados e/ou silenciados; detectar a presença do trabalho infantil, no Brasil e no mundo, a partir de dados extraídos dos documentos de organismos nacionais e internacionais e dos Mapas de Indicativos do trabalho infantil no Brasil; Situar nesses documentos o debate sobre a erradicação do trabalho infantil; apreender as concepções de trabalho subjacentes ao trabalho infantil e aspectos da infância que vão compondo esse quadro; destacar formas de significar a infância e de vivê-la em diferentes espaços; Apresentar as atividades desenvolvidas por crianças no mundo do trabalho, destacar os setores da economia onde são desenvolvidas de acordo com os Mapas de Indicativos do trabalho da criança e do adolescente; colocar em contraposição imagens de infância que insistem em permanecer na teoria do social com aquelas que vem alimentando algumas propostas de ensinar e aprender, nas discussões sobre a sociologia da infância.

Aos objetivos enunciados estão subjacentes alguns pressupostos, conforme segue:

- O diálogo da educação com o mundo do trabalho é limitado, principalmente com o mundo do trabalho infantil e as poucas pesquisas que têm se interessado pelo tema apontam aspectos que demandam ainda investigação, tais como: a sedução pelo trabalho e seus efeitos benéficos e terapêuticos, o trabalho infantil doméstico e no meio rural, o trabalho infantil de prestígio, a legislação referente ao trabalho infantil e sua repercussão na prática, etc.
- O mundo do trabalho infantil pressiona para o alargamento da compreensão de infância, assim como de outros fenômenos educacionais a ela ligados, como o lúdico, o protagonismo infantil etc., sem obscurecer as tensões de classe e ainda colocando em causa que se as crianças são imperfeitas, incompletas para escola não o são para serem exploradas.
- As convergências e divergências nos documentos dos organismos nacionais e internacionais acerca do trabalho infantil, não são capazes de revelar sua verdadeira face como expressão do trabalho abstrato.
- A compreensão do trabalho infantil como imanente ao capital, e impossível, portanto, de ser erradicado e/ou solucionado por meio de políticas públicas.
- Propostas pedagógicas com aparência revolucionárias e inovadoras fetichizam a infância pelo fato de considerar seu desenvolvimento individual como coisa separada de seu desenvolvimento social.

Um primeiro momento da pesquisa foi amparar-se numa concepção de infância e de criança que garantisse um rigor no percurso e, para isso, a distinção feita por Khulmann Jr. e Fernandes (2004, p. 15) entre infância e criança foi fundamental:

Podemos compreender a *infância* como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida ou como o próprio período vivido pela *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida. A *história da infância* seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos com essa classe de idade, e a *história da criança* seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade.

Soma-se a essa distinção a contribuição de Warde (2007, p.28) ao enfatizar a importância das perguntas a serem feitas:

Em uma ponta, encontram-se os historiadores para quem a pergunta mais interessante e em melhores condições de resposta diz respeito não à vida vivida pelas crianças ou as condições em que viveram no passado, e sim às idéias que cercam a infância, ou as maneiras da “infância” em culturas diferentes que variam entre a inocência, a ingenuidade, a incapacidade ou a maldade, ou, ainda, estão mergulhadas na nostalgia de épocas passadas. Trata-se, aqui, da ênfase firmemente apoiada na construção cultural das idéias do que fazer com a infância. Dela, extrai-se, ainda, o exame de como tais construções culturais impactam as vidas das crianças.

Veio também de Warde (2007, p. 27) o alerta para perceber “[...] como e quais práticas dirigidas às crianças e jovens os moldam para funcionar como portadores de determinadas “imagens” ou “representações” de infância e de adolescência, e como suportes de determinados “sentimentos” de infância e de adolescência?”.

Nesse sentido, buscando libertar a criança de imagens cristalizadas, decidiu-se marcar um encontro com a infância e o lugar escolhido foi no mundo do trabalho, considerando-se as inúmeras contradições vividas no processo de formação de educadores que prioriza algumas concepções de infância vinculadas prioritariamente a contextos escolares e familiares, silenciando-se sobre o processo de formação das crianças que se constituem como diferentes sujeitos na relação com múltiplos tempos e espaços e sobre os jogos de forças sociais que atravessam as práticas escolares e que constituem as formas de sociabilidade, a partir das quais os sujeitos se formam, conformam e transformam.

A categoria metodológica eleita para ajudar a desvelar o que se esconde por trás dessa infância, de forma mais refinada e rigorosa, foi a categoria **fetichismo**. Acredita-se que essa ferramenta é de grande ajuda para evitar o risco, tão em moda, de resvalar para o campo

do “fragmento alegre”, que apregoa a existência de infâncias, de pluralismos, de diferenças, sem, contudo reconhecer a articulação desses matizes na lógica capitalista.

Partiu-se de Marx (2002), do fetichismo da mercadoria por considerar que, ao explicitar seu segredo, isto é, ver relações humanas por trás das relações entre coisas, Marx fornecia uma chave para compreender que a forma de se viver a infância no mundo do trabalho escondia um segredo que, se revelado, poderia abalar algumas concepções de infância cristalizadas na teoria pedagógica. Imagens da infância que pareciam ter vida própria e, por isso, capaz de moverem-se nesses dois mundos aparentemente opostos: mundo do trabalho e mundo da escola.

A forma como Marx (2002, p. 94) vai apresentando a mercadoria como coisa nada trivial, porém cheia de “sutilezas metafísicas”, “algo estranho”, “misterioso” (que não provém de seu valor-de-uso, como consequência do trabalho humano), mas que adquire esse mistério “simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes ao produto do trabalho”, sugere que essas concepções, representações, são criações dos seres humanos e que são por eles adoradas. E ainda, de nada adianta eliminar essas concepções se não se eliminar a realidade social que faz com essas concepções e ilusões sejam necessárias. Por isso, difícil caminhar na contramão das modas, “decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social” (p.96).

Vários autores que se utilizam da categoria fetichismo, como Rubin (1987), Evangelista (2001), Jappe (2006); Kohan (2007) e Fontenelle (2002 e 2005) foram fundamentais na continuidade da análise.

Rubin, ao apresentar a essência do pensamento de Marx sobre a teoria do valor, começa pela teoria do fetichismo da mercadoria; Jappe sintetiza o desenvolvimento dado por Marx à crítica da mercadoria; Kohan traz para o centro de suas análises a teoria crítica do fetichismo para compreender e explicar essa proliferação do discurso da fragmentação, do pluralismo, das diferenças etc., enfatizando que enquanto se rende homenagem ao micro, à diferença, o mercado mundial capitalista homogeneiza toda a diversidade numa lógica que integra social, cultural e econômico. Fontenelle (2005, p.64), fortemente ancorada na questão do fetichismo da mercadoria para melhor investigar a “subjetividade na sociedade contemporânea a partir da problemática da ilusão, que está na própria base do conceito de fetiche” na sociedade contemporânea, pretende negar a tese da “falsa consciência” para além de Marx e insistir em uma “ilusão socialmente necessária”. A autora parte da hipótese que o

sistema capitalista desenvolveu uma modalidade nova de fetiche, que precisa ser melhor investigada naquilo que seria apenas a ponta de seu *iceberg*: as imagens. Evangelista (2001), admitindo a existência de muitos enigmas que emanaram do desenvolvimento histórico da sociabilidade humana contemporânea e que demandam sua decifração intelectual, utiliza as noções de alienação, fetichismo e reificação como importantes ferramentas de análise dos processos constitutivos do ser social capitalista, nucleados pela universalização da forma mercadoria por todas as esferas da organização social. Ao apontar que o desenvolvimento do capitalismo leva ao paroxismo o fetichismo da mercadoria, produzindo a reificação tanto das relações sociais quanto da cultura, sustenta a necessidade de decifrar o enigma da Esfinge.

A categoria fetichismo é utilizada como suporte de todos os capítulos, na seleção e organização da teoria e dos fatos, assim como as categorias de conteúdo infância e trabalho. Entende-se que, mesmo sob a nova lógica de realização do capital, a exploração da força de trabalho continua viva, mesmo que essa exploração se apresente sob novas formas, a finalidade de acumulação não desapareceu e por tal razão persiste a velha lógica do fetichismo das mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. Buscou-se com essas categorias não dar ao pensamento seu livre curso, mas fornecer-lhe apoio.

Um encontro com a infância, partindo-se do mundo do trabalho, anunciava-se muito promissor, porém cheio de armadilhas. Esse percurso não podia ser realizado sem algumas coordenadas para alcançar a infância nos dois campos: trabalho e escola. Foi realizado, portanto, um mapeamento em 8 (oito) periódicos da educação, de circulação nacional, inclusive cobrindo artigos que traziam os “estados da arte do campo trabalho-educação”, buscados outros que eram mencionados nesse material, assim como consultadas obras que resultaram das discussões realizadas nos Grupos de Estudos Trabalho e Educação de diversas universidades. Foram, também, utilizados dossiês de grupos de estudos e pesquisas que construíram suas experiências e produção acadêmica nesse campo (Ver Apêndice e Anexo A). Esse percurso preliminar apontou várias pistas que direcionaram os rumos dessa tese e que delinearão os capítulos. Ao se percorrer esse caminho, também começa a despontar, com certa frequência, a invasão do campo pelos aportes da “sociologia da infância”, sinal de que uma onda nova começava a erguer-se.

Foi feito ainda, um levantamento de dissertações e teses no Banco da CAPES, produzidas no período de 1987 a 2003, que contemplassem no título e/ou no resumo a discussão sobre trabalho infantil. O total da amostra constava de 189 dissertações e 15 teses de doutorado, provenientes de várias áreas. Dessa amostra, foram selecionadas apenas aquelas

da área da educação resultando em 89 dissertações e 4 teses, espalhadas por 15 Estados brasileiros e provenientes de 27 universidades (Ver Apêndice e Anexo B).

Realizou-se, ainda, uma pesquisa documental submetendo à análise publicações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), especialmente o Relatório Global- 2006 “O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance, publicações do IFEJANTS (Instituto de Formación y Educación de Jóvenes Adolescentes y Niños Trabajadores- Peru) , do IPEC (Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), Mapas de Indicativos do trabalho da criança e do Adolescente de 1999 e 2005 publicados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) e ainda um documento do IBGE, a CNAE versão 2.0 (Classificação Nacional das Atividades Econômicas).

Os denominados Mapas de Indicativos não se apresentavam em forma cartográfica e sim em quadros, tabelas e gráficos, trazendo no final uma relação, por ordem alfabética, de todas as atividades econômicas exercidas por crianças e os respectivos Estados onde elas aconteciam. As 99 atividades listadas no Mapa de 1997-1999 e as 242 atividades listadas no Mapa de 2005 foram numeradas. Tomou-se o mapa do Brasil, e por meio de um meticuloso trabalho, elas foram distribuídas pelas regiões e seus respectivos Estados, no formato de pequenos círculos, devidamente identificados com números correspondentes a cada uma das atividades econômicas listadas, construindo-se dois Mapas de Indicativos: um referente a 1997-1999 e outro, a 2005. Em seguida as atividades foram agrupadas por setores da economia (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, Indústria extrativa e de transformação, Comércio, Serviços e outras atividades²), atribuindo uma cor diferente a cada um. Para realizar este agrupamento, chegou-se a um extenso documento do IBGE, a CNAE 2.0 (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) e procedeu-se ao complicado exercício de inserir as atividades nos setores correspondentes, amparando-se em tal documento, mesmo ciente das dificuldades que se colocariam decorrentes das metamorfoses no mundo do trabalho, da expansão do assalariamento no setor de serviços, do trabalho parcial, temporário, terceirizado, subcontratado e outras formas que marcam a sociedade atual, assim como da reinvenção das atividades econômicas e dos riscos corridos pela impossibilidade de se estabelecer distinções reais entre as atividades dos diferentes setores da

² Para esse agrupamento, baseou-se na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE-versão 2.0/2007) e CONCLA(Comissão Nacional de Classificação).

economia, devido as suas estreitas interconexões, principalmente com a “industrialização crescente da agricultura.” (MANDEL, 1982, p. 266).

E, percorrendo essas direções foram sinalizadas algumas fragilidades do discurso da redução do trabalho infantil, problematizando-o. Quantificar e qualificar as denúncias, apreender casos invisíveis e não denunciados desafia auditores fiscais e pesquisadores. A pesquisa realizada verificou inúmeros problemas na elaboração dos Mapas de Indicativos do Trabalho Infantil no Brasil, relacionados à dependência que os mapas têm de denúncias, aos seus limites frente às atuais tendências do mundo do trabalho, afinal problemas de ordem metodológica relacionados à faixa etária coberta pelas pesquisas, às semanas e meses diferenciados em que dados foram coletados pela PNAD e pela fiscalização, às classificações das atividades econômicas utilizadas e inserções de outras denominações não presentes na CNAE, entre outras explicitadas no decorrer do capítulo 2, colocando em questão a alardeada redução. Embora a parte introdutória do Mapa de Indicativos de 2005 alerte sobre as divergências que podem ocorrer na comparação entre os dados estatísticos divulgados nesta edição com aqueles da anterior, existem outros elementos que permitem questionar o discurso da redução quando feita análise cuidadosa do referido mapa e comparecem no decorrer do capítulo 2, além dos citados anteriormente.

Assim, com base nesse percurso delinearam-se os capítulos que compõem esta pesquisa: O Capítulo 1 tenta desvendar “Na trama do trabalho infantil imagens de infância” que foram se constituindo, frutos de astuciosas operações colocadas em prática para justificar o mundo do trabalho como mais adequado para determinadas crianças. Que segredos, magias e fetiches foram capazes de transformar uma aversão inicial pelo trabalho, inclusive por parte dos adultos, em uma “paixão moribunda” como diz Lafargue (1990, p.30), em uma estranha loucura, um chamamento, uma vocação, um bem? As representações que foram sendo tecidas na história da relação da sociedade e dos adultos com essa classe de idade com suas justificativas ideológicas e culturais só se materializaram devido às práticas dirigidas às crianças para fazê-las portadoras de determinadas imagens capazes de respaldar sentimentos que naturalizassem e justificassem o seu lugar no trabalho.

As instituições que emitiam o passaporte rumo às fábricas encontravam nas rodas, asilos e *workhouses* poderosas escolas. Várias estratégias também foram utilizadas para forjar o tipo humano necessário às relações sociais de produção: a expulsão dos camponeses de suas terras, os cercamentos, as leis como instrumentos de espoliação para submeter a massa à condição servil. Acrescenta-se, ainda, capítulos sobre o disciplinamento, reabilitação,

correção da desordem, prevenção do perigo e salvação da infância e dos adultos realizados sob os auspícios das manufaturas e fábricas. O trabalho como remédio para a cura desses males atravessa páginas e páginas da história. A fabricação do mito das classes perigosas esconde outros segredos que ameaçam a espécie humana como o perigo do eugenismo, da repressão seletiva, em que apenas alguns serão escolhidos como os supostos inimigos da sociedade.

Se a escola surge nesse contexto como oposição ao mundo do trabalho e da rua, também é local de prevenção e integração marcado por oposição e hierarquias. E, dependendo da população a quem o trabalho escolar é direcionado, há significativas diferenças na sua forma e conteúdo. O fato de ser carregado de simbolismo social atesta a indispensabilidade do trabalho infantil ao capital assim como a de naturalizar uma significação de infância destituída de direitos. Enfim, esse capítulo aponta as estratégias utilizadas para tornar aceita ou naturalizada a exploração das crianças no trabalho em todos os recantos do mapa camuflando as condições nas quais é realizado. Um encontro com as crianças no mundo do trabalho será objeto do próximo capítulo.

Espalhadas Brasil afora, exercendo as mais variadas atividades econômicas, elas são presença constante no mundo do trabalho. Encontrá-las aí não foi tão simples, embora já se soubesse que desde remotos tempos da história, inclusive das estórias da carochinha, elas já se entregavam a essa faina diária. Os tempos, entretanto, mudaram e já não é tão simples localizar as crianças no mundo do trabalho. Por várias razões: ora o trabalho aparece como ajuda, ora ele é escondido a sete chaves, ora se transfigura em virtude, adquire às vezes formas estranhas em que a mercadoria vendida é o corpo todo, ora se descortina sem o menor receio frente a mentes e olhares menos avisados, porque se transmutou em outra coisa. Como ele se estende até os limites do mundo, mundializou-se. O exercício feito neste capítulo foi procurá-lo. E, para isso, o apoio nos Mapas de Indicativos do Trabalho da Criança e Adolescente no Brasil, assim como vários outros documentos, permitiu percorrer os caminhos por onde ele se achava. Uma verdadeira viagem, inclusive por mares nunca d'antes navegados. Assim, esse capítulo tem como objetivo transitar pelos mapas do trabalho infantil no Brasil, sem perder sua conexão com a questão do trabalho no mundo, apresentando uma outra face da infância oculta na lógica capitalista que tenta a tudo consumir, não só os recursos da natureza, mas os recursos humanos. As mais diversas tarefas executadas, nas condições de trabalho mais abusivas, não escapa a nenhum setor da economia. A flexibilidade

atinge seu grau máximo. Aqui, uma completa anulação dos direitos da criança e também completa indiferenciação entre criança e adulto.

Se a atividade mais séria da criança é brincar, isso não funciona para todas elas. Enquanto umas brincam, outras trabalham para que essas possam brincar, inclusive fabricando, no trabalho, os próprios brinquedos que as outras utilizarão. Apropriadas como força de trabalho nas mais diversas frentes, a flexibilidade parece ser um fenômeno constitutivo da natureza da criança pobre. Como num passe de mágica, as crianças ressurgem no capítulo 3, também no mundo do trabalho, só que num verdadeiro paraíso dos direitos. Ora erguem-se bandeiras para defender seus direitos e retirá-las de lá, ora outras bandeiras se erguem para defender seu direito de trabalhar. Este capítulo vai apontando alguns fetiches que começam a se mostrar em meio aos discursos que exaltam a abolição do trabalho infantil e outros que defendem o direito das crianças a exercê-lo, considerando-se, para isso, uma análise documental referente às publicações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), CMT (Confederación Mundial Del Trabajo- Bruxelas- Bélgica), do IPEC (Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) e IFEJANTS (Instituto de Formación y Educación de Jóvenes Adolescentes y Niños Trabajadores-Peru) e sua publicação semestral Revista NATs (Niños/as y Adolescentes Trabajadores).

O caminho traçado até aqui foi apontando a força do simbolismo social que vem elaborando e reproduzindo a lógica de exploração da mão-de-obra infantil. Ao mesmo tempo em que enaltece a positividade do trabalho como *locus* de moralidade e civilidade e como medida de pertencimento social enaltece a positividade da escola. Só que de um arremedo de escola que atribui superpoderes às crianças, mas não a convoca a usá-los enquanto possibilidades reais. Esvazia-se a função do professor, a atividade escolar de seu conteúdo, e afirma o protagonismo no discurso, mas o nega na prática apontando o quão intimamente se acha atrelado às idéias que cercam a infância, ou às maneiras de ser da infância, às representações que os adultos fazem sobre esse período inicial da vida. Essas são as reflexões realizadas no último capítulo denominado “Fetichismo da Infância: uma ilusão social necessária”.

A concepção de infância presente na teoria pedagógica que tem informado algumas propostas de escola tão cristalizadas na prática e, às vezes, sinalizado outras como as mais

revolucionárias e inovadoras, parece ignorar as tensões de classes que se escondem sob uma aparência bonachona e democrática.

Numa tentativa de síntese provisória, busca-se nas considerações finais apontar as contradições entre as concepções ou representações que os adultos fazem sobre infância tanto no mundo do trabalho quanto no mundo da escola e à vida realmente vivida pelas crianças nesses espaços assim como as condições as quais são submetidas. Se as crianças se prestam para todo tipo de atividades no mundo do trabalho tal como os adultos, sem nenhuma diferenciação e na mesma condição, inclusive, são mencionadas nos mapas de trabalho infantil no mesmo patamar, nas mesmas condições em que comparecem os adultos, percebe-se que, dependendo de alguns interesses, as fronteiras entre uma temporalidade humana e outra inexistem.

Irradia-se, todavia, um discurso do respeito às diferenças etárias, sem medidas e, em nome dessas diferenças, defende-se a criança enquanto ator, protagonista com direito ao lúdico, às brincadeiras e, inclusive, com direito a uma educação que também seja mínima em relação a conteúdos, a obrigatoriedade, ao ensinar; uma pedagogia bem ao estilo da população à qual se destina, uma pedagogia da pobreza. Para uns, o lema de fazer da educação uma grande diversão e brincadeira, mas, para outros, uma educação que prime pela disciplina, lazer na sua medida e que ainda vale como coisa que também pode ser transmitida como se fosse real, mesmo que, para algumas vozes, exigir das crianças conhecimento, é tarefa impossível.

Pode-se falar de infância “s” ou de uma outra infância ou o que se tem é uma mesma infância, porém marcada a ferro e fogo pela condição de classe?

Para desvendar a trama do tecido, é preciso ir descobrindo a armação dos fios que se escondem no entrelaçado, tais como os fios da concepção de infância, das imagens de infância que circulam no imaginário social e que são reforçadas cotidianamente através do discurso e da prática, no uso nada inocente que se faz da utilização político-ideológica da violência para colocar em cena o mito das classes perigosas ou em risco de vir-a-ser, justificar a higienização das cidades se atropeladas pelas crianças pobres assim como formatando para elas as políticas públicas deixando umas frestas de visão para o fato de que os antigos lobos maus dos contos da carochinha, devoradores de crianças, continuam a existir num universo muito realista. Ora sob a forma de ogro disfarçado que consome as criancinhas, estupra, devora e transforma tudo em mercadoria, seja aqui ou acolá nos confins do mundo em reinos bem distantes, transforma “tudo em objeto de comércio (direitos sobre a água, o genoma, as espécies vivas, a compra e

venda de crianças, de órgãos...) – mas também traz (er) os velhos assuntos privados, que até agora eram da alçada individual (subjetivação, sexuação...) para o âmbito da mercadoria.” (DUFOUR, 2005, [s.p]). Ora aparece sob a forma de fada madrinha que quer proteger as crianças do trabalho infantil, aboli-lo; afinal, considerando-se portador dos poderes sobrenaturais das estratégias do verdadeiro feitiço. Apesar de todos esses disfarces, o “fim da história” das aventuras da mercadoria não é aqui. A possibilidade de o ogro ser transformado, de se desfazer esse feitiço, existe. Basta insistir, descobrir o segredo, não desanimar e continuar buscando, mesmo sem saber o que virá depois. E ainda, para se ter um final feliz, há a possibilidade de imaginar uma maneira de viver e produzir que seja diferente desta que está sendo imposta.

CAPÍTULO 1

NA TRAMA DO TRABALHO INFANTIL AS IMAGENS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇAS

Desde que tomei os fios quero rumar no empenho de destecer tapetes cujos engenhos não são visíveis. (LACERDA, 1986, p. 107)

O objetivo deste capítulo é investigar a forma como historicamente o trabalho vai se enredando na vida das crianças e que configurações vai adquirindo até se transformar naquilo que é hoje: fruto de astuciosas operações colocadas em práticas para assentar as crianças na ordem das estruturas materiais e do discurso. Crianças inventadas ao sabor das transformações na produção da vida material: ora pequenos homens, ora objetos de temor, de caridade, de assistência e educação, ora romantizadas, ora satanizadas e assim imagens da infância e da criança que nelas vivem vão se constituindo (des)articuladas ao mundo do trabalho. Uma hora a infância precisa ser retardada ao máximo, exaltada; outras vezes, a criança precisa ser amadurecida à força, outras vezes nem se conta como pessoa.

Os percursos para o encontro com as crianças no mundo do trabalho impõem, inicialmente, uma breve passagem pelo trabalho das crianças nos períodos que antecederam a revolução industrial, quando eram vistas como um membro a mais da tribo e constituíam com os adultos uma só identidade. Localizar as crianças nesse contexto não é fácil porque o seu cotidiano estava enredado no cotidiano dos adultos e não havia diferenciação em relação às idades da vida, à temporalidade hoje considerada. O que determinava a existência do trabalho era a impossibilidade de os camponeses e seus filhos escaparem a um sistema senhorial que lhes negava terras suficientes para alcançarem a independência econômica e lhes sugava qualquer excedente por eles produzido, somada às guerras, epidemias, fome, devido à exigüidade de alimentos e que levava à prática do infanticídio, do abandono, por todo o Antigo Regime.

Até adquirir o *status* de atividade mais nobre de se exercer, remédio para muitos males, antídoto ao crime, à marginalidade, assim como um mal que deve ser eliminado, abolido, erradicado, inúmeras estratégias foram utilizadas para submeter homens, mulheres e crianças ao trabalho.

1.1 O TRABALHO INFANTIL ENTRE FICÇÃO E O REAL

Sabe-se pelas páginas da história que o trabalho infantil não nasceu com a industrialização ainda que tenha, com ela, mudado sua natureza. Nas *Histórias que os camponeses contam: o significado de “Mamãe Ganso”*, contos analisados por Darnton (1986) em *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, o trabalho aparece como experiência partilhada pelos camponeses na vida cotidiana de suas aldeias tanto nos campos como no sistema de manufatura em domicílio. No auge da pior crise demográfica do século XVII, na França, quando Perrault escreve seus contos, sobreviver era um imperativo nesse universo malthusiano. A procura por comida pode ser encontrada em quase todas as histórias que os camponeses contavam.

O mundo de miséria e brutalidade do Antigo Regime não escapa a esses contos populares analisados por Darnton, mostrando a subnutrição crônica, as epidemias, a fome, a economia de subsistência que mantinha os aldeões curvados sobre o solo “[...] porque o senhorialismo e as técnicas agrícolas primitivas não lhes davam qualquer oportunidade de desencurvarem.” (DARNTON, 1986, p.41). Ódio, inveja e conflito de interesses ferviam na sociedade camponesa. Diante desse quadro da luta pela sobrevivência, da necessidade de pagar impostos e dízimos senhoriais, alimentar a família, tentar sobreviver aos tempos de escassez sucedidos pelas más colheitas, entre outras mazelas, era uma aventura. Na luta inexorável contra a morte, a vida nas estradas à deriva, como população flutuante, fazia parte da história de muitos pobres em toda a França do início dos tempos modernos. Assim, “Tornavam-se contrabandistas, salteadores de estradas, pungistas, prostitutas. E no final, entregavam-se aos *hôpitaux*, imundas casas para os pobres, ou rastejavam para debaixo de um arbusto ou de um palheiro e morriam.” (DARNTON, 1986, p.44)

A morte vinha da mesma maneira implacável tanto para aqueles das estradas quanto para aqueles que permaneciam nas aldeias. A mortalidade infantil, os casamentos terminados com a morte precoce de um dos pais, a proliferação de madrastas, o abandono, a morte de

bebês por sufocamento, o apinhamento de famílias nas mesmas camas levam Darnton (1986, p. 21) a afirmar que o “universo mental dos não iluminados” pode ser recuperado através dos contos dos camponeses, mais ou menos como era narrado nas noites de inverno da França do Século XVIII. “Os camponeses, no início da França moderna, habitavam um mundo de madrastas e órfãos, de labuta inexorável e interminável e de emoções brutais, tanto aparentes como reprimidas [...]. É por isso que precisamos reler Mamãe Ganso.” (p.47). O autor vê esses contos populares como documentos históricos que, por meio de seu simbolismo, retratam um mundo de brutalidade nua e crua na França do século XVIII, expressando a base comum de uma determinada realidade social. O universo malthusiano aliviado pelo infanticídio, maus tratos, mendicância infantil, venda de filhos é representado pelas histórias de João e Maria, O Pequeno Polegar, Aprendiz de feiticeiro, a existência de madrastas em Cinderela, a fome sempre saciada através de uma varinha de condão, anéis mágicos ou outros auxiliares sobrenaturais que fazem a comida aparecer, principalmente a carne que era um luxo supremo e, nesse imaginário, comem até a exaustão.

Nesses contos Darnton (1986) destaca os contextos em que eles se passam (a casa, a aldeia, a estrada), pais e filhos trabalhando e, inclusive, a indignação pelo fato dos filhos não trabalharem levando um pai a livrar-se de sua filha porque ela comia, mas não trabalhava. E assim é a história de *Rumpelstilzchen* onde um pai, usando de esperteza, convence o rei a desposar sua filha dizendo que quando ela tecia, transformava palha em ouro.

Esse universo dos contos infantis é povoado por trabalhos intermináveis, sem limites desde a mais tenra idade, de todos os membros da família, na roda de fiar, no cuidado dos gados, na busca de lenha, como aprendizes de ferreiros, alfaiates, carpinteiros até de feiticeiros e demônios. Darnton (1986, p.85) faz uma análise comparativa desses contos nas versões inglesa, francesa, alemã, italiana, destacando nisso as diferentes tradições culturais, que testemunham uma visão de mundo e permitiam aos camponeses “[...] obter alguma satisfação logrando, em suas fantasias, os ricos e os poderosos, como tentavam lográ-los no cotidiano, fosse através de ações judiciais, ou deixando de pagar os tributos senhoriais, ou ainda, roubando caça.” O autor encerra afirmando que tudo isso pode ter causado gargalhadas explosivas em torno das lareiras e indaga “[...] mas será que deu aos camponeses determinação suficiente para derrubar a ordem social? Duvido.” (DARNTON, 1986, p.85).

Só mesmo no imaginário, no mitológico país da Cocanha, conhecido durante a Idade Média, foi possível encontrar a abundância. A Terra da Cocanha atendia às reais necessidades e anseios do homem medieval e enraizou-se no imaginário de vários povos dos séculos

seguintes. Essa utopia exercia função de resistência e transgressão. Eram muitas as benesses encontradas nesse utópico país onde não havia trabalho, mas havia fartura de alimentos e, principalmente, fartura daqueles bens aos quais só a elite tinha acesso: amor livre, todo tipo de roupa, calçado e ócio.

Os contos analisados por Darnton refletem a realidade social dos camponeses e, deles, pode-se apreender a forma como é apresentado o trabalho infantil, quem eram as crianças que trabalhavam, o tipo de trabalho que realizavam, como eram tratadas e, inclusive, as condições nas quais esses trabalhos eram realizados, mas o que aqui se propõe é analisar o processo social real que se esconde por trás da ficção e compreender o contexto do qual a literatura faz parte, afinal a forma como a realidade é mediada na arte, pois, conforme Duayer (apud MORAES; DUAYER, 1998), apesar de o texto literário espelhar e engendrar o sentido de realidade de uma cultura e das formações sociais e apesar da literatura, para além do que é em si mesma, ser inesgotável fonte de informações para os historiadores. Assim,

[...] o texto literário e o contexto histórico não são uma mesma trama: um não pode ser reduzido ao outro nem tomados como idênticos. A “narrativa” histórica constitui-se na possibilidade e no compromisso de compreender o contexto do qual a literatura faz parte, mesmo consciente de que não pode traduzi-lo mediante uma imagem categórica e definitiva [...]. (DUAYER apud MORAES; DUAYER, 1998, p. 70).

O que vem a seguir é, portanto, uma análise do processo social real no qual podem ser percebidas, além das deploráveis condições de vida dos camponeses, várias estratégias que foram utilizadas para submeter homens, mulheres e crianças às relações sociais de dominação e exploração. A forma de tratar os indigentes, reprimir a vagabundagem e montar dispositivos para forçar sua “integração” social foram alguns dos meios acionados pelos grandes açambarcadores com o objetivo de empurrar as pessoas para a fábrica, deixá-las disponíveis, vencer sua resistência sem se importar com qualquer distinção, seja ela geracional ou de gênero. A preocupação principal é homogeneizar e aplinar todas as diferenças e diversidades desde que satisfeita a sede do capitalismo nascente de fazer a “integração” no trabalho, sobretudo num momento em que o trabalho assalariado não gozava de nenhum prestígio entre a população e que, portanto, precisou ser “integrada” à força nessa nova condição.

Lembrar os campos ingleses do século XVIII e XIX traz um certo ar de pompa. A Inglaterra aparece como país clássico das grandes propriedades e fazendas, do grande pasto e seu verdor que alimentou rebanhos de carneiros cuja lã era explorada. Essa paisagem,

entretanto, era também ocupada por uma classe de pequenos proprietários fundiários, a *yeomanry* cujo desaparecimento completo data do século XIX. Estes camponeses livres possuíam o campo no qual viviam e o exploravam, a isto acrescentando algum trabalho industrial da mulher e dos filhos que cardavam e fiavam lã. Suas pequenas propriedades foram absorvidas pelas grandes ou vendidas a compradores da cidade ou ainda divididas, loteadas e cercadas conforme previam as leis do Parlamento de 1714 a 1800, os *Enclousures Acts*, os cercamentos, que faziam dos campos, prados e pastos abertos, designados por *open fields* e *common fields*, propriedades fechadas. Desse modo,

[...] abrigos, cabanas, habitações humildes nela se erguiam: as terras baldias tinham muito pouco valor para se impedir que alguns pobres nela se instalassem e vivessem. Sem nenhum direito reconhecido, mas por uma espécie de permissão tácita, multiplicavam-se as choças, construídas com materiais leves retirados do próprio common: os cottagers e os squatters eram muitos e aquilo que lhes permitiam tirar naquele domínio que não lhes pertencia, trazia algum alívio à sua vida rude e precária de assalariados rurais. (MANTOUX, 1957, p.138)

As terras cercadas foram transformadas em pasto para os carneiros, o que fez conhecida a frase que “os carneiros devoram os homens”. Conforme Morus (apud MANTOUX, 1957, p.140)

Vossas ovelhas, em geral tão mansas e que se alimentam tão pouco, estão se tornando, dizem, tão indomáveis e tão vorazes que devoram os próprios homens, despovoam e devastam o campo, as casas e as cidades. Pois, se alguma parte do reino produz uma lã mais fina, portanto mais preciosa, logo se vê aí os grandes e pequenos nobres, e até os santos abades [...] suprimirem as terras aráveis e promoverem cercamentos para criação, por todas as partes demolindo as casas [...]. Para que um só homem possa satisfazer sua avidez insaciável [...] os aldeões são expulsos de suas terras, despojados pela fraude ou pela violência: ou ainda, lassos dos vexames que têm de sofrer, se resignam a vender seus bens.

Expulsos de suas terras caem na ociosidade. Esse processo, iniciado no final do século XV, seguia pelos séculos XVI e XVII, renovando-se no século XVIII. A própria lei tornou-se instrumento de espoliação. Foram utilizados os mais sutis atos de rapina³ e as mais diferentes estratégias para combater a resistência aos cercamentos e qualquer um que se arriscasse a reclamar arcava com as taxas de cartórios, gastos com peritos, honorários de advogados, afinal despesas inúteis, pois, no Parlamento que julgava as petições, estavam os representantes das grandes propriedades. Para Marx (1981, p.35), as leis sobre o fechamento

³ Ver Marx (1981, p 24 – 7) e Mantoux (1957, p. 140-3).

das terras comunais representavam “a forma parlamentar do roubo [...]. São, na realidade, decretos por meio dos quais os proprietários de terra se presenteavam a si mesmos com os bens comunais, decreto de expropriação do povo”. E assim foram os processos de acumulação primitiva. Assim, formou-se uma população flutuante pronta a entregar sua força de trabalho onde dela precisasse e, nesse caso, as cidades onde estão instaladas as manufaturas e, mais tarde, estarão as indústrias, acenavam como a única direção.

O trabalho que foi impossibilitado no campo empurrou um enorme contingente para as oficinas dos mestres-artesãos, depois para as manufaturas e fábricas, como coloca Marx (1981, p.26): “O sistema de produção capitalista precisava [...] da condição servil das massas, sua transformação em mercadoria e a conversão de seus meios de trabalho em capital.”

Para esclarecer a forma como se deu este processo, Marx inicia pela análise da acumulação capitalista para chegar à acumulação primitiva, mostrando-a como fundamento histórico, condição preliminar, o ponto de partida da produção especificamente capitalista que sempre produz uma “[...] população trabalhadora supérflua, relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se desse modo, excedente” (MARX, 1985a, p.731).

Além dessas formas de existência da superpopulação relativa, Marx fala de outras três formas: flutuante, latente e estagnada. A flutuante: ora atraída e ora repelida para a produção. “Parte deles emigra e na realidade apenas segue o capital em sua emigração” (Marx, 1985a, p. 744). Com a penetração da produção capitalista no campo há uma parte da população que é liberada do trabalho na agricultura constituindo a supérflua latente, já a terceira categoria tratada por Marx é a superpopulação relativa estagnada. Esta tem a duração máxima de trabalho e o mínimo de salário, ocupação totalmente irregular, compõe aqueles que trabalham em domicílio. E, por último, o rebotalho do proletariado que se divide nos aptos para o trabalho, os órfãos e filhos de indigentes e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar (aqueles que ultrapassam a idade normal do trabalhador, os mutilados, enfermos, viúvas, afinal o asilo dos inválidos, os lázaros da classe trabalhadora). Isso significa “[...] uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto.” (MARX, 1985, p. 749).

Acerca das péssimas condições de vida, alimentação, habitação e degradação moral dos trabalhadores, nos vários condados da Inglaterra e da Irlanda no século XIX, páginas e

páginas desses horrores explodem nas estatísticas e nos quadros apresentados por Marx e Engels.

Esse quadro não difere muito daquilo que é possível observar no século XXI. Essa população sobrando cresceu e cresce assustadoramente. Bandos de imigrantes invadem as regiões industriais e as grandes cidades. Engels fala dos irlandeses, entretanto a proximidade dessa realidade com o cenário de hoje, aliada aos detalhes de suas descrições não pode deixar de ser abordada. E, assim, Engels (1986, p.110-111) observa:

Instalam-se em todo o lado. [...] As piores habitações são boas para eles.[...] o alcoolismo [...] a sujeira [...] lançam todo lixo e detritos em frente à porta. Não se habituou a ter móveis, um monte de palha, alguns trapos [...] e eis sua cama. Um pedaço de madeira, uma cadeira partida, uma caixa velha como mesa [...] uma chaleira, algumas panelas e tigelas de barro equipam a cozinha, que serve simultaneamente de quarto de dormir e sala de jantar. [...] A aguardente é a única coisa que dá sentido à vida [...] e, claro, o seu temperamento desleixado e jovial.

O que fazer com essa massa descartável, arrancada bruscamente de suas ocupações habituais? Nos anais da história, muitas respostas a essa questão.

1.2 FORJANDO UM NOVO TIPO HUMANO SEM DIREITO À PREGUIÇA⁴

Mesmo que as condições de vida e de trabalho antes da industrialização fossem muito duras e não inteiramente diferentes do trabalho fabril, a fábrica e o trabalho assalariado apareceram como coisas indesejáveis aos trabalhadores europeus. Enguita (1989) vai apresentando como os dias de festa e impróprios para o trabalho predominaram no calendário romano, entre os gregos e na Idade Média. Os dias dedicados aos santos e às festas eram numerosos; mesmo que as jornadas fossem longas, havia um controle do indivíduo sobre o seu ritmo de trabalho, seu tempo. O recrutamento para as oficinas e fábricas implicou em romper com essas tradições arraigadas e utilizar-se do recurso ao trabalho forçado. Aqueles que vão fazer parte do pessoal da fábrica serão recrutados entre os vagabundos, mendigos, desvalidos, camponeses expulsos de suas aldeias, indigentes, crianças órfãs, abandonadas etc. Viver essa experiência não era desejo dos indivíduos. Mesmo que, num primeiro momento, pudessem a ela recorrer, o abandono, as fugas e a rotatividade eram uma constante.

⁴ Segunda Parte do subtítulo inspirada no livro de Paul Lafargue *O direito à preguiça*.

Era preciso eliminar a aversão inicial pelo trabalho fabril e algumas estratégias foram colocadas em prática, culminado em “coleção de sagas legislativas em todos os países, que começaram com fins assistenciais e terminaram por converter-se em uma agressiva política de mobilização da mão de obra.” (ENGUIITA, 1989, p.42).

Thompson (1987, p. 23), ao dirigir o foco de sua análise para a forma como a classe operária foi se fazendo nos anos da revolução industrial, destaca que essa formação se deu através de “[...] duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política.” Com isso, o sistema fabril vai forjando um novo tipo humano. O treino para esse processo “formativo” inicia-se aos “seis anos de idade, das cinco da manhã até as oito ou nove da noite.”(p.23), e durante a Revolução Industrial

O trabalho infantil não era uma novidade. A criança era parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1780, e como tal permaneceu até ser resgatada pela escola. [...] a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas.[...] O trabalho infantil estava profundamente arraigado nas atividades têxteis, despertando, com frequência, a inveja dos trabalhadores em ocupações onde as crianças não podiam trabalhar e aumentar o rendimento da família. (THOMPSON, 1987, p. 203-204).

Por mais que o trabalho doméstico infantil fosse também penoso em todas as casas e também na agricultura, entre esse trabalho e o da fábrica, havia diferenças significativas, pois, no espaço doméstico, o trabalho não se prolongava ininterruptamente, por horas e semanas seguidas e era intercalado com outras atividades, respeitando a capacidade e idade da criança, nada podendo ser comparado com a exploração no sistema fabril.

O autor destaca, ainda, (1987, p.215) que o trabalho infantil, no período de 1790 a 1830 não constituía problema aos olhos dos patrões e só veio a elevar-se à condição de problema quando é publicamente revelado ou quando a própria miséria rebela-se. Em todo o capítulo sobre os tecelões, vai mostrando a escala e intensidade da exploração do trabalho das crianças nas indústrias da Inglaterra, como “[...] um dos acontecimentos mais vergonhosos de nossa história.” (THOMPSON, 1987, p.224).

Foi preciso, além da expropriação dos camponeses, uma profunda revolução cultural, denominada por Thompson de “economia moral” e uma política repressiva dirigida contra aqueles que se negavam a aceitar as novas relações sociais.

Nessa direção, cabe indagar com Chauí (2000, p.12-13):

[...] como e quando o horror pelo trabalho transformou-se em seu contrário? [...] Quando e por que se passou ao elogio do trabalho como virtude e se viu no elogio do ócio o convite ao vício, impondo-se negá-lo pelo neg-ócio? [...] .No calvinismo (particularmente a sua versão inglesa puritana) tornou-se regra moral o dito “ mãos desocupadas, oficina do diabo”. Nesse aforismo está sintetizada a metamorfose do trabalho num ethos. De castigo divino que fora, tornou-se virtude e chamamento (ou vocação) divino.

Percorrer a trama do trabalho infantil entretecido com os fios da infância supõe desvendar, portanto, os engenhos que deram sustentabilidade ao enredo, as condições de vida que foram e continuam sendo forjadas para (des)qualificar a criança de forma que seus “usos” no mundo do trabalho sejam justificados. Pressupõe, também, que portas sejam abertas para “abrigar” a criança pobre e depois devolvê-la como mão- de- obra barata, e entender as representações de criança que se escondem sob a proteção do aluno, afinal, escavar as bases em que se sustentaram e sustentam os diferentes saberes que julgaram, classificaram e prescreveram condutas de modo a delimitar para milhares de crianças o mundo do trabalho em todos os cantos do mapa.

Warde (2007, p. 27) aponta que a interrogação mais fértil é “como e quais práticas dirigidas a sujeitos determinados os moldam para funcionar como portadores de “imagens” determinadas? Ou como e quais práticas dirigidas às crianças e jovens os moldam para funcionar como portadores de determinadas “imagens” ou “representações” de infância e de adolescência, e como suportes de determinados “sentimentos” de infância e de adolescência?

Que força sustenta a aceitação do trabalho infantil, mesmo nas atuais condições em que se realiza, como um bem, como um antídoto ao ócio, ao vício e à vagabundagem? Que estranho feitiço conseguiu desenvolver, como diz Lafargue (1990, p.30), essa estranha loucura que “é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho”? Como exorcisar de todas as mentes a regra moral de que “mãos desocupadas é oficina do diabo”.

Feitiços difíceis de desfazer, e é ainda Lafargue (1990, p.30) que sinaliza sobre a dificuldade de

[...] convencer o proletariado de que a palavra que lhe inocularam é perversa, que o trabalho desenfreado a que se dedica desde o início do século é o mais terrível flagelo que já alguma vez atacou a humanidade, que o trabalho só se tornará um condimento de prazer da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano, uma paixão útil ao organismo social, quando for prudentemente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia, é uma tarefa árdua superior às minhas forças; só fisiologistas, higienistas, economistas comunistas poderão empreendê-la.

Necessário se faz, portanto, rever os alicerces nos quais foram se edificando práticas e ações para as crianças e configurando os diferentes espaços onde foram aprisionadas, como as ruas, o mundo do trabalho, a casa, o bairro, as escolas, etc. Afinal, que infância é essa que surpreende e, muitas vezes, também amedronta o adulto, fazendo aparecer o fetiche até então assentado numa outra concepção romantizada e adocicada de infância?

Esse modo de ser, ora encarado como incompletude, deficiência, inadequação e até mesmo patologia, pode tornar-se outro? Qual o processo?

1.3 SOBRE PRÁTICAS E PROCESSOS DE MODELAÇÃO DOS SUJEITOS DA INFÂNCIA: NA RUA, NAS RODAS...NA HISTÓRIA

Menores, enjeitados, desvalidos, transviados, assistidos, carentes, pequenos guerreiros e caçadores, meninas perdidas, são nomes da infância que habitam alguns lugares da infância: os sótãos, os arquivos, a literatura, as rodas, a memória, a cidade, a escola, as embarcações, afinal os mais diferentes lugares da história. Nessa perspectiva, todas essas condições e lugares da infância compõem o mesmo quadro de submissão das massas à condição servil, em que esse “rebotinho do proletariado” é apenas um detalhe no quadro geral do desabrigo pintado pelas mesmas mãos que compuseram o quadro clássico dos cercamentos e da industrialização. A tela para conformar, disciplinar para o trabalho as crianças pobres: a rua, as rodas, orfanatos, *workhouses*⁵ e a escola.

Autores como Ariés, em *História social da criança e da família*, De Mause com a *Historia de la infancia* e, também, Jaques Donzelot (1986) em *A polícia das famílias*, quando discute, no Capítulo II, “A conservação das crianças”, deram suas contribuições para revisitar a infância no passado e, mais recentemente, as obras de Heywood (2006, p.16) re-examinando como “as sociedades medievais podem ter percebido a infância, os principais momentos de sua transformação na história das idéias nessa esfera entre o início da Idade Média e o período contemporâneo”. O autor aborda rapidamente o infanticídio, o abandono, as brincadeiras, a

⁵ Instituições do século XVIII, destinadas a “abrigar” a população pobre (homens, mulheres e crianças) procurando impedir nas cidades a mendicância e vagabundagem ao mesmo tempo em que disponibilizava mão-de-obra para a indústria. Segundo Mantoux (1957, p.443) a *workhouse* “[...] mais parecia uma prisão do que um asilo e tinha um “caráter de dureza quase desumano” e contavam com o medo que ela inspirava para afastar aqueles que não haviam descido ao último degrau da miséria”. Existiam, não apenas na Inglaterra, mas em outros países da Europa.

interação entre essas crianças e os adultos. Afinal, destaca aspectos da história da infância e das crianças, utilizando-se de uma abordagem temática. Num estilo semelhante, Stearns (2006) faz um passeio nas sociedades agrícolas, nas civilizações clássicas, pós-clássica, no Ocidente pré-moderno, moderno chegando nas abordagens das discussões mais recentes sobre a infância nas sociedades afluentes dos séculos XX e XXI. Apesar de propor discutir a infância na história mundial, acaba por apresentar ao leitor algumas informações, em forma de notícias, sobre a infância, sem preocupação de uma análise mais aprofundada das mesmas. Donzelot (1986, p.24), coloca em discussão os costumes educativos do século XVIII que têm como alvo os menores abandonados, seja nos hospícios, nas rodas, na criação de crianças pelas nutrizas e na alta mortalidade infantil nesses espaços de “conservação” das mesmas. Ao abordar aspectos da tarefa “educativa” das crianças, vai revelando interesses subjacentes à conquista desse mercado e como “a família burguesa vai tomando, progressivamente, a aparência de uma estufa aquecida contra as influências exteriores”, propiciando a abertura de inúmeras frentes de intervenção, seja em relação aos jogos infantis, às histórias, à vigilância, enfatizando aquilo que é considerado “politicamente correto” nos cuidados com a infância. Configura-se, assim, aquilo que deve ser o “ofício” de criança para aqueles que pertencem às camadas populares, mas com modelos extraídos da família burguesa.

O que se propõe a seguir, entretanto, é fazer as “lições de casa”, isto é, retomar brevemente as obras que trazem a infância brasileira, centralizando a análise em Alvim e Valladares (1988), Pilotti e Rizzini (1995), Rizzini (1997) e passando ainda por Freitas (1997), Kuhlmann Jr (1998), Veiga e Faria Filho (1999), Freitas e Kuhlmann Jr (2002), Faria Filho (2004), Del Priore (2007).

As obras de Alvim e Valladares e Pilotti e Rizzini serão tomadas por representarem de certa forma, uma síntese das reflexões sobre a condição das crianças anteriormente mencionadas. Alvim e Valladares (1988), ao fazerem análise de literatura de 212 títulos sobre a infância pobre no Brasil, de 1960 a 1980, excluindo desse universo a produção jurídica, apresentam um retrato do Rio de Janeiro da virada do século como um “inferno social”, com a presença marcante da infância abandonada pela miséria. As ações voltadas para a infância pobre, mesmo que pudessem expressar o despertar de uma consciência para a sua especificidade, vinham também travestidas com o objetivo de disciplinamento e higienização, assim como reabilitação, correção e prevenção dos riscos de uma reprodução social via mendicância e criminalidade. Criança na rua é questão de polícia. Faz-se, portanto, necessária

a reforma do serviço policial do Rio de Janeiro, apresentando-se em 1906, à Câmara Federal o primeiro projeto de criação de um Juízo de Menores.

Em contextos de rápida industrialização e desenvolvimento urbano, sempre aparece a questão da infância. Crianças e jovens habitam esse cenário, desde o século XIX tanto no Brasil como em outros países. Segundo Alvim e Valladares (1988, p.3), no contexto do capitalismo emergente “[...] tanto se falava das crianças exploradas pelo trabalho industrial como de crianças abandonadas, vadias, mendigas, que integravam o universo cruel da grande cidade.”

A infância, nessa situação, está estritamente atrelada às ações e propostas provenientes de vários segmentos e instituições sociais destinadas a examinar e intervir nesta questão social. As rodas dos expostos⁶, os asilos para crianças abandonadas, as *workhouses* já estavam presentes desde meados do século XVIII. A pauperização e a miséria povoam esse universo. Como remédio para os males da desordem, da prevenção do perigo e salvação da infância da classe trabalhadora “é apresentado o universo fabril, simbolizando o trabalho, a disciplina, a ordem.” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p.4).

Entre o espaço salvador da família e da fábrica, interpõe-se a rua como local do perigo e da desordem. No quadro que vai se delineando com o acelerado crescimento das metrópoles, não estavam ausentes a violência, a criminalidade, a mendicância e a vadiagem para amplos segmentos da população que não conseguiam se inserir no mercado formal de trabalho. Desde final do século XIX, a infância pobre surge como parte da questão social.

Registra-se, em 1899, segundo Alvim e Valladares (1988, p.4), a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que tinha entre outros objetivos regulamentar o trabalho da mulher e da criança na indústria.

A infância pobre foi, desde o final do século XIX, e continua sendo objeto de discussão, preocupação de médicos, juristas, políticos, escritores, jornalistas, Estado, Igreja, filantropos e aos educadores essa imagem demora a se revelar. Quando se revela a tonalidade das tintas, não é, entretanto, nada agradável ao olhar, não é nada animadora a realidade que se descortina no início do século nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo e nada romântica a imagem da infância que nela habita. Um retrato dessas crianças no Rio de Janeiro do início do século XX, trazido nas crônicas da época, é citado por Alvim e Valladares (1988, p. 5):

⁶ Discussão sobre as rodas, ver Arantes (1995), Faleiros (1995), Marcílio (1997), Corazza (2000 e 2002) etc.

Há no Rio um número considerável de pobrezinhos, sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punhuistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vario, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias de Detenção, todo um exército de desabrigados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores. Interrogados, mentem à princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não percebe.

Os nomes dos primeiros estabelecimentos criados para proteger a infância deixam bem claro o tratamento dado pela sociedade aos filhos dos pobres: Abrigo de Menores, Casa Maternal, Escola de Reforma, Casa do Pequeno Jornaleiro, Recolhimento Infantil, Casa das Mãezinhas.

Essa preocupação com a infância tem por objetivos, segundo Alvim e Valladares (1988, p.6), “[...] proteger a mão-de-obra infantil largamente utilizada na época pelas fábricas e combater o mal-estar social provocado pela mendicância e criminalidade, isolando em instituições especializadas os menores abandonados e delinqüentes.” A questão da infância aparece repetidas vezes como objeto da alçada jurídica. Cria-se, em 1927, o primeiro Código de Menores e todo um aparato legal é montado nos anos 1940 : criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor (1940), Legião Brasileira de Assistência (LBA) e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem (1942), SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAC (Serviço de Aprendizado Comercial) e a Lei orgânica do ensino primário, em 1946. Ainda, conforme Alvim e Valladares (1988, p.8), “[...] o fato do UNICEF ter iniciado sua atuação no Brasil em 1948, apenas dois anos após a sua criação na qualidade de instituição internacional, indica o reconhecimento da questão da infância como uma questão premente, que se agravaria nas décadas seguintes.” Modernização, industrialização, urbanização acelerada, níveis de desigualdades acentuados e novas ações voltadas à infância pobre como a criação, em meados dos anos 60, da Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), depósitos para armazenar crianças. Mas os menininhos do Brasil explodem como ondas num mar revolto. Acerca disso, Claver (1988, p.3) comenta, também que

Os menininhos do Brasil são muitos. Milhares. Milhões, escorrendo por todo o mapa. Habitam o nortedocentro, o suldonorte, o nordestedoleste, o oestedosudoeste, o altodoplanalto, o lisodaplanície, o buracodoabismo, lonjuras, vielas, becos, viadutos, marquises, esquinas, favelas. Livres! Aprender a lição da vida nas esquinas de seus mundos.[...].

Outras vezes habitam o sótão de alguma instituição, na forma de arquivos que preservam suas histórias e acabam por fornecer imagens muito representativas da infância que “[...] se confundem com a história das instituições nas quais viveram”, conforme trazem Veiga e Faria Filho (1999, p.21) na obra *Infância no sótão*. Formas de higienizar as cidades, desodorizar os espaços urbanos, (con) formar a infância pobre, conforme coloca Souza (1999, [s.p]):

O miserável entope o mercado com seus semelhantes. É como se legiões de bebês obsoletos, recém saídos do útero da exclusão, gritassem para os bem-nascidos: “Vocês não vão conseguir nos ignorar. Estaremos em toda parte: debaixo do viaduto, no semáforo, na saída do restaurante...” [...] O miserável surpreende a platéia, invadindo a cena. O miserável já não cabe nos depósitos que criamos para armazená-los. Superlotadas as jaulas transbordam. Mais de mil menores infratores vazaram da Febem nas últimas semanas. Eles inundam de pânico dionísíaco as ruas de São Paulo. Agem como se quisessem promover a distribuição de renda na porrada. A crise brasileira está migrando rapidamente da fase do “me dá uma esmola” para o período do “isto é um assalto”.

Essas imagens de ontem e de hoje se misturam e, para a cura de tal chaga social, indica-se o trabalho como antídoto aos perigos decorrentes do ócio e do vício.

Pilotti e Rizzini (1995, p. 49), ao trazerem a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância e adolescência pobres no Brasil colocam no centro de suas reflexões uma análise de todo o conjunto de relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas que deixam à mostra o “[...] processo de formação do ser humano, da mão-de-obra, da identidade, da herança e outras questões”. Vão apresentando, nessa obra, as principais etapas no desenvolvimento da assistência à infância na América Latina, sinalizando os momentos da caridade e filantropia, consolidação do sistema jurídico-administrativo, fortalecimento de alternativa não-governamental e, a partir de 1990, uma nova etapa inspirada na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989.

Outros autores que participam da obra acima mencionada, abordando as políticas para a infância seja no Império, na República Velha, na Nova República, não deixam de realçar o encaminhamento da infância pobre para o trabalho precoce como medida educativa. Faleiros (1995a, p.62), analisando as propostas de encaminhamentos de política para a infância nas diferentes conjunturas do período republicano, mostra a forma como o Estado foi se constituindo ao longo da história e a que interesses servia. Ao lado do discurso salvacionista e de proteção da criança “está presente a proteção da sociedade. [...] A quem se quer, efetivamente proteger”?

Se o fato de “proteger” as crianças pobres, institucionalizando-as, não serviu para solucionar a questão das desigualdades sociais, auxiliou, ao menos, para produzir uma imagem de infância associada a perigo, irregularidade, foi útil, ao mesmo tempo como moeda de troca que poderia ser posta a serviço de diferentes grupos e interesses, considerando que, nesse caso, não se aplica a noção de pureza, inocência e ingenuidade. Sabia-se, com clareza, que o espaço da rua propiciava certas competências, certos saberes sobre as malandragens que poderia servir de distinção para a exibição de dois objetos distintos: criança e menor. Para mostrar a funcionalidade estratégica desta distinção, Arantes (1995, p.219) realça que:

[...] as situações dramáticas envolvendo crianças e adolescentes pobres, têm sido encenadas como lutas entre “menor”, “pivete”, “trombadinha”, “menino de rua” versus “criança”, “população pacífica” – a despeito do Estatuto da Criança e do Adolescente que teve lugar justamente para desfazer esta encenação.

A autora continua comentando que, em outros casos, as “despretensiosas” imagens televisivas ou letras garrafais dos periódicos, quando em caso de arrastões, não deixam de exibir com certa solenidade “menor ataca criança” .

Estabelecendo uma ponte entre o passado e o presente em relação à legislação voltada para a infância, percebe-se que todas as leis são produtos de suas épocas e refletem a concepção de infância que perpassa cada período. Imagens datadas. Do primeiro Código de Menores de 1927, passando pelo Novo Código de Menores de 1979 até a era do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, vemos o transitar de uma visão higienista e correccional da infância à fabricação e invenção do menor, do menor em situação irregular, menor enquanto objeto de medidas judiciais como questão de segurança nacional até a criança cidadã, sujeito de direitos das décadas de 1980 e 1990.

A origem jurídica da palavra “menor,” no Brasil, durante a transição do Império para a Primeira República, feita por Londoño (1996, p.133), mostra escola, fábrica e prisão misturados num único espaço com objetivo de regular a vida das crianças em torno do trabalho regenerador. Ser desamparada material e moralmente diferenciava e definia as crianças em tais condições e era, portanto, a forma de tratamento e proteção, necessários para assegurar a ordem social aparentemente ameaçada e a modernização capitalista brasileira, copiando modelos de instituições dos Estados Unidos e Europa.

A literatura sobre a infância no passado aponta como diferentes profissionais dirigiam o olhar para as crianças e sua infância, partindo-se de diversas abordagens, recortes e

métodos. Kuhlmann Jr (1998) expõe algumas reflexões sobre a história da infância e sua educação, através de um levantamento da bibliografia de pesquisas sobre o tema. Apresenta, no primeiro capítulo da obra, uma relação considerável de dissertações e teses resultantes de programas de pós-graduação brasileiros em história, entre 1985 e 1994, focalizando nessas a história da assistência, da família e da educação como as principais vertentes que têm contribuído com seus estudos para a história da infância. Ao apreciar as abordagens sobre infância no campo dos comportamentos e mentalidades aponta as fragilidades do individualismo metodológico de De Mause, seu determinismo psicológico e visão evolucionista, assim como a visão linear do desenvolvimento histórico de Áriés, mostrando através de outras pesquisas que “as fontes não estavam mudas em relação à infância na Idade Média.” (KUHLMANN JR, 1998, p. 22).

A produção brasileira, mencionada anteriormente reúne vários pesquisadores da história da infância empenhados em mapear a produção acadêmica a respeito do tema, em organizar fontes, recuperar a história da criança brasileira, dar voz aos documentos históricos, afinal são especialistas sensíveis à situação da infância na história, filiados a núcleo de estudos, coordenadores de estudos, pesquisas e linhas de pesquisa sobre a infância, coordenadores de centros de pesquisa e documentação, historiadores, sociólogos e outros.

Freitas (1997, p.12), na apresentação de sua obra assinala que ela tem “o objetivo de oferecer aos estudiosos da infância no Brasil uma cartografia das representações sobre as crianças, trazendo ao debate [...] “fornecedores” que abalizam imagens e diagnósticos sobre o tema.” Anuncia, ainda, que se encontra em curso a organização de um dossiê que dará continuidade às reflexões sobre infância e criança. Esse projeto se materializa cinco anos depois na obra organizada por ele e Kuhlmann Jr. (2002) e reúne trabalhos produzidos no Brasil, Argentina, Portugal e Estados Unidos sobre a história da infância.

Faria Filho (GONDRA, 2004) também reúne, em obra por ele organizada, artigos de diversos pesquisadores do Brasil e de Portugal, que integram o Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Educativos e Lúdicos (GRUTHIMEL). Os textos que fazem parte desse volume transitam sobre o sentido da infância, a exclusão (formas de “usos” e “aproveitamento” das crianças abandonadas e órfãs que se encontravam sobre tutela do Estado, a necessidade ou não de recolhê-las, o modo de tratá-las, afinal toda uma pedagogia terapêutica para aqueles considerados “fora da margem” etc.) e a escolarização, refletindo sobre as experiências de crianças em diversos lugares: na escola, nos internatos, nos asilos.

Todas essas contribuições possibilitam uma imersão na história da infância e o encontro com as mais variadas discussões que compõem o seu mundo. Na impossibilidade de arrolar todas elas aqui, um destaque para as contribuições trazidas por Veiga (2004, p. 38) ao colocar a questão: “quais as circunstâncias que possibilitaram a sociedade adulta perceber a criança como um outro distinto?”. A autora apresenta uma série de acontecimentos históricos para mostrar como foi se efetivando “[...] o longo processo de aprendizagem empreendido pelos adultos, nobres e burgueses, para possibilitar a produção de um comportamento distinto tanto em relação aos pobres como às crianças” (p.41) e apresenta como complemento dos argumentos que tece ao longo do texto, o seguinte:

[...] vários outros acontecimentos que viabilizaram a elaboração da infância como uma unidade de referência de tempo geracional, ou seja, o desenvolvimento dos saberes científicos: o higienismo, a medicina, a psicologia, a eugenia e a pedagogia; o aparecimento das instituições especializadas na infância, com destaque para a escola primária; o desenvolvimento da família nuclear e seu entorno, tais como a intimidade e o privado, o desenvolvimento de uma nova e cada vez mais abundante materialidade e de hábitos de consumo; a elaboração de novas formas de lazer e comemoração das festividades; as reformas urbanas e previsão ao final do século XIX de construção de parques infantis; a proliferação de muitos equipamentos destinados à criança; a estruturação das leis trabalhistas ao final do século XIX e a regulamentação do trabalho infantil. (VEIGA, 2004, p. 41)

Enfim, o que a autora traz e o que aqui se quer realçar é como os saberes que privilegiaram a criança como objeto de conhecimento vão se articulando no movimento da história, delineando práticas, sejam elas de beneficência, proteção, assistência e/ou escolarização das crianças e que ao buscar dar inteligibilidade à infância ao mesmo tempo a mitifica. A cada transformação, na produção da vida material, os excluídos, nesse caso também as crianças, transformam-se em objeto de temor, de caridade, de assistência e educação,

Entre os autores citados, alguns vão revelando os abusos cometidos com as crianças desde tempos remotos até nossos dias, apontando as formas de tratamento a elas dispensadas ao longo de distintas épocas e o quadro que se descortina revela penosas experiências da infância, principalmente em Lloyd de Mause. A prática do infanticídio, do abandono e do recolhimento de crianças pobres nos asilos e hospícios é uma constante, enquanto que a mudança na prática de intervenção nas famílias abastadas segue outra direção e com objetivos diversos. A arte de cuidar das crianças, exaltada a partir do século XVIII, não se destina às famílias pobres, dessas se encarregam as rodas e outras instituições que buscam prescrever o tipo de comportamento ideal à população pobre. A barbárie vivida pelas crianças no século

XX e XXI, apontada por alguns autores não difere muito do retrato de De Mause. Embora os tempos sejam outros, mudaram-se apenas algumas formas de barbárie.

Veiga (2003a) mostra que não foi a consciência do tempo geracional o que marcou inicialmente o investimento no tratamento da infância, mas sim suas condições materiais, a ética que regulava as relações de paternidade e suas condições físicas, principalmente considerando-se a atuação da Igreja, “[...] observa-se que associações entre pobreza e abandono, pobreza e orfandade, estiveram muito presente na produção das representações sobre infância.” (p.3). Um marco importante na história da infância é, pois, o fato de ela ser primeiramente a história das idéias e instituições que afetaram a vida das crianças e história das idéias sobre a infância, sobre a condição vivida por estas crianças sujeitos histórico-culturais. Como mostra Veiga (2003a, p.4) “a história da criança por muito tempo esteve associada ou confundida com a história das instituições e da assistência.”

Essa consciência do tempo geracional é possível ser observada a partir do século XVI quando vão se desenvolvendo novos parâmetros identitários das crianças além daqueles já conhecidos. Tem-se, entre os séculos XVII e XVIII, formas identitárias como expostas, abandonadas, legítimas e ilegítimas assim como civilizada, rude, vadia, operária. Umas associadas à condição de nascimento, outras à condição de inserção social. Veiga (2003a, p.6) vai mostrando que, a partir do século XIX com o desenvolvimento das ciências médicas e jurídicas, consolidação do processo civilizatório, da vida urbana, da indústria etc., desenvolvem-se novos parâmetros identitários, tais como normal, anormal, inteligente, imbecil etc., até chegar à produção do aluno, deixando inscrito na história as possibilidades de inserção diferenciada e bem demarcada desses setores da sociedade.

Mesmo que a preocupação dos autores citados não estivesse diretamente voltada para o sentido da exploração das crianças no trabalho, o que se pode apreender de tudo isso é que as tomadas de posse abusivas e de toda uma fantasmagoria da infância tem um endereço certo: as crianças das camadas pobres.

1.4 O MITO DAS CLASSES PERIGOSAS: OUTRO INGREDIENTE NA “FABRICAÇÃO” DE MENINAS E MENINOS TRABALHADORES

Que destino têm os joões-ninguém, os donos de nada, em países onde o direito de propriedade já se torna o único direito? E os filhos dos joões-ninguém? Muitos deles, cada vez mais numerosos, são compelidos pela fome ao roubo, à mendicância,

à prostituição. A sociedade de consumo os insulta oferecendo o que nega. E eles se lançam aos assaltos, bandos de desesperados unidos pela certeza de que a morte os espera.[...]. (GALEANO, 1999, p.19).

O processo não é simples. Precisa-se forjar modelos. O anjo e o demônio. Cada qual percorrendo itinerários diferenciados. Uns passam pela escola; outros, pelas ruas, casas de correção, reformatórios, hospícios, orfanatos, asilos, *workhouses*, rodas e tantos outros espaços de “preparação”. No dizer de Enguita (1989, p.105), “[...] sempre existiu algum processo preparatório para a integração nas relações sociais de produção, e com frequência, alguma outra instituição que não a própria produção efetuou esse processo.”

Não bastou só institucionalizar, mas justificar essa institucionalização. Ontem e hoje. Esse processo preparatório para o ingresso na produção vem de longa data. A simbolização da idade infantil como a idade do não- trabalho é contraditada em páginas muito remotas da história, tendo como personagens constantes os filhos dos joões-ninguém, os quais são introduzidos muito cedo num mundo que não tem nada de infantil e é regido segundo as leis da compra e venda de mercadorias e, no caso especial, da mercadoria força de trabalho. Entre umas e outras imagens de infância, é possível ir desvendando o itinerário das crianças. Diferentes percursos: casa, escola, sem escola, rodas, ruas, trabalho. Ao refletir sobre a trajetória de algumas crianças, é possível perceber que esses percursos que fazem, fornecem outras imagens que não cabem mais nas imagens tão certinhas que se fez delas. As repetidas imagens romantizadas da criança, carregadas de pureza, ternura e inocência, mesclam-se com outras. Por que essas imagens vão se alterando? Deterioraram as imagens ou foram deterioradas as condições de viver a infância? Compreender melhor a infância implica compreender essas trajetórias concretas que vão sendo traçadas cotidianamente, há muito tempo.

Nessa direção, ao refletir para entender a economia política da violência, Barros (1980) traz contribuições interessantes sobre as disfarçadas campanhas da dramatização da criminalidade e o discurso das funções da insegurança encobrendo a delinquência oficial e financeira, reforçando “os mecanismos de controle e de repressão seletiva, voltada, sobretudo, contra a classe trabalhadora (a classe perigosa) e os ‘inimigos internos’”. Embora não trate especificamente da situação dos menores, o texto aplica-se a essa situação. Algumas conclusões do autor referem-se ao grande esforço empreendido para captar os aspectos sócioeconômicos do aumento da violência, embora o mesmo empenho não possa ser verificado quanto à necessidade de captar seus aspectos políticos-ideológicos. O mito das

classes perigosas, sempre composta por aqueles sobrantes, dispensáveis considerados como “fardo social”, como ameaça e perigo constantemente reforçados com os temperos das imagens divulgadas pela mídia, não deixa de destacar o pertencimento social dessas feras. Não negando o aumento da criminalidade e da violência, mas atrelando-a ao modo de produção capitalista, continua Barros (1980, p.9):

Violência, portanto aparece como sendo os crimes praticados pelos trombadinhas e não aqueles praticados pelos capitalistas selvagens. Violência, na linguagem oficial e da grande imprensa, é muito mais o caso do pobre diabo que atirou no guarda, ou do pivete que matou sorrindo, do que a exploração selvagem da força de trabalho, os acidentes nas fábricas, os manicômios. [...] A violência é sempre “despolitizada”, é sempre encarada pelo seu lado reacionário, é sempre divulgada como uma “fatalidade”, onde se conflita o “bem” (a polícia) e o “mal” (os bandidos). Os agentes dessa violência são os delinquentes, os chamados “anti-sociais”, cujo estereótipo é o do homem humilde, do mulato, do embriagado, do operário estropiado, enfim, da quase totalidade da população brasileira. Esses delinquentes [...] estão espalhados [...] nas imediações das fábricas, nos quarteirões proletários, nos bairros periféricos.

O exercício de reflexão feito pelo autor repõe a centralidade de repensar o que significa, de fato, segurança, insegurança e delinquência e perceber a realidade escondida por trás dos mitos. Não há como descuidar da parcela de contribuição desses elementos na composição de uma determinada imagem de infância e justificar o discurso da necessidade do trabalho como antídoto à delinquência.

Ao mesmo tempo em que divulga a imagem de infância-anjo, vitimizada, divulga a infância-satanizada. Todas essas imagens são utilizadas pelas classes dominantes em benefício próprio, aproveitando-se desse drama social que elas mesmas criaram. Quando se fala em aumento de violência, esconde-se o aumento do desemprego que esse mesmo sistema gerou.

Buscando compreender mecanismos usados para produzir “certos modos de sentir, pensar, perceber e agir” em relação à violência urbana, Coimbra (2001, p.17-18) analisa aquilo que se denominou de “Operação Rio”⁷, a partir de “diferentes falas apresentadas em notícias, manchetes, editoriais e cartas de leitores, em quatro jornais do eixo Rio-São Paulo”. Enfatiza que essas estratégias são tão competentes chegando ao ponto de provocar em grande

⁷ Ocupação das áreas fluminenses consideradas perigosas - principalmente favelas - pelas Forças Armadas, polícias militares e civis, com a justificativa de acabar com a violência e o narcotráfico no Rio de Janeiro (1994-1995)

parcela da população “aplausos e apoios aos extermínios e chacinas, aos linchamentos, à pena de morte e às mais diferentes violações dos direitos humanos.

Embora o olhar da autora não seja voltado especificamente para a infância, ela aparece nessa pesquisa, por várias páginas confirmando que o atual momento também se apresenta como privilegiado na divulgação, pela mídia, de imagens satanizadas da infância. Por trás das imagens da criança inocente e idealizada, ou das imagens da criança-monstro escondem-se as condições reais nas quais essas crianças têm de viver seus tempos. Segundo a autora,

A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas. (COIMBRA, 2001, p.58)

Nada é natural. A construção social da criminalidade acaba por desviar o foco de atenção dos inúmeros problemas que a geram e faz com que “[...] todos aqueles que se tornam supérfluos, deixam de ter valor humano.” (COIMBRA, 2001, p.63). A autora vai trazendo abundantes exemplos extraídos dos periódicos para mostrar o exercício cotidiano de culpabilização da vítima, forjando através da linguagem uma impregnação dessa imagem da periculosidade das classes pobres e que portanto, requer limpeza e higienização das cidades.

A higienização e limpeza das cidades não foram obras de séculos passados. Elas continuam, hoje, sutis, transmutadas na esterilização da população pobre, nas batidas policiais nos chamados “territórios de pobreza”, nas chacinas, nas ruas transformadas em verdadeiros espaços de guerras, afinal toda uma polícia criada e praticada contra os pobres, os desassistidos.

Castel (2003, p.22) ao tratar das metamorfoses da questão social, coloca a condição de assalariado como aspecto central para se poder “mensurar a ameaça de fratura que assombra as sociedades contemporâneas e empurra para o primeiro plano as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro, da desfiliação.” Ao reconstruir o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira, colocando o trabalho como suporte privilegiado de inscrição das pessoas na estrutura social⁸, num

⁸ O autor, entretanto, ressalta à página 25: “Esse esquema de leitura não faz exatamente o corte da estratificação social [...] e a dimensão econômica não é, pois, o diferenciador essencial, e a questão apresentada não é a da pobreza, ainda que os riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômicas.”

momento em que assola o desemprego, a flexibilização e a precarização desfaz e explica o que de fato se esconde atrás do mito das classes perigosas. Aos “inúteis do mundo”, “inempregáveis” e “desfiliados” enumerados por ele, somam-se também os sobrantes, dispensáveis considerados como “fardo social”, como ameaça e perigo.

Ao mencionar as “legalidades” que legitimaram esses processos de constituição da sociedade salarial num quadro atual em que o inempregável é o substituto do vagabundo, este tendo o trabalho como uma imposição e o outro à margem das relações salariais, desvela faces das formas de “inserção” na sociedade salarial, porém privados de toda proteção e reconhecimento.

Com isso, o autor mostra que há homologia de posição entre “[...] os “inúteis para o mundo”, representados pelos vagabundos antes da revolução industrial, e diferentes categorias de “inempregáveis” de hoje” (CASTEL, 2003, p.27), e acrescenta enfático que “após ter sido um sucesso, a condição de assalariado novamente corre o risco de se tornar uma situação perigosa.” (p.28).

Sampaio (1986, p.7-8), usando das categorias econômicas “estoque” e “fluxo”, mostra que, no Brasil, acumulou-se do passado um

[...] estoque de menores em situação de abandono, que é espantoso e o mais grave é que nós temos um fluxo que joga o menor abandonado todo o dia no mercado. [...]. Não adianta resolver problema de estoque. O fundamental é resolver o problema do fluxo [...] porque a cada sete minutos que a gente tira da situação de abandono, o sistema põe dezessete na mesma situação. [...] Como é que pára o fluxo? O fluxo quer dizer aquilo que jorra, hora por hora de menor abandonado [...]. Menor abandonado é um problema e está ligado fundamentalmente à distribuição de renda.

E como diz Castel (2003, p.45) “[...] as regulações tecidas em torno do trabalho, perde seu poder integrador.” E mais ainda, as ameaças de cisão dos laços sociais põem em risco não apenas os que estão fora da margem, mas também aqueles que se alojam no interior das “zonas de integração”. A cruzada discursiva reclamando para essas crianças seu lugar na escola não seria mais uma tentativa de regulação? Há realmente interesse na escolarização ou não seria esse discurso mais uma forma de aliviar a questão social colocada por Castel?

1.5 ESCOLA: ESPAÇO DE ASSEPSIA DA CRIANÇA

A escola aparece como o caminho que leva da exposição ao perigo e ao contágio moral, à prevenção e integração. O espaço escolar ambiciona ter um caráter mais asséptico, portador de um projeto civilizador e também de uma proposta de disciplinamento diferenciada (mais sutil) do que aquela realizada em outros lugares da infância. Assumir a condição de aluno implica livrar-se, lavar-se, limpar-se de outras. E como se dá esse processo? Como se desodoriza? Que práticas são delineadas nesse espaço para adquirir esse caráter de assepsia?

Petit (1994, p.45-6), analisando alguns momentos-chave da evolução escolar no Ocidente, busca aliar produção da escola e produção da sociedade. Debruçando-se sobre as grandes mudanças da cultura escolar ocidental, chama a atenção para “[...]as bases sociais das oposições e hierarquias simbólicas escolares entre colégios/escolas elementares de caridade, escolas técnicas superiores/escolas técnicas elementares, primário e secundário estatizados.” Observando a gênese, estrutura e papel dos colégios no Antigo Regime afirma que “[...] a escola não se mostra como uma instância de transmissão do saber e de tecnologia com vistas a funções profissionais precisas, mas como um espaço simbólico onde os indivíduos vem buscar uma espécie de confirmação cultural de que pertencem a certas camadas sociais.”

Na segunda parte da obra, o autor vai destacando a escola como articulação seletiva entre cultura e grupos sociais na Europa Medieval: o aprendizado nas corporações, nas escolas elementares de primeiras letras, o ensino comercial e as universidades. Nesse percurso histórico, o autor vai mostrando, entre muitos outros aspectos, algumas características gerais da educação na Idade Média, destacando três delas: a mistura de crianças e adultos, sem ritos de passagem das idades, contrastando com a divisão etária que vai se instalar mais tarde; o convívio de representantes de diferentes condições sociais nos jogos e espaços em que brincam, embora destaque que as diferenças sociais têm suas marcas registradas, inclusive em sinais exteriores (roupas, posturas, marcas de respeito), porém diferentes das segregações que surgirão posteriormente; a educação dava-se no interior da família, penetrada pela vida da aldeia, da cidadezinha, das associações corporativas, não se distinguindo pela intimidade familiar hoje conhecida, pessoas misturadas, casas abertas à qualquer hora às indiscrições dos visitantes, não há um encerramento da célula familiar em si mesma. (PETITAT, 1994, p. 67).

Os colégios criados e multiplicados no período que se estendeu da Renascença às vésperas da Revolução Industrial é para “gente graúda e próspera” (PETITAT, 1994, p.89), para a produção/reprodução de uma cultura geral distintiva. Nesse período, há a introdução

das séries e classes escolares, o esquadramento do tempo e aparece uma nova categoria etária: a adolescência que, junto com as crianças passa a ser objetos de estratégias educacionais (PETITAT, 1994, p. 90). Separam-se as crianças dos adultos, porque elas são percebidas como maleáveis e influenciáveis pelos maus exemplos do mundo adulto e, necessita, portanto, de uma instituição específica. Nova organização espaço-temporal dos colégios e os embriões de uma administração moderna aparecem neste século XVI, não só a escola, mas a Igreja e o Estado: novo espírito de gestão dos negócios e dos homens. A preocupação com as regras de comportamento, de polidez e boas maneiras confirma o sucesso de *A Civilidade Pueril* de Erasmo. Refinamento dos costumes das classes distintas.

Para os pobres, as escolas elementares de caridade: as escolas de caridade de Lyon, o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs de J. Batista de La Salle. Em meados do século XVII, o abade Démia funda uma delas e, em 1666, explica a utilidade moral e econômica dessas escolas. Vale destacar que na primeira metade do século XVII estouraram oito levantes populares que despertam nos burgueses, o medo dessa população. E entre 1616 e 1647 foram “recenseados na França, mais de duzentos movimentos populares urbanos.” (PETITAT, 1994, p.118). Deles, participavam jovens e crianças. As escolas têm, pois, por objetivos “ensinar amor ao trabalho”, “obrigação de trabalhar fiel e duramente”, “um grande horror ao ócio”, e transmitir aos alunos alguns conhecimentos apropriados ao seu destino de trabalhadores.” (p.109). Assim:

Os jovens que não são adequadamente educados ordinariamente caem na vagabundagem, e não fazem nada além de arrastar os pés pelas ruas. Ficam agrupados nas esquinas, entretendo-se com conversas dissolutas, tornando-se indóceis, libertinos, dados ao jogo, blasfemadores e briguentos; entregam-se à bebida, à imoralidade, ao roubo e ao crime. Transformam-se, por fim, nos mais depravados e revoltados membros do Estado, e sendo a sua porção corrompida, estragariam o resto do corpo se o chicote dos algozes, as galeras dos Príncipes e os patíbulos da Justiça não retirassem da terra estas serpentes venenosas, que infectariam o mundo através de seu veneno e da sua dissolução. (PETITAT, 1994, p.108-109)

É a partir do século XVI que o remédio para a cura da pobreza, da mendicância, da vagabundagem por meio do trabalho passa a ser prescrito, tanto na França, como Inglaterra e Itália. Segundo Petitat (1994, p.117-118),

[...] é nesta mesma época que se afirma a administração e o controle público da caridade; é também neste período que germina a idéia – realizada no século seguinte – de prender os vagabundos errantes e os mendigos em hospícios e hospitais que funcionam juntamente com ateliers e manufaturas.

No decorrer de toda a parte II de seu livro a preocupação do autor é mostrar as relações entre a difusão escolar do conhecimento e as divisões da sociedade. Coloca como grande novidade do ensino, nos séculos XVII e XVIII, a difusão de uma cultura técnico-científica que forja instituições para si própria, na forma de academias, de escolas técnicas e profissionais sendo as primeiras as de Arquitetura, Pontes e Estradas e Minas, destinadas a preparar alunos para as novas necessidades do Estado. Esses setores já eram identificados com as necessidades de afirmação do capitalismo, antes mesmo que as máquinas-ferramentas se impusessem. Abaixo dessa hierarquia escolar surge no século XVIII o ensino técnico elementar.

Se até aqui há uma divisão de poderes entre Estado e Igreja nas formas de administrar e gerenciar o ensino, essa divisão irá se desintegrar no século XVIII e XIX. A expulsão da Companhia de Jesus e estatização da escola revelam as ambições do Estado. Nesse sentido coloca Petitat (1994, p.142) o seguinte:

[...] o Estado firma-se definitivamente no ensino por ocasião da revolução industrial, da supressão dos ofícios e da emancipação do capital industrial dos entraves corporativos. Os partidários da teoria do laissez-faire, dos fisiocratas aos teóricos liberais clássicos, todos favoráveis à menor participação do Estado na economia, são, ao contrário, favoráveis à sua intervenção no ensino.

Com a estatização do ensino surge uma nova cultura escolar, com seus mitos, temas e moral e a escola primária, destinada aos filhos do povo, revela-se um prolongamento das escolas de caridade. A preocupação de moralizar o povo, instruindo-o, aparece em toda parte persistindo por mais de um século.

Após a Primeira Guerra Mundial as expectativas do Estado de fazer da instrução elementar um fator da integração política e social encontra oposição vinda de grupos sindicais e políticos enraizados na própria classe operária. A escrita e a leitura sempre significaram “uma faca de dois gumes” para as elites européias. Mesmo que as estratégias e as lutas variem de um país para outro, etapas fundamentais são idênticas na transformação da cultura escolar. Currículos se alteram ao sabor dos interesses de classe, esquemas de diferenciação do primário e secundário se implantam, criando-se ensino intermediário, firmando-se a hierarquia escolar, reformas se sucedem, assim como a dosagem da cultura a ser “distribuída” às diferentes classes e níveis escolares. Enfim, é preciso não esquecer os múltiplos sentidos da

contribuição da escola para a produção e reprodução da sociedade e o movimento social em cujos fluxos os homens se envolvem.

Mesmo que a escola não responda mais às exigências estritamente profissionais num cenário em que o emprego encontra-se cada vez mais encolhido, uma série de transformações pedagógicas vai se efetivando e a preparação para o trabalho adquire, no discurso, o estatuto de uma religião, um bem supremo. Com a redução do emprego a que necessidades a escola procurará responder? Que sinais são apontados? Não cabe aqui arriscar previsões, mas sinalizar como tem sido colocadas nesse cenário a condição de aluno e a escola como espaço de distinção.

A escola sempre teve seu peso estratégico e continua tendo sua centralidade. Pode não ser mais o local de internamento para o trabalho, mas não deixa de desempenhar seu papel educativo que vai muito além da instrução. Ao apresentar-se como espaço por oposição à rua e outros, repõe a imagem do não-aluno como perigo, como problema para a efetivação de um programa de civilização, como justificativa do acolhimento da infância pela política, pelo Estado ou outras instituições, basicamente às avessas.

É o fetichismo da escolarização regido por outras lógicas, outras pedagogias que não passam apenas pela instrução, que demanda muito mais que mecanismos puramente verbais, mas materiais e que encontra nas instituições, nos espaços, no controle das normas de conduta, solo fértil para fecundar. E, como coloca Manacorda (2002, p.249) “fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa (e também a ordem dos jesuítas)”. A materialidade pedagógica se insere num processo social mais amplo que fornece elementos para preparar a mente e o corpo para que os novos valores sobre o trabalho sejam aprendidos.

1.5.1 Lugar de criança é na escola: qual criança, qual escola?

Porque eu estudo

eu estudo porque minha mãe me manda pro colégio ela diz que a gente deve estudar pra ser alguém na vida mas eu acho que nunca vou ser ninguém por causa de que eu estudo, estudo e não saio da segunda série. Acho que eu não saio da segunda série porque eu estou sempre com fome e cansado. Porque sabe, eu acordo às quatro horas da manhã, levo os patos pra maré, levo os porcos pro cercado, lavo o chiqueiro, lavo o sujo dos bichos e pego água, limpo o barraco e faço o café. quando eu chego na escola às oito horas, eu estou cansado com fome quero brincar comer aí não presto

atenção em nada mas eu quero ser alguém então eu prometo professora nunca mais eu vou brincar na aula.⁹

Porque eu estudo

eu estudo porque quero ser um homem de bem, um grande homem. Minha mãe diz que todo aquele que estuda vai ser um grande homem. Eu quero servir à minha pátria, sendo valente, corajoso, valoroso e fiel.

O estudo é a luz da vida. Devemos estudar porque o estudo enobrece a nossa alma.

O estudo é um farol na escuridão da ignorância.

Quem estuda tem tudo. Quem não estuda, não tem nada.

Devo estudar porque sou um bom menino.

Eu me dou muito bem nos estudos. [...] (LACERDA,1986, 30-31)

Os ideais iluministas **de que a razão e a ciência levarão a um inevitável progresso futuro** chegam ao século XXI com plena força. A ênfase na educação é de tal ordem, nos tempos atuais, que parece absurda a existência de problemas de acesso e permanência das crianças numa escola de qualidade, numa sociedade dita do conhecimento e cheia de suas tecnologias. Esses ideais acabam por delinear aquilo que deve ser dito e feito em relação à criança e sua educação. Por que continuam ancorando o discurso educacional e sendo praticados, legitimados e considerados válidos e verdadeiros? De onde vem sua força?

A onda de preocupação em torno dos problemas que afligem as crianças é fermento indispensável para a aceitação incontestada da máxima de que “lugar de criança é na escola!”. Não se pretende aqui colocar em dúvida tal afirmação e muito menos sugerir que ela seja ilegítima, apenas mostrar que mudanças nos modos de produção desencadeiam alterações em todas as instituições e, nesse caso, a família e a escola aparecem como o par perfeito para proteger a infância ameaçada e repor valores nas quais esses discursos se sustentem. Como coloca Sarmiento (2002, p.273), em decorrência das mudanças no processo de socialização das gerações jovens, as vinculações sociais que se estabeleciam no interior da família estão sendo transferidas para o grupo no espaço comunitário. Assim o autor expressa;

As mudanças estruturais e culturais na instituição familiar mostram, por outro lado, que a família tem vindo a perder de modo progressivo e significativo, o estatuto de instância primeira de socialização, por efeito de sucessivas recomposições e reestruturações que tem sofrido. Este estatuto tende a deslocar-se para o espaço público, seja ele o das instituições estatais, seja o da rua ou o do bairro, espaços estes geradores de novos processos de referência e de sociabilidade das novas gerações.

⁹ O uso de pontuação e maiúsculas segue rigorosamente a forma como a autora apresenta o texto, sendo elemento de estilo e ênfase, utilizados pela mesma.

Não é apenas em decorrência das mudanças familiares que a tarefa da socialização é transferida à escola ou às outras instituições, mas porque as metamorfoses no mundo do trabalho recolocam a questão da infância como questão social. Tanto as políticas de coerção quanto as de integração destinadas às crianças mostraram-se insatisfatórias para assentarem as crianças na ordem material. Já se mencionou, anteriormente, as bases sociais das oposições e hierarquias escolares e oposições e hierarquias sociais e a escola como lugar em que “[...] os indivíduos vem buscar uma espécie de confirmação cultural de que pertencem a certas camadas sociais.” (PETITAT, 1994, p.46). E Petitat ainda sinaliza que, para os pobres, as aprendizagens “necessárias” aconteciam nas escolas elementares onde se ensinava o amor ao trabalho. Todo esse discurso só faz sentido se inserido no contexto das divisões da sociedade.

Comênio (1966, p.413), um pensador da fase inicial do capitalismo, a fase das manufaturas e do regime parcelar do trabalho, apresenta em sua *Didática Magna* (Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos), no Capítulo XXVII, os quatro graus das instituições escolares em conformidade com a idade e o aproveitamento: as escolas inferiores (a materna e a primária) a escola de latim (para quem aspira coisas mais altas que os trabalhos manuais) e as Academias que “[...] devem formar os doutores e os futuros condutores dos outros. E o autor não para por aí, pois “[...] os engenhos selectos, a flor dos homens; os outros enviar-se-ão para a charrua, as profissões manuais, para o comércio, para que aliás, nasceram”.’ (p.448). Em toda “proclamação solene”, não há como escapar da máxima da “educação como remédio”. Desfazer esses fetiches tão marcantes no pensamento social é caminhar para redefinir práticas e projetos educativos condizentes com as necessidades das camadas menos favorecidas. O discurso pelo direito à escola, não pode ser encarado de forma simplista nem aceito com naturalidade. E não será por falta de aviso, principalmente de Bertold Brecht, ao insistir que “[...] em tempos de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”¹⁰.

A figura da criança ameaçada, assim como da criança “futuro”, angaria adesão e apoio público imediatos. Carrega-se de significações a figura da criança assim como delineiam-se espaços para sua formação, seu acolhimento, com a entrada em cena de sábios, profissionais, especialistas da infância que, de posse dos saberes que nunca são neutros, vão afetando e impregnando as práticas para as crianças, configurando instituições a ela

¹⁰ Poesias de Brecht. Disponível em: <http://www.geocities.com>. Acesso em: ago. 2007

destinadas, indicando brinquedos mais adequados, livros mais apropriados e assim, ao sabor dos interesses dos quais esses saberes são porta-vozes, instala-se um verdadeiro mercado para divulgação de produtos destinados a essa faixa etária: especialistas, servindo ao capital de vários lados, seja “expandindo” o encolhido mercado de trabalho, seja pelo fato de liberar a mão-de-obra feminina, facilitando a institucionalização das crianças, seja pelo fato de envolver grandes corporações como “pedagogas” interessadas no sucesso das crianças, seja por disponibilizar um tempo livre, ocioso disputado ferreamente por profissionais para ser um tempo também programado e ocupado.

Não se pode ainda esquecer que o mercado escolar é um grande escoador de produtos destinados à infância, um grande balcão de negócios, mesmo que determinadas mercadorias sejam para clientes “especiais”, pois nela circulam desde livros e outros milhares de itens no material escolar, as merendas ou os lanchinhos sempre ao gosto do cliente, os jogos e brinquedos sempre educativos e pedagógicos. A Estrela, a Lego, a Grow, a Toyster “ajudam” as crianças a crescer e aprender brincando, seja na escola ou fora dela.

Que o lugar da criança deveria ser na escola é aspecto quase consensual. Sarmiento (2002, p. 274-275) sinaliza que “a instituição escolar tende a aparecer cada vez mais, tanto às famílias como aos próprios alunos, como um logro, fonte de uma imensa decepção colectiva.” E continua o autor :

Numa situação de crise generalizada do emprego, a escola torna-se, simultaneamente, o espaço próprio da acomodação das fileiras de crianças e de jovens, que de outro modo estariam em situação de absoluta desocupação, e, para a maioria da população que não consegue à partida garantir uma actividade social remunerada para o futuro dos seus filhos, o espaço mirífico da aquisição da certificação que, como que magicamente, se destina a transpor as (de outro modo insuperáveis) barreiras colocadas no acesso a uma profissão prestigiada.

Aqueles mitos que sustentaram a existência da escola durante anos entram em crise e essa põe em causa a própria escola, que precisa ter renovado seus mitos. Chamborédon e Prévot (1986), quando discutem o “ofício de criança” impregnado no ofício de aluno, mostram que a descoberta da infância como objeto pedagógico é terra virgem que se apresenta como campo propício de aplicação de todas as utopias e assim deixam pistas sobre os vários interesses subjacentes na história da invenção do maternal.

Alguns debates e pesquisas atuais têm apontado o ofício de aluno ou o trabalho escolar como forma de trabalho mais invisível, apesar de sua institucionalização (SARMENTO, 2002), como uma forma de trabalho infantil moderno (WINTERSBERGER,

2001; QVORTRUP, 2001), como uma sobrecarga de trabalho (BEHERA; PRAMANICK, 2001) e ainda apresentando o trabalho escolar como elemento de colonização das crianças, defendendo a tese de que a natureza do trabalho obrigatório das crianças mudou de acordo com os modos de produção predominantes. (QVORTRUP, 2001).

Toda afirmação no sentido de eleger o trabalho escolar como “[...] trabalho socialmente necessário em termos de qualificar-se física e psiquicamente [...], trabalho escolar [...] caminhando para tornar-se o dominante, enquanto o trabalho manual está [...] atrofiando-se.” (KANITZ apud QVORTRUP, 2001, p.130); trabalho escolar na posição do oposto ao trabalho infantil explorado, entre outras discussões mais recentes, sinaliza que o papel do trabalho escolar é um problema que demanda ainda muita investigação. Afirmar que o trabalho escolar se apresenta como um novo trabalho infantil e que o trabalho infantil assalariado fora da escola e do lar é um fenômeno marginal, é uma afirmação apressada e caminha em direção contrária a muitas evidências dessa pesquisa, já que o trabalho infantil tem sido junto com o escolar o ofício de muitas crianças. Muitas dessas análises têm a Europa como cenário e a ênfase que se vê subjacente é que o trabalho infantil é problema dos países em desenvolvimento. Como mostra Qvortrup (2001, p.132)

[...] o problema não tem mais a mesma importância que já teve, em termos quantitativos, e em parte porque seus perigos estão longe de ser tão graves e importantes como anteriormente, embora tanto a exploração quanto os grandes riscos para a saúde das crianças ainda sejam muito numerosos.

E, recorrendo-se a Cunningham em recente pesquisa sobre trabalho infantil, concorda com ele “que hoje em dia o trabalho infantil, compreendido como trabalho assalariado fora da escola e do lar, é um fenômeno marginal.” (QVORTRUP, 2001, p. 133).

Wintersberger (2001, p. 94) afirma “que também na sociedade moderna¹¹ há resquícios de trabalho infantil tradicional, bem como princípios de novas formas de trabalho infantil [...] (como) o trabalho que as crianças produzem na e para a escola.” Aponta que o estresse, o medo, o fracasso escolar e ainda o suicídio de alunos são problemas postos pelo trabalho escolar.

¹¹ O autor anuncia ao leitor que o texto foi escrito com base em experiências e análises da infância na Europa Ocidental (para leitores na Alemanha, Áustria e Suíça) e outros países capitalistas com relações econômicas e sociais semelhantes, e argumenta que, como vai trabalhar com afirmações gerais e tecer comparações das atividades infantis na sociedade moderna, com atividades infantis em épocas anteriores e/ou em países de Terceiro Mundo, considera pertinente a publicação do artigo no Brasil.

Scratton (apud SARMENTO, 2000, p. 141) mostra que

A exploração do trabalho infantil tem uma dimensão universal, ainda que assuma formas variadas. Uma das maiores perversões do debate sobre essas formas é a da desculpabilização do Ocidente perante o que considera como um fenômeno do Terceiro-Mundo. Uma das possibilidades de renovação deste discurso etnocêntrico é precisamente o da procura de legitimação do trabalho das crianças ocidentais ignorando a questão da exploração económica, e procurando estabelecer uma distinção com “os pobres” do Terceiro-Mundo.[...] ‘Ao definirem-se ou estruturarem-se as experiências das crianças apenas no interior de fronteiras culturais ou sociais determinadas, a sua dor e exploração é identificada como uma questão meramente doméstica, mais uma expressão da patologia étnica. No entanto, é o Ocidente, o auto-proclamado Primeiro Mundo, que explora sem remorsos o trabalho nas “fabricas de suor” [...], nos campos de arroz, nas oficinas industriais sem controlo e nas minas [...] Intimamente associada com a dominação económica através da dependência está uma forma de imperialismo cultural que assume implicitamente que as crianças do Primeiro Mundo são protegidas, cuidadas e providas, alimentadas, amadas e educadas, libertas da pobreza, do abuso, da exploração, da doença e da morte prematura.’

O caminho que se fez até aqui pretendeu mostrar que, no decorrer da história, o ofício de criança, inicialmente imbricado no mundo do trabalho passa-se a partir da industrialização a entrelaçar seus fios ao ofício de aluno, separando essas duas condições da infância: uma correspondendo ao não-trabalho, ao tempo de direito à preguiça e ao lúdico para uns, assim como o tempo de trabalho onde for necessário para outros, e ofício de aluno considerado como trabalho escolar para todos, mas diferenciando-se na forma e no conteúdo desse trabalho, dependendo da classe á qual é destinado. Tudo isso na tentativa de articular que, nos itinerários da infância esses ofícios sempre se cruzaram e continuam cruzando, não importa a direção: se das casas e do campo, às ruas, das ruas às instituições de internamento, dessas às fábricas e depois às escolas ou se diretamente do lar à escola. O trabalho aparece sempre como a bússola que descreve e regula tal itinerário.

Embora a escola tenha nascido junto com as fábricas, não é esse o primeiro endereço das crianças pobres e sim o trabalho. É o que será visto no próximo capítulo, haja vista que a disputa por uma vaga na escola não é nada fácil, proliferando o ensino particular, a educação como mercadoria de alto custo, destinada apenas a alguns premiados pela sorte que conseguem vencer a barreira da concorrência por uma vaga ou que podem comprá-la. A escola continua tendo um caráter de distinção social. Não é de se admirar que homens e mulheres se ponham numa fila como em procissão de fé à espera de uma vaga, que pode vir por sorte ou sorteio, já que o “diamante” não é para repartir com todos. São muitos os chamados, mas poucos os escolhidos. Para milhares de crianças e adolescentes não existem

alternativas concretas para deixar o trabalho nem o acesso a uma boa educação. Como afirma Rizzini (2007, p.398) “quem conhece a fome sabe que sonhos não enchem a barriga [...]”. Mesmo que a escola se apresente como a possibilidade de veiculação de conhecimentos, como campo de possibilidades de trabalho que os pais também vislumbram para as crianças, limita-se a ocupações que não exigem maior especialização, portanto, há segundo Gouvêa (1993, p. 53) um reconhecimento por parte dos pais do fosso existente entre a escola e as necessidades familiares que inviabilizam um investimento na escolarização de seus filhos, após o término da quarta série. O próprio mercado de trabalho a que tem acesso não requer maior qualificação.

Na verdade, a frequência à escola além de ser limitada pelo trabalho, o é também pela inexistência de escolas próximas ao local de residência, pelo investimento financeiro exigido, pelo cansaço decorrente da dupla jornada e até mesmo o pouco retorno da escola no campo do trabalho, o que descarta a associação simplista da continuidade ou não dos estudos, única e simplesmente como decorrente do trabalho. O trabalho de Fukui, Sampaio e Brioschi (1985, p.29-30) destaca que ao associar trabalho infantil com empecilhos para frequentar a escola, diminui-se a “responsabilidade do sistema escolar no processo de exclusão de seus alunos”, além de camuflar a atuação de outros fatores a ele relacionado.

CAPÍTULO 2

MAPAS DO TRABALHO INFANTIL: OUTRA FACE DA INFÂNCIA OCULTA NA LÓGICA CAPITALISTA

Esses meninos, filhos de gente que só trabalha de vez em quando ou que não tem trabalho nem lugar no mundo, são obrigados desde cedo, a aceitar qualquer tipo de ganha-pão, extenuando-se em troca de comida ou de pouco mais, em todos os rincões do mapa do mundo. Depois de aprender a caminhar, aprendem quais são as recompensas que se dão aos pobres que se portam bem: eles, e elas, são a mão-de-obra gratuita das fabriquetas, das lojinhas e das biroscas caseiras, ou são a mão-de-obra a preço de banana de indústrias de exportação que fabricam trajes esportivos para as grandes empresas internacionais. Trabalham nas lidas agrícolas e nos carregamentos urbanos, ou trabalham em suas casas para quem mande ali. São escravinhos e escravinhas da economia familiar ou do setor informal da economia globalizada, onde ocupam o escalão mais baixo da população ativa a serviço do mercado mundial. (GALEANO, 1999, p.14)

Se o primeiro capítulo partiu das idéias sobre a infância e do que fazer com ela, das identidades a ela atribuídas, esse capítulo pretende encontrar as crianças, sujeitos reais, no mundo do trabalho, a vida vivida por elas e as condições nas quais vivem para escapar dos fetiches da infância que andam habitando o imaginário social. Ele tem como foco o trabalho das crianças no Brasil, apoiando-se principalmente na análise dos Mapas¹² de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente de 1999 e 2005¹³, editados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Inspeção do Trabalho, e um outro referente ao ano de 2001 que divulga resultados de pesquisa sobre Trabalho Infantil, realizada pelo IBGE (Instituto

¹² Na realidade, os documentos denominados Mapas de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, (a partir de agora denominados apenas Mapa de Indicativos e a referência ao ano em que foi editado) não se apresentam em forma cartográfica e sim no formato de Módulos e/ou Quadros. Adquiriu a forma cartográfica especialmente para esta tese baseando-se nos originais.

¹³ Essa é a terceira edição do Mapa de Indicativos do trabalho da criança e do adolescente e corresponde à versão mais atualizada referente aos dados até 2003, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2005. A primeira foi publicada em 1999 e a segunda, em 2001. São esses os documentos centrais deste capítulo.

Brasileiro de Geografia e Estatística) como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE; PNAD, 2003).

Para complementar a análise, foi ainda utilizado um documento publicado pela OIT¹⁴, em 2002, quando se completava dez anos de atuação do IPEC no Brasil, que destaca entre os dez melhores programas avaliados nestes dez anos: um sobre o combate ao trabalho infantil doméstico. Essa opção surgiu da necessidade de considerar esse documento pelo fato de tratar do trabalho infantil doméstico, haja vista que esta forma de trabalho não comparece nos Mapas de Indicativos de 1999 e 2001, e quando comparece no Mapa de 2005 é apenas enquanto mais uma das atividades econômicas realizadas por crianças. Esse encontro deixa a mostra uma outra face da infância oculta na lógica do trabalho produtivo capitalista. Ela se apresenta não mais na condição de minoridade, mas tal como os adultos em condição de ser explorada em todas suas habilidades. O período preparatório para entrada no mundo trabalho forjou um novo tipo humano amadurecido à força pelas leis que regem a compra e venda da mercadoria força de trabalho. Não foram as imagens alteradas, mas as condições de viver a infância é que foram alteradas, deterioradas. E nessas trajetórias concretas, no processo social real que se buscam as respostas para contrapor algumas idéias que cercam a infância. Nesse capítulo pretende-se transitar pelos Mapas do trabalho infantil apontando que a diversificação das atividades econômicas exercidas por crianças é um bom indicador de que a redução anunciada pelos discursos governamentais é fetiche. Embora não se trabalhe com números absolutos, mas com ampliação das atividades econômicas, sua reinvenção nas mais variadas formas, muitos elementos extraídos da análise dos mapas permitem problematizar a anunciada redução.

Buscou-se organizar o capítulo nos seguintes moldes: situar os Mapas e outros documentos que serão analisados, estabelecer comparação entre eles, na medida do possível, principalmente em relação aos aspectos da incrementação do trabalho infantil nos setores da economia e nas atividades ilícitas e, por último, uma rápida abordagem do trabalho infantil doméstico.

Tentando não perder de vista as relações estruturais e formais entre os setores da economia, isto é “[...] o papel que cada um desempenha no conjunto da economia e o papel interdependente que jogam entre si” conforme coloca Oliveira (2003, p.53), tentou-se agrupar as atividades econômicas considerando-se a tabela da CNAE (Classificação Nacional das

¹⁴ Denominado “Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos de IPEC no Brasil”.

Atividades Econômicas) versão 2.0, de 2007, e será feita uma breve explanação sobre a forma como se deu o agrupamento das atividades econômicas por setores da economia.

2.1 SITUANDO OS MAPAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Os denominados “Mapas de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente” de 1999, 2001 e 2005, são representados no formato de Módulos e/ou Quadros, constituídos por cinco colunas, assim distribuídas: relação da **atividade econômica** desenvolvida, os **municípios** brasileiros onde ela acontece, as **tarefas geralmente executadas**, as **condições de trabalho a que estão submetidos adultos, adolescentes e crianças** e **municípios com indicativos de redução do trabalho infantil**. Esse formato refere-se ao Mapa publicado em 1999¹⁵ a partir de fiscalização feita no período de agosto 1997 a julho de 1999.

Outro documento que deu suporte para esta análise e que é também classificado como Mapa de Indicativos 2001, não se apresenta nessa forma. Ele é resultado de pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2001, como tema suplementar da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios¹⁶) e, em seus “comentários” iniciais, afirma agregar informações para caracterizar o trabalho realizado por crianças e adolescentes, os aspectos socioeconômicos que distinguiam crianças e adolescentes ocupados daqueles que não trabalhavam e, também, os que eram estudantes dos que não freqüentavam a escola.

A primeira parte apresenta tabelas que contemplam taxas de escolarização de pessoas de cinco a dezessete anos segundo as grandes regiões do Brasil, permanência na escola por mais de quatro horas diárias, rede de ensino freqüentada (particular ou pública), percentual de pessoas inscritas ou beneficiárias de programas sociais para a educação, taxas de escolarização, considerando a renda mensal familiar, a situação de ocupação (por grupos de idade, por sexo, por horas trabalhadas por semana, atividade agrícola como trabalho principal, rendimento mensal por atividade, pessoas ocupadas e número de pessoas na família, utilização de máquina- ferramenta, produtos químicos e, por último, percentual de pessoas

¹⁵ Este mapa foi antecedido por um Diagnóstico Preliminar de 1995/1996, porém não foi possível acessar este documento.

¹⁶ A PNAD faz parte do sistema de pesquisas domiciliares, implantado no Brasil a partir de 1967 e tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, umas de caráter permanente (dados gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação) e outras com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação do país (migração, fecundidade, nupcialidade etc.). Inicialmente, os resultados foram apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre.

ocupadas na população rural e urbana). Todas acompanhadas de gráficos com respectivas análises.

Na segunda parte, aparece um extenso número de tabelas com dados referentes à situação de ocupação da criança, rede de ensino que freqüentam, freqüência à escola, principal motivo de não freqüentar a escola, satisfação com o trabalho, atividade exercida no trabalho principal, rendimento do trabalho, uso de máquinas, ferramentas, produtos químicos usados no trabalho principal etc. Todas as tabelas são apresentadas em relação ao Brasil/2001, seguido das Unidades da Federação e, por último, as mesmas tabelas apresentando os resultados por Regiões.

O Mapa de Indicativos de 2005¹⁷ aparece dividido em 3 módulos. Detalha no Módulo I, a situação do trabalho da criança e do adolescente no Brasil, por regiões, considerando os seguintes aspectos: série histórica (1995-2002) da Taxa de trabalho infantil nacional; variação do trabalho infantil por unidades da federação de 1999 a 2001 e de 2001 a 2002, abrangendo a faixa etária de cinco a quinze anos; distribuição segundo as regiões e unidades da federação do Brasil; relação entre trabalhadores infantis e a população do mesmo grupo etário, segundo as regiões do país; distribuição do trabalho infantil segundo as áreas geoeconômicas; distribuição do trabalho infantil segundo as posições na ocupação (não remunerados, empregado, empregador, trabalho domiciliar, autoconsumo, etc.); distribuição do trabalho infantil segundo sexo e grupos etários; distribuição do trabalho infantil segundo raça, cor e grupos etários; relação entre trabalho infantil e freqüência escolar; rendimento do trabalho infantil segundo trabalho principal da faixa etária de dez a quinze anos; rendimento do trabalho infantil segundo as posições na ocupação por terceiros (empregados ou trabalho doméstico).

O Módulo II apresenta as condições de trabalho a que estão submetidas crianças e adolescentes e as repercussões à saúde. Já o Módulo III traz informações sobre indicativos de trabalho em atividades ilícitas (exploração sexual comercial infantil, narcotráfico e narcoplantio) nas unidades da federação e que não figuravam no Mapa de Indicativos de 1999.

A dificuldade de se estabelecer uma análise comparativa qualitativa entre os mapas já se coloca de início, considerando a especificidade de cada documento, a forma de

¹⁷ De acordo com informações contidas no documento, as atualizações são até o ano de 2003, utilizando como referencial estatístico os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002, reprocessados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a faixa etária de cinco a quinze anos. [...].

apresentação dos dados, ora apenas descritiva (1999), ora com o predomínio dos dados quantitativos (2001) ou mesclando os dois aspectos (2005), dificultando estabelecer uma série histórica de resultados em relação a vários aspectos do trabalho infantil. Considerando-se essas especificidades, a comparação será feita entre os Mapas de Indicativos de 1999 e 2005, já que a mesma comparação não pode ser feita com o Mapa de 2001. Alguns dados deste documento serão, todavia, incluídos na análise, quando assim for possível.

2.2 APROXIMANDO-SE DO FETICHE DA REDUÇÃO

Colocar a categoria trabalho no centro de uma reflexão não é tarefa simples, principalmente quando associado à infância. As dificuldades se avolumam ao se perceber que a temática do trabalho infantil não tem merecido a devida atenção no campo trabalho-educação e muito menos no campo da teoria pedagógica.

Tirar o trabalho infantil da sombra, da invisibilidade na tentativa de descobrir ângulos poucos explorados e outras tonalidades que vão compondo esse quadro remete, nesse momento, a uma análise mais detalhada da categoria trabalho. Com ela, acredita-se poder aproximar daquilo que é a essência da infância e assim alargar a possibilidade de fortalecer a relação educação/trabalho e teoria pedagógica. Ao discutir trabalho, impossível escapar do caminho percorrido pela obra de Marx. E realizar o exercício de compreensão desse pensamento já coloca de início uma grande questão: Por onde começar? Desse modo,

Já não estaria esse pensamento exaustivamente [...] “interpretado”? O Capital ainda comportaria “novas interpretações”? Novas investigações? A resposta é positiva, porquanto se reconhece que o estudo dos problemas tratados por uma obra nunca é completo, uma vez que as relações histórico-sociais colocam para os indivíduos ‘novos fenômenos’ e, conseqüentemente novas questões. Nesta perspectiva, toda leitura tem que ser necessariamente insuficiente, já que é feita a partir de determinadas questões, que provêm de um contexto histórico específico. A historicidade do pensar exige, por isso mesmo, novas investigações.[...]. Partindo da estrutura do pensamento de Marx [...] apreender os problemas novos que surgem no curso da história do desenvolvimento do capitalismo. (TEIXEIRA, 1995, p. 35).

E qual é o problema novo que se coloca? O fetiche da redução do trabalho infantil. Tem-se, portanto, de imediato, duas categorias de análise: fetiche e trabalho. O que permite a análise dos Mapas de Indicativos do Trabalho da criança e do adolescente em relação ao

fenômeno do trabalho infantil? Que elementos fornecem para interpretar o fenômeno? Que direções apontam ao pesquisador?

Considerando-se as estimativas presentes nos gráficos e tabelas dos Mapas de Indicativos do Trabalho Infantil, todas elas apresentam e reafirmam constantemente a redução com algumas nuances de pequeno aumento aqui e ali, mas, no geral, o que prevalece é a redução. Tomando o Relatório Global –2006, da OIT¹⁸, e o Suplemento Brasil¹⁹ desse mesmo documento, tem-se o quadro a seguir:

Quadro 1. Estimativas das diferentes categorias de trabalho infantil por idade: 2000-2004

Escalão etário (anos)		População infantil		Da qual: crianças economicamente ativas		Da qual: crianças trabalhadoras		Da qual: crianças em trabalhos perigosos	
				2000	2004	2000	2004	2000	2004
Total (5–17)	Número (milhões)	1.531.4	1.566.3	351.9	317.4	245.5	217.7	170.5	126.3
5–14	Número (milhões)	1.194.4	1.206.5	211.0	190.7	186.3	165.8	111.3	74.4
5–17	Número (milhões)	332.0	359.8	140.9	126.7	59.2	51.9	59.2	51.9

Fonte: OIT. Relatório Global, 2006. A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance, p. 13 (Adaptado para esta tese).

Segundo esse documento,

As novas estimativas sugerem que em 2004 haveria cerca de 317 milhões de crianças economicamente activas, com idades entre os 5 e os 17 anos, das quais 218 milhões poderiam ser consideradas como crianças em situação de trabalho infantil. Destas, 126 milhões realizavam trabalhos perigosos. Os números correspondentes ao escalão etário mais estreito, dos 5 aos 14 anos, são 191 milhões de crianças economicamente activas, 166 milhões de crianças trabalhadoras, e 74 milhões de crianças em trabalhos perigosos. O número de crianças trabalhadoras, tanto no escalão etário dos 5-14 como no dos 5-17 caiu 11 por cento em quatro anos, de 2000 a 2004. Contudo, o declínio foi muito maior entre aquelas que estavam envolvidas

¹⁸ A OIT apresenta, anualmente, Relatório Global dedicado a um dos temas que fazem parte da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada a partir de 1998. Os temas são liberdade sindical e negociação coletiva, erradicação do trabalho infantil, erradicação do trabalho escravo e eliminação da discriminação. Em 2006, o tema foi sobre trabalho infantil e o título do relatório é “A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”. Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho - Conferência Internacional do Trabalho, 95ª Sessão 2006, Relatório I (B), OIT, Genebra.

¹⁹ Esse suplemento, preparado pelo Escritório da OIT em Brasília, oferece informações específicas sobre a situação nacional brasileira, complementares ao Relatório Global da OIT, que por limitações de cobertura de muitos países e restrições de tempo e espaço, não foram refletidas de maneira detalhada.

em trabalhos perigosos: 26 por cento para o escalão etário dos 5-17, e 33 por cento para os 5 a 14 anos. (OIT, 2006, p.13-14).

Em síntese, o que o relatório traz é que “[...]o número de crianças trabalhadoras, tanto no escalão etário dos 5-14 como no dos 5-17 segue apresentando boas novas em relação à redução do trabalho infantil, por corte etário, por sexo (os meninos continuam mais expostos do que as meninas ao trabalho infantil, particularmente o de cariz mais perigoso”, (p. 14), por setores da economia, sendo que a maior porcentagem concentra-se na agricultura, enfim os “[...]dados mostram que estamos a chegar a um limiar crítico na eliminação do trabalho infantil.” (OIT, 2006, p.16).

Nos gráficos e números apresentados há, “[...] uma tendência perceptível de queda do incremento de trabalhadores infantis para todas as idades, exceto para a faixa dos 17 anos, onde há uma tendência de subida desde 2001”. (OIT, 2006, p.6). Nessa direção, apresenta a diminuição por sexo, por situação censitária, por região do país e por Estado, apresentando que “[...] em números absolutos, as regiões Nordeste e Sudeste são as que mais apresentam trabalhadores infantis.” (p.11).

As estatísticas apresentadas são contraditórias. Muitas análises são controversas. Em Nota Técnica /2006, cujo assunto é análise dos dados sobre trabalho infantil na PNAD 2005, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aponta um ligeiro crescimento na Taxa de Ocupação das pessoas cinco a dezessete a 17 anos de idade. Este aumento na taxa de ocupação é notado na faixa de cinco a nove anos e dez a quatorze e redução na faixa de quinze a dezessete. Desse modo,

Em termos absolutos, o número de trabalhadores de 5 a 17 anos saltou de 5,3 milhões para 5,45 milhões, no período de 2004 a 2005, ocorrendo um acréscimo de 148 mil crianças. Trata-se de um achado importante por indicar uma tendência de aumento nas taxas, o que não ocorria há muitos anos.[...]. Em termos absolutos, a população de 5 a 17 anos caiu de 45,109 milhões para 44,842 milhões entre 2004 e 2005. Isto vem ocorrendo devido ao efeito da redução acelerada do número de filhos por mulher a cada ano. [...]. Embora os meninos respondam por dois terços do total de crianças empregadas em 2005, o maior crescimento dos novos ocupados se deu entre as meninas. (MDS/SAGI, 2006, [s.p])

Quadro 2. Pessoas ocupadas segundo sexo e Grupo Etário-2004 e 2005

Grupo Etário	Ano	Total	Sexo	
			Masculino	Feminino
5 a 9 anos	2004	252.050	177.177	74.873
	2005	302.891	212.453	90.438
10 a 14 anos	2004	1.713.595	1.169.006	544.589
	2005	1.864.822	1.257.196	607.626
15 a 17 anos	2004	3.337.444	2.155.573	1.181.871
	2005	3.283.725	2.088.528	1.195.197
Total	2004	5.303.089	3.501.756	1.801.333
	2005	5.451.438	3.558.177	1.893.261

Fonte: MDS; SGA (2006)

Embora a Nota Técnica/2006 divulgue dados posteriores às pesquisas mencionadas pelo Relatório Global 2006, o Suplemento Brasil ao Relatório Global da OIT - 2006, ao fazer análise das tendências estatísticas de diminuição do trabalho infantil no Brasil, afirma, com base nessa análise,

Que o trabalho infantil seguirá sua tendência de diminuição nos próximos anos, caso se mantenham e se incrementem as ações e políticas públicas nas áreas de direitos humanos, educação, promoção social, redução da pobreza, trabalho e emprego, e das políticas afirmativas relacionadas aos temas de gênero, raça, etnia, entre outras. (OIT, 2006, p. 24).

Em meio a tantas controvérsias, desencontros de cifras e incongruências dos dados vale repetir que “os dados numéricos não “falam”; eles permanecem mudos até serem corretamente interrogados” (CASTRO, 2003, [s.p]) .

Crianças sendo exploradas no trabalho estão por toda parte: Seja mergulhando em profundidades superiores a 60 metros para atar redes aos recifes de corais, nas plantações de cacau da Costa do Marfim, em Bangladesch em fábricas de balões, no Oriente Médio como jóqueis de camelos, no Paquistão costurando bolas de futebol, fazendo tapetes no Afeganistão, na mineração de ouro, diamantes e metais preciosos na África, gemas na Ásia, estanho na América do Sul, no mar, nas mais de 7000 ilhas Filipinas em expedições pesqueiras que duram de seis a dez meses e bem mais perto em Entre Rios, Jangadas, Dois Riachos, Águas Claras, Três Lagoas, Lençóis, Alvorada, Jacundá, Urucuia, Piripiri, Moita Bonita, Serra do Navio, Terra Boa, Céu Azul, Solidão, Desterro²⁰, as crianças trabalhadoras desafiam a

²⁰ Nomes de municípios brasileiros onde ocorre o trabalho infantil, retirados do Mapa de Indicativos de 2005.

geografia acompanhando a capacidade de o capital movimentar-se para lugares inesperados dos mapas. Por que a força de trabalho infantil permanece ainda, muitas vezes, muda para as estatísticas, invisível e difícil de ser captada? A exploração dos Mapas de Indicativos apareceu inicialmente como uma opção de fazer falar o silêncio sobre a criança que se esconde por trás do mundo do trabalho e foram eleitos como local para marcar um encontro com a infância. Uma outra infância?

O real é síntese de múltiplas determinações. Para se chegar a elas, é preciso um longo caminho. A verdade não se encontra logo no começo da caminhada e, para não arrastar a leitura por caminhos já percorridos, não se ambiciona aqui fazer uma exegese dos textos de Marx, retirando-lhes suas citações várias vezes repetidas por seus intérpretes. A pretensão é reafirmar sua inequívoca importância para o enfrentamento da problemática da persistência do trabalho infantil na atualidade. Pensar o trabalho infantil orientando-se pela perspectiva do marxismo é afirmar-se contrária a “[...] endossar as teses de seu fim e da necessidade de substituí-lo por outros paradigmas [...] pelas teses pós-modernas ou pós-estruturalistas (muito em voga no campo educativo hoje) sobre a ciência. Ao contrário significa afirmar sua pertinência e necessidade histórica”. (FRIGOTTO apud ARROYO, 1998, p.26). Nessa direção, é impossível furtar-se à citação, transcrita a seguir, abaixo retirada do Manifesto do Partido Comunista, de 1848, pela sua proximidade com o mundo de hoje e mais especificamente com os lugares por onde habitam as crianças trabalhadoras dos Mapas de Indicativos:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. [...] As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo.[...]. Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações imensamente facilitadas, a burguesia arrasta para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. [...]. Obriga todas as nações sob pena da extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização. [...]. (MARX; ENGELS, 2004, p.49).

Aqui aparece em toda sua plenitude a idéia do poder capitalista dominando o mundo inteiro. Conforme Dupas (2000, p.14) o que se vê, nas transnacionais contemporâneas,

Não são mais estruturas verticalizadas, mas fragmentação e dispersão do processo de produção por várias nações através das filiais e dos fornecedores ou subcontratados.

Assim obtém-se um produto final global composto de várias partes desenvolvidas em inúmeros países, aproveitando ao máximo as vantagens comparativas de cada um.[...]. (DUPAS, 2000, p.14)

É nesses “cachos de empresa”, como denomina Chesnais (1996), ou nas empresas em rede que se enredam as crianças trabalhadoras. Difícil serem alcançadas pelos olhares dos mais peritos auditores e fiscais da inspeção do trabalho e pelas ações fiscais dos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPAs). Muita exploração escondida para a acumulação capitalista em terras bem distantes que são pouco visíveis nos mapas. É nesse contexto que o trabalho infantil precisa ser focalizado.

É exatamente por essa configuração cosmopolita da produção, circulação e consumo que fica difícil desvelar a real dimensão do trabalho infantil e os Mapas de Indicativos elaborados para esta tese foram revelando algumas faces escondidas desse fenômeno, buscando elementos para compreender por que ele se apresenta dessa forma.

2.3 O TRABALHO DAS CRIANÇAS NAS DIFERENTES ATIVIDADES ECONÔMICAS²¹ E NOS SETORES DA ECONOMIA

Espalhadas pelos mapas do Brasil e do mundo estão as crianças, ora nas fotografias expressivas de Sebastião Salgado, ora retratadas por Huzak e Azevedo (1994) no mundo do trabalho, essas crianças de fibra “[...] habitam o nortedocentro, o suldonorte, o nordestedoleste, o oestedsudoeste, o altodoplanalto, o lisodaplanície, o buracodoabismo, lonjuras, vielas, becos, viadutos, marquises, esquinas, favelas” (CLAVER, 1988, p.3), crianças que com seu trabalho transformam as frias estatísticas e percorrem repetidas vezes a seqüência do alfabeto transitando pelas mais variadas atividades econômicas que desempenham: agricultura, bancos, colheita, extração de..., fabricação de..., guardador de..., horticultura, indústria de..., limpeza de..., matadouros, *office-boy e office girl*, produção de..., reciclagem de..., serviços de..., transporte de..., vendedor de...!!!

²¹ O Anexo D traz relação das Atividades Econômicas listadas nos Mapas de Indicativos de 1999 e 2005.

Crianças embrenhadas em vilas esquecidas, terras longínquas, cidades jamais imaginadas e expostas em outros tantos lugares a qualquer olhar atento, ajudam a construir com seu trabalho um pouco desse Brasil e do mundo.

Considerando que a forma como os Mapas editados pelo MTE/SIT estavam representados dificultava muito a análise e compreensão dos dados na sua totalidade, uma opção foi colocar esses dados numa forma cartográfica (Mapas), conforme apresentado a seguir com a intenção de melhor visualizar o quadro do trabalho infantil.

Num primeiro momento, todas as atividades econômicas exercidas por crianças e adolescentes listadas nos Mapas de Indicativos, foram distribuídas uma a uma, pelas regiões e seus respectivos Estados, no formato de pequenos círculos, devidamente identificados com números correspondentes a cada uma das atividades econômicas listadas no Mapa de 1997-1999 (99 atividades) e no Mapa de 2005 (242 atividades). Essa imagem iluminou uma primeira leitura dos dados, propiciando uma comparação entre um Mapa e outro.

Num segundo momento, aproveitando-se da representação cartográfica das atividades econômicas, espalhadas pelos Estados e respectivas regiões do Brasil, optou-se agrupá-las por setores da economia (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura, Indústria de transformação, Comércio, Serviços e outras atividades²²), atribuindo uma cor diferente a cada um. Uma outra face da realidade do trabalho infantil é revelada constituindo-se nos mapas a seguir²³.

Esses dados sobre os setores da economia são convertidos no formato de gráfico para cada região separadamente, depois são agrupados lado a lado por regiões, visando facilitar a análise comparativa e, por último, todos eles incorporados no âmbito do Brasil, conforme representados no gráfico que vem logo após os mapas.

²² Para esse agrupamento baseou-se na Classificação Nacional das Atividades Econômicas versão 2.0/2007 e CNCLA (Comissão Nacional de Classificação). A partir desse momento, a referência a esses setores será feita apenas pelo seu primeiro nome. A CNAE não utiliza o termo setores, e sim seções. Serão, contudo, considerados como equivalentes.

²³ Optou-se também fazer uma representação dos Mapas em folha A4 e, logo seguir apresentar estes mesmos dados em tamanho maior.

Figura 1. Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente no Ano de 1999

Figura 2. Mapa de Indicativo do Trabalho da Criança e do Adolescente 1997 - 1999

Figura 3. Mapa de Indicativo do Trabalho da Criança e do Adolescente no Ano de 2005

Figura 4. Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente Ano de 2005

Gráfico 1. Percentual das Atividades Econômicas Desenvolvidas por Crianças e Adolescentes em 1999 e 2005, por Setores da Economia, por Regiões e no Brasil

O quadro que se descortina faz lembrar um pouco o ornitorrinco descrito por Oliveira (2003) para simbolizar um Brasil onde miséria e opulência se mesclam dando contornos a uma “coisa” meio esquisita, a um monstrengo social. O bicho é descrito da seguinte forma:

Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo [...] um forte *agrobusiness*. Um setor Industrial completo, avançando, *tatibitate*, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas [...]; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado [...] que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB.[...] Como o crédito financia a circulação de mercadorias, e por essa via, indiretamente, a acumulação de capital, é fácil perceber o significado de um sistema bancário fraco. Em termos da PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural [...] e explosão continuada do emprego nos serviços. (OLIVEIRA, 2003, p.132-133).

Alguns contornos desse bicho aparecem nos Mapas de Indicativos do Trabalho de 1999 e 2005: o *agrobusiness* aparece representado de perto e em cores nos setores da economia, o setor industrial avançando *tatibitate*, a explosão continuada do emprego nos serviços. O diferencial é que a PEA ocupada é composta por crianças e adolescentes e não apenas adultos. E é exatamente aqui que se pode encontrar explicação para a persistência do uso da força de trabalho infantil pelo capitalista, considerando os fatores vivos no processo de valorização do capital. Desde que se possa,

1) Conservar o *valor* do capital variável, reintegrando-o, reproduzindo-o, isto é, adicionando aos meios de produção uma quantidade de trabalho igual ao valor do capital variável ou do salário; 2) gerar um *incremento* do seu valor, uma mais-valia, objetivando no produto um *quantum* de trabalho excedente para além do contido no salário, um *quantum adicional de trabalho*. (MARX, 1985, p.52)

Nessa direção, para o capital, tudo é igual à mercadoria força de trabalho, a atividade criadora de valor. Então, faixa etária, gênero e fase de desenvolvimento, pouco importam. Detalhes. Desde que se consiga extrair mais trabalho, não importa de onde. Nem importa o que possa vir a se transformar em mercadoria (mente, imagens, sexo, órgãos etc.).

O importante é obter a mais-valia absoluta, é aumentar o tempo de trabalho socialmente necessário “[...] para lá dos limites em que é necessário trabalhar, para repor o valor do capital variável, o salário” (MARX, 1985, p.53) e se intensificar o trabalho para lá desse mínimo e extrair do operário, num tempo dado, o maior trabalho possível terá a mais-valia relativa. Pelo que se vê, o segredo está na extensão/intensificação da jornada de trabalho e na exploração do trabalho abstrato.

Desse modo cada mercadoria apresenta-se em sua dupla forma: valor de uso e valor de troca expressando a unidade entre trabalho concreto (que se manifesta no valor de uso) e trabalho abstrato (que se manifesta no valor de troca). E, para Marx, a mercadoria que está à venda é a força de trabalho, que “pode ser considerada sob o duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade.” (MARX, 2002, p.57).

No capítulo V de *O Capital* Marx faz a distinção entre processo de produção de mercadorias e processo de produção capitalista, mas, para se chegar a essa diferenciação, é preciso acompanhar o movimento do pensamento do autor, partindo inicialmente da utilização/consumo da força de trabalho por quem a comprou, fazendo-a reaparecer em forma de mercadorias, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza, portanto produção de valor-de-uso para culminar na última página do capítulo com a diferença entre o trabalho que produz valor-de-uso e o trabalho que produz valor.

E adverte ao leitor que, inicialmente, irá considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada, porque a produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por estar sob o controle do capitalista, isso porque **antes de tudo²⁴, antes de ser** um processo de produção capitalista, o trabalho é um processo de produção de valores-de-uso do qual “[...] participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (MARX, 2002, p. 211). Por esse caminho vai explicitando como se dá esse processo.

O trabalho, aqui, aparece como base da existência humana na qual o sujeito humano intervindo ativamente, criadoramente na realidade, a transforma também transformando-se. “Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva do trabalho.” (MARX, 2002, p. 211).

Ao apresentar o processo de trabalho como processo de dispêndio de força de trabalho, como fermento vivo que será incorporado aos elementos mortos constitutivos do produto, diferencia-o do processo de produzir mais-valia, da produção do ponto de vista do valor, salientando que, sob esse ponto de vista o trabalho, a matéria-prima e o produto serão focalizados de forma totalmente diversa daquela sob a qual foram considerados no processo de trabalho.

²⁴ Grifos meus

O método de exposição utilizado por Marx em *O capital*, nos quatro primeiros capítulos, explica esse movimento de produção de valor de uso e produção do valor de troca. Segundo Tumolo (2005, p. 249), Marx parte do processo simples de trabalho e dele vai extraindo todos os elementos que vão compor o processo de produção capitalista, o processo de valorização.

Ficam, portanto, expostas as condições nas quais é produzida a existência humana no modo capitalista de produção, comparando-as com a forma em que esse modo de produção se realiza com objetivo apenas de satisfação das necessidades humanas.

É na esfera da produção que reside o segredo do maior valor, o feitiço das mercadorias. Mágicos capazes de fazer coisas incríveis, convenientes só para eles. O segredo desse milagre está no uso que o capitalista faz de uma mercadoria especial, também mágica: a força de trabalho. A **forma** como aparece a compra e venda dessa mercadoria **esconde** seu real **conteúdo**, pois o capitalista sempre compra força de trabalho e o trabalhador sempre a vende. A aparência é que há uma troca de equivalentes, mas,

A parte do capital que se troca por força de trabalho, nada mais é que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e [...] ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem que repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto, mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. (TEIXEIRA, 1995, p.43-44).

A diferença reside no processo de trabalho realizado para “criar valores-de-uso, apropriar os elementos naturais às necessidades humanas” (MARX, 2002, p.218) e processo de trabalho no qual ocorre o consumo da força de trabalho pelo capitalista, pois “o valor da força de trabalho e o valor que ela vai criar no processo de trabalho, são duas magnitudes distintas.” (p.227). Isso pode ser ilustrado por meio de um diálogo que o trabalhador mantém com o capitalista, exposto por Marx (2002, p.272) da seguinte forma:

A mercadoria que te vendo se distingue da multidão das outras, porque seu consumo cria valor, e valor maior que seu custo.[...]. Este foi o motivo porque a compraste. O que, de teu lado, aparece como aumento de valor do capital é, do meu lado, dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos no mercado, uma lei: a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria não pertence ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. Pertence-te, assim, a utilização da minha força diária de trabalho [...]. Quando prolongas desmesuradamente o dia de trabalho, podes num dia gastar, de minha força de trabalho, uma quantidade maior

do que a que posso recuperar em três dias. O que ganhas em trabalho, perco em substância.[...] Exijo, por isso, uma jornada de trabalho de duração normal, e sem fazer apelo a teu coração, pois quando se trata de dinheiro, não há lugar para a bondade.

Por esse caminho, Marx vai desvendando o segredo do misticismo do mundo das mercadorias, iniciando sua investigação pelo processo de trabalho como condição eterna da existência humana, abordando o trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana, realçando os elementos simples do processo de trabalho que resulta na produção de valores de uso. Considerando a insuficiência dessa análise para compreender a real dimensão do processo de trabalho, de sua forma específica de ser, amplia a exposição de forma a revelar os diferentes momentos constitutivos desse processo: produção, distribuição, circulação e consumo.

E considerando a dupla determinação do consumo (consumo produtivo e consumo improdutivo), no caso das crianças, convém destacar seu papel enquanto consumidoras, papel esse esquecido nas análises sobre trabalho infantil, já que as crianças são potenciais consumidoras, nem que seja das políticas públicas. Esse aspecto também é pouco abordado nas pesquisas. A participação da criança não só na produção, mas também na esfera do consumo.

Ao apresentar alguns temas e problemas que são subrepresentados ou totalmente ausentes na bibliografia portuguesa consultada sobre as várias dimensões em que se concretizam as relações entre a infância, a economia e o desenvolvimento, Sarmiento (2000, p. 145-146) aponta os seguintes:

- i) as crianças perante o desenvolvimento do mercado para a infância (brinquedos, filmes, jogos e programas informáticos, imprensa e literatura de consumo infantil, roupas, acessórios, etc.);
- ii) a moda infantil;
- iii) a utilização das crianças na publicitação de produtos para consumo;
- iv) a criança como consumidora;
- v) os custos da infância nas economias familiares;
- vi) o mercado das instituições destinadas á ocupação e guarda das crianças [...], ludotecas, internatos, etc.;
- vii) o “valor “ da infância nos diferentes programas de subsídios e pensões pecuniárias que têm por destinatários ou referentes as famílias ou as crianças;
- viii) os sentidos, as oscilações, os custos e os benefícios das políticas públicas para as crianças nos diversos níveis de sua realização (Estado, autarquias, institutos públicos, etc.).

Nessa direção, vê-se que todo e qualquer trabalho realizado no interior das sociedades capitalistas é voltado para a produção de mercadorias, para a troca e, nesse

contexto, as pessoas só existem na condição de proprietários de mercadorias, não importando se o produto resultante do trabalho e mesmo a própria força de trabalho seja de adulto ou criança, porque, nessas condições há uma igualação dos diversos trabalhos privados. Segundo Teixeira (1995, p.71-72),

A troca se apresenta, assim, como um processo onde os diferentes trabalhos são igualados entre si. Essa igualação exige que esses diferentes trabalhos sejam reduzidos simplesmente a trabalho, isto é, a trabalho não diferenciado, igual, simples, em síntese: a trabalho que seja qualitativamente o mesmo e só se diferencie quantitativamente. Marx dá conta dessa redução na seguinte passagem: ‘deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade que é a de serem produtos do trabalho. [...]Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato’.

É nessa indiferenciação qualitativa dos diferentes trabalhos que o trabalho infantil deve ser considerado. Desde que o trabalho se materialize nos produtos, e que seja trabalho humano abstrato, não importa de onde provenha o *quantum* de trabalho, se do adulto ou da criança. Sendo dessa última aumenta-se a vantagem de ser sub-remunerado e muitas vezes não-remunerado, ora aparecendo como ajuda, como elemento de socialização e constituindo, portanto, naquilo que poderia ser nomeado como uma “extra-mais-valia” ou “mais-valia extraordinária”.

2.3.1 MAPAS DE INDICATIVOS: ATIVIDADES ECONÔMICAS

Para realizar uma análise sobre o trabalho infantil a partir dos Mapas de Indicativos, um primeiro elemento que despertou a atenção foram as atividades econômicas desenvolvidas por crianças e adolescentes nos Mapas de 1999 e 2005. Num primeiro contato com os documentos, já se percebia, sem muito esforço, o aumento dessas atividades em 2005 (no total de 242 atividades) em comparação com o ano de 1999 (99 atividades). Esse quadro já colocava algumas questões, mesmo sabendo que mudanças na organização produtiva alteram essa classificação demandando novas abordagens analíticas principalmente nos setores em que surgem novas atividades econômicas. O que se percebia expressava a ampliação do trabalho, sua reinvenção nas mais variadas formas. Uma consulta na tabela de

correspondência da CNAE, versão 2.0 (2007), comparada com a versão CNAE 1.0 apontava inúmeras “novas” atividades econômicas.

Estudos sobre as metamorfoses no mundo do trabalho e reestruturação produtiva realizado por diferentes autores apontam algumas tendências que vêm caracterizando o mundo do trabalho e, entre elas, destaca-se o assalariamento no setor de serviços, o terceiro setor e as novas formas de trabalho em domicílio. Concomitante à diminuição da classe operária industrial tradicional, assiste-se a “[...] uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços, [...] vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’” (ANTUNES, 2005, p.49) que marca a sociedade atual.

Embora o Mapa de Indicativos/2005 mencione, na Introdução, perspectivas para melhoria na análise dos dados, principalmente no tocante à classificação das atividades econômicas, adotando como critério identificador a descrição do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), apontando aí uma pista para ser explorada, percebia-se ainda que o número de municípios onde acontecia o trabalho infantil era bem superior no Mapa de 2005, se comparado com o de 1999. Esses foram os motivos que direcionaram o aprofundamento da análise dos mapas tendo como foco as atividades econômicas.

As atividades econômicas exercidas por crianças aumentam visivelmente em praticamente todos os Estados, apresentando redução apenas no Estado do Acre, Tocantins, (mas não sendo uma redução significativa) e mantém-se no Maranhão.

Tomando para análise esse Estado e comparando-se as atividades exercidas em 1999 e 2005 percebe-se que algumas (comércio ambulante, colheita e quebra de babaçu, horticultura, Indústria moveleira, serviços em Olarias) persistem em ambos os períodos; entretanto, das dezesseis atividades econômicas realizadas em 2005 (agricultura de subsistência, agropecuária, catadores de lixo, coleta e quebra de coco babaçu, comércio ambulante, construção civil, cultura da mandioca, exploração florestal, extração de carne de caranguejo, horticultura, indústria moveleira e assemelhados, panificação, pesca, serviços domésticos, serviços em oficinas mecânicas e serviços em olarias), onze delas ocorrem em todos os municípios do Estado, não apresentando correspondência na coluna referente a municípios com redução do trabalho infantil.

Considerando ainda o Estado do Maranhão no Mapa de 2005, pôde-se ver que no momento da fiscalização, não se detectou nenhuma ocorrência de trabalho infantil na indústria

moveleira e assemelhados, fato de se estranhar, pois a atividade aparece em 1999 nos municípios de Açailândia, Dom Pedro e Itinga e, em 2005, ela reaparece em Açailândia, Buriticupu, Imperatriz e Itinga na coluna referente a municípios com redução do trabalho infantil. Cabe, contudo, a pergunta: O que aconteceu com os dois municípios (Buriticupu e Imperatriz) que não figuravam em 1999 e agora apresentam redução em 2005? E o que aconteceu com esta mesma atividade no município de Dom Pedro? Se houve indicativo de redução nesse local, por que ele não figura em 2005? Pode-se afirmar que houve redução naquelas inúmeras outras atividades que aparecem em 1999 e não constam em 2005, como produção de carvão vegetal, extração vegetal? São muitas as questões e, aqui, tomou-se apenas o Estado do Maranhão como exemplo para apontar alguns aspectos do problema.

A variedade de novas atividades econômicas desenvolvidas por crianças aponta que o capital ocupa tudo que vê pela frente e as crianças contribuem com sua parcela para essa expansão, atuando em comércio ambulantes em terminais de passageiros, comércio atacadista, varejista de todo tipo, na construção civil, como entregador, empacotador, distribuidor de panfletos, como flanelinhas, marqueteiros, em atividades inimagináveis, lá estão as elas.

Continuando o comparativo e focando apenas para as atividades econômicas, percebe-se que, no Mato Grosso do Sul, não aparece nenhum município com catadores de lixo. Essa atividade foi reduzida em todos os municípios? Serviços de rua/em vias públicas pouco aparecem (apenas no Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo). Sabe-se que o comércio ambulante marca presença em praticamente todos os Estados. Ele, entretanto, só aparece em um município, em Minas Gerais e com nenhum foco em São Paulo. Apenas aparecem municípios com indicativo de sua redução. Serviço doméstico também não é atividade realizada por crianças em São Paulo de acordo com o Mapa de 2005. Aparece apenas na cidade de Miracatu, na coluna referente a município que apresenta redução e com uma nota esclarecendo que tal município é contemplado com bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Quando se trata de exploração do trabalho de crianças e adolescentes a extração da mais-valia encontra terreno fértil, pois se pode contar com fatores que auxiliam de dupla forma a sua extração. Entre eles, tem-se o fraco poder reivindicatório das crianças, remuneração inferior àquela oferecida aos adultos, sua fraqueza e docilidade, o fato de custarem pouco, receberem como pagamento alojamento e alimentação etc. Assim,

[...] todos os vínculos morais da sociedade’, [...] ‘são destruídos pela transformação dos valores humanos em valores de troca; todos os princípios éticos são destruídos pelos princípios da concorrência e todas as leis existentes até este momento [...] são suplantadas pelas leis da oferta e da demanda. A humanidade mesma se converte em uma mercadoria. (ENGELS apud TEIXEIRA, 1995, p.58)

Tudo isso encontra na informalidade, terceirização e serviços, formas que garantem a invasão da vida privada do trabalhador pelo trabalho, permitindo uma simbiose perfeita entre espaço doméstico e produtivo.

2.3.2 Mapas de Indicativos: Setores da economia²⁵

O processo de agrupamento das atividades econômicas não foi simples nem feito livremente. A direção tomada foi agrupá-las considerando as seções (setores) contidas na CNAE²⁶, mesmo sabendo das dificuldades de lidar com os diferentes níveis, suas inúmeras seções²⁷ (divisões, grupo, classe e subclasse) e respectivas descrições. O quadro a seguir ilustra essas informações:

Quadro 3: Evolução no número de categorias nos vários níveis da CNAE²⁸

Número de Categorias			
Níveis	CNAE 1.0	CNAE 2.0	Acréscimos
Seções	17	21	4
Divisões	59	87	28
Grupos	223	285	62
Classes	581	673	91
Subclasses	1183	1301	118

Fonte: IBGE/CNAE 2.0 (2007)

Para exemplificar a forma como aparece especificada cada categoria e a hierarquização dos níveis, tomou-se como exemplo a seção a seguir:

Seção A- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura

²⁵ Ver Anexo D : Atividades Econômicas por Estados/Setores da Economia –1999 (Quadro 6) e 2005 (Quadro 7).

²⁶ A CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica. O IBGE é o órgão gestor da CNAE. Em 2002, a estrutura da CNAE foi atualizada resultando na versão 1.0 da CNAE (Resolução Concla: [Comissão Nacional de Classificação] n.º 6, de 09/10/2002). Com a revisão 2007, a estrutura hierárquica da CNAE 2.0 ficou conforme apresentada acima. A CNAE 2.0 é uma classificação estruturada de forma hierarquizada em cinco níveis, com 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1301 subclasses. Maiores detalhes acessar o site www.ibge.gov.br/concla.

²⁷ Ver a descrição das 21 Seções no ANEXO C.

²⁸ No original esse Quadro é número 2.

Divisão 01	Agricultura, pecuária e serviços relacionados
Grupo 01.1	Produção de lavouras temporárias
Classe 01.11-3	Cultivo de cereais
Subclasse 0111-3/01	Cultivo de arroz

[...] O sistema de codificação é integrado, a partir do segundo nível, com o código de cada nível de grupamento mais detalhado incorporando o anterior. Assim, o código da subclasse (sete dígitos) incorpora o código da classe (quatro dígitos + DV), que, por sua vez, incorpora o código do grupo (três dígitos) a que pertence, e este, o da respectiva divisão (dois dígitos). (IBGE/CNAE, 2007, p.18)

Com base nessa classificação e após elaboração dos Mapas e distribuição das atividades econômicas pelos Estados, elas foram agrupadas por setores, considerando-se, além da descrição de cada seção, especialmente o Capítulo 3 “Estrutura detalhada e notas explicativas da CNAE 2.0.”. Como essa estrutura é composta de 21 seções, conforme Anexo D, o que definiu o agrupamento foram também as atividades realizadas pelas crianças que constavam nos mapas e que não encontravam correspondência em todas as seções da CNAE.

Considerando a extensão do documento da CNAE, serão realçados apenas alguns aspectos que colaboraram na inclusão das atividades nos setores correspondentes. De acordo com a CNAE a Seção A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura²⁹ - compreende

[...] a exploração ordenada dos recursos naturais vegetais e animais em ambiente natural e protegido, o que abrange as atividades de cultivo agrícola, de criação e produção animal; de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental; de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais e de exploração de animais silvestres em seus habitats naturais; a pesca extrativa de peixes, crustáceos e moluscos e a coleta de produtos aquáticos, assim como a aquicultura - criação e cultivo de animais e produtos do meio aquático. Também fazem parte da seção A o cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais modificados geneticamente. Esta seção compreende também os serviços de apoio às unidades de produção nas atividades nela contida. (IBGE/CNAE, 2007, p.75).

Só que a compreensão não é nada simples devido a interconexão das atividades e a quase impossibilidade de estabelecer distinções reais e fronteiras entre as atividades dos diferentes setores da economia, pois como coloca Vendramini (2007, p.124-125)

[...] O trabalho no campo desenvolve-se num amplo e diversificado espaço e abrange um conjunto de atividades, entre elas, a agricultura, a pecuária, a pesca e o extrativismo. Além disso, diz respeito a diversas formas de ocupação do espaço, desde a produção para a subsistência até a produção intensiva de eucaliptos para a obtenção de celulose. Explícita a grande desigualdade social do país. Constitui espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos

²⁹ Maiores detalhamentos dessa seção estão na CNAE 2.0, (IBGE, 2007, p.75-90)

agricultores; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética [...]. O século XX, especialmente a segunda metade, atravessou grandes transformações na forma de organizar a vida e o trabalho das populações rurais no Brasil. Assistimos a uma perversa penetração do capitalismo nas relações produtivas do campo, transformando e submetendo toda a produção ao capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias. Os avanços da exploração capitalista e o processo de modernização da agricultura no Brasil caracterizam-se pelo fortalecimento de unidades de produção cada vez maiores, impondo novas condições para lucratividade, uma vez que as culturas que utilizam insumos modernos e produzem para a exportação e/ou transformação industrial têm um espaço privilegiado na balança comercial. A pequena produção subordina-se ao capital, seja ele comercial ou financeiro, ao proprietário fundiário, aos complexos agroindustriais e às cooperativas capitalistas. A agroindústria, no Brasil, desenvolve-se como uma extensão orgânica da estrutura industrial e é um dos determinantes básicos na redefinição do papel da agricultura na acumulação capitalista.

A Seção Indústria é dividida em duas, na CNAE: Indústrias Extrativas e Indústrias de Transformação³⁰. Para esta tese, resolveu-se agrupar as duas seções, denominadas apenas por Seções B e C : Indústrias. A Seção B - Indústrias Extrativas compreende:

[...] as atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizadas principalmente para melhorar a qualidade do produto e facilitar a comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. As atividades de beneficiamento são, geralmente, executadas pela empresa mineradora junto ao local da extração. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural etc. (IBGE/CNAE, 2007, p. 91)

A seção C - Indústria de transformação compreende,

[...] as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais.

As atividades da indústria de transformação são, freqüentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. É também considerada como atividade industrial a produção manual e artesanal, inclusive quando desenvolvida em domicílios, assim como a venda direta ao consumidor de produtos de produção própria, como, por exemplo, os ateliês de costura. Além da transformação, a

³⁰ Maiores detalhamentos desta seção estão na CNAE 2.0, (IBGE, 2007, p.91-193)

renovação e a reconstituição de produtos são, geralmente, consideradas como atividades da indústria (ex.: recauchutagem de pneus) (IBGE/CNAE, 2007, p. 98).

Partindo-se das atividades econômicas que apareciam nos Mapas, selecionou-se alguns aspectos da CNAE que, de certa forma, justificassem a classificação das atividades para este capítulo. A seção C, além das atividades mencionadas, engloba outras como lapidação de gemas (pedras preciosas e semipreciosas), a fabricação de brinquedos, a fabricação de placas e letreiros e de painéis luminosos etc. (IBGE, 2007, p.185)

A seção G- Comércio compreende

[...]as atividades de compra e venda de mercadorias, sem transformação significativa, inclusive quando realizadas sob contrato. Inclui também a manutenção e reparação de veículos automotores. (p.217) A venda sem transformação e inclui operações (ou manipulações) que são usualmente associadas ao comércio, tais como: montagem, mistura de produtos, engarrafamento, empacotamento, fracionamento etc., quando realizadas pela própria unidade comercial. [...]. Esta seção compreende a revenda de sucatas e resíduos sem qualquer tipo de tratamento [...] (p.199), o desmanche de veículos, máquinas e outros tipos de equipamentos para a obtenção de partes utilizáveis para revenda [...] o comércio de desperdícios, resíduos e sucatas inclusive com o recolhimento, seleção e comercialização, sem qualquer transformação. (IBGE, 2007, p. 201)

A SEÇÃO S - Outras atividades de Serviços - compreende

[...] uma ampla variedade de serviços pessoais; serviços de organizações associativas patronais, empresariais, profissionais, sindicais, de defesa de direitos sociais, religiosas, políticas, etc.; atividades de manutenção e reparação de equipamentos de informática, de comunicação e de objetos pessoais e domésticos. Os serviços pessoais incluem: lavanderias; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; clínicas de estética; atividades funerárias; e serviços religiosos. (CNAE, p.349)[...].

Esta classe compreende as atividades de unidades domésticas que contratam empregados domésticos tais como: cozinheiros, copeiros, arrumadeiras, motoristas, lavadeiras, passadeiras, babás, jardineiros, governantas, caseiros, etc. para atender às necessidades de seus residentes. (IBGE, 2007, p.356)

Transitar nesse documento não foi tarefa fácil, exigindo cada vez mais um ir e vir nas classificações. Um exemplo pode ser dado considerando-se a atividade “beneficiamento de camarão”, incluída no setor da Indústria, entretanto a CNAE esclarece que as atividades que não são consideradas atividades industriais são:

O beneficiamento de minerais em continuação à extração, [...] a fabricação de matérias- primas intermediárias a partir de desperdícios de alimentos e bebidas [...], as atividades de empacotamento ou engarrafamento em lotes menores de produtos alimentícios e outros, realizadas pela unidade de comércio atacadista e varejista [...]

e por unidades especializadas na prestação destes serviços para terceiros [...] o corte de metal, madeira, vidro e outros materiais para atendimento às necessidades do cliente no comércio atacadista e varejista, etc. (IBGE, 2007, p.99)

Após deparar-se com a informação de que o beneficiamento em continuação à extração não é considerado uma atividade industrial, imediatamente vem à tona a atividade “beneficiamento de camarão”. Como se referia à beneficiamento de minerais, decidiu-se mantê-la aí também pelo fato de logo a seguir ter-se a seguinte informação: “algumas atividades como a produção, processamento e transformação de produtos da agricultura, pecuária e pesca em alimentos para uso humano e animal como carnes, pescados, leite, frutas e legumes, gorduras e óleos, grãos e produtos, de moagem” etc. (IBGE, 2007, p. 100) são considerados nessa seção sem mencionar a palavra “beneficiamento”, por tal razão decidiu-se mantê-la na Indústria, mas estes questionamentos foram uma constante durante o processo.

Para não correr o risco de muitos desvios, os passos seguidos para inserir as atividades econômicas em cada seção com apoio na CNAE, foram os seguintes:

- 1- Procurou-se inserir em cada seção da CNAE, as atividades econômicas listadas nos Mapas de Indicativo (1999 e 2005), iniciando-se pela seção A: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura. Nela foram incluídas as atividades que correspondiam à descrição feita na seção, e excluindo aquelas que claramente apareciam como pertencente a outra seção. Esse processo foi realizado com todas as atividades.
- 2- Se fosse necessário, passava-se por todos os níveis (seções, divisões, grupos, classe e subclasse) da CNAE, isto é, pela denominada “Estrutura detalhada e notas explicativas”, tentando inserir as atividades econômicas dos Mapas até encontrar ou não uma alternativa para sua inserção em determinado setor. Quando esse processo deixava dúvidas, a atividade foi enquadrada num setor determinado ao qual as descrições mais se aplicavam, buscando elementos que justificassem a inclusão. Optou-se por deixar a construção na Seção Indústrias de transformação embora ela apareça numa seção específica (F) da CNAE.

Esse documento destaca que

[...] a fronteira entre a indústria de transformação e outras atividades nem sempre é clara. Como regra geral, as unidades da indústria manufatureira estão envolvidas com a transformação de insumos e materiais em um produto novo. A definição do que seja um produto novo, no entanto, nem sempre é objetiva, o que resulta, em

muitos casos, em dificuldades na determinação dos limites do que é considerado uma atividade da indústria de transformação. (IBGE, 2007, p. 99)

Acrescente-se a isto a descrição de todas as atividades de apoio que envolvem estas atividades principais sempre informando “o que compreende”, “o que compreende também” e “o que não compreende” tal setor.

Mostrando-se afinada com as mudanças no processo produtivo, a CNAE contempla o que entende por atividade econômica, por aquilo que determina a atividade principal de uma unidade de produção, a combinação de atividades múltiplas realizadas na mesma unidade, a integração vertical das atividades,

[...] quando diferentes estágios da produção são realizados por uma mesma unidade, onde o produto de uma etapa torna-se o consumo intermediário de outra., como pode ser o caso de um estabelecimento onde se fabrica roupas de cama e banho e que tem como matéria-prima os fios que são transformados em tecidos e, estes, em artefatos de tecidos. (IBGE/CNAE, 2007, p.27)

As atividades específicas como as atividades terceirizadas (os casos que envolvem terceirização da mão-de-obra, enquanto função de apoio, terceirização de partes do processo produtivo, do processo produtivo completo), o fato da localização das unidades contratadas e a contratante estar no mesmo território ou em territórios diferentes; o comércio eletrônico e seus serviços (manutenção, instalação e reparação), aluguel, atividades governamentais, tudo isto implicando nas formas de classificar as atividades, afinal esquadrinha com certas minúcias as atividades envolvidas no processo produtivo. O desenvolvimento constante da divisão social do trabalho, no entanto, se num primeiro momento separou a agricultura da produção artesanal, a cidade do campo, agora dissolve essa separação.

Como coloca Mandel (1982, p.266)

A conquista maciça da agricultura por parte do grande capital acelerou por sua vez a divisão social do trabalho agrícola [...]. Todos os traços desse complexo processo de transformação na agricultura contemporânea – a crescente produtividade do trabalho; a penetração do grande capital; os empreendimentos de larga escala; a divisão acelerada do trabalho- podem ser sintetizados sobre a rubrica de industrialização crescente da agricultura.

Alguns desses traços podem ser detectados a partir dos Mapas de Indicativos especialmente quando são abordadas as tarefas geralmente executadas por crianças e as condições de trabalho e riscos à saúde, a força total de máquinas variadas, assim como a

utilização de produtos químicos diversos, significando “a conversão do processo de produção agrícola num processo análogo ao processo de produção industrial.” (MANDEL, 1982, p.266).

Após esse exercício e essas considerações, o número das atividades econômicas constantes nos Mapas resultou na seguinte distribuição pelos diferentes setores:

Quadro 4. Relação de Atividades Econômicas, por setores da Economia listadas nos Mapas de Indicativo do Trabalho da Criança e do Adolescente³¹

Setores/Seções da Economia	Nº de atividades econômicas	
	Mapa de 1999	Mapa de 2005
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	49 atividades	97 atividades
Indústria Extrativa e de Transformação	26 atividades	61 atividades
Serviços	15 atividades	61 atividades
Comércio	9 atividades	23 atividade
Total	99 atividades	242 atividades

Fonte: Elaborado pela autora para este trabalho

O aumento do número de atividades de um Mapa para outro acontece em todos os setores, sendo mais significativo nos Serviços (307%) seguido pelo Comércio (156%), Indústria (131%) e Agricultura (98%).

Oliveira (2003, p.37), na sua *Crítica à razão dualista*, chama a atenção para o conjunto coerente formado pela informalidade e acumulação: os serviços, em aparência improdutivos (por exemplo, serviços pessoais, chamados de "atividades por conta própria"), na verdade encontram seu dinamismo nos períodos de maior expansão da economia, capitaneado pelo setor secundário (industrial). Esclarece como é equivocada a expressão terciário “inchado” enquanto uma das características do modo de produção subdesenvolvido, e que “[...] o crescimento do terciário [...] faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (OLIVEIRA, 2003, p.54-55). E continua o autor: “[...] a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação. Os serviços realizados à base da pura força de trabalho, que é remunerada a preços baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais valia”[...]’ (p.57).

³¹ Esse quadro foi elaborado pela autora para melhor visualizar os setores da economia, já que o Mapa de Indicativos não separa estas atividades por setores.

Tentando aprofundar o entendimento da dinâmica do trabalho infantil, foi elaborado o quadro a seguir, distribuindo as atividades econômicas pelas Regiões, Unidades da Federação por setores da economia, resultando numa totalização, no âmbito do Brasil conforme segue:

Quadro 5. Composição da amostra das atividades econômicas, segundo setores da economia, por Regiões e Unidades da Federação - 1999 e 2005

Regiões e Unidades da Federação	Setores da Economia				Setores da Economia			
	1999				2005			
	Agric.	Ind.	Com	Serv.	Agric.	Ind.	Com	Serv.
REGIÃO NORTE								
Acre	2	2	3	5	3	1	2	-
Amazonas	1	3	4	6	4	2	8	7
Amapá	2	1	2	2	6	3	5	4
Pará	4	2	2	6	9	3	4	5
Rondônia	2	1	3	3	3	1	1	3
Roraima	-	-	-	-	6	-	-	-
Tocantins	-2	2	2	-	-	1	2	
TOTAL	11	11	18	24	31	10	21	21
REGIÃO NORDESTE								
Alagoas	2	1	3	5	5	3	2	5
Bahia	13	2	-	2	19	4	3	6
Ceará	2	-	1	3	6	4	3	5
Maranhão	7	1	5	5	8	2	3	3
Paraíba	4	6	3	4	21	10	7	13
Pernambuco	3	4	2	3	12	10	2	6
Piauí	5	1	3	8	12	9	4	8
Rio Grande do Norte	4	5	1	3	1	1	2	1
Sergipe	4	1	-	3	9	5	4	5
TOTAL	44	21	18	36	93	48	30	52
REGIÃO CENTRO-OESTE								
Distrito Federal	1	1	4	3	5	2	4	9
Goiás	7	1	1	3	8	1	1	2
Mato Grosso	2	-	-	4	5	2	2	7
Mato Grosso do Sul	8	2	6	4	14	2	3	3
TOTAL	18	4	11	14	32	7	10	21
REGIÃO SUDESTE								
Espírito Santo	5	7	2	4	7	2	2	2
Minas Gerais	14	9	2	4	18	8	6	12
Rio de Janeiro	6	3	2	5	5	7	4	10
São Paulo	11	7	3	3	24	20	8	34
TOTAL	36	26	9	16	54	37	20	58
REGIÃO SUL								
Paraná	7	1	-	3	16	9	6	7
Rio Grande do Sul	6	2	1	2	9	10	-	2
Santa Catarina	8	2	1	2	8	4	3	2
TOTAL	21	5	2	7	33	23	9	11
TOTAL GERAL	130	67	58	97	243	125	90	163

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atividades econômicas listadas nos Mapas de Indicativos de 1999 e 2005

Conforme Quadro 5, vê-se as repetidas ocorrências dessas atividades por Regiões e Unidades da Federação, porém, em cada Estado há uma determinada flutuação em relação às atividades nas quais predomina o trabalho infantil, ora um setor tem mais ampliado que outro o número dessas atividades. Isso assinala algumas especificidades no âmbito de cada Estado, região e país. Comparando-se as atividades econômicas nos Mapas de 1999 e 2005, a partir da análise das Regiões, tem-se aumento significativo delas em todos os setores, exceto uma redução insignificante na Indústria e nos Serviços na Região Norte e no Comércio na Região Centro- Oeste.

O quadro a seguir aponta a evolução dessas atividades em termos percentuais, seguido pelos gráficos que ilustram essa distribuição :

Quadro 6. Aumento/ redução das atividades econômicas exercidas por crianças, por setores da economia nas Regiões do Brasil - 1999-2005

REGIÕES	SETORES			
	Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços
Norte	40,81%	- 9,09%	16,66%	12,5%
Nordeste	111,36%	128,57%	66,66%	44,44%
Centro Oeste	77,77%	75,00%	9,09%	50,00%
Sudeste	50,00%	42,30%	122,22%	200,00%
Sul	57,14%	360,00%	350,00%	57,14%

Fonte: Elaborado pela autora para esta tese

O aumento das atividades exercidas por crianças na Indústria é mais considerável na Região Sul, representando 360%, seguido da Região Nordeste 128,57%, o que desmente a tão propalada tese da perda da centralidade do trabalho numa sociedade regida pela produção de mercadorias e na tese da “desindustrialização”. Mesmo que as crianças não se encontrem trabalhando “formalmente”, esse setor apresentou maior número de atividades desempenhadas por elas do que a agricultura, isso sem considerar ainda os modos indiretos de apropriação do trabalho por este setor ao utilizar-se do Comércio e Serviços.

E aqui ainda cabe uma consideração feita por Mandel (1982, p.267) que afirma o seguinte:

[...] a crescente industrialização da agricultura significa também uma separação crescente de setores inteiros da produção da agricultura propriamente dita e sua conversão em setores industriais “puros”, na indústria alimentícia. Embora a criação de galinhas organizada segundo o modelo industrial ainda possa ser considerada uma forma de transição, as fábricas que conservam leite e carne, frutas e legumes e

que produzem alimentos congelados ou secos correspondem exatamente aos empreendimentos de larga escala que produzem meias ou móveis.

O incremento das atividades no setor do Comércio (350%), na Região Sul, seguido pelo aumento significativo dos Serviços (200%) e Comércio (122,22%), na Região Sudeste e ainda a majoração expressiva das atividades realizadas por crianças, na agricultura, na Região Nordeste em relação aos demais Estados da Federação simplesmente aponta que o reino da mercadoria penetra agora todos os setores da vida social. O engraxate, o carregador, o empacotador, o tintureiro, o pedreiro, o marceneiro, a cozinheira, a arrumadeira etc. representam a penetração do capital em outras esferas além da produção propriamente dita. E como indaga Oliveira (2003, p.57-58):

Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos industrializados - tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza [...] e um sem-número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante [...]? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? [...] Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda.

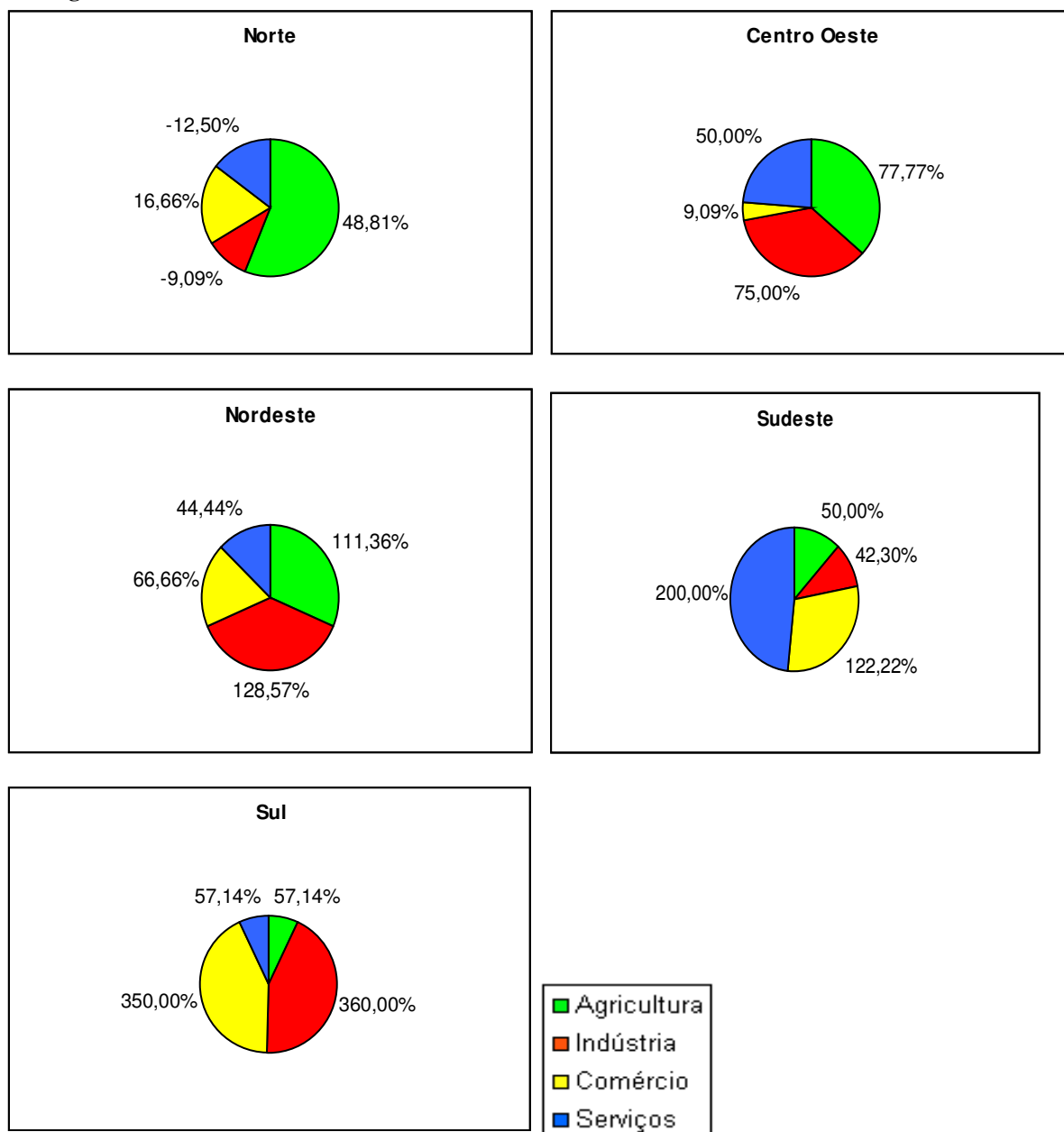
Inúmeros outros exemplos são trazidos por Oliveira e Mandel, sinalizando que algumas atividades, por mais que apareçam como práticas de uma economia natural casam-se muito bem com um processo de expansão capitalista, que tem suas bases na intensa exploração da força de trabalho. A relação de atividades econômicas que aparentam ser estritamente pessoais, realizadas ora dentro da família ou fora delas como guardador de carros, serviços em salão de beleza, em oficinas mecânicas, em sinaleiras, trabalho em transportes etc, que figuram no setor de Serviços e Comércio dos Mapas de Indicativos podem revelar a exploração que reforça a acumulação e que se apresentam de formas disfarçadas.

Difícil, nessas condições, diferenciar trabalho de criança e do adulto. Nada de distinção de idades. “O trabalho obrigatório para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre, realizado em casa, pela própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes.” (MARX, 2002, p. 451). Introduzida num mundo que não tem nada de infantil, essas crianças são feitas adultos precocemente e torna-se difícil encontrar na cadeia produtiva algum produto que tenha sido produzido sem o uso da mão-de-obra das crianças nos mais remotos rincões dos mapas. As estratégias que vem sendo encadeadas para

a prevenção e eliminação do trabalho infantil não passam de um verniz frente às estratégias do capital em garantir força de trabalho servil, abundante e a custos baixíssimos em todos os setores da economia. Os gráficos a seguir permitem visualizar um quadro de como a inclusão das crianças no mundo do trabalho tem se materializado de forma a anular as diferenças entre infância e idade adulta. Aqui, coloca-se também em xeque a condição de sociabilidade da qual o trabalho é portador assim como ser trabalhador vai adquirindo um reconhecimento e legitimidade social, mesmo se esse trabalhador é criança. Para as crianças pobres, as mesmas regras de “inserção” endereçadas aos adultos e naturaliza-se a negação dos direitos da criança. Nessa direção o trabalho infantil perde seu estatuto de problema e realiza-se como solução para a vagabundagem, vadiagem, ócio etc.

O que também salta às vistas na análise da CNAE são os novos campos de investimentos abertos pelo capital através da infinidade das novas atividades econômicas que demandam trabalho, mesmo que não seja o trabalho assalariado, e ainda vê-se a possibilidade de extensão, ampliação do trabalho sem descanso e sem direito à preguiça. Páginas e páginas de impensáveis atividades econômicas existentes (cultivo de colza, endívia, pomelo, tangelo, cherimólia, mangustão, tungue etc.), acompanhadas pela criação de asininos, extração de xisto, botratos naturais, nada escapa ao cerco. E tem ainda a fabricação de secos, molhados, resfriados, congelados, temperos desidratados, liofilizados, elastômeros não-vulcanizados, acaricidas, formicidas, sabões em barra, líquidos ou em pedaços, xampus, pizzas, purês, lãs, fios, tecidos, não-tecidos, entre infindáveis itens da produção capitalista.

Gráfico 2. Aumento/ redução das atividades econômicas exercidas por crianças, por setores da economia nas Regiões do Brasil- 1999-2005



Reconhecer que o mundo do trabalho enfrentou mudanças e tem colocado muitas questões que algumas análises datadas de Marx não dão mais conta de responder é um fato. Anunciar, entretanto, o fim do marxismo é um exagero, assim como é apressada e tendenciosa a solução de substituí-lo por outros referenciais de análise. Dufour (2005, p. 9) recorrendo ao Manifesto do Partido Comunista, mostra que

Karl Marx não se enganou no respeitante a esta feição “revolucionária” do capitalismo: «A burguesia não pode existir sem convulsionar constantemente os

instrumentos de produção, e, portanto as relações de produção e as condições sociais no seu todo. Ao invés disso, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores consistia em conservarem inalterado o antigo modo de produção. O que distingue a época burguesa de todas as anteriores é a incessante convulsão verificada na produção, o abalo contínuo de todas as instituições sociais, em suma, a permanência da instabilidade e do movimento. Dissolvem-se assim todas as relações sociais imobilizadas na ferrugem, com o seu cortejo de idéias e opiniões aceites e veneradas; e aquelas que as substituem envelhecem antes mesmo de se fossilizarem. Volatiliza-se tudo o que era sólido e estava bem assente, é profanado tudo o que era sagrado, acabando os homens por se verem obrigados a encarar com os olhos do desengano o lugar que têm na existência, bem como as suas mútuas relações». Uma tal capacidade de transformar as relações sociais foi levada ao cúmulo pelo presente estado do capitalismo, por vezes chamado, a justo título, “anarco-capitalismo”.

Parece que o adágio: “mãos desocupadas, oficina do diabo”, atingiu o ponto máximo. Então, para manter as crianças sempre ocupadas, o capitalismo se serve da informalidade, terceirização e dos serviços nas suas mais variadas tipologias e expressões espaciais e territoriais, conforme é possível ver ao se analisar o Comércio e Serviços dos Mapas de Indicativos de 1999 e 2005. A fórmula encontrada de continuar mantendo o trabalho como *ethos* e assim uma certa ordem social, que poderia vir a ser ameaçada pela pressão daqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal, encontra, na informalidade e nos serviços, sua âncora. Mesmo que submeta o trabalhador às piores condições de trabalho, ele se vê ainda privilegiado por não ter patrão e ser dono do seu próprio negócio. Desse modo,

A informalidade é determinada, no contexto da acumulação capitalista, pelo espaço econômico permitido pelo capital. Ao contrário dos autores que afirmam que o excedente de força de trabalho é o fator determinante da formação e crescimento das atividades informais, defendemos que a informalidade é parte integrante do modo capitalista de produção e varia, em maior ou menor escala, em função do estágio de acumulação capitalista e do tipo de política econômica adotado em cada país. Portanto, a informalidade desempenha uma função subordinada e integrada à lógica da acumulação capitalista, mesmo quando não participa diretamente na produção de mais-valia. (SABADINI; NAKATANI, 2002, p. 272).

Analisando as alterações no mundo do trabalho impulsionadas pelas mudanças no capitalismo contemporâneo, esses autores mostram a evolução da informalidade no Brasil na década de 1990, principalmente em duas principais ocupações informais: os trabalhadores por conta própria e os assalariados sem carteira de trabalho. Trazendo dados do crescimento da informalidade na América Latina e do Brasil, afirmam que

Dados da CEPAL, citado por Cacciamali (1999), indicam que “[...] de cada 100 empregos gerados durante 1990-1995, 84 correspondem ao setor informal. De cerca de 16 milhões de empregos criados na América Latina no período, 1990-1994, cerca

de 14,4 milhões corresponderam ao dito setor, que agrupou assim, 56% do total dos ocupados da região”.

No Brasil, o crescimento da informalidade também pôde ser constatado. O grau de informalidade que era de 36,6%, em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e 50,8% em 2000. Da chamada ‘década perdida’, caracterizada por baixas taxas de crescimento econômico e pela transferência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida externa, passamos à denominada ‘década perversa’, nos anos 90, que marcou o retorno do país ao acesso ao crédito financeiro internacional e a adoção das políticas liberalizantes exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas políticas geraram, no que tange ao ajuste no mercado de trabalho brasileiro, o aumento nas taxas de desemprego e de informalidade, associados a precarização das condições de vida e de trabalho. (SABADINI; NAKATANI, 2002, p. 266).

A necessidade de realização do valor (determinado pelo tempo que é, em média, necessário para produzir mercadorias), na troca de mercadorias, impõe seu ritmo ao tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução sócio-material do trabalhador, obrigando-o a aumentar seu tempo de trabalho para fazer circular as mercadorias, impedindo os tempos porosos. Ruas, balsas, ônibus, feiras livres, quiosques na praia e terminais de passageiros representam pontos e espaços de forte concorrência podendo gerar jornadas cada vez mais crescentes para conseguir fazer circular as mercadorias e garantir a subsistência.

Bezerra (2007, p.9) mostra como a multiplicação contínua de vendedores ambulantes e de mercadorias, nas praias da zona sul do Rio de Janeiro, são funcionais ao capitalismo, refletindo também com Oliveira (2003) que, nesse caso, o capitalista não adiantou o capital variável ao trabalhador antes de o valor realizar-se na venda das mercadorias porque a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital. Importa, ainda, salientar que,

Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e, entre nós, o que continua se chamar “trabalho informal”, está uma mudança radical na determinação do capital variável. Assim, por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias. [...]. É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem dos lucros do capitalista. (OLIVEIRA, 2003, p. 136)

O que se pode afirmar é que a redução do trabalho infantil, na indústria ou mesmo em outros setores da economia não encontra sustentação empírica se analisada a simbiose que se dá entre esses setores. De uma forma ou de outra, muitos tipos de atividades exercidas por crianças, principalmente nos serviços, na informalidade, apesar de algumas vezes revelar uma forma disfarçada de exploração, reforça a acumulação. A criança que trabalha no fumo não está trabalhando para a grande indústria do tabaco? E nas plantações/culturas de laranja,

algodão, corte de cana-de-açúcar etc.? E no comércio ambulante, na fabricação de todo tipo de artefato (couro, gesso, metal)? Não há nenhuma indústria por trás?

Está-se diante de formas de acumulação que se baseiam na exploração da mão-de-obra infantil em setores orientados para o mercado e à exportação e não à subsistência. Por trás dos circuitos supostamente informais, esconde-se a integração de crianças à grande indústria na produção e circulação das mercadorias. A suposta contradição entre moderno e arcaico é equivocada. A exploração do trabalho infantil cresce com a modernização de forma cada vez mais persistente. Ao transferir etapas da produção para os domicílios em serviços terceirizados ou na chamada informalidade, dispõe de mão-de-obra barata na qual o trabalho da criança é uma constante. Longe de ser uma disfunção do sistema capitalista, ele se constitui num elemento a ele inerente. Empresas que utilizam de circuitos comerciais e que contam com a participação de vendedores ambulantes, supostamente informais, não se encaixam perfeitamente aos desenhos de produção e circulação de mercadorias das empresas?

2.4 MAPAS DE INDICATIVOS: CONDIÇÕES DE TRABALHO E RISCOS À SAÚDE

Considerando no Mapa de Indicativos de 1999 as condições de trabalho a que estão submetidos adultos, crianças e adolescentes, têm-se como condições predominantes no local de trabalho, na maioria dos estados e municípios, a jornada excessiva, seguida da falta da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ambientes insalubres (más condições de higiene, instalações sanitárias e elétricas inadequadas, alojamentos inexistentes ou sem infraestrutura, não fornecimento de água potável etc.), falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e exposição a todo tipo de ruído, poeira vegetal, intempéries, problemas de ventilação, luminosidade, temperaturas elevadas, líquidos quentes, fuligem, áreas sujeitas à explosões, isso sem incluir os riscos de assaltos, acidentes de trânsito, picadas de insetos e animais peçonhentos. Acrescente-se a isso a grande ocorrência de trabalho com máquinas perigosas, máquinas sem proteção das polias, exposição a instrumentos cortantes, contatos com produtos tóxicos, agrotóxicos e químicos e ainda os transportes dos trabalhadores em veículos inadequados.

Quadro semelhante é traçado por Mantoux (1957) no período da Revolução Industrial. O autor vai mostrando, nesse capítulo, a exploração do trabalho das crianças nas oficinas domésticas, nas fiações, tecelagens, numa escravidão desumana. Trabalho contínuo,

sem interrupção, dia e noite, acidentes freqüentes, dedos esmagados, membros arrancados ou torcidos pelo raquitismo, colunas vertebrais desviadas, crescimento comprometido, doenças decorrentes do ambiente insalubre das fábricas, borras de algodão flutuando como nuvem penetrando nos pulmões e causando graves distúrbios; na prática da fiação umedecida, a poeira de água saturava a atmosfera e molhava as roupas que raramente eram trocadas, fumaça das velas noturnas, engendrando febre contagiosa, promiscuidade das oficinas e dormitórios favorecendo uma perigosa corrupção dos costumes, sobretudo porque envolvia crianças e eram “incentivadas pela conduta indigna de alguns patrões e contramestres que aproveitavam para dar livre curso a seus baixos instintos”. Soma-se a isso, o uso do chicote para disciplinar, manter as crianças acordadas, torturas engenhosas dos contramestres.

Na mesma direção, Engels (1986), quando aborda a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, não exagera nas tintas ao apresentar a degradação física, intelectual e moral dos trabalhadores: a assustadora mortalidade infantil por queimaduras, afogamentos, quedas e outras causas variadas. São várias páginas dedicadas a revelar as precárias condições de vida e trabalho das crianças.³²

O mesmo se verifica no Mapa de 2005, cujo Módulo II é dedicado a apresentar os efeitos danosos decorrentes do tipo de tarefas exercidas pelos indivíduos, bem como pelas circunstâncias em que o trabalho ocorre, acrescentando os riscos ocupacionais e as possíveis repercussões à saúde, aspecto este que não aparece no Mapa de 1999, lista capaz de dar inveja ao velho Hipócrates, porque estão salpicadas de casos de Lesões por esforços repetitivos – LER/DORT, tendinites, tenossinovites, estresse, lombalgias, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), envelhecimento precoce, câncer de pele e outras que chegam a “intoxicar” os Boletins de Inspeção Médica.

Não é necessário grande esforço para traduzir todas essas condições adversas às quais são submetidos os seres humanos como refinada barbárie conduzida pelo capital no ímpeto de exploração da força de trabalho sem se importar com a forma da repercussão de tudo isso na mutilação dos indivíduos, não importando sua idade.

Para se entender o que significa precariedade do trabalho infantil, “desregulação”, entre outros, os quadros e módulos nos Mapas de Indicativos de 1999 e 2005, referentes às condições de trabalho às quais estão submetidas as crianças, é um volumoso “Tratado”. Desde a inexistência de um contrato de trabalho, conjugada com jornadas excessivas, remuneração

³² Ver especialmente páginas 173-195, entre outras.

insuficiente e outras, revelam a face da precariedade concreta na qual vai se realizando o trabalho cotidiano. É a mais crua expressão da ilusão dos trabalhadores no paraíso dos direitos: em nome de uma competitividade que exige baixar os custos da produção, implicando baixar os custos da força de trabalho, a extração da mais valia atinge sua plenitude junto com a degradação do humano em todas as suas dimensões.

As repercussões de tudo isso na questão da identidade, na desarticulação dos sindicatos, na lei do “cada um por si”, no exacerbado individualismo baseado na lei do “salve-se quem puder”, acaba por reduzir a vida à imediatividade, ao instante, porque a sobrevivência é ao ritmo do curto prazo. A representação da infância como um vir-a-ser, como fase da incompletude entre outras, acaba por esconder um pretexto para a extração da mais-valia, já que nessa direção é considerada meia força de trabalho.

As precárias condições de trabalho não podem esconder as causas da exploração decorrente do modelo de produção capitalista e as possibilidades de que ela se realize gerada pela própria legislação que, ao estabelecer os limites de competência da Fiscalização, que só pode atuar em “situações nas quais se encontra caracterizada a relação de emprego” (MTE/SIT, 1999, p.106), termina por impedir que muitas situações de exploração do trabalho infantil venham à tona, já que ele adquire muitas vezes o estatuto de ajuda.

Difícil, nessas condições é pensar nas tais e tais fases de desenvolvimento humano que a criança precisa passar para amadurecer social e afetivamente. O filho de trabalhador e os filhos do povo são amadurecidos à força, a choque, pancadas. E como coloca Marx (2002, p.307),

O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade. O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las.

Conjugando as condições de trabalho a que estão submetidos adultos, crianças e adolescentes com as tarefas por eles executadas, é possível afirmar que o termo flexibilidade encaixa-se como uma luva nas atividades realizadas pelas crianças trabalhadoras. Sua força de trabalho aplica-se desde diversos trabalhos leves, muitas vezes encarados como ajuda, passando pelas tarefas de cuidados da casa, aos serviços gerais de limpeza, cuidado de gramados e jardins, como *office-boys*, empacotador, até o manuseio de máquinas perigosas, produtos tóxicos, transportes de fardos excessivos, aos trabalhos solitários realizados em

florestas tropicais na extração vegetal até as piores formas de trabalho infantil, como a exploração sexual comercial, entre outras. Levadas a trabalhar em muitas frentes diferentes ao mesmo tempo, essa flexibilidade é aproveitada, na maioria das vezes, para dobrar as pessoas com poucas chances de permitir a volta à posição normal.

Nesses e em muitos casos, as análises não são nada alentadoras, e Mészáros (2003, p.108-109) recorre a Marx e a Rosa Luxemburgo para apontar a dura alternativa que se descortina no século XXI entre socialismo ou barbárie, considerando que o capital continua a se afirmar na forma de “destruição produtiva” e de “produção destrutiva” e, portanto a frase de Rosa Luxemburgo adquire, portanto, urgência dramática num momento em que o “extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. Na mesma direção, pergunta Santos Júnior (2000), no capítulo 3 de sua dissertação de mestrado: *Trabalho infantil x infância trabalhadora, quem será erradicado primeiro?* E o autor prossegue:

Esse verdadeiro *lixo humano* para o capital começava a exceder e junto com ele uma explosão de violência muitas vezes como resposta a uma vida onde tudo “*farta*”: *farta* comida, *farta* educação, *farta* moradia, *farta* transporte, *farta* segurança, etc. No final deste século a humanidade parece ter aprendido uma dura lição, a de que a violência se alimenta da pobreza e da opressão. (SANTOS JÚNIOR, 2000, p.86)

Considerando as precárias condições de trabalho às quais as crianças encontram-se submetidas e as tarefas que executam cotidianamente muito além de suas forças, torna-se patente que o ritmo de funcionamento do capitalismo vem consumindo os indivíduos que a ele servem.

2.4.1 Tarefas geralmente executadas/ Processo de trabalho

Nas colunas referentes a essas informações, nos mapas de Indicativos de 1999 e 2005, encontram-se detalhadas as operações executadas pelas crianças no processo de produção e não se pode afirmar que elas diferem muito das operações que podem ser executadas por adultos. O trabalho infantil não se reduz às operações menos qualificadas, nem a trabalhos leves. De serviços de corte, lixação e pintura para fabricação de móveis, corte, polimento e carregamento de pedras, serviços de lanternagem, esmerilhamento, pintura e polimento de veículos, manuseios de serras circulares e destopadeiras nos serviços nas madeireiras e serrarias, soldagem para confecção de grades e esquadrias, entre tantas

inúmeras outras tarefas, até as atividades autônomas ou trabalho por conta própria, percebe-se o quanto a maquinaria continua alimentando o trabalho de crianças e adolescentes tanto na perspectiva não apenas da produção quanto na da circulação dos produtos.

O Capítulo XIII “A maquinaria e a indústria moderna” é aquele que parece fornecer a chave para o entendimento da utilização da mão-de-obra do trabalhador infantil quando afirma de entrada, no primeiro parágrafo, que não é objetivo do capital aliviar a labuta diária quando emprega maquinaria, mas utilizá-la para produzir mais-valia. Marx (2002, p.430) explica como a máquina-ferramenta vai evoluindo e como vai se evidenciando de maneira bem contrastante a “diferença entre o homem na função de simples força motriz e o homem como trabalhador que exerce seu ofício manual”. O que a revolução industrial faz primeiro é apoderar-se do ofício manual e deixar ao homem a função de simples força motriz e, após isso, substituir essa força motriz humana pela utilização de animais, água e vento como forças motrizes. Nesse processo, o vento, a água e o vapor tomam o lugar do homem e vão adquirindo uma forma independente e inteiramente livre da força humana.

Percebe-se que estão dadas as condições para a apropriação não só do trabalho dos homens, mas de mulheres e crianças, pois, segundo Marx (2002, p.451)

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com os membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre, realizado em casa, para apropria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes.

Marx (2002, p.432) destaca que, na máquina-ferramenta reaparece o instrumento do artesão, mas em tamanho ciclópico que, portanto, vai sendo aperfeiçoado de forma a evitar o incômodo de depender tanto da força humana, porque “[...] a força humana é um instrumento muito imperfeito para produzir um movimento uniforme e contínuo” e além do mais nas fábricas de seda, para execução do seu trabalho, as crianças tinham de ser colocadas em cima de cadeiras (p. 336). Essas barreiras precisavam ser vencidas e as máquinas vão sendo aperfeiçoadas e construídas em tamanho adequado para sua utilização pelas crianças assim como de uma força motriz, o motor, superior à força humana e, portanto, inteiramente livre dos seus limites. Para Marx (2002, p. 503),

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores. E, ao invés de aliviar a labuta humana, a prolonga.

Diante da contradição cada vez mais notável entre uma produção imensa de bens e a redução das possibilidades de consumo, apresenta-se a “necessidade de destruir – ou pela rápida obsolescência ou até fisicamente e pelo desperdício – não só as mercadorias, mas também a própria força de trabalho.” (TONET, 1998, p. 2). Dentro dessa lógica de produção/destruição, pode-se até compreender os riscos à saúde e os altos custos para a humanidade. As contradições não param, entretanto, por aí quando se pensa nas crianças enquanto produtoras e consumidoras.

2.5 MAPA DE INDICATIVOS: ATIVIDADES ILÍCITAS

Por mais enviesado que seja esse caminho para se desvendar o segredo da mercadoria, aqui se vê escabrosas especulações. São nos hotéis de luxo, bordéis, prostíbulo e nas ruas e esquinas do mundo que “trabalham” as vítimas do comércio sexual. No mundo todo, a prostituição é o destino precoce de muitas meninas e meninos. Essa indústria multimilionária possui vasta rede de traficantes, intermediários, agentes turísticos e outros que “trabalham” conforme coloca Galeano (1999, p.18), “ao arrepio da lei e das estatísticas.”

O fenômeno da exploração sexual comercial desafia a geografia e atinge todos os continentes. Mercado de dimensão assustadora, cuja indústria funciona através de quatro modalidades: produção e divulgação de pornografia infantil, prostituição infantil, tráfico para fins sexuais e turismo sexual. A avaliação quantitativa dessa atividade é muito difícil pelo fato de que “o mercado do sexo, por girar muito dinheiro, ser ilegal e envolver rede de criminosos, dificulta a ação de pesquisadores que desejam analisar mais detalhadamente a exploração sexual”. (LIBÓRIO, 2004, p.20).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tem ressaltado as dificuldades em quantificar as dimensões do tráfico e do comércio de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, afirmando ainda que essa grande dificuldade se

deve, entre outros fatores sociais e culturais, ao fato de a prática ser um crime, do qual as próprias vítimas se envergonham e não raramente são culpabilizadas, operando a denominada “revitimização” da criança ou do adolescente, levando-os a guardarem-se no silêncio. (MTE/SIT, 2005, p. 215).

Esconder a prostituição como trabalho e classificá-la como vício, como perdição, devassidão, incomoda menos, pois mascara a complexa relação entre exploração sexual e exploração econômica. Conforme Faleiros (2004, p.54)

Isto faz aparecer a mercadoria do sexo como trivial, banalizada, independente de suas relações complexas, além de sórdida e desqualificada, o que caracteriza segundo Marx, o fetiche da mercadoria, que esconde seu valor, a produção de seu valor. No caso da prostituição, esconde-se ao mesmo tempo, tanto o valor que circula no comércio da prostituição como o valor da pessoa humana, de seus direitos como sujeito da cidadania.

Trabalho infantil? Crime? Seria um Mapa de Indicativos do trabalho o local onde figurariam essas atividades? Caberia espaço para uma coluna destinada às tarefas geralmente executadas? Para as condições de trabalho a que estão submetidas? Conforme o MTE/SIT (2005, p.215), “[...]essas atividades não são consideradas legalmente como trabalho para fins de atuação da fiscalização do trabalho”. O enfrentamento do problema dá-se através de diversas parcerias que compõem a rede de proteção integral às crianças e adolescentes: os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPAs), o Conselho Tutelar, o Ministério Público do Estado, o Ministério Público do Trabalho, órgãos policiais estaduais e federais e organizações não-governamentais, bem como organismos internacionais, como o UNICEF e a OIT.

Essa é a “novidade” que o Mapa de Indicativos de 2005 traz em relação ao de 1999: a abordagem das “atividades ilícitas” em todas as unidades da federação. Considerando as dificuldades já apontadas para quantificar as dimensões do tráfico e comércio de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, tentou-se elaborar o quadro a seguir, a partir das informações contidas no Módulo III, mesmo ciente de suas múltiplas lacunas, dadas as particularidades destas atividades.

Quadro 7. Atividades ilícitas por regiões, estados e número de municípios nas unidades da federação

REGIÕES	ESTADOS	ATIVIDADES/ NÚMERO DE MUNICÍPIOS		
		EXPLORAÇÃO SEXUAL	EXPLORAÇÃO SEXUAL/TRÁFICO DE DROGAS	TRÁFICO DE DROGAS
CENTRO OESTE	DF	4	6	4 e todas as cidades satélites
	GO	20	3	2
	MT	3	6	-
	MS	39	-5	
NORDESTE	AL	8	-	-
	BA	31	1-	
	CE	68	-	-
	MA	16	-	-
	PB	10	1	12
	PE	13	-	7
	PI	6	-	-
	RN	11	-	-
SE	18	-15		
NORTE	AC	4	Não aparece em nenhum município do mapa estas atividades	1
	AP	11		3
	AM	30		14
	PA	23		-
	RO	7		-
	RR	7		-
	TO	20		-
SUDESTE	ES	-	23	-
	MG	136	-	-
	RJ	31	Tráfico para fins de exploração sexual	1
	SP	26	5	20
SUL	PR	21	22	10
	RS	-	-	-
	SC	-	10	-

Fonte: Elaborado pela autora considerando informações do Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente - MTE/SIT-2005. Módulo III, p. 215-301.

O que o Mapa deixa nítido são as atividades de exploração sexual prevalecendo no Nordeste, seguido da região Sudeste e Norte, respectivamente, ficando o tráfico de drogas praticamente velado.

A Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190, da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil, inclui, entre outras, a exploração sexual comercial infantil e a utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos entre as piores formas de trabalho infantil.

Produtos derivados dessas transações? Os mais estranhados, mais fetichizados. Nos infernos da mercadoria, lá está o sexo, o corpo, os prazeres. Não seria essa uma das formas contemporâneas do fetiche? “Arrancar mais-valia fazendo de conta que tudo é diversão?”³³. A mercadorização do corpo e do sexo aparece como uma relação entre clientes, relação interpessoal, relação entre coisas: o dinheiro que se troca pelo corpo na verdade não é uma relação trivial, mas uma relação social complexa.

Mercadorias transnacionalizadas.

Pesquisa recente realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), com apoio da OIT e OEA, enumera 241 rotas utilizadas para o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes com fins de exploração sexual comercial, passando por 20 estados brasileiros, sendo 131 dessas rotas internacionais. (MTE/SIT, 2005, p. 215).

Essa lógica venal é levada às últimas conseqüências e conforme afirma Löwy (2005, [s.p]) trazendo uma citação de Marx ,da Miséria da Filosofia:

Já no século XIX, um crítico da economia política havia previsto, com lucidez profética, o mundo de hoje: “Chegou, enfim, um tempo em que tudo o que os seres humanos haviam considerado inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico e pode alienar-se. É o tempo em que as coisas mesmas, que até então eram comunicadas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas; conquistadas, mas nunca compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc – em que tudo, enfim, passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, tendo-se tornado valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada por seu valor adequado. (LÖWY, 2005, p. 1)

O mercado do sexo, semelhante ao de outras mercadorias, funciona no âmbito da produção, circulação, distribuição e consumo das diferentes modalidades de serviços e produtos. Faleiros (2004b, p. 83) destaca os aspectos estruturais do comércio sexual capitalista e seu funcionamento: a mercadoria, a oferta, a demanda, a troca, a venda e o lucro. Desse modo,

Corpos, pessoas, shows eróticos, fotos, revistas, objetos, vídeos, filmes pornográficos” são produzidos vendidos e comprados num mercado consumidor enorme onde a mercadoria sexo-jovem tem grande valor-comercial. [...]. Com a expansão do mercado do sexo, as organizações e empresas de uso comercial do sexo passaram a atuar em redes, articuladas em nível nacional e internacional, como as de tráfico de drogas e de pessoas, as de corrupção e as de pedofilia e pornografia via

³³ Apresentação do livro *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*, de Isleide Arruda Fontenelle, feita por Francisco de Oliveira.

Internet. [...] As redes organizam o tráfico de mulheres (adultas, adolescentes e crianças) para o comércio sexual, estabelecem “rotas”, formam verdadeiros impérios que abastecem prostíbulos, boates, casas de show e indústria pornográfica. As redes que atuam no mercado do sexo são clandestinas, embora o mercado não o seja, porque toda venda necessita a exposição da mercadoria (FALEIROS, 2004b, p.83-84).

Considerando que as mercadorias são produzidas para agradar a todo tipo de cliente, o sexo enquanto tal está também sujeito à oferta e à demanda, às leis do mercado em que o preço varia dependendo da qualidade e dos serviços ofertados, o poder dos consumidores e a mão-de-obra que emprega.

Assim, por mais que seja estranho, tais mercadorias são expostas em diferentes vitrines, ora negociadas em bares e prostíbulos cujos nomes (“Xiri quer Pau”, “Rasga a Velha” e “Pinga Pus”, nomes de locais onde acontecem essas atividades ilícitas que aparecem no módulo III, no Pará, município de Santarém) sinalizam o caráter de classe, ora expostas em suítes e locais de luxo, pousadas requintadas, balneários e tudo que possa envolver a mercadoria num clima de espetáculo (MTE/SIT, 2005, p. 265). E, retomando novamente Sennett (1998, p.183), o estímulo produzido pela confusão de objetos díspares colocados juntos, através de uma contínua busca de novidades, garante as vendas

[...] por um ato de desorientação: o estímulo à compra resulta (va) de uma aura temporária de estranhezas, de mistificações, que os objetos adquirem(iam). Um comprador sente-se (ia) estimulado quando ele ou ela depara(va) com objetos cuja existência parece(ia) fugaz, e cuja natureza esteja (tivesse) dissimulada por associações fora do contexto do seu uso normal [...].

O caráter de espetáculo tem sua lógica de estimulação da compra. É a psicologia do consumo e, para Marx, o fetichismo das mercadorias. A exploração sexual comercial é uma rede que também funciona fazendo uso das tecnologias, garantindo lucros para diferentes tipos de agenciadores e intermediários, distribuidores de drogas, de roupas, de produtos de beleza, no qual o dinheiro auferido da transação é controlado ou utilizado por outro, que não propriamente o trabalhador, que não tem como negociar seu contrato de trabalho.

Conforme Faleiros (2004, p.57)

Do ponto de vista econômico é preciso considerar a dinâmica da produção capitalista predominante e da inter-relações dos vários modos de prestação de serviços sexuais com esta dinâmica dominante em que se produz a divisão social e sexual do trabalho. A mercadorização do sexo implica um ciclo, um processo, condições que não são controladas pelos trabalhadores, mas pelos donos ou donas das boates, de pontos, de drogas, de informações, de meios eletrônicos, dentre outros

fazendo com que a trabalhadora ou o trabalhador do sexo não exerça sua atividade para si, mas para o benefício de outrem.

O Mapa de Indicativos de 2005, no Módulo III, sobre as atividades ilícitas mostra a ampla rede de exploração do trabalho sexual que envolve negócios imobiliários, como aluguéis de cômodos, casas, apartamentos, chácaras, auxílio da mídia via classificados de jornal e uma rede de transporte com ônibus escolares normalmente com vidros fumê, que são verdadeiras boates ambulantes, taxistas, vôos charters do exterior, navios nacionais ou internacionais, e põe ainda, em movimento, postos de combustíveis, hotéis, casas de massagens, bares, agências de emprego, dentre outros detentores de meios de produção dos serviços sexuais.

Faleiros (2004, p.86) esclarece, ainda, sobre a natureza da exploração de crianças e adolescentes apontando componentes de ordem cultural e econômica. Segundo ela, “[...] são componentes culturais: seu caráter adultocêntrico, pedófilo/hebéfilo, sexual e de gênero e simbólico. Seus componentes econômicos são: a classe social e o trabalho infanto-juvenil.”

O que determina o modo de prestação de serviços sexuais são “[...] as atividades econômicas dominantes no território. Nos garimpos são bordéis, nas fronteiras passam a ser intermediadas por caminhoneiros e barcos, nas regiões turísticas por hotéis, taxistas, boates, nas pequenas cidades por lacaios adrede contratados.” (FALEIROS, 2004, p.58). Com a mundialização do capital, também se mundializa o tráfico de mulheres e homens, assim como os mecanismos e estratégias de exploração sexual.

As condições sociais sob as quais essas mercadorias são postas à venda são dissimuladas através do desvio da atenção para o objeto mesmo, pois, a mercadoria adquire um mistério por estar envolvida num clima de associações que vão muito além do seu uso mesmo.

2.6 MAPA DE INDICATIVOS: TRABALHO DOMÉSTICO

A referência a esse tipo de trabalho envolve aquelas atividades realizadas por crianças e adolescentes fora de suas casas, mas também em suas próprias casas, cuidando dos afazeres diversos, dos irmãos, afinal se responsabilizando pelas atividades próprias do cotidiano doméstico.

Trata-se de atividades que nem sequer são reconhecidas como trabalho e, por não constarem da legislação, escapam à fiscalização. Conhecer a realidade do trabalho da menina não é uma tarefa simples, pois é um assunto de difícil acesso e pouco discutido na literatura acadêmica no Brasil.

A incorporação das crianças no trabalho em domicílio, fruto da reestruturação produtiva, também se apresenta como uma nova forma de obtenção da mais-valia, conforme coloca Conde (2007). Para a autora, esse é um trabalho invisível, apresentando-se como trabalho “familiar” que escapa muitas vezes aos olhares da fiscalização, já que as crianças, ao contribuírem com a família em alguma forma de produção, “[...] passam a trabalhar em caráter de “ajuda”, no período em que não estão na escola, sendo fundamentais no alcance as metas” (CONDE, 2007, p.42) determinadas por quem contrata esse tipo de serviço. A “informalidade” não é a ausência da forma de trabalho, nomeada como ideal pela modernidade [...] mas sim, a típica forma de reprodução do modo capitalista de produção.” (p.44).

Os Mapas de Indicativos não oportunizam uma leitura comparativa significativa em relação ao trabalho doméstico. Essa atividade não aparece no Mapa de 1999 e, no de 2001, aparece em algumas tabelas como um dos motivos impeditivos da frequência à escola, porém associados a outros motivos como necessidade de trabalhar e procurar trabalho. À medida que aumenta a faixa etária, aumenta também a proporção de crianças que não vão à escola por esses mesmos motivos.

O Mapa de Indicativos de 2005 apresenta análise da série histórica do trabalho infantil de 1995 a 2002. Desagregando essa série em outras, apresenta gráficos relativos à redução ou aumento do trabalho infantil, comparando-se o ano de 2002 ao de 1999. Considerando que a análise aqui empreendida está focada no trabalho doméstico, serão destacados apenas os momentos de sua abordagem nesse Mapa de Indicativos.

Começando pelas características das ocupações, aparecem definidas oito categorias de posição na ocupação: empregado, doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não-remunerado membro da unidade familiar, outro trabalhador não-remunerado, autoconsumo e autoconstrução. A categoria “Doméstico” aparece como “[...] pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades familiares.” (IBGE; PNAD, 2003, p. 12). O grupo “trabalho domiciliar” refere-se exclusivamente à faixa etária de cinco a nove anos, não estando presente no grupo de dez a quinze anos de idade. O trabalho domiciliar pode ou não englobar o trabalho doméstico,

entretanto a pouca frequência que se manifesta no Mapa de Indicativos de 2005 deixa às escuras as mutações contemporâneas no mundo do trabalho e nesse caso específico a subcontratação da produção que, conforme Cattani (2000, p.20)

Criaram condições para que o pesado parque produtivo do período fordista se fragmentasse num grande número de unidades de menor escala. Um produto que antes era elaborado integralmente numa usina, hoje pode ser fabricado em dezenas de empresas, montado, embalado e distribuído por dezenas de outras, sem que haja vínculos orgânicos, e, [...] sem que os inúmeros trabalhadores envolvidos estejam em contato uns com os outros. A subcontratação de peças e tarefas ressuscitou o trabalho a domicílio, estratégia capitalista usada no século XVIII.

Mesmo que os gráficos apresentem-se para mostrar a redução ou aumento do trabalho infantil na análise comparativa de 1999 e 2002, aqui o objetivo será destacar apenas as posições reservadas ao trabalho doméstico e domiciliar no Brasil e sua posição em relação a outras ocupações.

Considerando o Brasil, o trabalho infantil não-remunerado³⁴ aparece em primeiro lugar, seguido da ocupação de empregado³⁵, trabalhador na produção para o próprio consumo³⁶ e, em quarto lugar, o trabalho doméstico, seguido do domiciliar, por conta própria³⁷ etc. Em relação aos rendimentos auferidos na ocupação para terceiros, o trabalho infantil doméstico só perde para a categoria empregado. (IBGE; PNAD, 2003, p.27). Os Serviços domésticos aparecem em dezessete Estados da Federação no Mapa de indicativos de 2005 e sua ocorrência é detectada em dezesseis Estados (AL, AP, DF, GO, MA, MG, MS,

³⁴ De acordo com o Mapa de Indicativos 2005 (MTE/SIT, 2005, p. 12), essas categorias são assim definidas: **Trabalhador não remunerado membro da unidade familiar** – Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante, pelo menos, uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade familiar que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

Outro trabalhador não-remunerado – Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante, pelo menos, uma hora na semana como aprendiz ou estagiário, ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo. Para efeito de divulgação, as categorias “trabalhador não-remunerado membro da unidade familiar” e “outro trabalhador não remunerado” foram reunidas em uma única denominação: “não-remunerado.”

³⁵ **Pessoa que trabalhava para um empregador** (pessoa física ou jurídica) geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nessa categoria, está incluída a pessoa que prestava serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

³⁶ **Autoconsumo (trabalhador na produção para o próprio consumo)** – Pessoa que trabalhava, durante, pelo menos, uma hora na semana, na produção de bens do ramo, que engloba as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de, pelo menos, um membro da unidade domiciliar.

³⁷ **Conta própria** Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado.

MT, PB, PE, PI, PR, RJ, SC, SE, SP, TO), apenas ficando atrás do Comércio Ambulante (22 Estados) e Catadores de lixo (15 Estados).

Na realidade, o trabalho doméstico só aparece no Mapa de 2005 sendo que na Introdução do Módulo II desse documento, afirma-se que ele é

[...] tão invisível quanto disseminado [...] tanto aquele em que crianças trabalham para outras famílias quanto os casos em que, principalmente, meninas, mas também meninos mais velhos, são obrigados a assumir a responsabilidade do trabalho doméstico e cuidado de irmãos mais novos. (MTE/SIT, 2005, p.182).

Além do Mapa de Indicativos sobre o trabalho Doméstico, foi possível localizar apenas três outros documentos: o primeiro deles “Indicadores sobre crianças e adolescentes-Brasil: 1990-1999”, traz dados sobre a proporção de meninas e adolescentes empregadas domésticas, por grupos etários, no Brasil, regiões e unidades da federação. Em 1992, o quadro se apresentava conforme vem a seguir; em 1995, essa quantidade é reduzida, resultando na seguinte configuração em 1999:

Quadro 8. Meninas e adolescentes empregadas domésticas por grupos etários- Brasil, Regiões e Unidades da Federação- 1992 e 1999 respectivamente:

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	10 a 14 anos	10 a 15 anos	10 a 16 anos	15 a 17 anos	16 e 17 anos	17 Anos
1992	278.765	446.342	637.059	546.208	378.631	187.913
1999	122.722	216.555	338.330	355.673	261.840	140.065

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / PNAD – 1992. In: “Indicadores sobre crianças e adolescentes”

Para se ter uma idéia do quadro do trabalho infantil no contexto da economia atual, muitos fatores entram em cena para serem melhor avaliados. Se o trabalho de crianças e adolescentes decorre somente de fatores relacionados com a pobreza, como se explicaria o aumento do trabalho infantil na região Sul, mais desenvolvida e com melhores indicadores socioeconômicos do que da região Nordeste, segundo dados do MTE/SIT (2005, p.20). Como falar de redução do trabalho infantil no meio rural se a IBGE e PNAD (2003, p.21) mostra como tendência a continuidade de migração do meio rural para o urbano acompanhada de um deslocamento do trabalho infantil na mesma direção? Novamente aqui, recorre-se a Oliveira (2003) que aponta as desigualdades de base que atravessam a sociedade brasileira e como os setores mais desenvolvidos fazem uso dos mais atrasados para desenvolverem-se.

O segundo documento sobre trabalho doméstico utilizado para complementar a análise foi publicado pela OIT³⁸, em 2002, quando se completava dez anos de atuação do IPEC no Brasil, que destaca, entre os dez melhores programas avaliados nestes dez anos, um sobre o combate ao trabalho infantil doméstico. Segundo esse documento,

A maior proporção deste total de crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho doméstico pode ser encontrada na Região Nordeste (33%), seguida pela Região Sudeste (31%), e pelas Regiões Sul (15%), Centro Oeste (11%) e Norte (10%). Nos estados de Roraima, Distrito Federal e Rondônia o trabalho doméstico representa de 19% a 28% do total de crianças que trabalham, sendo que essas são as maiores taxas do país. (OIT, 2003, p. 224)

De acordo com a legislação brasileira, a fiscalização do uso de mão-de-obra infantil no trabalho doméstico fica dificultada devido à inviolabilidade de casas particulares, garantida na Constituição Federal. Sendo assim, torna-se um trabalho invisível à sociedade, favorecendo situações de maior vulnerabilidade, isso sem contar a aceitação que esse tipo de trabalho tem na sociedade.

No âmbito do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico, existe um Grupo Temático encarregado de estudos sobre essa condição de trabalho já com algumas publicações, e um deles, de Ana Lúcia Sabóia, destaca as “Dimensões Culturais do Trabalho Infantil Feminino”, alguns projetos, inclusive o Projeto de Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil Doméstico na América Latina, elaborado em 2000, que contou com subsídios técnicos substanciais dos quatro países que o integrariam: Brasil, Colômbia, Paraguai e Peru.

Fazendo uma investigação da produção científica portuguesa sobre as crianças, a economia, o trabalho e o desenvolvimento, Sarmiento (2000, p.142) enuncia [...] “ausência e lacunas homólogas à investigação internacional nessa área” e sinaliza os percursos investigativos que faltam ainda percorrer. Ao traçar a panorâmica geral da produção científica nessa área, denuncia os escassos estudos sobre o trabalho infantil domiciliário, o peso das crianças na economia doméstica, entre outros aspectos e afirma que “há sobre as dimensões econômicas da situação social da infância mais debate do que conhecimento.”(p.144).

³⁸ Denominado “Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos de IPEC no Brasil”

2.7 O TRABALHO INFANTIL SOB LENTES DOS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS: O FETICHE DA REDUÇÃO

Enredar-se nos dados estatísticos sobre trabalho infantil é caminho fácil de perder-se, isto considerando que os desencontros de cifras em relação ao número de crianças trabalhadoras no mundo, seu recorte em faixa etária, períodos equivalentes de coletas dos dados e outras variáveis, por mais que analisados e comparados, mais se embaralham. Os dados, a seguir, revelam um quadro da infância no trabalho que não combina em nada com os discursos que têm anunciado o fim e crise do trabalho, assim como a redução do trabalho infantil.

Além da menção aos 246 milhões de crianças trabalhadoras no mundo encontrada praticamente na maioria dos documentos que discutem o trabalho infantil, tem-se que,

uma em cada seis crianças e adolescentes com idade entre cinco e 17 anos no mundo exerce algum tipo de atividade econômica.[...]; 73 milhões tem menos de dez anos. Outro dado impressionante revela que uma em cada oito crianças do mundo está exposta às piores formas de trabalho infantil, como tráfico, exploração sexual e atividades danosas, o que põe em perigo seu bem-estar físico, mental e moral. Nenhum país está imune: 2,5 milhões de das crianças trabalham em países desenvolvidos e outros 2,5 milhões, em países em transição. E todo ano, 22 mil crianças morrem em acidentes de trabalho³⁹.

Essa é uma realidade da infância e do trabalho infantil. Milhares, milhões, bilhões, incontáveis meninos e meninas que trabalham sob as barbas da lei e da incomensurabilidade das estatísticas. E ainda sobram meninos e meninas que, como os adultos, o mercado não precisa. Se nos idos da revolução industrial era uma questão de força agir para se conseguir uma mão-de-obra abundante e dócil, impondo-se a disciplina do trabalho, agora é necessário impor a disciplina da falta de emprego. Como coloca Galeano (1999, p.96), “[...] que técnica de obediência obrigatória pode funcionar contra as crescentes multidões que não têm e não terão emprego? Que se pode fazer com os naufragos, quando são tantos, para que seus destemperos não ponham o bote a pique?”.

³⁹ Disponível em <http://www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc/publicacao/engine>

Questões e mais questões: como é possível conviver com o trabalho infantil que grassa por toda parte e simultaneamente assistir a milhões de desempregados, que se colocam nas intermináveis filas de espera do emprego ou aparecem “[...] se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas?” (FORRESTER, 1997, p.14). Ouvir repetidas vezes anúncio do fim do trabalho como derrota dos trabalhadores e vários órgãos nacionais e internacionais proclamarem a redução do trabalho infantil ou ainda apresentarem o seu fim como “um objetivo ao nosso alcance⁴⁰” ?

Uma informação nos Mapas de Indicativos, contida no final do documento (Mapa de 1999) e na introdução (Mapa de 2005), merece ser destacada, já que propicia uma leitura crítica da realidade representada:

Os dados produzidos pela Fiscalização não apresentam resultados metodologicamente científicos que uma pesquisa requer. Constituem uma “fotografia” que reflete apenas aquele(s) momento(s) em que a Fiscalização esteve presente nos locais de trabalho. [...] Entretanto, em alguns Estados, o levantamento de dados para o Mapa de Indicativos ocorreu de forma mais aprofundada, razão pela qual constam também informações sobre a participação da mão-de-obra infanto-juvenil no trabalho em regime de economia familiar e no setor informal. Para a elaboração do Mapa de Indicativos, os Auditores Fiscais do Trabalho deram prioridade às formas mais danosas de trabalho infantil, embora tenham sido registradas **todas as ocorrências identificadas de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil**. O Mapa de Indicativos conseguiu identificar a participação do trabalho infanto-juvenil em 99 diferentes atividades. (Grifos meus) (MTE/SIT, 1999, p.106)

Considerando-se para início de análise no “Mapa” de 1999, os municípios que aparecem listados como aqueles onde ocorre o trabalho infantil, observa-se que não são os mesmos que aparecem na coluna referente aos municípios com indicativos de sua redução. Isso permitiria algumas leituras: somando-se uma coluna à outra, o número de municípios com indicativo de trabalho infantil nas diferentes atividades econômicas aumentaria, ressaltando-se que uns estariam apresentando persistência do trabalho infantil, enquanto esses outros municípios diferentes, embora apresentassem indicativos de redução, continuariam com foco de trabalho. Essa ocorrência manifesta-se em todos os estados. No Mapa de 2005, o que se vê, para a maioria das regiões é uma certa coincidência entre a relação de municípios onde ocorre o trabalho infantil e a relação onde esse apresenta redução. A coluna referente aos

⁴⁰ Título do Relatório global do OIT (2006): “O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”.

municípios onde acontece a redução engloba praticamente todos aqueles que aparecem na coluna em que ocorre o trabalho infantil, permitindo a leitura de erradicação crescente.

Isso pode ser ilustrado de acordo com o quadro a seguir, elaborado para este trabalho considerando dados extraídos do Mapa de Indicativos de 1999 (Estado do Acre, Região Norte, (MTE/SIT, 1999, p. 6)) e Mapa de 2005 (mesmo Estado e região, (MTE/SIT, 2005, p. 107)).

Quadro 9. Quadro comparativo de municípios onde ocorre o trabalho infantil em 1999 e 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIOS	TAREFAS GERALMENTE EXECUTADAS	CONDIÇÕES DE TRABALHO A QUE ESTÃO SUBMETIDOS ADULTOS, ADOLESCENTES E CRIANÇAS	MUNICÍPIOS COM INDICATIVOS DE REDUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
Panificação 1999	Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Tarauacá, Brasiléia e Sena Madureira	Fabricação do pão e seus derivados, arrumação do produto nos fornos, limpeza do local e comercialização do produto na padaria ou nas ruas	Jornada excessiva, trabalho noturno, más condições de higiene, ventilação e exposição a temperaturas elevadas.	Xapuri, Acrelândia, Capixaba, Feijó, Senador Guiomar e Mâncio Lima
Panificação 2005	Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Acrelândia, Plácido de Castro, Tarauacá, Feijó, Brasiléia, Assis Brasil, Porto Acre	Aparece no Módulo II nos moldes desse quadro, em separado e é nomeada como “Processo de trabalho”.	Aparece no Módulo II nos moldes desse quadro, em separado e é desmembrada em “Riscos Ocupacionais” e “Possíveis Repercussões à saúde”	Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia

Fonte: Elaborado para esta pesquisa partindo-se dos mapas de indicativos 1999 e 2005

Além desse aspecto, se for considerada, no “mapa” de 1999, a coluna referente às tarefas geralmente executadas, percebe-se que muitas delas poderiam estar incluídas na coluna referente à atividade econômica. Tomando como exemplo a página 6 do Mapa de Indicativos da Região Norte (Acre), na coluna referente à atividade econômica, aparece a categoria Serviços Diversos e as tarefas executadas que aparecem são office boy, empacotador, guardador de carro, auxiliar de serviços gerais em repartições públicas, frentistas em postos de gasolina etc. Na realidade, não são tarefas executadas e sim atividades econômicas incluídas no setor de serviços. Se devidamente especificada, excederia em muito as 99 atividades apresentadas. Conclui-se que, se no decorrer do total de páginas do

documento as tarefas executadas aparecessem como atividade econômica exercida, ter-se-ia aumentado o quadro dessas e seria possível identificar o aumento do número de atividades onde ocorre o trabalho infantil e não sua redução.

O Mapa de Indicativos/2005 menciona, na Introdução, perspectivas para melhoria na análise dos dados, principalmente no tocante à classificação das atividades econômicas adotando como critério identificador a descrição do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), procurando com isso uma “[...] melhor correlação entre as informações quantitativas da PNAD segundo as atividades econômicas nas unidades federativas e as informações qualitativas em nível municipal propiciadas pelo Mapa.” (MTE/SIT, 2005, p.9).

Mesmo que haja observação referente à análise baseada na classificação da CNAE, a nova classificação (CNAE, versão 2.0) foi aprovada em 22/03/2007, após publicação desse documento em análise. Mudanças na organização produtiva alteram esta classificação demandando novas abordagens analíticas, principalmente no setor de serviços, no qual surgiram novas atividades econômicas.

Outro documento que deu suporte para esta análise é resultado de pesquisa realizada pelo IBGE, em 2001, como tema suplementar da PNAD e também considerado como um mapa do trabalho infantil.

Considerando a extensão desses mapas e as possibilidades de análises e cruzamentos de dados que permitem não é possível realizar aqui uma análise exaustiva das inúmeras variáveis divulgadas nessas publicações. Na busca de elementos que propiciassem uma leitura articulada dos mapas, foi encontrado um documento que chamou a atenção pelo título que anunciava “A evolução do Trabalho infantil no Brasil de 1999- 2001” e que por tal razão foi tomado para análise.

Esse documento⁴¹ contém os resultados de estudos sobre a evolução do trabalho infantil neste período, elaborado pelo Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa (NAPP) em cooperação com o UNICEF, cujo objetivo era sistematizar e analisar estatísticas e indicadores acerca do trabalho infantil no Brasil, reunindo microdados da PNAD dos anos de 1995 a 1999 e 1999 a 2001. Tanto num período como no outro são apresentados quadros

⁴¹ A PNAD faz parte do sistema de pesquisas domiciliares, implantado no Brasil a partir de 1967, e tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País; umas de caráter permanente (dados gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação) e outras com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação do país(migração, fecundidade, nupcialidade, etc.). Inicialmente, os resultados foram apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre.

estatísticos apontando a redução do número de crianças e adolescentes trabalhadores no período examinado, afirmando que “[...] essa redução expressou-se tanto no decréscimo do contingente de crianças e adolescentes ocupados e economicamente ativos, quanto na queda dos níveis de ocupação e atividade desses segmentos populacionais.” (FNPETI, 2004, p. 25).

Outras conclusões sinalizadas referem-se à diminuição do trabalho infantil, em maior número na agricultura do que nos demais ramos de atividade econômica. Conforme consta no documento,

Entre as atividades não agrícolas, as reduções mais expressivas ocorreram nos ramos industriais. Dessa forma, operou-se uma alteração na distribuição setorial do trabalho infantil, com uma redução do peso das atividades agrícolas e uma elevação da participação das atividades comerciais e de serviços. (FNPETI, 2004, p.19)

Dentre os fatores que condicionam a oferta de mão-de-obra infantil, os órgãos oficiais sempre apontam a pobreza e o nível de escolarização das crianças e, como fatores que condicionam a redução dessa oferta, estão as ações institucionais, destacando principalmente aquelas desenvolvidas pelo PETI e outras pelos governos e entidades da sociedade civil, bem como por iniciativas correlatas como os programas de bolsa-escola e renda mínima vinculada à educação. As limitações das ações e efetividade desses programas também aparecem, mas é comum atribuí-las à qualidade da gestão local dos mesmos.

Embora as questões de fundo não sejam desconhecidas, elas comparecem nas análises numa posição não tão incisiva quanto às anteriores, como é o caso de também atribuir à redução do trabalho infantil (ao desemprego de crianças e adolescentes) principalmente no setor agrícola à maior “[...] difusão de tecnologias poupadoras de mão-de-obra nesse setor” no período de 1999-2001 e resultado também de “mudanças na base produtiva da economia, que levaram à extinção de postos de trabalho ocupados por crianças e adolescentes.” (FNPETI, 2004, p.26). E, com palavras conclusivas arremata afirmando que os seus resultados encerram um duplo significado:

Por um lado, eles reafirmam a importância e a eficácia, ainda que parcial, das ações de erradicação do trabalho infantil e, por outro, eles apontam para o surgimento de um novo cenário, no tocante à distribuição setorial e espacial do trabalho infantil, que irá demandar o desenvolvimento de novas estratégias e novos instrumentos de combate a esse problema social. (FNPETI, 2004, p. 26)

Durante o ano de 2002, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), comemorou o décimo

aniversário de sua implementação no Brasil e para avaliar os rumos de sua atuação empreendeu um balanço geral de suas atividades no país e, lançou uma edição comemorativa anunciando, na sua apresentação, que “[...] enquanto o número de crianças sendo exploradas em todas as formas de trabalho aumentou mais de 4 vezes, em nível mundial, no Brasil as estatísticas demonstram que diminuiu em cerca de 40%.” (OIT, 2003, [s.p]).

Essa edição comemorativa traz o balanço das dez melhores experiências no campo da erradicação do trabalho infantil, conforme segue:

- 1) a constituição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI);
- 2) o processo de combate ao trabalho infantil no setor carvoeiro, em Mato Grosso do Sul;
- 3) o combate ao trabalho infantil no setor coureiro-calçadista em Franca-SP e Novo Hamburgo-RS;
- 4) a experiência de combate ao trabalho infantil na Região Sisaleira da Bahia;
- 5) os programas que conectam de maneira privilegiada a erradicação do trabalho infantil e as atividades na área da educação, em todo o Brasil;
- 6) a atuação das Centrais Sindicais no combate ao trabalho infantil;
- 7) a atuação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança no combate ao trabalho infantil;
- 8) a experiência de combate à exploração sexual comercial infantil em Mato Grosso e na fronteira Brasil- Paraguai;
- 9) as iniciativas de combate ao trabalho infantil doméstico no país;
- 10) as atividades ligadas ao combate ao trabalho infantil no tráfico de drogas, no Rio de Janeiro. (OIT, 2003, p.29)

Por mais que os discursos anunciem a redução do trabalho infantil, o que se extrai dos próprios documentos que tecem louvores a essa cruzada é o aumento das atividades exercidas por crianças, num momento em que a sociedade projeta milhares de adultos ao desemprego. Fica também aberta a indagação: se é que acontece a redução do trabalho infantil em alguns setores isso não poderia ser atribuído também ao encolhimento do emprego para todos? Com o surgimento de um novo cenário, no tocante à distribuição setorial e espacial do trabalho infantil demandando novas estratégias e instrumentos de combate, afirmada nos documentos oficiais deduz-se que inúmeras situações de trabalho continuam invisíveis, impossíveis de serem captadas pela fiscalização e pode-se ainda afirmar que o motivo da anunciada diminuição deva-se ao desenvolvimento atual do capitalismo caracterizado pelas formas dispersas, fragmentadas, informais de exploração, de mais complicada apreensão.

2.7.1 Corrigindo “excessos” do liberalismo econômico: as políticas compensatórias do “neoliberalismo social”⁴²

Mapeamentos em fontes diversas, principalmente na Internet, para se ter uma melhor visão do quadro do trabalho infantil, revelaram centenas de páginas sobre incontáveis instituições, organizações e empresas nacionais e internacionais voltadas para a questão social da infância. Isso sinalizava que algumas preocupações estavam sendo colocadas em pauta e que o trabalho infantil vem sendo reconhecido como um problema social, digno de atenção, envolvendo a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo.

Páginas e mais páginas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), do IPEC (Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil), do UNICEF com suas publicações anuais entre elas a “Situação Mundial da Infância”, com levantamentos exaustivos sobre infância, mapas e dados estatísticos referentes a 193 países, todos de possível acesso na íntegra; IBGE com suas PNADs, o MTE, o MPT (Ministério Público do Trabalho); organizações destinadas a dar assessorias a programas de desenvolvimento social, galeria fotográfica sobre trabalho infantil em diversas partes do mundo, galeria virtual sobre trabalho infantil numa infinidade de atividades econômicas, publicações da Fundação ABRINQ (Instituição criada em 1990 com o objetivo de promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes: <http://www.fundabrinq.org.br>), da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais com objetivo de representar as ONGs junto ao Estado e sociedade civil: www.abong.org.br); da ANDI (Agência de Notícias do Direitos da Infância: www.andi.org.br); da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência: www.abrapia.org.br), e inúmeras outras fontes de informação que podem levar a mares nunca d’antes navegados, *on-line*, sobre a situação da infância no mundo, principalmente no mundo do trabalho. Isso remetia a algumas idéias apontadas no Capítulo 1 sobre as respostas dadas pelo capitalismo para enfrentar a questão social da infância.

Se no início da Revolução Industrial e também no início da industrialização no Brasil procurou-se eliminar a aversão inicial pelo trabalho fabril, colocando em ação uma coleção de leis que, sob o despeito de fins assistenciais, terminaram por converter-se em agressiva

⁴² Título inspirado no texto “Novamente sobre a questão do trabalho”, de Ramón Peña Castro, 2003 .

política de mobilização da mão-de-obra infantil e ainda numa política repressiva dirigida contra aqueles que se negavam a aceitar as novas relações sociais, o que significaria na atualidade esse quadro que se descortinava?

Não mais *workhouses*, asilos, orfanatos com o pretexto de levar as crianças da rua à fábrica, mas outras regulações tecidas em torno do trabalho infantil que sob o disfarce de proteção à infância e da erradicação do trabalho infantil funcionam ao mesmo tempo como diz Montañó (2005, p.166) como forma de

Tentar “humanizar o capital” através de relações solidárias e de parceria com o “terceiro setor”. Essa é a ideologia do possibilismo [...] e acaba sendo explícita ou implicitamente, absolutamente funcional aos interesses do projeto neoliberal comandado pelo capital financeiro, neste caso especificamente para despolitizar a sociedade civil, torná-la um espaço dócil de parceria e não de contradição e lutas e de desmonte do que o Brasil conquistou com muito sacrifício ao longo de décadas e, principalmente, na década de 80, expresso na Constituição de 1988 e na lei orgânica de assistência social que é o desmonte da seguridade social pública.

Aqui se vê as crianças abrigadas sob as asas do terceiro setor e disputadas por um mercado de instituições destinadas a sua ocupação e guarda ou ainda usuárias de programas que cumprem bem seu papel assistencial que constitucionalmente, é função do Estado, deixando, portanto, que esse se omita dessas obrigações.

Para a OIT, os fatores que explicam a redução do trabalho infantil, desde meados dos anos 1990, é o elevado nível de mobilização social, os programas de ONGs com vistas a combater a pobreza, melhorar os padrões de vida (incluindo o saneamento básico, a saúde e a educação) e promover os direitos fundamentais. E enumera algumas ações inovadoras que foram extremamente bem sucedidas, tais como:

[...] mobilização do setor empresarial e as autoridades municipais, a que se dirigiram dois dos programas da Fundação Abrinq (“Empresa Amiga da Criança” e “Prefeito Amigo da Criança”). A mobilização dos profissionais e instituições dos meios de comunicação através da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)[...] Os sindicatos [...]desenvolvendo um programa de sensibilização alargada baseado em cursos, seminários, publicações, mobilizações e pesquisas[...]O que fez realmente a diferença foi o estabelecimento [...] do Fórum Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, criado em finais de 1994 [...] A nova Constituição impôs o ensino obrigatório de oito anos, e em Fevereiro de 2006, foi alargado para nove anos. [...] Uma evolução importante começou a registrar-se nas inscrições no ensino primário nas regiões mais pobres[...]graças a um forte empenho das políticas públicas ao abrigo do Programa “Toda a Criança na Escola”[...] Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, o qual chegou já a mais de 1 milhão de crianças com idades ente os 9 e os 15 anos. (OIT, 2006, p. 24-25).

Sem desqualificar tais iniciativas o que se quer ressaltar é que não se pode pensar o social e a política social desconectados do econômico e da política econômica.

Como a OIT é financiada por instituições financeiras internacionais e outras agências das Nações Unidas no apoio à cruzada contra o trabalho infantil, o seu Relatório Global não poupa louvores às benfazejas instituições que ajudam aos países pobres (Brasil, Índia, Indonésia, Quênia, Turquia e Tailândia, países que subscreveram o IPEC, lançado em 1992) que mostraram disposição para aventurarem-se por um território desconhecido e a trabalharem com a OIT na luta contra o trabalho infantil. Com o primeiro apoio financeiro vindo da Alemanha, juntaram-se outros trinta países financiadores; entre eles, os maiores são os Estados Unidos, e mais recentemente, a Comissão Européia e outras 86 onde o programa é aplicado. É a luta do bem contra o mal.

Num momento em que a precarização do trabalho é uma constante, a destrutividade do ser humano pouco importa ao capital e onde se percebe toda uma mobilização de diversos setores sociais empenhando-se na luta pela proibição do trabalho infantil, o tamanho do interesse pela causa da criança e do trabalho sinaliza também que o fluxo do trabalho de crianças não pára.

As centenas de páginas constantes dos documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais sobre o trabalho infantil, juntamente com a luta para sua erradicação, deixam evidentes os limites dessas propostas, justamente por deixar oculta a face do capitalismo que gera a pobreza e a inserção precoce das crianças no trabalho produtivo. Deixa aberta a ferida da essencialidade do fenômeno trabalho infantil para o metabolismo do capital.

Na medida em que esse caminho foi percorrido novos elementos de discussão e reflexão foram sendo gerados. Enredada na trama capitalista de negação da infância que aparece em todo o primeiro e segundo capítulos vai emergindo uma idéia de protagonismo infantil, do direito de participação e expressão da criança, que recusa a pertinência das políticas abolicionistas, com exceção apenas das piores formas de trabalho infantil. A aceitação do trabalho infantil em nome do direito à participação protagônica, se por um lado significa um crescimento da sensibilidade à aceitação das diferenças culturais, ao mesmo tempo significa um decréscimo da sensibilidade para as desigualdades reais e para além de justificar o trabalho infantil como uma forma de inserção social acaba por anulá-lo enquanto problema, transformando-o em virtude. A defesa incontestada do protagonismo infantil pelo direito ao trabalho acaba também por defender a idéia de que haja possibilidade de um

capitalismo humanizado, fato que é amplamente contrário à perspectiva aqui adotada, pois como coloca Marx (2002, p.272) “quando se trata de dinheiro, não há lugar para a bondade”.

Examinando com cuidado a perspectiva do protagonismo infantil, suas bases teóricas vão emergindo e destaca-se uma “ênfase na construção cultural das idéias do que fazer com a infância e [...] o exame de como tais construções culturais impactam as vidas das crianças” (WARDE, 2007, p.28), a revalorização da ação social intersubjetivas sobre as estruturas, a racionalidade comunicativa, as abordagens compreensivas, fenomenológicas, a sociologia interacionista norteamericana entre outras. Em meio a esse discurso também aflora o ofício de criança, ofício de aluno, a criança enquanto ator, a necessidade de ouvir sua voz na pesquisa, numa perspectiva notadamente culturalista, afinal uma operação de salvamento da infância, um pagamento de dívida com o passado que esconde as desigualdades reais e contribuem para tornar natural o fato da criança pobre trabalhar. Esses aspectos serão abordados nos próximos capítulos apontando no capítulo 3, a noção de criança e trabalho subjacentes ao paraíso dos direitos e o aflorar da noção de protagonismo infantil permeando as propostas que defendem os direitos da criança ao trabalho. No último capítulo apresenta-se algumas formas como esse protagonismo vai emergindo na teoria pedagógica e que propostas de ensinar e aprender estão a ele subjacentes.

CAPÍTULO 3

AS CRIANÇAS NO PARAÍSO DOS DIREITOS E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS AO AVESSE: O DUPLO FETICHE

“Todo lado tem dois lados é defeito de vista quem só vê o direito” (Lacerda, 1986).

E o avesso, o diverso e o aparentemente disperso? O objetivo deste capítulo é, novamente, retomar a teoria do fetichismo por considerar que em tempos em que sopram fortes os ventos neoliberais, ela teria muito a contribuir para discutir as correntes do debate sobre trabalho infantil presentes na atualidade, buscando apreender as limitações de tais perspectivas e em que direção elas podem contribuir para repensar a temática.

Para perseguir este objetivo, serão analisadas duas perspectivas sobre a fetichização do trabalho infantil: aquela da OIT que defende sua erradicação e abolição e uma outra que critica duramente a posição da OIT, defendendo o direito ao trabalho infantil, exceto nas suas piores formas. Esta segunda ainda se apóia no discurso do protagonismo infantil realizando dupla mitificação: do trabalho e da infância. Em meio a esse cenário, persiste o silêncio em relação ao trabalho infantil de “prestígio”, aquele realizado no meio artístico, que será aqui também abordado para complementar a análise.

A opção em retomar a teoria do fetichismo para tratar do trabalho infantil e, por consequência, da articulação trabalho e infância reside na crença de que essa teoria, por ser a base para pensar a teoria do valor, propiciaria elementos para se repensar as relações que estão por trás das concepções de infância e trabalho infantil, revelar as relações sociais que contornam a construção dessas imagens e ainda contribuir para colocar o adulto frente a frente com as fantasmagorias por ele criadas, para lidar com o fenômeno do trabalho infantil e da infância. Um primeiro momento da análise consiste em buscar a imagem da criança que é construída no paraíso dos direitos (o direito de livrar-se do trabalho e a defesa ao direito de

exercê-lo, exceto nas suas piores formas). Enredada no paraíso dos direitos, a infância acaba também por ser negada. Isso não é uma operação inocente e, como diz Mollo (1978, p.22)

[...] as características da criança mitificada articulam-se num conjunto coerente para constituírem a criança “verdadeira”, “autêntica”. Este processo de pensamento mitificador pode então servir de referência ao lugar destinado à criança na sociedade, assim como para as atitudes – melhor seria dizer expectativa - do adulto em relação a ela.

Sinalizar alguns elementos que resultam de tudo isso supõe passar pela análise do papel da imagem de infância e trabalho na sociedade contemporânea. Essa fuga para a frente, para o imaginário, vai impedindo de ver a criança real. E é exatamente no embaçamento do real que esses modelos são funcionais. Uma hora a criança é um outro mundo, um outro, o nosso outro. E, novamente Mollo (1978, p.22) ajuda a ir compreendendo a trama: “Reconhecer e isolar a especificidade da infância para melhor a negar não é um dos menores paradoxos das investigações em ciências da educação. A educação destrói seu objecto à medida que o define, isola e aperfeiçoa.”

Esse invólucro protecionista esconde exatamente o segredo da infância. Cria-se um espetáculo em torno da imagem que precisa ser “vendida” e assim encontrar adeptos e admiradores.

Embora o capítulo pretenda se concentrar na abordagem da abolição do trabalho infantil *versus* sua defesa e valorização crítica, exceto nas suas piores formas, não se desconhecem outras abordagens. Acredita-se, entretanto, que aquelas aqui contempladas incorporem, dentro de alguns limites, as demais ou, se não o fazem, as discussões trazidas por outros autores neste capítulo acabam por contemplá-las. Sarmiento, (2000, p.138-139) anuncia quatro perspectivas no debate sobre trabalho infantil:

- a perspectiva abolicionista que considera toda e qualquer forma de trabalho desempenhado por menores como incompatível com os direitos da criança e, por conseqüência, propõe a sua erradicação, através da adoção de medidas penais contra os empregadores de mão-de-obra infantil;
- a “teoria do continuum” que sustenta que o trabalho tem impactos variáveis no desenvolvimento da criança, de acordo com a sua natureza, a sua duração, a sua intensidade, a sua localização e a idade e características físicas das crianças, devendo por isso considerar-se todas essas variáveis no estabelecimento de um “continuum” referenciado a dois pólos, um das formas absolutamente inaceitáveis de exercício de trabalho por crianças e outro de formas aceitáveis;
- a perspectiva que considera o trabalho infantil como condição inerente à condição social contemporânea da infância e, que em nome do direito de participação e de expressão do desejo e da vontade das crianças, recusa a pertinência das políticas abolicionistas – excepto no que respeita a formas extremas de trabalho infantil,

sustentando, em contrapartida, a aceitação “realista” do trabalho infantil quando ele se constitui como elemento indissociável da pertença social da criança;

- a defesa do trabalho infantil, como estratégia de socialização, como fator de desenvolvimento das “qualidades de trabalho” da criança e (ou) como via econômica no quadro das economias familiares. Esta posição, tendo uma baixa difusão social, dificilmente encontra uma reflexividade que a sustente.

Considerando-se essas perspectivas, buscou-se, num árduo trabalho, localizar pesquisas, obras e autores que abordassem e/ou se aproximassem das diferentes posições sobre o trabalho infantil e mesmo colocar em pauta outras posições que contribuíssem para ampliar a reflexão. Nessa direção, foram delineadas as perspectivas da OIT(Organização Internacional do Trabalho), do IFEJANTS (Instituto de Formación y Educación de Jóvenes Adolescentes y Niños Trabajadores-Peru) e, dentro delas, outros esforços de perspectivar o trabalho infantil.

3.1 AS CRIANÇAS NO PARAÍSO DOS DIREITOS

Retomando algumas falas recentes de autores que tratam do trabalho infantil, é importante assinalar que “[...] as décadas de setenta e oitenta, assistiram a uma verdadeira erupção da pessoa humana no Direito Internacional. Os anos internacionais da Mulher, da Criança, da Juventude, do Deficiente sinalizam claramente uma tendência irreversível nessa direção.” (COSTA, 1992, p.17). Quanto aos direitos da criança, pode-se ressaltar, nessa caminhada o início em 1923, como o ano em que a União Internacional “Save the Children” redigiu e aprovou a Declaração de Genebra e em 1924 a Quinta Assembléia da Sociedade das Nações também a aprova. Terminada a II Guerra, a ONU (Organização das Nações Unidas) aprova Declaração que amplia os direitos contidos no texto de 1924 e onze anos depois, em 1959, a Assembléia Geral da ONU aprova os Direitos da Criança. Em 1979 é declarado o Ano Internacional da Criança e, em 1989, em 20 de novembro, aprova-se a Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

A década de 1980, no Brasil, pode ser considerada um marco na luta em favor dos direitos sociais das crianças com sua extensão na década de 1990: a promulgação da Constituição Federal de 1988; a adoção, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; a aprovação, em 1990, do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); o IPEC (Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil) em 1992, e a criação,

em 1994, do FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) como espaço para reunir e articular os poderes envolvidos em políticas e programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil (entidades do Governo Federal, organização de empregadores e trabalhadores, ONGs, Procuradoria Geral da República e Ministério Público do Trabalho); os programas do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) passam a incluir, a partir de 1992, o tema do trabalho infantil na agenda de políticas sociais e econômicas.

Pelo que se vê é uma longa caminhada rumo aos direitos da criança. Segundo Lima (2005, [s.p]) “[...] talvez seja no código de Hamurabi, que data de mais de 2.000 anos antes de Cristo, que encontraremos medidas de proteção aos menores que trabalham como aprendizes.” Não é preciso recuar tanto na história para saber que as crianças sempre trabalharam e nem repetir o já dito, apenas ir reunindo alguns elementos que permitam compor o quadro do trabalho infantil, a partir da legislação, para mostrar que tanto no âmbito do direito internacional e nacional, a distância entre o legal e o real tem raízes que precisam ser colocadas à vista.

A história da legislação sobre trabalho infantil é longa. Duração de jornada de trabalho, trabalho noturno, conciliação de trabalho com instrução, medidas sanitárias referentes ao local de trabalho, controle e aplicação das leis e discussão sobre o termo “aprendiz” são questões que datam de 1802 (Lei dos Aprendizes) e que encontram eco ainda em nossos dias.

Olhando para a OIT, como organismo responsável pelo controle e emissão de normas referentes ao trabalho em todo o mundo, determinando as garantias mínimas ao trabalhador, tem-se uma visão da centralidade dada ao trabalho infantil principalmente sob o ponto de vista das Convenções e Recomendações⁴³. Vê-se que procura cobrir de todos os lados aquilo que concerne à abolição do trabalho na faixa etária que deve ser proibida e na sua proteção quando realizada em condições inadequadas.

⁴³ Conforme Veronese e Custódio (1997, p.79) a OIT é responsável pela emissão de normas internacionais do trabalho, que podem ser Resoluções (que não criam obrigações para os Estados-membros), Convenções e Recomendações.[...] A Convenção é um instrumento sujeito a ratificações pelos Países-membros da Organização e, uma vez ratificada [...] obriga o Estado signatário a cumprir e fazer cumprir, no âmbito nacional as suas disposições.A Recomendação [...] embora não imponha obrigações, complementa a Convenção [...] oferece diretrizes com vistas a viabilização da implementação, por leis e práticas nacionais, das disposições da Convenção.

Desde sua criação em 1919, a OIT tem realizado inúmeras ações na luta contra o trabalho infantil na adoção de Convenções e Programas. A Primeira Conferência Internacional do Trabalho (1919) adota a Convenção nº 5 sobre a idade mínima de trabalho (indústria). Em 1930, a adoção da primeira Convenção que dispõe sobre a eliminação do Trabalho Forçado ou obrigatório em todas as suas formas; em 1973, a adoção da Convenção 138 sobre a Idade Mínima; em 1999, defende a adoção de medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil (Convenção 182); em 2002, estabelece o dia 12 de junho como Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Oliveira (1994, p.43) apresenta uma lista com outras convenções e recomendações sobre a idade mínima, emitidas de 1919 a 1973, regulando o trabalho marítimo, na agricultura, de paioleiros e foguistas, trabalhos não-industriais, trabalhos industriais nas empresas familiares, subterrâneo nas minas, pescadores e em todos os setores. Nas páginas 60 e 61, apresenta ainda uma relação cronológica das demais convenções e recomendações sobre o trabalho infantil que não escaparam dessas disposições, abrangendo, entre outros, os seguintes aspectos:

[...] Idade de admissão, trabalho noturno, acidente do trabalho, doenças profissionais, repouso semanal remunerado, exames médicos, horário de trabalho, férias, desemprego, formação profissional, orientação profissional, peso máximo transportado, condições de trabalho em territórios não-metropolitanos. (OLIVEIRA, 1994, p.43)

O Convênio 138 e a Recomendação 146 estabelecem a idade mínima de admissão no emprego ou no trabalho como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 10. Idade mínima para admissão no emprego

	Edad mínima general	Trabajos ligeros	Trabajos peligrosos
Regla general No inferior a la edad en que cesa la obligación escolar o, en todo caso, a los:	15 años	13 años	18 años (16 años en determinadas condiciones)
Cuando la economía y los medios de educación estén insuficientemente desarrollados. En una primera etapa, no inferior a los:	14 años	13 años	18 años (16 años en determinadas condiciones)

Fonte: OIT, (2006b, p.28)

Na perspectiva de lutar contra o trabalho infantil, a OIT apresenta o Convênio 182 sobre as piores formas de trabalho infantil, também denominadas “formas extremas”, “formas intoleráveis”. Na tentativa de sensibilizar e mobilizar a opinião pública propõe-se a realização da “Marcha Mundial contra o Trabalho Infantil”⁴⁴. São consideradas como piores formas de trabalho infantil aquelas “que dañen la seguridad, la salud mental y física e, incluso, a veces la vida del niño”. Em virtude do Artigo 3 do Convênio, as piores formas de trabalho infantil⁴⁵ são:

- Todas las formas de esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, como la venta y el tráfico de niños, la servidumbre por deudas y la condición de siervo, y el trabajo forzoso u obligatorio, incluido el reclutamiento forzoso u obligatorio de niños para utilizarlos en conflictos armados;
- La utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la prostitución, la producción de pornografía o actuaciones pornográficas;
- La utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la realización de actividades ilícitas, en particular la producción y el tráfico de estupefacientes, tal como se definen en los tratados internacionales pertinentes;
- El trabajo que, por su naturaleza o por las condiciones en que se lleva a cabo, es probable que dañe la salud, la seguridad o la moralidad de los niños. (OIT, 2006, p.31).

Segundo o Convênio 182, esta última categoria de trabalho será determinada pela regulamentação de cada país, e deveria incluir:

- los trabajos en que el niño queda expuesto a abusos o a malos tratos de orden físico, psicológico o sexual;
- los trabajos que se realizan bajo tierra, bajo el agua, en alturas peligrosas o en espacios cerrados;
- los trabajos que se realizan con maquinaria, herramientas o material peligrosos; - los trabajos que conllevan cargas pesadas;
- los trabajos realizados en un medio insalubre en el que los niños están expuestos, por ejemplo, a sustancias peligrosas, a temperaturas o niveles de ruido extremos;
- los trabajos que implican condiciones difíciles, como los horarios prolongados o nocturnos; - los trabajos que retienen al niño en los locales del empleador. (CMT, 1999, [s.p]).

⁴⁴ A Marcha Mundial contra o Trabalho infantil percorreu 80.000 quilômetros, passando pela Ásia, África, América do Norte e do Sul, Europa. Iniciou em 17 de janeiro de 1998, nas Filipinas, e encerrou na Suíça em 17 de junho de 1998, com a abertura da Conferência Internacional do Trabalho. Lançada por estudantes, meninos que trabalham, governos, ONGs, sindicatos e organizações que defendem os direitos humanos. Continua existindo em forma de Movimento contra o Trabalho infantil e conta com organizações associadas em mais de cem países.

⁴⁵ Quando se menciona as “piores formas de trabalho infantil”, imediatamente deduz-se que também há melhores formas de trabalho infantil, mais aceitáveis, palatáveis.

A obra de Oliveira (1994, p.25) traz informações esclarecedoras sobre a OIT, suas convenções e recomendações. Ao apresentar dados de estudo sobre o trabalho infanto-juvenil em dez países da América Latina, principalmente no Brasil, destaca que esse fenômeno tem “[...] dimensão mundial com uma distribuição desigual entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.” Os dados referem-se principalmente à década de 1980, mas já propicia um quadro comparativo para análises com outras décadas. Afirma que embora não tenha desaparecido dos países industrializados e não aconteça na mesma proporção nem seja praticado nas mesmas condições abusivas, ele subsiste no Reino Unido, Estados Unidos, França, Áustria, Suíça, Grécia, Itália, Espanha e Portugal.

Como todas as leis são produtos de suas épocas e refletem as concepções do social que perpassam cada período, em relação às histórias das políticas sociais dirigidas à criança até a era do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, transita-se de uma visão higienista e correcional da infância, atrelada à condição e invenção do menor, do menor em situação irregular, menor enquanto objeto de medidas judiciais, como questão de segurança nacional até a criança cidadã, sujeito de direitos.

Ao identificar como clientes potenciais desses aparatos jurídicos e doutrinários aqueles para quem a distribuição justa de renda não passa de discurso e para os quais o trabalho se apresenta como a atividade mais nobre que o homem deve exercer, remédio para muitos males, antídoto ao crime, à marginalidade, entende-se um pouco da existência da oferta de braços disponíveis a preço de desespero, em tempos em que nem tantos outros se encontram ocupados, mas continuamente sob a ameaça do desemprego. Esse bem escasso que o trabalho tornou-se fez inverter a lógica da oferta e procura. A busca de braços baratíssimos e em abundância,

[...] não requer exércitos, como ocorria nos tempos coloniais. Disso se encarrega, sozinha, a miséria da maior parte do planeta. É a morte da geografia: os capitais atravessam as fronteiras na velocidade da luz, por obra e graça das novas tecnologias da comunicação e do transporte, que fizeram desaparecer o tempo e as distâncias. E quando uma economia se resfria num lugar do planeta, outras economias espirram na outra ponta do mundo. [...] Os países competem entre si, corpo a corpo, para seduzir as empresas multinacionais. As *melhores* condições para as empresas são as *piores* condições para os níveis dos salários, para a segurança no trabalho e a saúde da terra e do povo. (GALEANO, 1999, 180-181)

O Relatório Global OIT - 2006 sobre trabalho infantil traz, no primeiro parágrafo do Prefácio, que

A luta contra o trabalho infantil no mundo continua a ser um desafio enorme, mas este Relatório Global apresenta provas de que podemos estar em vias de conseguir uma viragem significativa. Começamos a assistir a uma encorajadora redução do trabalho infantil – nomeadamente nas suas piores formas – em muitas áreas do mundo. Sabemos hoje que com a vontade política, os recursos e as decisões políticas acertadas podemos pôr um fim em definitivo a este flagelo que afecta as vidas de tantas famílias em todo o mundo. (OIT, 2006, p.1).

Organizações do mundo inteiro se mobilizam na luta contra as formas abusivas do trabalho infantil, culminando nas mais diversas ações, convênios, protocolos, recomendações com vistas para erradicar esse tipo de trabalho. É preciso, entretanto, compreender em profundidade o sentido e a direção que ele assume no interior da sociedade capitalista em que sua exploração adquire uma dimensão mais drástica, pagando menos e explorando mais.

O capítulo VIII de *O Capital*, sobre a jornada de trabalho é um dos que retrata com maiores detalhes a falta de limites legais à exploração do trabalho em geral, mas especificamente do trabalho infantil. Marx (2002, p.297) coloca, com muita intensidade, a voracidade do capital pelo trabalho excedente e os abusos daí decorrentes, frutos da “sede vampiresca [...] pelo sangue vivificante do trabalho”. A história da legislação abordada no curso do ítem 6 deste capítulo (A luta pela jornada normal de trabalho; limitação legal do tempo de trabalho; a legislação fabril inglesa de 1833 a 1854), mostra que a antinomia capital/trabalho põe em movimento toda uma operação de mobilização de forças para defender seus interesses. Leis promulgadas, mas não se votavam recursos para sua aplicação nem para quadro de pessoal necessário à sua execução, leis proibindo o emprego de crianças com menos de 9 anos, destinando hora às refeições, proibindo trabalho noturno aos menores entre nove e dezoito anos (lei de 1833) e o Parlamento sempre deixando as brechas para beneficiar os capitalistas, prorrogando prazos para a lei entrar em vigor. Nem assim era possível contentar a avidez por mais trabalho.

Capitalistas reinventam formas de burlar a lei, manobras para impedir sua aplicação e coloca Marx (2002, p.322): “De que adiantava levar os patrões às barras da justiça, se esta, personificada nos magistrados do condado, os absolvía? Nesses tribunais estavam sentados os próprios patrões, para julgarem a si mesmos.” Páginas e mais páginas que trazem os horrores do aniquilamento das faculdades físicas e morais dos filhos do pobre, à espera de alguma peste mais freqüente para livrar a sociedade dessa ameaça de invasão de mendigos que só aumenta.

Hoje, num cenário em que é desmedida a capacidade do capital de mover-se para locais antes inimagináveis do planeta, e com o encolhimento do papel do Estado, as

transnacionais “ganharam um poder de barganha importante na hora de negociar impostos ou benefícios, leis ambientais e regimes de trabalho com os governos-sede e com os governos que pleiteiam a sua presença.” (DUPAS, 1999, p.214). Falar da redução do trabalho infantil é quase uma fábula, numa [...] sociedade de consumo produtora de desperdício, que depende para seu ciclo de reprodução “industrial-moderno”, não apenas da mais cínica manipulação da demanda dos consumidores, mas também da mais desumana exploração dos “despossuídos.” (MESZÁROS, 2002, p.1005).

3.1.2. “O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”: Relatório Global da OIT-2006. ⁴⁶

É esse o pomposo título do Relatório Global da OIT. Dividido em quatro partes, apresenta, na I Parte, um quadro global no qual se delineiam as tendências do trabalho infantil, referindo-se aos progressos nacionais e as políticas que contribuem na redução do trabalho infantil em todo o mundo. A II Parte analisa as ações da OIT contra o trabalho infantil desde 2002; a III Parte explora as principais questões políticas e os desafios a nível global e a IV Parte apresenta um plano de ação desenvolvido em redor de objetivos específicos no âmbito do enquadramento dos três pilares de ação⁴⁷ (OIT, 2006, p. 9).

Na I Parte, os parágrafos (106 a 116) destinados a apontar os fatores para uma melhor compreensão das causas do trabalho infantil sinalizam dados já presentes no Relatório Global de 2002, indicando que a maior parte do trabalho realizado por crianças se concentrava no setor da agricultura e era na economia informal que se encontrava a maioria do trabalho infantil em todos os setores econômicos; o papel significativo que a questão do gênero tinha na determinação dos diferentes tipos de trabalho efetuados por meninas ou por meninos; o

⁴⁶ A OIT apresenta, anualmente, Relatório Global dedicado a um dos temas que fazem parte da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada a partir de 1998. Os temas são liberdade sindical e negociação coletiva, erradicação do trabalho infantil, erradicação do trabalho escravo e eliminação da discriminação. Em 2006, o tema foi sobre trabalho infantil e o título do relatório é “A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”. Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho -Conferência Internacional do Trabalho, 95ª Sessão 2006, Relatório I (B), OIT, Genebra.

⁴⁷ Esses pilares referem-se àqueles do plano de ação de 2002: “reforçar o trabalho do IPEC; *mainstreaming* do trabalho infantil em toda a Agenda para o Trabalho Digno da OIT; e reforçar a ação mundial conjunta”. (Ver OIT: *Um futuro sem trabalho infantil*, Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Relatório I (B), Conferência Internacional do Trabalho, 95ª Sessão, Genebra, 2006, p.8). A expressão “*mainstreaming*” diz respeito aos esforços concertados tendo em vista influenciar processos, políticas e programas que têm um impacto significativo na eliminação do trabalho infantil (OIT, 2006, p.82).

problema da falta de regulamentação do trabalho doméstico; o trabalho infantil como um produto das forças de mercado, a oferta e a procura; a pobreza, mas, no parágrafo 108, ao desculpar a pobreza em si como explicação suficiente para o trabalho infantil e sugerir que tal situação deve também ser atribuída aos grupos mais sujeitos a discriminações e exclusões, aos quais se nega direitos fundamentais, o relatório apenas aponta o fenômeno, mas não analisa nem explica as causas dessa exclusão, pelo contrário apresenta algumas explicações que chegam a ser desconcertantes, pois, de acordo com o relatório,

A grande maioria dos pobres enfrenta situações de insegurança crónica. Isto é não só uma das causas do trabalho infantil, como também condiciona as respostas. As crises, sejam elas de origem natural ou humana, são uma característica cada vez mais presente no contexto global em que são feitos esforços de abolição do trabalho infantil. Várias catástrofes naturais afectaram muitos países na região da Ásia e do Pacífico nos últimos anos, a mais dramática das quais terá sido o sismo e subsequente tsunami – o mais mortífero de que há memória – que atingiu a Indonésia, o sul da Tailândia, o Sri Lanka, o sul da Índia, Myanmar e a Malásia, deixando mais de 300.000 pessoas mortas ou desaparecidas. Após o desastre, a vulnerabilidade das crianças aumentou cem vezes. Separados das suas famílias, meninas e meninos ficaram vulneráveis a raptos e em maior risco de serem apanhados nas malhas do trabalho infantil como um dos mecanismos de subsistência adoptados pelas famílias e comunidades sobreviventes. Formas de subsistência e de indústria, como a pesca e o turismo, foram também afectadas, com a consequente perda de receitas a agravar ainda mais a vulnerabilidade das famílias e das crianças. [...]. O trágico tremor de terra que atingiu o Paquistão e outras partes do sul da Ásia a 8 de Outubro de 2005 resultou em mais de 4 milhões de desalojados, para além de ter acabado com mais de 1,1 milhões de empregos e formas de subsistência. (OIT, 2006, p.40)

Não é de se estranhar o fato de se encontrar, no Relatório, afirmações, como a que segue, mesmo considerando que embora a OIT tenha assistência, nas suas atividades, do projeto UCW (*Understanding Children Work*)⁴⁸ de cooperação interagências (OIT/ UNICEF e BIRD (Banco Mundial)

As investigações sobre o lado da procura do trabalho infantil são relativamente poucas quando comparadas com as realizadas relativamente à oferta. Se fossem identificadas determinadas actividades profissionais nas quais o trabalho infantil é particularmente rentável, as intervenções no lado da procura poderiam ser melhor concebidas e direccionadas. Um estudo efectuado pelo IPEC sobre duas actividades profissionais em quatro países pré-seleccionados – Índia, Gana, Filipinas e Uganda – permitiu obter dados preliminares sobre a relação entre os salários e a produtividade de adultos e crianças. Os resultados do estudo foram ao encontro das expectativas iniciais: pode dizer-se, com algum grau de confiança, que existem de facto

⁴⁸ Lançado em 2000 como resposta a um dos temas principais (cooperação inter-agências) da conferência de Oslo, o projecto UCW foi desencadeado pela OIT, o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) e o Banco Mundial. O UCW está actualmente sediado no Centro de Estudos Internacionais sobre Crescimento Económico (CEIS) na Universidade de Roma “Tor Vergata” (OIT, 2006, p.50).

incentivos do lado da procura em determinados mercados de trabalho infantil, e que estudos que permitissem desvendar esses efeitos seriam possíveis e esclarecedores (OIT, 2006, p. 50).

O que deve provocar estranhamento é o fato de não se revelar um segredo escondido a sete chaves: o processo de exploração do trabalho como algo inerente ao capitalismo.

Sem desconsiderar os méritos e intenções de organismos e instituições voltados para eliminação do trabalho infantil, uma primeira leitura que se extrai do relatório é uma propaganda da OIT em benefício próprio, um quadro exibido para impressionar os países que financiam seus programas e, ao mesmo tempo, exploram em outros rincões do mundo o trabalho das crianças, deixando à mostra o desprezo pela vida humana, amenizado por suas milagrosas doações. Segnini (2003, p.40), mencionando artigo intitulado “Enfants exploités”, de Ignacio Ramonet (*Le Monde Diplomatique*, 2002), reitera:

A mundialização liberal não significou mudanças positivas nessa situação; a procura da minimização de custos, entre eles o do trabalho, determinou que mesmo as empresas multinacionais, consideradas modernas, se apropriassem do trabalho infantil, sobretudo exportando a produção para países socialmente precários. Cita o autor, entre outros setores e empresas, o tabaco (Phillip Morris, Altadis), a banana (Chiquita Brands, Del Monte) e o cacau (Cargill). Podemos somar outros exemplos, como a recorrente utilização do trabalho infantil em cadeias produtivas vinculadas a empresas de setores como o automobilístico, calçadista, têxtil (Leite, Márcia, 1996; Lima, 1998). A pobreza das famílias às quais essas crianças pertencem é um dos principais fatores desse processo. O Brasil tem sido frequentemente denunciado como um país que explora crianças em processos de produção, sobretudo na queima de carvão nos estados do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, regiões que contam com o estímulo das famílias miseráveis para tanto.

Mesmo nessa precariedade de condições, a inversão da lei da oferta e procura de trabalho foi radical e dramática que até mesmo a luta travada pelos trabalhadores durante séculos contra o trabalho das crianças se dilui e vê-se o avesso dos direitos, espaço portador de muitas indagações ainda sobre o fenômeno do trabalho infantil.

Sennet (1998), em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidad,e* faz uma leitura interessante do “fetichismo da mercadoria” de Marx, no Capítulo 7 “O impacto do capitalismo industrial na vida pública”, ao abordar como o comércio varejista se transformara no século XIX de forma tal que o âmbito público encontrou caminho nas vidas das pessoas para o desenvolvimento de uma psicologia do consumo que fizesse com que as mercadorias “[...] adquirissem um sentido, um mistério, um conjunto de associações que não tivessem nada a ver com seu uso.” (SENNETT, 1998, p.184). Como fazer isso com o consumidor? Mistificando o uso dos artigos, desviando a atenção dos compradores em relação a sua

qualidade e também em relação ao seu próprio papel como comprador. O segredo é fazer com que a mercadoria sugira, para quem a olhe as possibilidades de uso infinitas, um *status* propiciado por seu uso. Afinal, conforme coloca Fontenelle (2005, p.66) “[...] é Richard Sennett quem [...] centrando parte de sua análise justamente no significado do “fetichismo da mercadoria” [para] ajudar entender as bases culturais que originaram a sociedade do consumo, que uma perspectiva exclusiva da produção não permitiria apreender.”

No caso do alardeado interesse da OIT em divulgar, publicizar seu envolvimento na luta pela abolição do trabalho infantil, embora não se trate de uma mercadoria palpável, trabalha-se com imagens de infância no trabalho, pois o apelo às imagens da criança repercute de forma profunda no imaginário coletivo, ganhando adesão imediata. Explora-se imagens chocantes, desenrola-se todo um discurso carregado nas tintas para comover o público. O verdadeiro hieróglifo social, que coloca Marx, não é traduzido, isto é “[...] começa-se depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento” [apresentando-se] como “formas naturais da vida social [...]. Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico.” (MARX, 2002, p.97). As iniquidades das relações sociais responsáveis pelo trabalho infantil são ocultadas. Nessa direção, as contribuições de Fontenelle (2002, p.20) são muito importantes pois destaca o papel do fetichismo das imagens na sociedade contemporânea, mostrando

[...] que vivemos, mesmo, uma época marcada pela inflação de imagens que pululam na captura do nosso olhar. Negar este fato não nos leva a lugar algum, se o que pretendemos é entender a realidade contemporânea. Outra coisa é a forma de compreensão desse fenômeno, que, a meu ver, não deve partir de uma descrição constativa, mas de busca da relação histórica e material desse processo.

Não importa aqui o que vai ser produzido, se uma mercadoria palpável ou não, porque afinal o objetivo não é desvendar as raízes do trabalho infantil, mas atrair a atenção e o apoio públicos, bradar contra o trabalho infantil sem profundidade, na sua “naturalidade” e superfície. Teatralizar o real, despojá-lo de toda história.

Nas palavras de Juan Somavia, diretor geral da OIT, no prefácio do Relatório Global-OIT, 2006, a redução do número de crianças trabalhadoras em todo o mundo, nos últimos quatro anos, é anunciada numa linguagem e estilo quase mágico, principalmente quando se refere ao decréscimo na área dos trabalhos perigosos. “Quanto mais perigoso o trabalho e mais vulneráveis as crianças envolvidas, mais rápida tem sido a quebra.” (OIT, 2006, p. I).

Logo a seguir, vem a questão: “Como é que isto aconteceu?” As soluções: educação gratuita, compulsória e de qualidade até a “idade mínima” e “acabar com a pobreza numa geração – *nesta* geração – é a grande causa global de hoje [...] tal só poderá ser conseguido se o trabalho infantil passar à história.” (OIT, 2006, p. 8). E o primeiro parágrafo metralha as palavras luta, trabalho infantil, desafio, viragem significativa, encorajadora redução, fim do flagelo. E encerra:

Podemos acabar com as suas piores formas numa década, sem perder de vista o objectivo último que é acabar com todo o trabalho infantil. Sem dúvida que ainda há muito por fazer, e nenhum de nós o pode fazer sozinho – cada um de nós tem de continuar a investir na luta pela dignidade de todas as crianças do mundo. (OIT, 2006, p. V)

Todo o relatório está impregnado desse tom profético ou apocalíptico que transporta o leitor o tempo todo do paraíso dos direitos ao inferno do trabalho infantil. Ao contrário do que afirma Rosenberg⁴⁹, não foi a longa tradição progressista das pesquisas brasileiras que fez com que a infância desvalida, pobre e os adolescentes considerados em “situação de risco” (“meninos de rua”, prostituição, gravidez adolescente, etc), tornassem-se os focos da pesquisa, mas o fato é, segundo Fontenelle (2002), que a sociedade precisa dessas imagens. Desse modo,

Na sociedade contemporânea, há um verdadeiro “fetichismo das imagens”. Nesse sentido não tomo o fenômeno como falsificação da realidade, manipulação pura e simples de um sujeito encantado e passivo diante de tais imagens, mas assumo que o “império das imagens” é um sintoma de nossa época, podendo ser o ponto de partida para que possamos pensar uma nova forma de representação da realidade. E, na medida em que ‘...a melhor forma de se escudar do sentido de uma produção humana é ignorar a forma pela qual ela se materializa, num estilo determinado e num código expressivo particular...’ torna-se necessário, antes de tudo, que se compreenda como essas imagens se articulam com o mundo da realidade material, já que toda forma de representação ‘tem um modo de existência determinado’. (FONTENELLE, 2002, p.22)

Nessa direção a teoria do fetichismo tem maior consistência e atualidade para não se perder no avesso do direito, para examinar com a atenção devida qual é a missão social desse discurso, pois se sabe que o capital não pode existir sem explorar o trabalho e, no caso do trabalho infantil, a redução do seu custo para o capitalista apresenta-se como um bom prato

⁴⁹ Texto citado por Warde (2007) em artigo publicado na revista *Perspectiva*, da UFSC, que aparece nas suas referências como texto mimeografado. Numa busca pela internet, foi possível localizá-lo sem, entretanto, dispor de referências mais amplas, além do título “Criança pequena e desigualdade social no Brasil” e da autora Fúlvica Rosenberg.

para essa fome insaciável de trabalho excedente, facilitada pela falta de contratos, pela ausência de remuneração, pela terceirização, pela reedição do trabalho em domicílio e utilização do trabalho doméstico, afinal pela precarização e pelo desmantelamento dos direitos dos trabalhadores. Tudo isso maquiado no discurso de uma luta incansável pela sua redução, edulcorada com tabelas e gráficos apresentando os frutos já colhidos, afinal são variadas as estratégias para protegerem as crianças.

Nunca será demais insistir na crítica da epistemologia empirista e seu princípio de realidade que embasa o discurso liberal dominante, segundo o qual

Os fatos e, sobretudo, os dados numéricos “falam por si mesmos”. Falso, os fatos e os números não “falam”; eles permanecem mudos até serem corretamente interrogados (ordenados e analisados) com o auxílio de uma teoria consistente com o conjunto da realidade social capitalista. (CASTRO, 2003, [s.p]).

O que aqui se apresenta é a face caridosa e benevolente do capitalismo com suas políticas públicas e toda inclinação de cuidar bem das crianças. Silva (2003, p.153) ao refletir sobre as políticas “sociais” no campo canavieiro em Pernambuco e sua natureza neoliberal, menciona os acenos de “promessas irrealizáveis, eldorados e paraísos com base no marketing ideológico do para todos”. E complementa que “[...] quando se trata especificamente de Políticas Sociais aplicadas à infância e adolescência [...] o que está em jogo, o que vigora [...] é justamente a carência de uma política que seja capaz de mudar a vida, de transformar a realidade.” (SILVA, 2003, p. 154).

Usando, ao longo da história, dos recursos do internamento das classes consideradas perigosas ou em risco de vir a ser combinadas com as doses de caridade, assistência e filantropia, o capital apresentava uma outra face, prometendo um paraíso conforme é possível observar no pomposo título do Relatório Global-2006 de erradicação do trabalho infantil. Nesse sentido, Silva (2002, p.158-59) aprofunda sua crítica partindo-se exatamente de uma crítica ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), pelo fato de

[...] operar ideologicamente com a palavra erradicação [...] com o mito da erradicação da exploração. [...] Nos meandros dessa lógica [...] de arrancar pela raiz a exploração do trabalho infantil, vejo uma impossibilidade de tal promessa, uma vez que a exploração é inerente e necessária à perpetuação do próprio modo de produção capitalista.[...] Não é possível erradicar a exploração do trabalho infantil sem antes erradicar toda e qualquer forma de exploração da condição humana [...] sem erradicar as bases do modo de produção capitalista, nas quais sustenta a Economia Política.

A leitura do Relatório da OIT vai revelando um verdadeiro encantamento dos criadores frente à criatura. Uma adoração que perpassa todo o discurso que se torna impossível desviar dessa explicação fetichista. Acerca disso, Jappe (2006, p.33) traz o seguinte:

Marx compara explicitamente o fetichismo da mercadoria ao fetichismo religioso, no qual os homens adoram os fetiches que eles próprios criaram e atribuem poderes sobrenaturais a objectos materiais. [...]. Os marxistas tradicionais tanto quanto os não-marxistas, quando não preferiram simplesmente ignorar esta temática marxiana ou liquidá-la [...] quase sempre interpretaram o fetichismo como uma mistificação, no sentido de que a estrutura real da produção capitalista produz necessariamente representações falsas que lhe escondem o verdadeiro aspecto [...]. Essa mistificação existe e Marx utiliza a expressão “fetichismo” sobretudo nesse sentido. Mas o breve capítulo sobre fetichismo [...] permite(m) chegar a uma conclusão inteiramente diversa: Para Marx, o fetichismo não é apenas uma representação invertida da realidade, mas uma inversão da própria realidade. E, nesse sentido, a teoria do fetichismo é o centro de toda a crítica, que Marx dirige aos fundamentos do capitalismo. [...] Longe de ser uma “superestrutura” pertencente à esfera mental ou simbólica da vida social, o fetichismo reside nas próprias bases da sociedade capitalista e impregna todos os seus aspectos.

O tom do Relatório encarrega-se do envolvimento mágico do leitor com a luta contra o trabalho infantil. Na espera da significativa “viragem” desse quadro em muitas áreas do mundo, anuncia-se que o fim do flagelo está próximo. Tudo se passa como se o trabalho infantil estivesse se instalado magicamente nos diversos quadrantes do mapa sem que se peceba todo o processo de inversão da realidade.

3.2 O AVESSE DOS DIREITOS: NA DEFESA DO TRABALHO INFANTIL

Novamente aqui aparece a invocação da figura da criança relacionada ao trabalho, também informada por um fetichismo da infância, carregada de significações. Agora não mais em falta, incompleta, num processo de “tornar-se”. Aqui as crianças já são protagonistas. Podem cruzar as fronteiras, abalam os discursos liberais sobre desenvolvimento infantil ao mesmo tempo em que revelam, às avessas a exclusão das crianças do mundo adulto. Se no paraíso dos direitos ao não-trabalho há uma representação de infância relacionada à sua falta de “maturidade” tanto social quanto biológica, agora com direito ao trabalho é louvada, idealizada. Essas tentativas de “proteger” as crianças acabam por negar a criança concreta, fetichizando-a.

Através de publicações do IFEJANT⁵⁰, foi possível mapear alguns autores que se enquadram na terceira perspectiva mencionada por Sarmiento, defendendo a criação de normas legais que protejam o trabalho das crianças da mesma maneira que é regulamentado o direito dos trabalhadores adultos. Esse instituto mantém a publicação semestral da Revista NATs⁵¹ (Niños e Adolescentes Trabajadores) e conta com a colaboração de diversas organizações voltadas para a questão da infância e preocupadas em socializar as experiências realizadas com as crianças trabalhadoras. Entre elas, tem-se o MNNATSOP (Movimiento Nacional de NATs Organizados del Peru), MANTHOC (Movimiento de Adolescentes e Niños Trabajadores Hijos de Obreros Cristianos- Peru), Terre des Hommes Bundesrepublik (Alemanha), Acción por los niños, Bice (Poder Crecer), BUTTERFLIES o BHIMA SANGHA (Índia, Nepal, Tailândia), CRECEFOR (Colectivo Regional de Centros de Formación), BROEDERLIJK DELEN (Bélgica), GENERACIÓN (Em defensa de los derechos de las niñas que viven em la calle), SAVE THE CHILDREN⁵² (Suécia), VEREIN NATs (Alemanha) Asociazone NATs (Itália), MLAL (Movimiento Laici América Latina-Itália) ITALIA NATs.

⁵⁰ El IFEJANT “Mons. German Schmitz”, es producto de una vasta experiencia de cinco organizaciones que conforman desde 1989 la Coordinadora Nacional de Movimientos Hermanos (C.N.M.H): la Juventud Obrera Cristiana – JOC (1935), el Movimiento de Adolescentes, Niñas y Niños Trabajadores Hijos de Obreros Cristianos – MANTHOC (1976), el Instituto de Promoción y Formación de Trabajadoras del Hogar – IPROFOTH (1962), el Servicio de Educación Popular – SEP (1972) y el Instituto José Cardijn – IPEC (1984). Nace así, por mandato recogido del III Encuentro de Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs) de America Latina y el Caribe (Guatemala, 1992), una institución en respuesta a la necesidad de asegurar que los Educadores/Colaboradores de jóvenes, adolescentes y niños trabajadores (JANTs) reciban una formación integral y sistemática. Posteriormente, se ha acogido la invitación del Movimiento Nacional de Niños y Adolescentes Organizados del Perú – MNNATSOP (1996) para dar formación a sus educadores/colaboradores. El instituto lleva como nombre “German Schmitz” (1926-1990), en homenaje y gratitud a este obispo peruano, infatigable animador de comunidades cristianas, amigo y colaborador de la JOC, quien alentó la creación del MANTHOC, del IPEC y de programas de Formación. Pastor docto, servidor de los pobres, iniciador de multiples experiencias de actores protagónicos: hombre de Dios. (Disponível em <www.ifejants.org>). Acesso em ago. 2005.

O primeiro contato com as publicações do IFEJANTs aconteceu durante o XXV Congresso ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia), realizado no ano de 2005, em Porto Alegre-RS.

⁵¹ Revista Internacional semestral dos “Niños e Adolescentes Trabajadores”, publicada desde 1995 em espanhol, inglês e italiano. Até o momento foram 15 números publicados da Revista NATs, com início em 1995, encontrando-se esgotados os quatro primeiros números. Numa página da web (www.ifejants.org), é possível acessar todas as publicações.

⁵² *Save the Children* (Suécia) foi fundada em novembro de 1919, é membro da Aliança Internacional Save the Children, o maior movimento independente do mundo, comprometido com a luta pelos direitos das crianças e adolescentes, e baseia seu trabalho na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas. O Escritório Regional para a América do Sul está localizado em Lima, Peru, e realiza seu trabalho por meio de parceiros principalmente organizações não governamentais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela, além do próprio Peru. (CUSSIÁNOVICH; MÁRQUEZ, 2002).

O IFEJANTs divulga, ainda, perspectivas da participação infantil em outros movimentos como o NATRAS (Niños, Niñas y Adolescentes Trabajadores - Nicarágua), o Movimento Africano de Meninos e jovens trabalhadores, o MMR (Movimento dos Meninos e Meninas de Rua – Brasil) e MOLACNATS (Movimento Latinoamericano e do Caribe de Meninos, Meninas e Adolescentes Trabajadores: Assunção –Paraguai).

A defesa do direito ao trabalho infantil e a recusa às políticas abolicionistas da OIT, embasam boa parte dos artigos da Revista NATs e os argumentos são buscados na Convenção dos Direitos das Crianças (CDC, 1990), especialmente nos artigos que defendem o direito das crianças a darem sua opinião em relação às questões que lhes dizem respeito, direito a liberdade de associação e de celebrarem reuniões pacíficas, o direito de serem escutados, de receberem informação e, assim, também coloca em pauta a discussão sobre o protagonismo infantil . De acordo com os Artigo 12 e 13 da CDC,

1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.

2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.

Artigo 13

1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e idéias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança. (UNICEF/CDC,1990, p.10-11).

Entre os autores que defendem a aceitação do trabalho infantil e o protagonismo infantil, destacam-se, entre outros, Manfred Liebel⁵³ e Alejandro Cussianovich⁵⁴.

Liebel⁵⁵ (2006) não poupa suas críticas em relação ao Relatório Global da OIT –

⁵³Manfred Liebel é sociólogo alemão, membro do IFEJANTs, professor da Universidade Tecnológica de Berlim, estudioso das organizações de meninas e meninos trabalhadores, estudando especialmente *in loco*, na Nicarágua, estes movimentos e em outros países da América Latina, Ásia, África e também na Europa. Conforme Editorial da Revista Nats nº 15 (p.6), essa opção do autor pelos meninos trabalhadores deve-se ao fato de preocupar-se com o ser trabalhador e menino e com o trabalhador que hoje é menino.

⁵⁴ Alejandro Cussianovich, cofundador da Revista NATs é docente no Mestrado de Políticas Sociais e promoção da Infância na Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM-Lima-Peru), membro do IFEJANTs e da Rede de Universidades Latino-Americanas para a Infância.

⁵⁵ Uma versão um pouco diferenciada desse texto, também se encontra na mesma obra referenciada, página 169-172, disponível nas referências e pode ser encontrada ainda em [www.pronats.de/fileadmin/pronats /documents](http://www.pronats.de/fileadmin/pronats/documents) com o título *El nuevo Informe de la OIT sobre el trabajo infantil- un documento presuntoso*. Berlim, maio/2006.

2006, por anunciar que a redução do trabalho infantil é um objetivo possível de ser alcançado. Afirma, ainda, que a OIT alardeia dados para

[...] sugerir a la opinión pública (y, al parecer, también a los Gobiernos, a los organismos patronales y a los sindicatos – que constituyen los tres “pilares” de la OIT) la imagen de un trabajo incansable y cada vez más exitoso y, por otro, en todo caso, no alejarse demasiado de la realidad. Al final, ambas cosas no son creíbles. (LIEBEL, 2006, p.174).

É também irônico ao se referir às estatísticas, principalmente nas referências da OIT apontando a redução em 11% de meninos e meninas trabalhadores e 26% no número daqueles que realizam trabalhos perigosos. Isso significa para Liebel (2006, p.173), que, por um lado,

[...] no faltaría nada más ni nada menos que la friolera del 89% y en el trabajo infantil considerado peligroso el 74%. Es la OIT misma que, en su plan de acción, solamente formula como objetivo la erradicación de las “peores formas” del trabajo infantil en los próximos diez años, mientras que para las demás formas de trabajo de niños no fija ningún plazo.

O questionamento das cifras apresentadas também se refere às categorias e fontes usadas, considerando que elas são

[...] cuestionables e fontes y métodos de medición insuficientes. La definición más amplia de la OIT se refiere a la así llamada “actividad económica” de los/las niños/as. Se excluye de manera explícita las tareas que los niños/as realicen en su propio hogar y el “trabajo escolar”. Si bien esta definición de actividad económica incluye también las actividades cuyo resultado no está destinado directamente al mercado, quedan excluidas todas aquellas actividades cuyo fin no es la “generación de plusvalía económica”, independientemente de si son o no vitales (p.e. trabajo en el hogar de la propia familia o la producción para el propio sustento de la persona). [...] La OIT sólo habla de “trabajo infantil” que requiere de medidas políticas en relación a aquellas actividades que están prohibidas según las Convenciones de la OIT no. 138 y no. 182. De acuerdo a eso, lo que realizan los/las niños/as mayores de 12 años que trabajan algunas horas por semana en una actividad permitida y también la actividad laboral de niños/as mayores de 15 años cuyo trabajo es considerado “no peligroso”, no es “trabajo infantil”. Desde la perspectiva de la OIT, el trabajo infantil sólo es una categoría jurídica y, por lo tanto, es definido por conceptos jurídicos, de los que tácitamente se presume que son “adecuados” y “en el interés” de los/las niños/as. Eso vale también para los/las niños/as que realizan trabajos llamados peligrosos. También esta categoría nace de las pautas jurídicas de las Convenciones de la OIT, especialmente de la no. 182. (LIEBEL, 2006, p. 174)

Nessa direção, o Editorial da Revista Internacional NATs (n. 15, 2006, p. 9-10), intitulado OIT: “*Blowing his own trompet*” que em espanhol quer dizer “tocádo-te tu propia trompeta”, pode ser traduzido pela idéia de que a OIT alardeia a diminuição do trabalho infantil no mundo para dizer “[...] a la comunidad internacional y a los Estados que la

financian, que ni el dinero invertido em su burocracia não ha sido inutil, ne sus desvelos, improductivos [...]” (NATs, 15, 2006, p.9). Essa avaliação é feita pelas suas próprias entidades, é então uma auto avaliação e não dá a impressão de uma avaliação externa e imparcial.

Liebel (2000, p.90) insiste nas suas críticas à OIT afirmando que ela pouco demonstra saber sobre a magnitude, natureza e efeitos do trabalho infantil, “[...] faltan datos mas fundamentalmente sobre el número de niños que trabajamn, lo quehacen, durante cuanto tiempo, qué tareas realizan, se trabajan em condiciones peligrosas o no etc. Esta **falta de informaciones detalladas y fidedignas**⁵⁶ constituye um obstáculo importante para fijar unos objetivos realistas y concebir actividades eficaces de lucha contra el trabajo infantil”. Apesar de reconhecer que vários projetos do IPEC implementados em cooperação com ONGs consideram as condições locais em que se dá o trabalho infantil e inclusive aceitam propostas que venham de outras partes interessadas, critica aquilo que a OIT denomina de “globalização justa”.

Em sua obra *La otra infancia*, o capítulo 8 intitulado “A Organização Internacional do Trabalho e o trabalho infantil: de que serve aos meninos trabalhadores?”, mostra que a OIT, nas suas publicações do início dos anos 1990 tem apresentado novos tons e argumentos que, até então, em seus quase oitenta anos de história, desconhecia e que principalmente em relação ao fato de concentrar na luta pela eliminação das piores formas de trabalho infantil, tem demonstrado uma concepção mais realista do mesmo.

Tece também, críticas à pesquisa de Gustavo Pineda e Berta Rosa Guerra (psicólogos) por concluírem que a atitude positiva dos meninos trabalhadores frente ao trabalho deve-se a uma deficiência no patrimônio crítico, a uma dupla alienação pelo fato de, além de considerar o trabalho como um elemento chave de sua identidade, o consideram ainda, como algo extraordinariamente atrativo. (LIEBEL, 2001, p.36). O autor continua insistindo que essa pesquisa peca exatamente por não fazer uma análise adequada das repostas das crianças, afirmando que o gostar de trabalhar das crianças “tem uma dupla alienação, um duplo sentido já que não interioriza o trabalho, mas o trabalho tem convertido para eles em algo extraordinariamente atrativo”. (LIEBEL, 2001, p.37). O que o estudo traz é que esse interesse e atração pelo trabalho por parte das crianças pode ser desviado para outros âmbitos

⁵⁶ Grifos do autor.

e atividades. Para Liebel, a pesquisa citada tem como única finalidade desenvolver estratégias para reduzir o trabalho dos meninos e essa é uma posição totalmente contrária à sua.

Argumenta que pelo fato de as investigações serem financiadas por certas organizações que perseguem interesses específicos, inclusive a própria OIT, ficam expostas a interesses políticos, ideológicos e culturais dessas organizações que não têm um consenso sobre o que é trabalho e se limitam àquelas atividades e formas de atividades que são “consideradas “negativas”, “daninhas”, más etc.

Liebel, para tanto, traz a diferença entre *labor* e *work*, estabelecida pela OIT em 1990. Sendo o primeiro termo referente a formas daninhas de trabalho infantil (perigosa para a saúde e segurança, limitadora do tempo livre, prejuízo para a educação, orientações instrumentalistas, limitam o contato com os pais ou crianças da mesma idade, enfim trabalho explorado) e a segunda relaciona-se a formas de trabalhos toleráveis (propicia autonomia, confiança na própria força, aquisição de conhecimentos econômicos, experiência de trabalho). Nessa perspectiva, vê o trabalho infantil fortemente influenciado pelo sistema cultural. O autor vai trabalhar com vários exemplos de pesquisas etnológicas e antropológicas nas culturas não-ocidentais para mostrar como a concepção de infância e trabalho se afasta do padrão ocidental. Nas sociedades não-ocidentais, são comuns as formas de “aprender trabalhando” ou de “aprender na vida cotidiana”. Na Europa, o trabalho das crianças é visto como parte de sua emancipação e transformação em sujeitos sociais, principalmente nos países de língua alemã que fazem uso de quatro conceitos sobre trabalho infantil:

- * Se comprende ao trabajo infantil como trabajo asalariado;
- * Se comprende ao trabajo infantil como trabajo escolar;
- * Se comprende ao trabajo infantil como trabajo como mezcla de actividad sociales y culturales, cujo denominador común es que los niños desempeñan un papel activo na sociedad;
- * Se comprende ao trabajo infantil como trabajo como actividad enfocada em un objectivo que tiene uma relevância visible para la satisfacción de las necesidad humanas y que em este sentido, es necesaria para la sociedad (LIEBEL, 2003, p.151).

Sua crítica incide justamente na maneira como a OIT diferencia *labor* e *work*, pois, para Liebel (2003, p. 193) essa lógica é cega à realidade das crianças trabalhadoras. Assim,

[...] todo se mide com el trabajo asalariado que nació com el capitalismo. Otórgandole “valor” exclusivamente ao trabalho asalariado todas las demas formas de trabajo son despreciadas, especialmente aquellas denominadas “reproductivas”. Desde tal perspectiva, no se puede ni analizar ni avaliar de manera adecuada la

grande mayoría del trabajo que hoy en día es practicado por niños. Y iso vale tanto para el Sul como para el Norte.

Sob essa perspectiva, vai apontando o nível altamente moralizador do trabalho considerado explorado como sinônimo de abuso, maltrato, excesso ou sobrecarga. Para os adultos, a palavra exploração tem sentido econômico e, para as crianças, tem sentido moral, segundo Liebel. E à medida que vai tentando argumentar a respeito da incompletude do conceito de exploração econômica ,usado pela OIT, associado a abuso, maltrato etc., traz vários exemplos de que “[...] la explotación de niños y ninas no queda restringida a la esfera laboral tradicional y que [...] es difícil hacer una delimitación exacta entre trabajo e no-trabajo em términos de espacio, tiempo e conceptos.” (LIEBEL, 2003, p. 197). Será? Os exemplos trazidos pelo autor, decorrentes de várias pesquisas por ele mencionadas, referem-se a alguns tipos de trabalhos que serão mencionados no próximo item por estarem estreitamente associados com o trabalho infantil de “prestígio” .

No texto de Liebel, “Repensar a mirada adulta: pobreza infantil, trabajo infantil e la nova subjetividade de la infancia”, fica claro que os aportes teóricos que têm embasado essas reflexões vêm da interlocução com a sociologia da infância. Questionando os enfoques adultistas que vêm na infância apenas preparação para a vida adulta, aponta o enfoque da sociologia da infância como perspectiva distinta por compreender a infância como uma construção social e cultural. Segundo ele, a sociologia da infância ao focar seu olhar para as crianças das sociedades ricas apresenta-as como

‘Individuos activos’ sobre los cuales la sociedad adulta ya no puede disponer a la voluntad como prueba sirve [...] el reconocimiento creciente de los niños como ‘sujetos de derechos’ y la autonomía avanzada de los niños como actores competentes frente las nuevas tecnologías de comunicación y como consumidores conscientes. (LIEBEL, 2003, p.31).

Recorrendo a um sociólogo alemão, pontua que

[...] a nova celebração do sujeito autônomo não se situa sem fissuras na tradição da ilustração crítica mas no ponto nevrálgico de interesses políticos e sociais na imposição de relações mercantis em todos os campos da interação e transação e com ele dentro do interesse de uma **economização da subjetividade**⁵⁷ (BEISENHERZ apud LIEBEL, 2003, p.31).

⁵⁷ Grifos meus

Harrán (2001, p.72) é outro autor que defende o trabalho infantil, afirmando que a corrente abolicionista “[...] se fundamenta en una visión moralista y focalista de lo que se considera como una anomalía en la organización social”, enquanto a perspectiva defendida por ele “[...] devela la realidad y denuncia una organización social y económica injusta y generadora de pobreza, que presiona sobre la colectividad obligando a utilizar todos los mecanismos posibles de sobre vivencia, y entre ellos el trabajo infantil.” Embora não desconheçam as raízes do trabalho infantil ancoradas no sistema sócioeconômico, defendem mesmo assim o protagonismo argumentando o seguinte:

Afirmar el derecho al trabajo de niños y niñas no es afirmar la obligación de que trabajen, ni es avalar las condiciones en que actualmente realizan el trabajo. Impulsar el protagonismo social de niñ@s trabajador@s no es justificar el sistema socio económico que presiona por menores costos sociales y mayor rentabilidad, con la consiguiente concentración del capital y del poder; impulsar el protagonismo social de niñ@s trabajador@s es denunciar al sistema y unir fuerzas sociales para frenar la ambición neoliberal. Promocionar el derecho al trabajo de niños y niñas no es negar los derechos de la infancia a ser protegida, por el contrario es reconocer al niño/ a como persona protagonista de su propio destino. (HARRAN, 2001, p.173)

Ao defender esse protagonismo, apesar das boas intenções, os autores acabam tendendo para uma proposta reformista, considerando ser possível no capitalismo, o trabalho apenas na dimensão de criador da vida humana, de valores de uso, conforme trecho a seguir:

Defender el derecho de niños y niñas al trabajo, es defender el derecho a la dignidad y no marginalidad ni discriminación del niño por el hecho de ser niño o niña que trabaja. Defender el derecho de estos niñ@s, es también asegurar el derecho de estar protegido contra la explotación. Reconocer a los niñ@s trabajador@s como sujetos sociales de derechos, es valorar su actividad laboral y por lo tanto dignificar a quienes la realizan; este reconocimiento social favorece el control y protección de los niñ@s trabajador@s contra la explotación laboral. Aceptamos que el trabajo es un valor. Si es un valor humano, es también un derecho humano, independientemente de la edad. Y si es un derecho humano, no se le puede abolir ni prohibir, aunque sí legislar para protegerlo de los abusos que puedan darse. (HARRÁN, 2001, p.174).

Embora alguns argumentos em relação à proibição do trabalho infantil sejam pertinentes na direção de perceber que ela pode culminar em “[...] marginar a aquellos que se pretende proteger, en efecto, al niñ@ además de ser pobre y tener que trabajar, será un marginado condenado a tener que trabajar en la clandestinidad y al filo de la ley”. (HARRÁN, 2001, p.175). Não se justifica, a partir desse fato resvalar para a defesa do trabalho infantil e do protagonismo quando se tem claro que essas formas contemporâneas de fetiche encontram-

se ancoradas no mesmo discurso que vem embasando a sociologia da infância e alimentando também o movimento do fetichismo do trabalho infantil.

3.2.1 Protagonismo infantil: afirmação das diferenças etárias ou negação das desigualdades reais?⁵⁸

A centralidade da palavra protagonismo dada pelo IFEJANTs está diretamente relacionada com seus objetivos de formação integral e sistemática de educadores e/ou colaboradores que atuam junto a jovens, adolescentes e crianças trabalhadores. Para certificar-se disso, basta acessar as publicações destinadas especialmente a esse tema e ainda artigos vários que compõem os números das revistas editadas pela instituição.

Vários autores, como Liebel (2001), Figueroa (2001), Cussiánovich e outros têm o protagonismo infantil como objeto teórico, entretanto Cussiánovich pode ser considerado um dos principais divulgadores desse enfoque na América Latina, considerando suas inúmeras publicações sobre o tema. *Ensayos sobre infância* (2006), extensa obra sua, gira em torno do protagonismo infantil e logo na introdução, ao mesmo tempo em que indaga sobre a dificuldade que se tem de reconhecer as crianças como atores, sujeitos sociais, culturais, políticos e econômicos, coloca a necessidade de conhecer como tem sido gestada no tempo a idéia de infância. O caminho que o autor se propõe a percorrer passa pela construção, desconstrução das imagens, idéias e representações sociais sobre a infância.

A essas idéias o autor acrescenta a “Pedagogia da ternura” como um componente fundamental da promoção do protagonismo.

Documento elaborado por Cussiánovich e Márquez (2002) para a *Save the Children-Suécia* é todo dedicado à discussão do protagonismo infantil seja na visão das instituições que desenvolvem projetos sobre os direitos da criança, na visão de promotores sociais e educadores que desenvolvem programas de direitos das crianças e na visão das próprias crianças (Capítulo 1); apresenta ainda espaços onde as crianças participam como protagonistas (Capítulo 2) e experiências de participação (Capítulo 3).

Discute questões de contexto e questões metodológicas que dificultam a participação assim como a insegurança das crianças em relação a sua capacidade de participação. Essa vem prenhe de qualidades e tem seus impactos no desenvolvimento das crianças; é condição

⁵⁸ Idéia emprestada de Brayner (2001).

necessária, mas não suficiente. O protagonismo aparece como elemento central da experiência de construção e organização dos movimentos sociais de meninos trabalhadores. E ele envolve:

La radical afirmación de la individualidad, de la condición de sujeto y el valor dado a la palabra de cada, son tres factores que la metodología del Manthoc ofrece como fuente de resiliencia. Posiblemente la palabra propia valorada sea la forma exterior más simbolizante de su reconocimiento como persona, como alguien que vale la pena. El efecto en su autoestima es notorio. (CUSSIÁNOVICH; MÁRQUEZ 2002, p.26)

A palavra protagonismo, segundo Sempértegui (1997, [s.p]) na apresentação do Módulo II da obra “‘Jóvenes y niños trabajadores: sujetos sociales, ser protagonistas”, é “uno dos pilares conceptuales y practicos que sostienen la intencionalidad política, social, cultural e essencialmente ética de los Movimientos de Jants en nuestra region”.’ (SEMPÉRTEGUI, 1997, [s.p]). É usada no sentido de ator principal, personagem central, mas sempre acompanhada de um adjetivo: protagonismo integral/participação protagônica. Consideram o protagonismo como característica do ser humano e, em todas as publicações, vê-se uma preocupação de explorar a densidade da categoria, muitas vezes portadora de uma carga religiosa. Assim, coloca Cussiánovich (1997, [s.p]):

Protagonismo como lugar de encuentro (arjeion), como punto de unión (arjeuo): No hay protagonismo cuando se separa, cuando se crea ou mantiene el desencuentro, cuando se provoca división, confusión, cuando se pretende transformar un lugar para encontrarse com los demás en un lugar em que los demás me pueden encontrar.

Considerando a atuação do IFEJANTs nos movimentos sociais, especialmente no Movimento de Meninos, Meninas e Adolescentes Trabalhadores (MNNATs), percebe-se a insistência em colocar que o protagonismo da criança não é minimizado pelo do adulto, inclusive defende-se que “[...] um buen critério de discernimiento em torno al próprio ejercicio del protagonismo consiste em verificar cunto hemos sido capaces de contribuir al protagonismo de los demás.” (SEMPÉRTEGUI, 1997, [s.p]).

Na perspectiva de suas análises, o IFEJANTs não descarta a necessidade de repensar a categoria geracional juntamente com outras, como classe, etnia etc, mas suas análises insistem na construção social da infância e defendem a “desconstrução”, reconstrução de uma nova cultura adulta. O exercício do protagonismo infantil implica uma redefinição do poder na sociedade, um frontal questionamento do poder adulto, e em decorrência disso, caminham rumo à defesa de uma nova cultura da infância, recorrendo a autores da sociologia da infância.

Na interlocução com Allison James e Alan Prout, destacam desses autores seis pontos que caracterizam um novo paradigma da infância:

- 1-La infancia como una construcción social;
- 2- La infancia como una variável de análisis social. No puede ser interamente separada de otras variáveis como clase, género e etnicidad;
- 3-Las relacioness sociales de los nino y sus culturas merecen ser estudiadas por si mismas;
- 4-Los niños deben ser vistas como activas na construcción e determinación de sus própias vidas;
- 5-La etnografía es una metodologia particularmente útil para lo estudo de la infancia;
- 6- La infancia es un fenómeno en relación ao cual la doble hermenêutica de las ciencias sociais está incisivamente presente. (JAMES; PROUT apud CUSSIÁNOVICH; MÁRQUEZ, 2002 [s.p])

As propostas dos adultos que atuam junto às crianças nas organizações em que elas permanecem de cinco a oito anos aproximadamente, estão voltadas para desenvolver “[...] una vocación de sujetos, de actores, de gente capaz de hazer algo significativo para si, para los demás.” (FIGUEROA e CUSSIÁNOVICH, 2001, p.12). Esses são os pontos fundamentais da metodologia animados pela pedagogia da ternura, defendida por Cussiánovich.

É o discurso do protagonismo infantil que insiste na necessidade de repensar a criança não só como beneficiária de direitos, mas como sujeito social de direitos que não quer ser cidadã do futuro e sim do presente. Os autores vão argumentando que, ao encarar essas dimensões, não há nelas uma idealização nem mitificação do trabalho infantil, porque essas crianças, por terem começado a trabalhar cedo em condições de deterioração crescente, têm uma visão da experiência de trabalhador que levanta sua dignidade, auto-estima e o direito de trabalhar. Insistem na necessidade de uma representação conceitual e afetivo-sentimental positiva que não negue o que as crianças trabalhadoras percebem de outra forma, mas que também não seja ingênua, idealizada, mas representações “[...] que dan cuenta de dimensiones y de diferencias personales y culturales que normalmente no se asumen em las representaciones dominantes de infancia.” (FIGUEROA; CUSSIÁNOVICH, 2001, p.15).

Liebel (2001, p.33) também vai na direção da defesa do protagonismo discutindo a investigação participativa com a infância, chamando a atenção para a necessidade de dar voz aos meninos, pois durante muitos anos criticou-se as “investigações da infância sem meninos”. Em relação a propostas de investigar o pensamento dos meninos trabalhadores sobre vários aspectos do seu cotidiano, o autor defende que a inserção de crianças na investigação seja de fato uma arma para que as perspectivas das crianças tenham importância

e possam ser consideradas na prática pelas organizações de ajuda. Coloca, entretanto, algumas dúvidas em relação a esse aspecto, principalmente pelo fato de as investigações sobre trabalho infantil moverem-se em alta temperatura política.

O quadro a seguir, elaborado para esta tese, baseado nos diversos artigos divulgados pela Revista NATs, aponta vários eventos em que se destaca a participação infantil na defesa do direito ao trabalho.

Quadro 11. Encontros e Congressos realizados por meninos trabalhadores (1988- 2004)

Ano	Evento/Movimento	Local de realização
1988	I Encontro Latinoamericano e do Caribe desde 1988de NATs	Peru
1989	II Encontro Latinoamericano e do Caribe de NATs	Buenos Aires
1992	III Encontro Latinoamericano e do Caribe de NATs	Guatemala
1994	Encontro de Bouaké	Costa do Marfim
1995	IV Encontro Latinoamericano e do Caribe de NATs Encontro de NATs	Santa Cruz Bamako (Mali)
1996	Encontro de NATs I Encontro Mundial de de Meninos, Meninas e Jovens Trabalhadores	Ouagadougou (Burkina Faso), Kundapur (Índia)
1997	V Encontro Latinoamericano e do Caribe de NATs	Lima
1998	VI Encontro Latinoamericano e do Caribe de NATs	Colômbia
2004	I Encontro Mundial dos NATs	Berlim

Fonte: Elaborado pela autora

Ochoa (2003), ao avaliar a perspectiva do protagonismo infantil, o faz com muita cautela, ponderando que o enfoque se encontra “fazendo-se”, mas situa a perspectiva de Cussiánovich, um dos seus principais representantes, no contexto da sociologia da infância e da hermenêutica construcionista. Afirma que essa corrente tem adquirido, nos últimos vinte anos, relativa hegemonia nas ciências sociais e assim posiciona-se em relação às principais idéias que tem alicerçado esse discurso da construção social hermenêutica:

En base a varias corrientes europeas como son la revalorización de la acción social intersubjetiva sobre las estructuras, el discursivismo, el textualismo, la presencia de autores como Foucault, la racionalidade comunicativa, la sociologia interaccionista norteamericana e anglo sajona etc., se señalam que lo social es propriamente una construcción y que las classificaciones sociales com las cuales actuamos na sociedad, compartimos lazos sociales e asumimos codigos colectivos, son creaciones humanas que funcionan como discursos con los cuales clasificamos e ordenamos la

realidad. La presencia de Foucault es relevante en esta perspectiva. (OCHOA, 2003, p.59).

E o autor ainda completa chamando a atenção para a forma como essa perspectiva hermenêutica tem embasado os movimentos sociais neste século que se inicia. Evita revelar claramente sua posição em relação a tal perspectiva e termina o texto com esta questão: “Limites do construcionismo e do protagonismo?” completada por outras propondo que as respostas sejam buscadas coletivamente, mas chama a atenção para dois aspectos da discussão:

Por un lado, se necesitamos configurar una sociologia de la infancia e por su vez ter discurso de impacto e novedad, a oportunidad que nos brinda lo “enfoque del protagonismo” es excepcional [...]. Pero, por otro lado, no será que también tiene “limites de fuerza” que la obligan a repensara limando sus excesos e incluso como muestran los enfoques de la psicologia del aprendizaje e sicoanálise del nino a descarta por apresurada e inverosímil. (OCHOA, 2003, p.64)

Tanto as correntes que defendem a abolição do trabalho infantil quanto aquelas que lutam pelo direito das crianças de exercê-lo fazem uso de certo apelo emocional, um certo alardear do sofrimento infantil e das precárias condições às quais as crianças são submetidas. O mesmo não se dá, todavia, em relação ao trabalho infantil artístico. Não é trabalho? O que faz com que adquira tonalidades diferentes no quadro do trabalho infantil?

3.3 TRABALHO INFANTIL DE “PRESTÍGIO”

Não se pretende enveredar pela seara da discussão da especificidade do trabalho do artista, apenas colocar na pauta da discussão o trabalho artístico infantil e a forma como esse tipo de trabalho tem sido tratado e parcamente debatido.

Como coloca Coutinho⁵⁹ (2004, [s.p]),

O silêncio em torno das atividades realizadas por artistas mirins na televisão nas lutas empreendidas pela erradicação do trabalho infantil não retrata somente um vazio [...] que [...] traduz principalmente o indício de um outro horizonte que tem

⁵⁹ Esse texto foi encontrado na Internet sem nenhuma referência à autoria. Ele, entretanto traz no final, sete “Sugestões para alteração do texto” e, em duas delas, cita-se o nome da professora Aldacy e foi por essa pista que uma busca no “Google” permitiu a identificação da autora e do periódico em que o artigo encontra-se publicado, porém não foi possível acessar o periódico e as citações estão sem número de página.

sido permitido ultrapassar na sociedade. O trabalho do menor no campo, ou no chão de fábrica, por acaso seriam mais ou menos aviltantes à construção de sua personalidade do que o que ocorre nos bastidores de uma televisão? É nessa perspectiva que se busca compreender se há na condição de ser artista algo que se possa subtrair da concepção de trabalho de sorte a que a sociedade não repudie tal situação [...]. Que ideologia permite burlar a lei, ao vivo e à cores, para todo o Brasil, com os aplausos de todos, sob flashes, fotos e reportagens, de crianças privadas do seu maior bem, obrigadas a serem adultos antes do tempo.

Aproveitando-se das argumentações da autora, entende-se que sobre esse tipo de trabalho não há nenhuma previsão de como deve ser realizado, apenas que a participação de menores em programas de televisão fica condicionada a uma autorização judicial, porém esta autorização refere-se à moralidade e insalubridade do ambiente de trabalho e o trabalho do menor sob a luz da proibição constitucional não é sequer mencionado. Nem mesmo o ECA traz qualquer referência a esse tipo de trabalho. Não é trabalho?

A autora⁶⁰ continua:

Ao contrário da posição fantasiosa disseminada, o ofício de artista é trabalho e como tal, possui disciplina própria. [...] A Convenção dos direitos das crianças da Organização das Nações Unidas, em seu artigo 32, reconhece que toda criança tem o direito de ser protegida de qualquer exploração econômica e de executar qualquer trabalho- inclusive o artístico, por conseguinte – que seja perigoso ou que venha a interferir com a educação, que seja prejudicial a saúde ou seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. (COUTINHO, 2004, [s.p])

Quanto ao trabalho danoso, a autora afirma o seguinte:

Não é todo e qualquer trabalho que é danoso ao desenvolvimento do menor. O ECA prevê, em seu artigo 68, § 1º, a regularidade da realização do trabalho educativo, no qual o desenvolvimento pessoal e social do menor tem preferência sobre a atividade laboral, servindo como capacitação do jovem para o trabalho regular. Esta espécie de trabalho, autorizado em lei e ainda carente de regulamentação, é uma viável alternativa de qualificação e inserção futura do jovem no mercado de trabalho, visto que concilia a formação profissional e educacional deste. Frise-se que a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo. (COUTINHO, 2004, [s.p])

Em relação ao trabalho das crianças na televisão, manifesta sua opinião contrária, considerando a forma como se apresenta atualmente, porque é prejudicial ao desenvolvimento social e psicológico das crianças.

⁶⁰ Professora de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná, Doutora em Direito e advogada procuradora do mesmo Estado.

Para Coutinho (2004), a Convenção n. 138 da OIT, “[...] é a única norma que prevê e autoriza o trabalho do menor na televisão, por intermédio de prévia licença de autoridade competente”, em seu artigo 8º, mesmo assim a considera inconstitucional, embora ratificada, “[...] pois claramente contrária ao que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.”

Liebel (2006, p.158), também apresenta discussões sobre o “trabalho infantil elitista” (assim denominado pela psicóloga suíça Gabrielle Bierber-Delfosse os trabalhos realizados por crianças nos meios de comunicação), trabalho escolar, trabalho de casa, trabalho social não remunerado, trabalho voluntário entre outros que são algumas vezes elogiados e outras vezes condenados. Em relação a esses trabalhos, não se usa a etiqueta trabalho infantil.

Considerando pesquisa alemã recente em relação à participação de crianças em atividades esportivas de alto rendimento, sinaliza que, para esse pesquisador, está ‘[...] surgindo um novo tipo “des-limitado”, “não fordista” de trabalho infantil, atribuído às atividades no entorno social.’ (LIEBEL, 2006, p.159). Como exemplo, traz as atividades de cuidar de idosos, trabalhos nos meios de comunicação, *showbusiness*, animação de eventos, desenho de páginas *web*, assim como treinador e academias de *skateboard*, no setor dos esportes. Por serem atividades atrativas e gerarem altos ganhos, atraírem a atenção pública, melhorarem a posição social de quem a exerce, entre outros aspectos, são atividades vistas com “bons olhos”. Esses espaços, muitas vezes, significam um trampolim para a carreira profissional. Liebel (2006, p.161) mostra que

[...] la doble moral que se alimenta del mito de la inocencia de la niñez se practica, sobre todo, en concursos de belleza, los así llamados children’s beauty pageants, y aquí, principalmente en relación a las niñas. Se estima que, cada año, aproximadamente un millón de niñas menores de 16 años participan en este tipo de concursos que, por cierto, son un negocio multimillonario que, a través de los auspicios, de la publicidad, de diseñadores, fotógrafos, estilistas, academias de modelaje está estrechamente vinculado a otros ramos de la economía, particularmente con la industria de la belleza. Es por eso que, los concursos de bellez infantiles, en los que incluso «participan» bebés, constituyen un estupendo «cazadero» para las agencias de modelaje y otros «buscadores de talentos».

O autor vai destacando os aspectos positivos e negativos desse tipo de atividade, realçado pelos pesquisadores, que podem ter pesos diferenciados pelas crianças que a exercem. Muitas exigências são demasiadas e geram estresse como os procedimentos de seleção, a angústia da espera dos resultados, os cursos de postura, maquiagem, a duração das filmagens, gravações, personagens que representam, afinal o processo de conversão da

criança em estrela. A crítica do autor à pesquisadora Bieber-Delfosse é dirigida no sentido de que ela se afasta da proposta de tomar as crianças como atores e ainda não supera na sua análise, o esquema da criança como vítima e não reflete de maneira pertinente o auto-conceito dos meninos que trabalham no mundo da mídia e se é chamado de trabalho infantil elitista não é apenas porque implica prestígio, fama, altos ganhos etc, mas porque “[...] Más allá de todo esto, hay que tomar en cuenta también que los niños que tienen acceso a un trabajo en los medios son, más que todo, hijos de padres que tienen más «capital social» (y, tal vez, también de más capital econômico e cultural [...]).” (Liebel, 2006, p.165).

Exemplos apontados por Liebel (2003, p.196) sinaliza outras formas sutis de exploração da força de trabalho infantil, no sentido de colocar em evidência que essas formas não estão limitadas às clássicas relações de trabalho assalariado, mas que cabe aqui citar por sinalizar formas “pedagógicas” de exploração do trabalho infantil, tais como: participar de campanhas para provar/aprovar sabores de cereais, recrutar professores, para juntamente com os investigadores de mercado, “desenvolver modelos de ensino, no qual os alunos criam uma nova campanha publicitária para determinada empresa, *spots* publicitários para doces de frutas, anúncios e informações em relação a alguns produtos e que são pregados nos próprios ônibus escolares; desenvolvimento de conceito e embalagem para pizzas que terminam por figurar em cardápios infantis; sugestões de jogos, idéias para pastéis e anúncios que possam ser aproveitados nas festas de aniversários das crianças realizadas em determinados locais, etc. Liebel (2006) completa com exemplo de uma pesquisa de Naomi Klein, que a autora classificou como o mais infame de todos:

Em los EEUU, Coca Cola organizo un concurso em varias escuelas. La tarea consistia em desarrollar una estrategia de distribución de bonos de Coca Cola a los alumnos. La escuela que presentava la mejor estrategia, ganaría la soma de 500 dólares americanos. Una escuela en el Estado da Geórgia, que tomo muy em serio el concurso organizo una jornada de Coca Cola, en la que todos os alumnos se presentaron en el colégio vestidos com t-shirts da Coca Cola para luego colocarse de tal forma formase a palabra “Coke”, formación da cual se saco una fotografia (KLEIN apud LIEBEL, 2003, p.197).

Em relação a esse exemplo o autor informa que um aluno teve o atrevimento de apresentar-se na escola com uma camiseta da Pepsi, uma infração que culminou em expulsão, já que, nesse dia, a escola tinha como convidados o presidente regional da Coca-Cola e pessoas que tinham vindo da empresa para falar em nome dela, sobre a referida promoção.

O que os exemplos mostram é a utilização do trabalho infantil por grandes empresas de artigos esportivos, para indústria de alimentos, doces etc. Tudo se apresenta como uma grande brincadeira e diversão das quais se tem em troca a utilização do sistema educativo, fazendo aparecer como educativo e pedagógico um trabalho que beneficia muito mais as empresas que às crianças.

3.4 OUTROS FETICHES SOBRE INFÂNCIA E TRABALHO INFANTIL

As perspectivas sobre as quais o trabalho infantil tem sido tratado apontam-no como um mal que deve ser eliminado ou como parte da socialização das crianças, independente de seus efeitos. Aparece nas pesquisas como fonte de orgulho, *status* e mesmo independência para as próprias crianças, suplementação da renda familiar, atividade essencial para as famílias pobres; o trabalho infantil esconde seus mistérios. Algumas vezes são enaltecidos os seus efeitos benéficos e terapêuticos, sua função dignificadora, antídoto às más companhias, às drogas e aos riscos da rua, à marginalização e à ociosidade. Elemento que propicia responsabilidade a quem o exerce, cria base de solidariedade, possibilita aprender ofícios e habilidades são outros tantos aspectos positivos do trabalho. Como se não bastasse tais apelos a uma vida de trabalho total ele se apresenta relacionado a uma dimensão de prazer, sedução, fonte de felicidade, ajuda. Em meio a tudo isso aparece também relacionado à infelicidade e desprazer. São estes aspectos realçados nas pesquisas de Oliveira e Pires (1995), Marques, Fazzi e Leal, (2003), Ibarrola e Mijares, (2003), Gouveia (1983 e 1993), Dauster (1992), Rosemberg e Freitas (2002), Whitaker (2002), Silva, (2002), Osowski e Martini (1997 e 2003). Afinal, como coloca Gouveia (1983, p.55) “[...] decorrente desse modo do menor encarar o trabalho, esse aparece como uma “necessidade transfigurada em virtude.”

Muitos são os elementos necessários para compreender a intrincada rede na qual se enreda o trabalho infantil e uma delas, muito destacada na atualidade em decorrência dos estudos da sociologia da infância, é a necessidade de dar voz às crianças, ouvi-las, saber o que têm a dizer sobre suas vivências. Nessa direção, Rosemberg e Freitas (2002) mencionam uma pesquisa realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Sociais e Econômicos), em 1995, em seis capitais brasileiras. Ao observar que praticamente todas as crianças entrevistadas declararam gostar de trabalhar, o DIEESE, segundo as referidas autoras,

[...] não consegue aprofundar a compreensão desta declaração e tenta “desmistificar a própria fala das crianças: “De onde vem essa idéia? Quem disse que criança precisa trabalhar para ajudar em casa? Por que é divertido trabalhar? Por que esse trabalho que exige tão pouca qualificação é visto como aprendizado? É muito difícil encontrar razões concretas e objetivas para explicar essa idéia. Ou seja, as razões subjetivas das crianças são descartadas em nome das “razões concretas e objetivas” do analista adulto que não consegue integrá-las a seu quadro interpretativo. (ROSEMBERG; FREITAS, 2002, p.96)

As autoras trazem dados de várias pesquisas sobre a participação de crianças no mercado de trabalho, mostrando que “quase unanimidade das crianças entrevistadas disse que não gostariam de parar de trabalhar” [...] que embora registrem “[...] queixas, reclamações e reivindicações quanto às condições de trabalho: cansaço, desgaste físico, risco, maltrato do corpo” [também] se referem ao gosto, prazer por trabalhar (muito associado à sociabilidade).” (ROSEMBERG; FREITAS, 2002, p.96). E insistindo nessa direção mencionam estudos na bibliografia brasileira que embora reconheçam as condições gerais de exploração da classe trabalhadora, não a consideram como a única explicação para a existência do trabalho infantil, ou sejam estudos que não descartam de suas análises a perspectiva da cultura. E as autoras indagam: “Não ,estaria ocorrendo um embate pelo direito ao trabalho”? (p.114).

Um entendimento mais completo dessa questão exige que se apontem as circunstâncias no interior das quais brotam essa sedução pelo trabalho, mesmo porque essa é uma dimensão pouco explorada nas pesquisas e que devem ser submetidas a uma análise crítica, conforme colocam Osowski e Martini (1997, p.76).

Rosemberg e Freitas (2002, p. 96-97) afirmam que a erradicação do trabalho infantil angariou unanimidade nacional, mas vêem essa erradicação como missão impossível, no contexto brasileiro contemporâneo, principalmente quando baseada na estratégia de “fortalecimento da escolaridade para retirar a criança do mercado de trabalho”. Considerando a aceitação incontestada da proposta de erradicação do trabalho infantil e por tal razão questionar este discurso, é temerário e pode ser considerado “politicamente incorreto” ou “inimigo da criança”, mas mesmo assim buscam “enfrentar os temores e desafiar as unanimidades”(p. 96-97) porque isso tem inibido análises mais complexas e fundamentam o questionamento em duas bases: a convicção metateórica de “que os seres humanos (individualmente ou em grupos) são movidos também pelos significados que atribuem aos atos humanos (individuais e coletivos) e não apenas por cálculos de custo-benefício” e as “evidências empíricas de pesquisas macro e micro que sugerem padrões complexos de

articulação entre trabalho infantil, escolarização, estrutura do mercado de trabalho e práticas de relacionamento familiar” (ROSEMBERG; FREITAS, p.97). As autoras centram seus argumentos na “impregnação do trabalho infantil nos valores brasileiros e perguntam: “quantas gerações submetidas a revoluções culturais, econômicas, políticas e éticas seriam necessárias para erradicar uma experiência que formou dois terços da força de trabalho ocupada?”.

Muitas perguntas ainda demandam respostas. Qualquer que seja a perspectiva adotada sobre o trabalho infantil, sua compreensão envolve a sua caracterização e da realidade na qual ele se realiza e não é demais repetir que esses valores e aspectos culturais que dão sabor ao gosto pelo trabalho e têm bases materiais e que, portanto, essa é mais uma forma contemporânea do fetiche edulcorada com a perspectiva culturalista. Por mais que ela seja importante ao realçar o peso do simbólico nas trocas humanas, também traz seus perigos, necessitando perguntar com Chauí (2000, p.12) “quando e por que se passou ao elogio do trabalho como virtude e se viu no elogio do ócio o convite ao vício, impondo-se negá-lo pelo *neg-ócio*?”.

Autoras brasileiras, como Rizzini (2007), Spindel (1985), Rosemberg e Freitas (2002), em que pesem as diferenças de perspectivas teóricas, têm enfrentado a polêmica sobre a erradicação ou não do trabalho infantil, apresentando argumentos que destacam a complexidade da questão.

Rizzini (2007, p.398), para realçar a necessidade de ouvir as crianças e facilitar sua participação no planejamento das ações a elas destinadas, cita experiência ocorrida na Índia, relatada em jornal elaborado por crianças trabalhadoras, cobrindo caso de “[...] crianças que foram retiradas de seu local de trabalho, cedendo às estratégias de boicote das nações ricas aos produtos feitos por elas. Sem alternativas, as crianças foram obrigadas a trabalhar em locais bem mais perigosos que os anteriores.”

Discutindo com trabalhadores adolescentes indianos sobre a proibição do trabalho infantil em atividades perigosas, esses manifestaram algumas preocupações, que, segundo à autora, são pertinentes à realidade brasileira:

A principal dizia respeito à existência de alternativas concretas para a criança deixar o trabalho. O país pode assegurar que estas crianças terão acesso a uma boa educação? A escola está adequada a esta criança? Alguém perguntou o que ela e seus pais consideram que seja uma boa educação? Existe o temor, nada infundado, de que o afastamento do trabalho as empurre para a realização de atividades mais prejudiciais do que as anteriores. A inclusão de crianças e adolescentes nas

discussões trouxe polêmica para a posição monolítica de que é preciso, a qualquer custo, eliminar o trabalho infantil. [...]. Quem conhece a fome sabe que sonhos não enchem a barriga...Os programas são elaborados nos gabinetes, longe dos olhos de quem pretende beneficiar. (RIZZINI, 2007, p.399)

Spindel (1985) busca contrapor com exemplos da prática do cotidiano dos menores por ela pesquisados em 1982, a distância entre o legal e o ideal referente a alguns aspectos da legislação, tais como: o trabalho do menor não deve prejudicar seu desenvolvimento, não deve impedir sua formação moral e escolar e ainda é concorrente do trabalho do adulto. Ela vai mostrar como o conhecimento empírico permite contrapor esse tipo de discurso.

A autora mostra, ainda, que o binômio escola-trabalho não é excludente em si. “Hoje, uma grande parte dos menores que trabalham, estudam. [...] para uma parte dos menores que trabalham, a estabilidade no emprego é também, ou é a única garantia de sua escolarização.” (SPINDEL, 1985, p.27-28). Refletindo sobre a tese do menor como usurpador do trabalho do adulto, a pesquisa mostra que “[...] o chefe homem como arrimo de família [...], não tem base empírica e [...] são os filhos em geral, menores ou maiores, os que engrossam as estatísticas de números de assalariados por família.” (p. 29).

O que se vê são imagens de infância e trabalho infantil disputando o gosto do público nas mais diferentes perspectivas teóricas. Fetichiza-se e idealiza-se tanto a criança, quanto seu trabalho.

Se é considerada apenas criança, é doce, pura, inocente. Se é criança trabalhadora é adulto prematuro, menor sem infância, mas também responsável, maduro, solidário etc. Uma outra infância? Outros direitos? Essa visão sacralizada de infância não estaria associada a uma visão utilitarista da mesma? É preciso cuidado para que o investimento acalorado no protagonismo infantil não anule o protagonismo adulto, e em nome da defesa de uma pedagogia da infância resvale-se para a defesa de uma pedagogia do trabalho infantil e, mais que isso, ignore-se que no mundo onde impera as mercadorias todo cuidado é pouco para evitar o fascínio fetichista do conteúdo que se esconde por trás das formas. De onde vem esse caráter mágico, sedutor do protagonismo e inocência tão logo ele é associado às crianças? Que processo levou o trabalho infantil a adquirir tal *status*?

Para isso, é necessário muito cuidado e, nesse sentido, tentar avançar com Fontenelle (2002) para além de Marx, negando a tese da “falsa consciência” e insistindo em uma “ilusão socialmente necessária” de um sujeito que sabe que as imagens que consome são ilusórias, mas age como se não soubesse. A autora afirma que o “[...] sistema capitalista desenvolveu

uma modalidade nova de fetiche, que precisa ser melhor investigada naquilo que seria apenas a ponta de seu *iceberg*: as imagens.” (FONTENELLE, 2002, p. 65).

As imagens de infância e trabalho são sintomas de uma realidade social mais ampla, e entender como funciona essa sobreposição de imagens da infância, associada ou não ao mundo do trabalho implica não se enredar facilmente na denominada “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997) que busca na imagem um novo desdobramento da alienação fetichista.

Soa eloqüente proibir as piores formas de trabalho infantil num momento em que a precarização do trabalho é uma constante, a destrutividade do ser humano pouco importa ao capital e onde se percebe toda uma mobilização do setor empresarial e autoridades municipais empenhando-se em programas da “Empresa Amiga da Criança” ou “Prefeito Amigo da Criança”- Fundação ABRINQ. A mobilização dos profissionais e instituições dos meios de comunicação através da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), sindicatos desenvolvendo programas de sensibilização através de cursos, seminários, publicações, mobilizações e pesquisa, estabelecendo Fórum Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, alargando para nove anos o ensino obrigatório que antes era de oito anos, criação de programas como “Toda a Criança na Escola”, Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros, mostra o tamanho interesse pela causa da criança e do trabalho.

Segundo Delgado (2004, p.74)

La presencia de las transnacionales de la caridad (ONGs) y las declaraciones e intervenciones “humanitarias” de los organismos internacionales (UNICEF, OIT) coinciden [...] con la retirada del Estado y con los efectos producidos por el ajuste. Las ONGs, funcionales ao modelo neoliberal, pretenden aliviar los desastres sociales del enriquecimiento desenfrenado de unos pocos: “aliviar la pobreza” para hacerla más suportable, pero a cambio de que los empobrecidos no cuestionen el modelo que los empobrece, al contrario, terminen aplaudiendo a sus verdugos. En efecto, en la misma medida que se establecen programas para aliviar la pobreza, crece la concentración de la riqueza.

Todo esse movimento leva a

[...] afirmar sem medo de errar que Marx desmistificou as relações capitalistas e sinalizou que a pobreza por elas criadas acabou sendo ignorada pelo próprio capitalismo ou dada para as entidades sociais para desenvolverem a caridade. Neste sentido, Marx demonstrou que a miséria e a pobreza só teriam soluções fora do sistema capitalista (SANTOS FILHO, 2007, [s.p]).

Num momento em que *O mundo devora suas crianças* (Brisset, 2005, [s/p])⁶¹, declara guerra contra elas, planta minas por todo o campo considerado inimigo, impõe embargos a regiões inteiras, treina crianças para matar e acostuma-as a conviver com a morte, soa como brincadeira falar em despreparo para conviver com as diferenças e em nome delas multiplicar os apelos românticos, propor uma Pedagogia da ternura. Como coloca Brayner (2001, p. 208-209),

O celebrado “direito à diferença” [...] não pode ser admitido como a auto-afirmação narcísica de uma identidade fechada e impermeável. Discurso que [...] significa, no fundo, que ao crescimento da sensibilidade à aceitação das diferenças culturais corresponde um decréscimo da sensibilidade às desigualdades reais, notadamente, econômica e social, em que o pano de fundo se constitui de uma certa noção de “razão ocidental”, entendida por alguns como o inimigo privilegiado a combater.

É de bom-tom lembrar que a investida culturalista no campo do trabalho infantil se ancora nas mesmas bases em relação a essa investida na análise da infância no campo da educação. As bases teóricas que sustentam o direito ao protagonismo em relação ao trabalho infantil são as mesmas que o vem sustentando em relação à escola, com algumas repercussões sérias no processo educativo principalmente no tocante à relação ensinar e aprender. São essas discussões que fazem parte do próximo capítulo.

⁶¹ Disponível em <http://exploraodohomem.wordpress.com/2007/09/26/a-guerra-contra-as-criancas-claire-brisset>. Acesso em maio 2006. São excertos adaptados da obra da autora: “um mundo que devora suas crianças. Porto, Campo das letras, 2005.

CAPÍTULO 4

FETICHISMO DA INFÂNCIA: UMA ILUSÃO SOCIAL NECESSÁRIA

A necessidade de colocar em debate o trabalho infantil é decorrente de uma certa insatisfação ao perceber, nas produções teóricas do campo educativo e especificamente no campo da teoria pedagógica, uma mistificação na forma de conceber a infância e a criança. Esta questão havia, de certa forma, sido anunciada por Charlot (1983) no seu livro *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*.

Parte dessa mistificação poderia ser derivada da forma como a criança vai emergindo na teoria educacional. Segundo Charlot (1983, p.99) “a lenta aparição do sentimento da infância na sensibilidade ocidental, entre o século XIII e XVII, é a esse respeito reveladora.” Recorrendo-se a Áriés, Charlot mostra que a criança é introduzida na iconografia medieval por meio de temas religiosos e metafísicos: representando anjos, o menino Jesus, a infância da Virgem Maria e outros santos, e a pedagogia também vai elaborar suas representações de infância, traduzindo os conceitos essenciais sobre os quais se funda, isto é, em termos de natureza e cultura, que para serem aplicados à infância, tomam um sentido temporal: a infância precede a idade adulta. Nesse sentido, além do tempo aparecer como dimensão específica da infância, o autor vai mostrar a reinterpretação dos conceitos pedagógicos de infância e algumas imagens da criança veiculadas pelo pensamento pedagógico.

Para refletir sobre infância, fazia-se necessário nesse momento, rever algumas concepções e imagens de infância que insistem em permanecer na teoria do social (aspecto que se procurou contemplar no capítulo 1), e teoria da educação, que por tal razão camuflam a condição da infância e impedem que se faça uma leitura afinada dos diferentes tempos e espaços onde se dão as relações sociais e nas quais a criança vai se formando.

Charlot (1983, p.19-21) ao refletir sobre a imagem da criança na pedagogia tradicional e na pedagogia nova, mostra que

A pedagogia tradicional insiste na insuficiência de desenvolvimento e de experiência e encara, de maneira puramente negativa, a falta de acabamento da criança. Julga a criança com referência ao que deve tornar-se, isto é, em função de uma norma Ideal [...]. O procedimento da pedagogia nova é inteiramente outro, pois sua concepção da natureza humana é, ela mesma, outra. A pedagogia nova dá interpretação positiva à falta de acabamento da criança e insiste no desenvolvimento da criança, no fato de que a criança está em via de tornar-se, por caminhos próprios, o que deve ser.

Ao fazer esse percurso, Charlot (1983) pretende precisar as significações ideológicas veiculadas por esses sistemas pedagógicos que ao fixarem-se numa idéia de natureza infantil, mascaram a significação social da infância e a relação adulto/ criança como uma relação social. Importa destacar, entretanto, que essa insuficiência, essa falta de acabamento, não é apenas biológica, é também social. Não é possível falar da criança sem integrar, nessa fala, os comportamentos do adulto e da sociedade face a ela. Nessa perspectiva, o que se perde em substância nas considerações sobre a criança é que ela “[...] não se define por sua relação com os adultos e com a sociedade, mas pela inadequação entre seus poderes e suas necessidades”. A dimensão social dessa relação acaba por ser ocultada.

Isto faz lembrar a carta de Marx a Annenkov (MARX; ENGELS, 1982, p.546), comentando sobre o livro de Proudhon *Filosofia da miséria* e tecendo severas críticas a esse autor por ser “[...] incapaz de seguir o movimento real da história” e pela forma como organiza as categorias na sua cabeça desordenada, enfatizando que essas são relações sociais e ainda por Proudhon considerar o “[...] desenvolvimento social dos homens como coisa distinta, separada, independente do seu desenvolvimento individual.” (p.545). Reduz o social ao individual e não vê que “as categorias econômicas são apenas abstrações das relações reais.” (p.549). Só vê antagonismo onde há a luta dos contrários.

Na análise de Charlot sobre a mistificação pedagógica da concepção de infância, o que está em confronto não são os poderes naturais da criança com suas necessidades naturais, mas com as condições sociais de satisfação de suas necessidades naturais. Não se trata aqui de negar as especificidades das crianças, suas particularidades fisiológicas, mas entender a dialética entre o particular, o singular e o universal.

À medida que aprofundava as leituras, mais incomodava a forma como a criança era abordada, idealizada, mitificada, deixando à mostra a necessidade de buscar a criança como de fato ela é. Que caminho escolher? Uma primeira pista colocada veio do texto de Arroyo (1998) *Trabalho-educação e teoria pedagógica*, que insistia no escasso diálogo entre a área trabalho-educação e o campo da teoria pedagógica, e muitos pontos de encontro, ainda não devidamente explorados. O autor insiste, praticamente em todo o texto, que apesar da

produção acumulada nas diversas áreas da pesquisa em educação o diálogo entre as áreas foi escasso, principalmente em relação ao campo trabalho-educação e teoria pedagógica.

As interrogações foram se avolumando e as abordagens sobre a criança, na teoria pedagógica foram se revelando incapazes de uma aproximação mais consistente com as crianças concretas, de carne e osso. O que a teoria pedagógica fornecia eram imagens que pareciam muito distantes da criança real, principalmente se comparadas com algumas imagens que satanizam a infância. Ora anjos, ora vítimas, ora demônios.

Aqui vale destacar a advertência de Marx e Engels (1982, p.14) em *A ideologia alemã* segundo a qual,

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e também não se parte dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida representa-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida. Também as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimados necessários do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. A moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia[...]. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência. (MARX; ENGELS, 1982, p. 14).

Realizar um encontro com a infância e com a criança que nela vive não é tarefa fácil. Ora encontra-se diluída nos infinitos adjetivos usados para qualificá-la ora se transforma num ser fictício, sem corporeidade social de que é parte e lhe dá sentido. Algumas vezes é nomeada sob prismas que a representam apenas na sua negatividade, outras vezes enquanto objeto sem valor que figurou nas seculares páginas da história e, muitas vezes também nelas esquecida: seja na história trágico-marítima marcada de dor e de conflito entre o mundo adulto e o universo infantil, seja enquanto aprendiz de guerra, seja como ameaça pública, como vítima de abusos de toda ordem, a verdade é que a criança foi ganhando visibilidade como futuro bandido, como representação de perigo, como suspeito social, entre outros. Afinal, a criminalização e periculosidade da infância iam de mãos dadas com sua pureza angelical, com sua existência na clandestinidade e, ao mesmo tempo como objeto de exibição pública. Formas de significar a infância e formas de vivê-la. Formas de aparecer na ordem das operações discursivas fortemente ancoradas na ordem das estruturas materiais. Se, “no real

não falta nada: toda percepção de uma falta ou de um excesso (‘não há bastante disso’, ‘há demais daquilo’) implica um universo simbólico”⁶².

Como penetrar nesse campo sem resvalar para a pluralidade dos universos discursivos, buscando compreendê-los na sua íntima relação com a realidade extra-discursiva? Que materialidade dá corpo a essas imagens? Desconfiava-se da existência de algum segredo guardado nessa inflação de imagens contraditórias da infância e da criança e que, para descobri-lo, não bastava desvendar o conteúdo oculto por detrás das adjetivações, mas explicar por que essa forma de aparecer da infância e da criança (suas imagens) assumiram o lugar da própria criança.

Não é puro acaso a aparência ser confundida com a essência, das imagens se confundirem com o real, de imagens de inocência, pureza e bondade estarem sendo substituídas por outras imagens de infância, conforme aponta Arroyo (2004, p.12) com muita propriedade:

[...] antes símbolos de bondade, substituídas por imagens de decadência moral.[...] teremos inexoravelmente de balançar-nos entre imagens angelicais ou satanizadas? [...]. Outras imagens dos educandos são possíveis. Os alunos são outros porque são obrigados ou porque escolhem outras formas de viver ou de ser?

Na busca de ferramentas de análise para esta inspeção, deparou-se quase que magicamente com a categoria fetichismo que explodiu num texto de Kohan (2007) juntamente com o livro de Fontenelle (2002), que foram puxando outros como Evangelista (2001), Dufour (2005), Rubin (1987) que tinham, na obra de Marx, o ponto de partida.

Concordando com a idéia de que vivemos numa época marcada pela inflação de imagens, buscou-se entender, nesse capítulo algumas práticas dirigidas às crianças que as têm moldado para funcionar como portadoras de “imagens” pré-definidas e como suportes de determinados sentimentos de infância que precisam ser analisadas com cuidado para desvendar que idéias e ideais sustentam tais práticas.

O capítulo 1 apontou algumas estratégias preventivas e corretivas utilizadas para “salvar” as crianças, apontou ainda que as crianças pobres foram expulsas do paraíso e jogadas às ruas, às fábricas e às escolas como locais de tratamento do diagnóstico de risco moral. Toda a crítica que se fez a esse tipo de remédio administrado às crianças acabou, por substituí-lo por outro mais fraco, que as colocam num trono, deixando-se diluir competências

⁶² Excerto extraído da orelha do livro de Žižek (1996), *Um mapa da ideologia*.

e habilidades que se sabe que elas têm, porém exploradas o mínimo possível para se ter a impressão de que se está tratando o mal, administrando outro remédio, cujo princípio ativo é o mesmo.

O que se propõe, neste capítulo, é colocar em pauta a emergência de alguns ideários de formação da infância tendo como ferramenta metodológica a categoria fetichismo.

4.1 AVENTURANDO-SE NOS CAMINHOS DA CATEGORIA FETICHISMO

O subtítulo não é puro acaso. Parte-se da premissa de que lançar mão da categoria do fetichismo é mesmo uma aventura, tais são seus vínculos com as categorias da reificação, da alienação (sua antecedente juvenil), uma dimensão particular desta etc. Se pensar com Rubin (1987, p.19) que “a teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” e considerada tanto pelos marxistas quanto pelos seus adversários como uma das mais audazes e engenhosas, e, ainda, considerar com Kohan (2007, p.2) que “a teoria crítica do fetichismo pode ser de grande ajuda para compreender e explicar essa prolongada segmentação e fragmentação que debilita a rebeldia popular e naturaliza os protestos contra o sistema capitalista, têm-se a dimensão que a empreitada não é nada simples.” Considerando ainda com Kohan que nas últimas décadas a temática do fetichismo foi abandonada ou usada de forma secundarizada, marginal no mundo da intelectualidade oficial e não por mero acaso, colocá-la em pauta significa instrumentalizar-se para enfrentar desafios das hipóstases fetichistas dos empreendimentos “pós” difundidos por todo o mundo durante os anos 90. Como coloca Kohan (2007, p17) a teoria do fetichismo “[...] estranhamente esquecida e arquivada pelos discursos acadêmicos da moda, pode permitir compreender essa defasagem aparente entre posmodernismo e neoliberalismo, entre racionalidade do micro e lógica do macro”, enfim elucidar que “[...] entre a lógica do fragmento desgarrado e solitário e a lógica da integração multinacional do mercado mundial que fagocita a totalidade da sociedade planetária existe uma interconexão e uma complementaridade íntima.”

Como a categoria fetichismo poderia contribuir para a análise em pauta, recorre-se a Marx (2002, p.92-4) que afirma o seguinte:

À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. [...] e o caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém?” Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores.[...]. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.[...]Chamo a isso de fetichismo que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Partindo-se dessas considerações, aventurou-se considerar como mercadorias as variadas imagens de infância que pela sua constante difusão vão se objetivando e cujo invólucro ocultam as relações entre pessoas, mas isso não é tudo, pois o que precisa ser explicado é o segredo dessa forma, o processo mediante o qual o sentido oculto (a relação entre pessoas) manifestou-se nessa forma. É ir atrás da origem dessa forma, buscar entender o processo, o caráter misterioso que levou o conteúdo oculto a assumi-la.

Fontenelle (2005, p.63-64) pensando estes aspectos contemporâneos relacionados ao mundo do trabalho e do consumo e partindo daquilo que considera uma nova organização social da ilusão, discute a “passagem do “valor-trabalho” ao “valor-experiência”, tão presente nos novos formatos de negócios que veiculam “experiências” e não produtos, e que altera drasticamente o fetiche como conceito teórico, bem como as formas subjetivas de lidar com a questão”. Afinal, busca fazer a revisão teórica do conceito de fetiche no sentido de, “[...] para além de Marx, negar a tese da “falsa consciência” e insistir em uma “ilusão socialmente necessária”.’ É com esse objetivo que ela vai analisar as imagens, partindo-se do *marketing*.

O que se pretende é destacar que as “imagens” aqui utilizadas não passam especificamente pelo mundo da visão, para a captura do olhar, pretendendo ir mais fundo, capturar as mentes e assim, forjar um novo tipo humano, “uma verdadeira mutação antropológica”. Como questiona Dufour (2005a, p.117). “Que forma sujeito está hoje se instalando? E sintetizando no jornal *Le monde Diplomatique* do que trata sua obra *A arte de reduzir cabeças*, Dufour (2005b, [s.p]) afirma que busca

[...] evidenciar a profunda reconfiguração das mentes que o mercado está a levar a cabo. A demonstração é relativamente simples: o mercado rejeita toda e qualquer consideração (moral, tradicional, transcendente, transcendental, cultural, ambiental...) que possa constituir um entrave à livre circulação mundial da mercadoria. É por isso que o novo capitalismo procura dismantlar todos os valores simbólicos em benefício do valor monetário da mercadoria, tido como neutro. E visto agora existir apenas um conjunto de produtos que se trocam estritamente com base no seu valor mercantil, os homens têm de livrar-se de todas essas sobrecargas culturais e simbólicas que antes garantiam as suas trocas.

Estes autores são fundamentais para recolocar as reflexões sobre a proliferação das imagens na sociedade contemporânea, já que as abordagens que realizam, estão ancoradas numa perspectiva marxista. E, concordando com Fontenelle (2005, p.66) “vivemos em uma época na qual [...] ‘o capitalismo dominou o inconsciente humano’. Uma afirmativa perturbadora, porém “[...] calcada no fato concreto de que o aparato produtivo contemporâneo está profundamente entrelaçado ao universo simbólico” .

Essa invasão não descuida nem de alguns mecanismos pueris relacionados à linguagem, como o fato de “[...] substituir os nomes singulares pelos plurais [...] como se o simples e mecânico agregado de uma letra “s” proporcionasse uma nova maneira de compreender o mundo”.’ (KOHAN, 2007, p.13). Assim também essa hipóstase fetichista costuma escrever sempre com maiúsculas alguns nomes, mas, como insiste ainda Kohan, nem tudo é questão de estilo e as operações fetichistas remetem a questões teóricas que, dependendo de cada autor, assumem um nome distinto, mas com maiúscula: “Ideologia (em Althusser tardio); Poder (em Foucault); Discurso (em Laclau); Diferença (em Derrida); Poder-potência constituinte (em Negri), Interpretação (em Vattimo), Desejo (em Deleuze e Guatari), etc”.

Evangelista (2001), admitindo a existência de muitos enigmas que emanaram do desenvolvimento histórico da sociabilidade humana contemporânea e que demandam sua decifração intelectual, utiliza as noções de alienação, fetichismo e reificação como importantes ferramentas de análise dos processos constitutivos do ser social capitalista, nucleados pela universalização da forma mercadoria por todas as esferas da organização social. Ao apontar que o desenvolvimento do capitalismo leva ao paroxismo o fetichismo da mercadoria ,produzindo a reificação tanto das relações sociais quanto da cultura, sustenta a necessidade de decifrar o enigma da Esfinge.

À luz do conceito de fetichismo presente no pensamento social e psicanalítico, com suas reflexões voltadas para o campo da Psicologia Social, Fontenelle (2002 e 2005) toma a marca publicitária *McDonald's* para se pensar o fetichismo das imagens na sociedade contemporânea. Partindo-se daquilo que considera uma “[...] nova organização social da ilusão, a autora busca compreender a nova organização social da produção que a ela lhe corresponde.” (FONTENELLE, 2005, p. 63). Tanto na sua tese de pós-doutoramento, na qual faz uma revisão teórica do conceito de fetiche à luz das questões da realidade contemporânea, trabalhando-o na confluência das teorias marxista e psicanalítica, como na sua tese de

doutorado a autora, como diz Oliveira (2002, p.9) na apresentação dessa obra transformada em livro, enfrentou-se, decididamente,

[...] com a esfinge, talvez a mais enigmática do mundo contemporâneo e a decifrou: a das imagens da marca e da marca das imagens. Para dizer em linguagem mais chã: a da mais-valia da imagem- que é feita de terceirização, trabalho precário, exércitos de jovens, na sua maioria, mulheres, submetidas a uma dura jornada e organizadas tayloristicamente mas não fordisticamente, desmentindo as tese do trabalho flexível e polivalente.

As contribuições desses autores foram fundamentais para operar com a categoria do fetichismo na análise das imagens-discursos, dos processos de produção de idéias que foram, ao longo da história, alimentando e delineando práticas principalmente para as crianças pobres. Esses processos de produção discursiva, de produção humana de sentidos, formas de representar o real, não podem ser compreendidos se se ignora a base material que lhes dá sustentação. E aqui todo cuidado, é pois necessário para não ficar no mundo das idéias que cercam a infância, na apreensão dos fenômenos, mas partir dessa superfície para adentrar nas suas bases históricas e materiais, seus suportes sociais, políticos e culturais. Como e por que essas imagens exercem tal poder de atração, ganham o caráter de espetáculo? De que componentes vêm revestidas? Como são edulcoradas? Por que são amplamente aceitas e consumidas? Que processo de produção de imagens é esse que tem invadido o campo da teoria pedagógica?

A categoria fetichismo poderá ajudar a revelar que cada “marca” que acompanha a infância e a criança acaba definindo seu lugar social, nasce de uma prática social coletiva, mas se apresenta como a realidade mais natural do mundo, sem nenhuma ligação com o mundo das trocas capitalistas. E sabe-se pela gramática que o adjetivo modifica sempre o substantivo, expressando característica, qualidade, defeito, aparência e estado dos seres. “O aparato produtivo contemporâneo está profundamente entrelaçado no universo simbólico” (FONTENELLE, 2005, p.65), tendo as imagens também se transformado em mercadorias e são produzidas, portanto, como tal. Como diz Debord (1997, p.14), “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas é uma relação social entre pessoas mediadas por imagens.”

As imagens das quais as crianças são portadoras constituem uma mediação necessária para sustentar os usos abusivos que se faziam e continuam se fazendo das crianças no mundo do trabalho infantil e/ou indicar a escola como caminho da salvação. Além disso, continuam proliferando ora na mesma direção, ora em direção contrária, e, mais ainda, operam também às avessas, fornecendo elementos para sacralizar e proteger as crianças. Uma

moralização às avessas, parecendo uma forma de acertar de contas com o passado, considerado como tempo que negligenciou essa temporalidade humana ou mesmo demorou a cultivar o sentimento de infância, considerar suas especificidades. Ao fetichizarem e naturalizarem a infância, acabam por suprimir as centrais contradições de classe entre capital/trabalho, desconsiderando, entre outros aspectos, a materialidade em que se dá o educativo e assim deixa aberta a porta de ajustamento desse discurso às configurações do capitalismo contemporâneo. Importa salientar que,

[...] sem dúvida o nosso tempo...prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser...Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que para ele, o cúmulo da ilusão fica sendo o cúmulo do sagrado.(FEUERBACH apud DEBORD, 1997, p.13)

O que vem a seguir é uma análise das propostas para a educação infantil que começaram a circular com mais força no campo educacional, a partir da década de 1990. Para refletir sobre essas temáticas, serão considerados artigos de Sirota (2001) e Montandon (2001) que tratam da emergência da sociologia da infância a partir da década de 90 nos países de língua francesa e inglesa, respectivamente. A eles serão acrescentados uma outra posição que é a literaturização da pedagogia ou a aproximação entre literatura e educação abordada por Brayner (2005) e outros trabalhos que se ocupem da invasão do campo educativo pelo discurso pós-moderno, sinalizando as diferentes faces sob as quais ele se apresenta.

A sociologia da infância vai desaguando na educação infantil como um novo *logos* pedagógico capaz de ultrapassar as fronteiras de reflexão imposta pelas "ciências da educação" e revolucionar o discurso pedagógico em relação àquilo que defendem como o ideal na formação da infância. A literaturização da pedagogia, por seu lado, apresenta-se com toda sua "frivolidade e superficialidade" em que "o estilo é a mensagem", já que a forma literária, muitas vezes informal, revulsiva e iconoclasta, termina por tornar opaco o conteúdo político de fundo." (KOHAN, 2007, p.13). Enfim, a junção de tudo isso, em que pesem suas diferenças, culmina numa invasão do campo educativo pelas ondas e marés pós-modernas.

Oposto ao mundo do "trabalho" escolar, ressurgem a "brincadeira" e o "lúdico" com toda sua força, esvaziados de seu significado social e histórico, reduzidos a puro prazer, naturalizados e, perdendo, portanto, sua especificidade como atividade humana e como necessidade no desenvolvimento infantil. Na intenção de escapar das perdas ocasionadas pela

expulsão das crianças do paraíso, criou-se para elas outro paraíso onde poderão reinar como sujeitos, atores, com todos seus poderes, recursos e suas cem linguagens.

4.2 FETICHISMO DA INFÂNCIA 1: SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, DO OFÍCIO DE ALUNO AO OFÍCIO DE CRIANÇA

O fetichismo da infância transita com grande gala entre estes dois ofícios: ofício de aluno e ofício de criança. Se no primeiro capítulo foi apontado o trânsito de um ofício de criança para um ofício de aluno, isto é, a escola como salvação aos perigos do ócio, das ruas e das más companhias, um antídoto contra a vagabundagem e preparo para inserir as crianças no mundo do trabalho, aqui o caminho é a contra-mão: do ofício de aluno ao puro ofício de criança. O contexto de onde ressurgiu essa discussão é o da Sociologia da infância. Esse campo será, portanto, a primeira pista percorrida tentando extrair dele os argumentos de onde vão emergindo as bases para o ofício de criança e o que está por trás dessa defesa. Como a realidade vai sendo novamente invertida tendendo para a centralidade no ofício de criança?

As pesquisas fenomenológicas⁶³ têm marcado a sociologia da infância e pautam sua análise na compreensão e interpretação dos sentidos das ações das crianças, nas suas formas de agir no cotidiano, partindo-se do recolhimento de suas vozes, dos seus pontos de vista.

Não há como negar a origem empírica do conhecimento e muito menos a necessidade de interpretação e compreensão do fenômeno, o que não dispensa de forma nenhuma indagar e, conforme sugere Kosik (1995, p.16),

descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde.[...]. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece.

⁶³ A fenomenologia é um dos modelos da ciência social, assim como o positivismo, marxismo etc. É, também, denominada por Sarup (1980) de perspectiva interpretativa, pois, para os fenomenologistas a nossa consciência do mundo, nosso conhecimento dele se faz pela interpretação, diferente do empirismo e do cientificismo. Enfatizam a intencionalidade e a experiência que o ator tem no mundo, a liberdade completa, a capacidade que tem a consciência de modificar o mundo. “Embora ressalte que os homens agem em termos de suas condições externas e de suas intenções para com elas, tem dificuldades em analisar os mecanismos particulares pelos quais uma determinada estrutura social impõe limites aos seus membros. Não pode explicar como ou por que, certas características da sociedade continuam a existir. (SARUP, 1980, p.13).

O fenômeno é um aparecer imediato do objeto e é papel da ciência captar aquilo que se esconde por detrás do fenômeno que, no ponto de partida apresenta-se como um todo caótico e sincrético, sendo necessário fazer um certo esforço, um *détour* para atingir o ponto de chegada, a estrutura oculta da coisa, decompondo o todo. É esse o caminho do pensamento. Esse ponto de partida mantém identidade com o ponto de chegada, que contém algo diverso daquilo do qual se tinha partido, compreendendo a realidade, suas múltiplas determinações e relações.

Captar o significado do fenômeno, desvendar seus sentidos, compreendê-los em suas diferentes manifestações é uma forma de conhecer a realidade. É esse o percurso que se pretende realizar aqui ao dirigir a análise para a sociologia da infância, tentando sinalizar em que direção ela mitifica e fetichiza a infância. O misticismo constitui-se na busca apressada da essência da coisa, percorrendo “atalhos sedutores” para chegar mais depressa, porém neles se perdendo ou ficando no meio do caminho. “Conhecimento não é contemplação” (KOSIK, 1995, p.28) é atividade.

Ao apontar as idéias basilares que compõem o pensamento pós-moderno⁶⁴ e os temas que lhe são significativos, como o interesse pela linguagem, cultura e discurso, Stemmer (2006, p. 83) aponta a necessidade de uma investigação sobre o aporte teórico que subsidia a sociologia da infância por sua proximidade com essa perspectiva, principalmente na insistência com a “construção social” do conhecimento. Para isso sinaliza-se com uma assertiva de Prout, que afirma o seguinte:

Surge em 1990, na Europa e nos Estados Unidos o construtivismo social que veio problematizar e desestabilizar quaisquer conceitos sobre a infância tidos como

⁶⁴ Moraes (1999) denomina de agenda pós-moderna aquela que engloba as correntes pós-estruturalistas, notadamente em sua opção discursiva, e as neopragmáticas, mas ressalta que os discursos e as teorias que compõem o discurso pós-moderno não expressam um corpo conceitual coerente e unificado. Há uma pluralidade de propostas e interpretações, muitas vezes conflitantes entre si e que, entre seus representantes mais notáveis, existem diferenças marcantes. A autora caracteriza o conceito pós-moderno, partindo-se do horizonte de questões a que se refere: “O pós-moderno define-se melhor em sua contraposição às propostas da Ilustração, usualmente associadas ao mundo moderno [...] uma negação grosseira e caricata daquele momento da história e de suas práticas teóricas, políticas e culturais.[...] Coloca sob suspeita a confiança iluminista em uma razão capaz de elaborar normas, construir sistemas de pensamento e de ação e da habilidade racional de planejar de forma duradoura a ordem social e política[...] Crítica a representação e a idéia de que a teoria espelha a realidade [...] a linguagem como meio transparente para “idéias claras e distintas”. Denuncia o processo de modernização [...] que tornou-se força opressora sobre mulheres e homens, dominou a natureza, produziu sofrimento e miséria. Desconfia do humanismo, acusa a arrogância das grandes narrativas e sua pretensão a uma unidade onisciente [...]. Crítica pertinente, [...] mas de caráter idealista: o complexo de forças históricas que determinam o desenvolvimento social é omitido e na balança só figuram idéias difusas da Ilustração, sobretudo as de Kant e Condorcet.” ([s.p]: cópia do original que não foi publicado e apresenta-se apenas na forma de relatório de pesquisa).

garantidos e sujeitá-los a um olhar relativista. Este insistia na especificidade histórica e temporal das infâncias e centrava-se na sua construção através do discurso. Este trabalho teve lugar num cenário de intensas mudanças sociais. O contexto incluía uma complexidade de fenómenos resumidos pela actual teoria sociológica através de designações pós-fordismo, modernidade tardia, sociedade em rede da pósmodernidade e sociedade de risco. [...], estas designações referem-se a fenómenos tais como flexibilização da produção, deslocalização e declínio das instituições, fragmentação das fontes de identidade, enfraquecimento do Estado-Nação [...] desilusão relativamente ao conhecimento racional e especializado [...] padrão de consumo diversificados e mudanças da participação no mercado de trabalho, na actividade produtiva e numa economia global” (PROUT apud STEMMER, 2006, p. 56).

Seguindo essa pista, serão tomados, para análise, os artigos de Sirota (2001) e Montandon (2001) que fazem um balanço sobre a emergência de uma sociologia da infância. Ao apresentar a evolução do objeto e as perspectivas de análises registradas nos anos 1990 em língua francesa, Sirota (2001, p.9) sinaliza que o ato de nascimento desse “pequeno objeto” revela a efervescência das diferentes linhas de força que aparecem no surgimento desse novo objeto de pesquisa, “aquele que não tem a palavra” e que, portanto é abordado inicialmente a partir das instâncias encarregadas do seu processo de socialização (escola, família, justiça etc.), para fazer “acontecer o ser social”. Os primeiros elementos de uma sociologia da infância vão surgir exatamente “por oposição a essa concepção de infância considerada como objeto passivo de uma socialização regida por instituições”.

Aqui cabe destacar que uma grande contribuição no sentido de reflexão sobre o processo de socialização, no Brasil, foi de Florestan Fernandes, através de um trabalho publicado na década de 1940 (*As “trocinhas” do Bom Retiro*), e esquecido, desconhecido por profissionais de diversas áreas que tem a infância como objeto de estudo⁶⁵. Fazendo uma retrospectiva histórica dos principais trabalhos sobre a infância nas ciências sociais, no Brasil, Quinteiro (2002, p.150) destaca o trabalho de Florestan enquanto “registro inédito de elementos constitutivos das *culturas infantis*, captadas a partir de observações sobre grupo de crianças residentes nos bairros operários da cidade de São Paulo que, depois do período da escola, juntavam-se nas ruas para brincar”. A autora destaca ainda a contribuição de José de Souza Martins, que organiza uma coletânea de textos sobre *O massacre dos inocentes* e elege a criança como testemunha da história, colocando a necessidade de se dar a palavra às crianças, na pesquisa. Isso, mais de uma década depois de Florestan. Nesse estudo do folclore infantil Florestan coloca em reflexão o distanciamento entre o mundo dos adultos e das

⁶⁵ Esse texto foi republicado pela Revista Pro-posições, v. 15, n. 1(43). Jan./abr. 2004 e a obra completa de onde ele foi retirado está sendo preparada para republicação na íntegra.

crianças, a necessidade de penetrar em suas preocupações e em seus brinquedos para poder estudá-las e mais que isso, chamando a atenção que a compreensão da cultura não se dá separada do grupo social que ela exprime. Outras várias questões que interessam ao estudo da infância aparecem nesse trabalho: o papel dos brinquedos e jogos, a forma de coleta de dados, a questão do gênero, a relação entre os pares e o corte de classe que marca a formação desse grupo, afinal não perde de vista a base social da cultura infantil. Como esses trabalhos ficaram esquecidos parece que a emergência da denominada sociologia da infância só se dá a partir da década de 1990, quando sociólogos da infância se reúnem na Europa no Congresso Mundial de Sociologia. Os aportes teóricos de uma concepção mais crítica de lúdico, de sujeito, de infância são esquecidos e entra em campo a abordagem marcadamente interpretativa da sociologia da infância com contribuições da maioria dos autores destacados nos balanços de Sirota e Montandon.

Grande parte dos trabalhos da sociologia da infância centra sua análise numa abordagem renovada de socialização, criticando a perspectiva durkheimiana, e, no quadro de evolução geral do estudo do objeto, a insistência em apreender a vida cotidiana das crianças fora das instituições (MOLLO-BOUVIER apud SIROTA, 2001, p.10), o “conhecimento da infância como um grupo social em si, como “um povo” com traços específicos” (JAVEAU apud SIROTA, 2001, p.11).

Encontros, colóquios e seminários vão acontecendo e as propostas de atualizar o campo giram em torno de uma “[...] passagem de estudos sociodemográficos aos estudos etnográficos, no âmbito de uma socioantropologia da infância” (JAVEAU apud SIROTA, 2001, p.11), da desescolarização da sociologia da educação com o olhar não mais no aluno, mas na criança, nas culturas infantis, na construção de um imaginário social sobre a criança através da mídia, na criança enquanto ator e nos modos de construção social da infância. Esses dois últimos aspectos também são recorrentes nos trabalhos de língua inglesa.

Se a proposta de considerar o aluno enquanto ator apresenta-se mais clara, o mesmo não se dá em relação à proposta de considerar a “infância como construção social”. O que está por detrás dessa construção? Quem constrói a infância? Onde se dá esta construção? Como se tem colocado a disputa para gerir o cobiçado tempo livre das crianças? Afinal, a quem compete a responsabilização institucional pela socialização da criança fora da família?

Sirota (2001, p.13) vai realçando a aura pela qual o campo se vê envolvido e o calor do debate fazendo surgir programas de pesquisa, rede de pesquisadores, *workshops*, o que dá para perceber que os investimentos no campo da pesquisa são de grande monta e que é

variada a origem disciplinar dos pesquisadores, principalmente no espaço de língua francesa: “antropologia médica (Prout), economia (Qvortrup), sociologia da educação (Alanen), estudos feministas (Oakley), folclorista (os Opie) etc.” Importa ainda destacar nesse fervilhar do campo, um “Programa de Pesquisa sobre criança de 5 a 16 anos” dirigido por Prout, que agrupa 70 pesquisadores numa vintena de equipes.”

É nesse contexto que aparece o “ofício de criança” como o símbolo dessa sociologia da infância, ao propor o desafio de “tomar a sério a criança, reservando-lhe o lugar de um objeto sociológico em sentido pleno.” (SIROTA, p.14). Buscando a genealogia desse conceito na literatura pedagógica, Sirota (2001, p.14) vai pontuando os momentos da utilização dessa noção na sociologia da educação. Atribui primeiro a Pauline Kergomard, inspetora francesa de escolas maternais, a introdução dessa noção. “Trata-se, para ela, de definir uma escola que corresponda à natureza infantil, onde se operem livremente os processos de maturação e de desenvolvimento. Nessa escola a criança poderá cumprir o seu papel.”

Num segundo momento, a noção foi retomada por Chamborédon e Prévot (1986, p. 15), no artigo *O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal*, em que os autores analisam “a obra de Pauline Kergomard e sua influência sobre a evolução do modelo pedagógico da escola maternal.” Sirota chama a atenção em relação à abordagem desses autores por não se tratar especificamente de um “ofício de criança, mas do ofício de aluno.” (SIROTA, 2001, p.15);

O que Chamborédon e Prévot (1986, p. 51) fazem é trazer a discussão das condições sociais da descoberta da primeira infância como objeto pedagógico e as funções diferenciadas da escola maternal: “as funções a ela atribuídas pelas diferentes classes sociais e as funções que ela tende objetivamente a preencher.”

Analisar as funções preenchidas pela escola maternal para as diferentes classes sociais supõe primeiramente examinar como a primeira infância aparece definida como objeto pedagógico e como essa definição é difundida. Afinal, o que está por trás da evolução crescente da escolarização em idades menores?

Uma primeira resposta dessa rápida difusão de escolarização das crianças de 2 a 5 anos está relacionada, por um lado, com o trabalho feminino e a urbanização e, por outro lado, transformações na organização familiar (a taxa de trabalho feminino aumenta com o aumento do número de filhos). Assim, cada classe social é favorecida de forma diferente por essa expansão. Considerando que o uso do maternal como instituição de guarda supõe outras condições sociais além daquela relacionada ao trabalho feminino, já que o horário das escolas

não coincide com os horários do trabalho (distância da escola, recursos da zona de residência, facilidade de locomoção etc.), os autores distinguem duas características de determinações da guarda: fatores objetivos (trabalho da mulher, número e idade dos filhos, recursos econômicos e de tempo etc.) e culturais (definição da primeira infância como objeto pedagógico). Esses últimos inseparáveis da redefinição do papel pedagógico da mãe. Essa redefinição passa pela redução da importância das tarefas domésticas em relação às profissionais, liberação da mulher das atividades caseiras através dos recursos às máquinas e equipamentos domésticos, produtos alimentícios preparados, semiprontos, serviços de lavanderia, limpeza doméstica, fraldas descartáveis até transformações na arquitetura e no mobiliário.

E afirmam os autores: ‘A “invenção” da “escola para os pequeninos” e da mãe como pedagoga (mãe das classes superiores) deve ser completada pela descoberta da criança como “aprendiz intelectual” e pela invenção de “atividades” intelectuais e práticas a esta idade’ (CHAMBORÉDON; PRÉVOT, 1986, p.42).

A difusão dos conhecimentos psicológicos é um dos múltiplos fatores que explicam a descoberta da primeira infância como objeto pedagógico: há uma idade de andar, de falar, de desenhar e a cada idade são atribuídos desempenhos determinados, certas *performances*. A infância como objeto pedagógico serve para “invenção” de atividades e conteúdos pedagógicos e como “terra virgem” que “[...] se oferece como campo de aplicação a todas as utopias, quer se trate de formar bons cidadãos, consumidores esclarecidos, indivíduos liberados das pressões da sociedade de consumo, dos conformismos da moral burguesa ou dos complexos de uma educação severa.” (CHAMBORÉDON; PRÉVOT, 1986, p.44). A infância vai servir de mercado para escoar produtos simbólicos, assim como para a formação de novos “agentes pedagógicos”. Os autores afirmam, ainda, que:

A história da invenção do maternal é, de certa maneira, a história da inscrição nos jogos, no material, na organização inteira do espaço (material, disposição arquitetônica etc.) desta definição nova da primeira infância. A pedagogia froebelina exerceu forte influência neste terreno. [...] Tudo em volta é transformado em um microcosmo, constituído inteiramente, em função dessa nova definição de infância.[...] A escola em seu todo torna-se uma espécie de grande brinquedo educativo.[...] O fim desse processo de invenção e reforma dos programas, do material, das práticas pedagógicas é a invenção do “ofício de criança” sendo a escola maternal o lugar em que a criança deve realizar seu “ofício de criança”. [...] É a negação completa das primeiras formas escolares (inculcação e correção) [...] em que a única obrigação da criança seja ser ela própria. [...]. O papel do docente é então menos de ensinar do que “organizar o contexto” [...] e o processo de maturação e de desenvolvimento devem realizar-se livremente. (CHAMBOREDON; PRÉVOT, 1986, p.46).

Ressaltam que nada disso passa alheio ao público visado por essa escola, ou seja, para uns, a formação intelectual e, para outros correção e formação moral e, se esse tipo de proposta não se generaliza mais, é porque existe uma demanda por uma forma pedagógica mais tradicional, de preparação intensiva para a escola primária.

Inventa-se, assim, o “ofício de criança” e as atividades a ela endereçadas, assim como as instituições onde essas atividades serão desenvolvidas. Para mostrar em que medida as disposições intelectuais ou éticas, produzidas pela inculcação familiar nas diferentes classes sociais e os hábitos escolares dispostos pela pedagogia, estão em afinidade ou oposição, os autores vão realçar a diferença no campo dos valores e no campo do trabalho e jogo, afirmando o seguinte:

É, porém, no domínio das disposições intelectuais que as “exigências” da nova pedagogia são, sem dúvida, mais disfarçadas e mais sutis. [...] Se o reconhecimento do jogo como atividade específica da infância e como “ofício de criança” é função da difusão dos conhecimentos de psicologia da criança [...] para perceber todas as implicações sociais da pedagogia do jogo e para indicar as condições sociais que ela pressupõe, é preciso pô-la em relação à definição, em cada classe social, do trabalho e do jogo e, em particular, estudar a força da oposição entre estes dois campos de comportamento. Os caracteres essenciais da posição social contribuem para determinar esta oposição. (CHAMBOREDON; PRÉVOT, 1986, p.50).

Pelo que já foi exposto até aqui, a proposta de Chamborédon e Prévot aborda o “ofício de aluno” enquanto um dos “ofícios de criança”. Percebe-se, pois, uma certa crítica feita por esses autores em relação à tendência do esvaziamento do ato de ensinar.

Após Chamborédon e Prévot, a noção de ofício de aluno será retomada por Perrenoud (1994, p.57-58) em obra com o mesmo nome, trazendo o trabalho escolar como a ocupação principal da infância, só que visto na perspectiva da criança enquanto ator e das estratégias que ela usa para sair-se bem na condição de aluno, trabalhando para salvar as aparências, para garantir as notas, afinal para aprender o ofício de aluno, viver e aprender a viver na escola. O autor traz algumas contribuições em relação à vida das crianças nas escolas e as aprendizagens que vão adquirindo até a formação de um *habitus*: aprender a viver na multidão, matar o tempo, esperar, ser submetido à avaliação do outro, controlar o ritmo de trabalho escolar, relacionar-se com regras e saberes, com os horários, com as pausas, afinal aprender o ofício de aluno. Esta aprendizagem supõe para ele um novo contrato pedagógico entre professores e alunos e que o sentido do trabalho escolar não é apenas assunto das Didáticas, que devem integrar

[...] nos seus modelos alunos reais, as suas resistências, a sua diversidade, as suas expectativas, as suas estratégias, as suas capacidades de negociação [...] mas toda a escola está posta em causa, e principalmente a sua organização e a forma como ela define, simultaneamente, o ofício de professor e o ofício de aluno [...]. (PERRENOUD, 1994, p.226)

E o autor finaliza afirmando que seria absurdo pedir aos professores que renunciem a ser atores, mas eles devem “servir-se de seu poder para emancipar o aprendiz.” (p.228).

Uma terceira abordagem do tema ofício de aluno, mencionada por Sirota (2001, p.17) refere-se aos trabalhos de Dubet que numa sucessão de obras, retoma a noção do ofício de aluno a partir da noção de experiência. Nesse caso, ao invés de os alunos formarem-se a partir apenas dos papéis propostos, da inculcação, deveriam ser os autores de sua própria educação, de um trabalho sobre si mesmos. Segundo Sirota (2001, p.17) há neste autor um destaque para a “autonomia da criança, mediante a importância dada à sua subjetividade e à especificidade de sua relação com a escola, de acordo com as idades e os níveis de ensino”.

O texto de Sirota (2001, p.18) é revelador no sentido de apresentar o movimento dos estudos da sociologia da infância, especialmente em relação ao “ofício de criança”. A última etapa sinalizada pela autora em relação à evolução desse objeto passa “deliberadamente de uma sociologia da escolarização para uma sociologia da socialização”, adotando uma perspectiva socioantropológica.

O marco desse movimento científico é a adoção da carta internacional dos direitos da criança de 1987. Dele emergem duas posições no debate: uma ligada à tradição de proteção à criança através da educação e instrução e outra que se mobiliza em torno dos direitos do homem na criança (SIROTA, 2001, p.20), revelando dois lados da infância.

Aqui, cabe destacar o silêncio neste trabalho em relação à situação das crianças seja nas ruas, no trabalho ou em outros espaços, aspectos pouco presentes nas pesquisas de língua francesa tanto que nas reflexões finais mostrando a dificuldade de institucionalização desse campo a autora menciona alguns problemas que permanecem em aberto e um deles é

[...] que terreno ceder para a exploração da infância “ordinária” em relação à infância sofrida, a fim de verificar a evolução geral da construção social da infância? Como, ao contrário, verificar a multiplicidade das infâncias, segundo os contextos sociais? Quais são as variáveis pertinentes? (SIROTA, 2001, p.28)

Fazendo um levantamento de trabalhos sobre a infância em língua inglesa, a partir dos anos de 1980, Montandon, (2001) situa como principais temáticas as relações entre gerações, as crianças e os dispositivos institucionais criados para elas (a escola, instituições

que se ocupam dos lazeres e da mídia); o mundo da infância: interações e cultura das crianças (trocas, brincadeiras, relações entre elas) e as crianças como grupo social. Nessa temática aparece o trabalho infantil como um campo aberto cada vez mais a pesquisas e aponta nessa direção trabalhos de Qvortrup, que argumenta sobre a utilidade das crianças para a economia de sua sociedade, afirmando que:

Nas sociedades ocidentais, as crianças eram antes diretamente úteis como produtores. Hoje elas trabalham nas escolas. O trabalho escolar é útil [...] em sentido duplo: porque, assim, as crianças se preparam para fazer parte da força produtiva de sua sociedade e também porque elas oferecem emprego aos adultos (QVORTRUP apud MONTANDON, 2001, p.48-49)

Da França não chega análise nessa direção, a não ser uma menção rápida feita por Sirota (2001, p.12) sobre a criação de um “Observatório da criança”, voltado para as dificuldades e sofrimentos de crianças e adolescentes, como: maus-tratos, exploração, delinqüência, violência, visando também lazer, saúde e, por último, escola.”

Santos (2006), em sua dissertação de mestrado intitulada *A criança e sua infância: combates nos saberes em educação*, apresenta como seu objeto de estudo os conceitos de “criança” e “infância”, articulados aos de “culturas infantis” e “identidades infantis”, e analisa a forma como está ocorrendo a sua apropriação e consolidação através dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) “Educação da criança de 0 a 6 anos”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), no período de 2000 a 2004. A proposta da autora caminha na direção de desvelar os mecanismos de construção e divulgação desses conceitos após perceber um crescente e insistente uso deles que, recorrentemente, fazia-se presente em grande parte dos textos selecionados na ANPED.

Como principais resultados de sua pesquisa, apresenta:

1) a existência de uma hegemonia geográfica desses trabalhos, pois a maioria dos autores é de instituições acadêmicas das regiões sul e sudeste do Brasil; 2) uma forte tendência temática e teórica de estudos embasados na Sociologia da Infância, com ênfase em seu viés antropológico; 3) e uma direção baseada na Psicologia, com seus estudos sobre o desenvolvimento, passando-se a perspectivas históricas, filosóficas, sociais e culturais. Enfim, o conjunto dos estudos revela um momento de variação teórica e temática, em que os “Estudos da Cultura” e os “Estudos Culturais” se articulam em torno da tematização e teorização das “culturas infantis”. Em função de tal debate se observam os combates teóricos pela definição dos significados dos conceitos de criança, infância e educação. (SANTOS, 2006, p.20)

Mesmo admitindo que “[...]nenhuma indagação nasce de um vazio, sem um território e sem um tempo que fecunda as idéias, as dúvidas, as inseguranças” (COSTA apud SANTOS, 2006, p. 31), esse “território” para a autora constitui-se dos textos produzidos e difundidos na comunidade acadêmica e são por ela considerados como produto das ações humanas e, ao mesmo tempo, como produtores de sujeitos e práticas (SANTOS, 2006, p.75). Pode-se, entretanto, perguntar: Que ações humanas são essas? Apenas a produção de discursos?

A autora não se posiciona claramente em relação aos aportes teóricos com os quais movimenta sua análise, mas deixa levar-se pelo movimento do campo por onde ela transita: “arquitetura discursiva”, “artefatos culturais”, “emaranhado de vozes”, “percorrer as narrativas”, “tramas de saberes e poderes”, “caça” aos textos na procura de vestígios, indícios e rastros”, “traçando as estratégias e as táticas”, pretendendo “escapar das amarras das grandes metanarrativas e de realizar uma pesquisa sem ter que ‘aplicar’, ‘traduzir’, ‘interpretar’ uma teoria” (COSTA apud SANTOS, 2006, p.33), inserindo-se, portanto, no campo da “virada lingüística” que atribui à linguagem o poder de produzir sujeitos e práticas sociais. Ao pretender desvelar a construção dos conceitos “culturas infantis” e “identidades infantis”, a autora filia-se na perspectiva de outros que fazem crítica às “verdades da pedagogia moderna”, resultantes de minuciosas tramas de saberes e poderes. (COSTA apud SANTOS, 2006, p.31)

Para Santos (2006), a década de 1970 constituiu-se num marco em relação às novas dimensões, tanto políticas quanto sociais, acerca dos temas da “infância” e da “criança”, por ter sido o ano de 1979 declarado pela UNESCO o Ano Internacional da Criança. A visão de crianças que predominava até então era das crianças das classes populares, o fracasso escolar decorrente de suas carências culturais e econômicas assim como de fatores internos às crianças. A partir da década de 1980, essa visão, entretanto, altera-se e a criança deixa de ser vista, nos debates acadêmicos, como alguém que “não é” e passa à condição de cidadã de direitos (SANTOS, 2006, p.38). A visão de infância passa a receber aportes da psicanálise, da psicologia sócio-histórica, dos estudos da linguagem, da antropologia e da própria pedagogia.

E a autora indaga:

Que se propõe a Sociologia da Infância? Sarmiento [...] responde que esta trata de ‘interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objecto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada’. E mais, ‘propõe-se a constituir a infância como objecto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas (SANTOS, 2006, p.72)

Há uma fetichização da infância, um endeusamento da criança que acaba também sendo uma forma de desqualificá-la. Ora a criança é inferiorizada, ora descaracterizada. A criança concreta se dilui nas imagens, nas representações. Charlot (1983, p.119-121), ao refletir sobre a imagem da criança na pedagogia tradicional (marcada pela falta de acabamento e com referência no que deve tornar-se) e na pedagogia nova (marcada pelo fato de a criança estar em via de tornar-se, por caminhos próprios, o que deve ser), mostra que essa ambigüidade na concepção da natureza infantil demanda, por um lado, a proteção e por outro a disciplina. E é, por entre estes dois pólos, que se equilibra a concepção de infância: boa e má, perfeita e imperfeita, dependente e independente, anjo, demônio, etc.

Ao fazer esse percurso, Charlot (1983) pretende precisar as significações ideológicas veiculadas por esses sistemas pedagógicos que, ao se fixarem numa idéia de natureza infantil, mascaram a significação social da infância e a relação adulto/ criança como uma relação social. O que importa destacar é que essa insuficiência, essa falta de acabamento não é apenas biológica, é também social. A idéia que prevalece em relação à infância é a idéia de falta ou ainda a idéia de incompletude. No caso das discussões realizadas no GT 07 da ANPED, prevalece a idéia romantizada de infância, infância como perfeição, fato que se pode apreender da leitura do trabalho de Santos, no qual ela reitera tais concepções, como se pode notar no seguinte trecho:

Criança inventora – a capacidade da criança de estar sempre inventando as coisas, valorização da imaginação e criatividade infantil; Criança autônoma e consciente – a capacidade de as crianças tomarem suas próprias decisões, realizarem tarefas por iniciativa e conta própria e a criança vista como alguém que conhece a sua realidade e as coisas que a cercam, tem consciência dos seus atos; Criança inventada – a criança fabricada pelos discursos científicos e institucionais; Sujeito-criança/Criança ativa – as crianças vistas como atores sociais, sujeitos de direitos e consumidoras; Criança devir – a criança vista como um novo acontecimento (SANTOS, 2006, p.97).

Continua presente a idéia de proteção das crianças não mais contra o perigo da rua, dos vícios, do ócio, das más companhias enviando-as ao trabalho (embora milhares delas continuem na faina diária). Disso pouco ou quase nada é lembrado dentro dessa perspectiva. A proteção se dá às avessas. A criança é separada da realidade e colocada numa redoma, porque é o devir-criança, um tesouro re-descoberto. Estaria ocorrendo mesmo uma valorização real da criança ou se pode dizer que é de pequenino que se inicia o processo de alienação do menino?

Partindo de revisão bibliográfica nacional e internacional, Warde (2007) apresenta alguns dos desafios conceituais e analíticos a serem enfrentados pelos aportes de História da Infância no Brasil, assim como a superação de preconceitos que bloqueiam diálogos necessários com as Ciências Biológicas e Psicológicas. Esses desafios implicam no exame de extensa e diversificada literatura internacional dos chamados *new social studies of childhood*.

Warde (2007, p.22-23) tece sérias críticas a essa intenção de “pensar a criança – ou o jovem – do ponto de vista histórico-cultural ou histórico-social – como “construção social”” mesmo porque não considera que esta idéia de “construção social” esteja densamente estabelecida e operada. A autora vê esse intento como estratégia

[...] de tirar de cena a “criança” empírica para deixar entrar a “infância”, firmando-se “assim, a correspondência – almejada, porém, pouco fundamentada – entre a “criança” como sujeito naturalizado pela Psicologia, pelas Ciências Biológicas e suas correspondentes tecnologias, e a “infância” como sujeito historicamente construído.

Denomina essas operações de “desnaturalização” e de “historiação”, efetuadas principalmente por Àriès e Foucault (WARDE, 2007, p.23). Essa aversão à natureza foi agudizada pelo “surto culturalista” e, no cerne da sua crítica a autora diz o seguinte:

Nos estudos de História da Infância examinados, com especial ênfase aos que se inscrevem no âmbito da Educação, os sujeitos se apresentam como se “já estivessem lá”, integralmente constituídos, quando mobilizadas as práticas e os discursos de escolarização – ou de correição – que sobre eles recai. As práticas e os discursos institucionalizados, portanto, não são considerados para pensar os sujeitos, pois (esses) são pensados como se já estivessem constituídos antes mesmo de serem submetidos às instituições. (WARDE, 2007, p.26)

Já que assim se dá, a autora declara que, nestas condições, fica difícil saber como os sujeitos foram constituídos e o que acontece a eles quando são constrangidos por qualquer elemento externo. E coloca, com certa ironia, que sem se interessar com a forma como esses sujeitos foram constituídos, se por “infusão”, se produzidos pela natureza, por um ente superior ou, como mais recentemente se prefere, por si mesmo, parecem caber, juntos ou alternadamente, “emoções”, “sentimentos”, “valores” e correlatos” (WARDE, 2007, p.23).

O que se apresenta novamente aqui, são aspectos já realçados nos discursos pós-modernos e outros modismos e, repetindo as palavras de Paraíso (2004, p.286) essas teorias pós-críticas “[...] consideram o sujeito um efeito de linguagem, dos textos, dos discursos, da história e dos processos de subjetivação.” Os discursos constituem e constroem os sujeitos,

fazendo-os adquirir vida social e se moverem. É a “fabricação do outro” via discurso. E Warde (2007, p.27) completa declarando a confusão que se instala na perspectiva desses autores sobre a infância e a adolescência na história e nas concepções que delas se fizeram e interroga:

Como e quais práticas dirigidas a sujeitos determinados os moldam para funcionar como portadores de “imagens” determinadas? Ou como e quais práticas dirigidas a crianças e jovens os moldam para funcionar como portadores de determinadas “imagens” ou “representações” de infância e de adolescência, e como suportes de determinados “sentimentos” de infância e de adolescência?

Nessa direção, utilizando-se de estudos de Cunningham, aponta os sérios problemas dessas análises, decorrentes não “somente de suas interpretações sobre o passado, mas também [...] das perguntas a serem feitas” (WARDE, 2007, p.28), e que, para uns, aquelas

[...] mais interessantes e em melhores condições de resposta diz respeito não à vida vivida pelas crianças ou as condições em que viveram no passado, e sim às idéias que cercam a infância [...] da ênfase firmemente apoiada na construção cultural das idéias do que fazer com a infância. Entre esses estariam “os defensores dos direitos da criança”, os salvadores da infância.

Continuando a análise, Warde vai apontando o que estes *New Social Studies of Childhood* verteram fora (os naturalismos dos aportes biológicos e psicológicos e sua noção de desenvolvimento individual, a noção de “socialização” porque encara a relação adulto-criança como equivalente à relação entre o que modela e o que é modelado) na pressa de elaborar uma concepção social de infância. Percebendo esses dissensos, Warde (2007, p.29) afirma que o próprio Prout, em seu livro mais recente, *The future of childhood* faz a revisão crítica daquilo que foi colocado de lado e é levado “[...] a reconhecer que cada um dos diferentes aportes disciplinares tem algo a dizer sobre a infância, uma vez admitidas sua complexidade e heterogeneidade.

Algumas conclusões dessa investida culturalista na análise da infância no campo da educação podem ser tecidas: se, por um lado menos ofensivo, implica num certo predomínio do discurso da fabricação do Outro, do construcionismo social; por outro, a busca desmedida pela essência da criança tem como consequência desviar a atenção de outros problemas efetivamente sérios na condição atual da infância, tais como o aumento da pobreza (essa também apresentada de forma fragmentada, enquadrando as crianças em subgrupos/temas, tais como meninos de rua, prostituição infantil, trabalho infantil), somando-se ainda a isso as

precárias condições de habitação, nutrição e acesso à educação infantil que afetam esta população.

Aliada ainda às formas históricas de viver a infância, subjaz um verdadeiro processo de mitificação e fetichização da mesma que pode servir de pretexto para tudo, inclusive justificar seus “usos” no trabalho ou em outros espaços (de)formativos, conforme abordagem do Capítulo 1, ou ainda para encerrá-la em instituições, liberando as mães para o mercado de trabalho para extração da mais-valia, já que os salários das mulheres são mais baixos que o dos homens, ou ainda propor a desinstitucionalização sob os domínios do poder público, alargando espaços para a reinstitucionalização nas iniciativas privadas.

Ainda, ao se redefinir o papel pedagógico da mãe como “pedagoga”, alçar o brinquedo à categoria de bem maior, abre-se um leque enorme de consumo de produtos para atender às exigências postas a cada novo campo que “acolhe” a criança, assim como empregos para profissionais variados.

A história já deixou vários exemplos de que idéias e valores não brotam espontaneamente de um vazio material e não resultam apenas de interações sociais e de discursos, mas são materializados em instituições com suas hierarquias e rituais, nas *workhouses*, nas casas de “abrigo”, na pobreza, etc. Reforça-se essa questão com as seguintes afirmações de Enguita (1993, p.15):

A teoria da alienação, da reificação e do fetichismo é, talvez a tentativa mais sistemática e produtiva de Marx no sentido de fundamentar de maneira materialista uma crítica da ideologia.[...]. Ele mostra que a inversão ideológica da realidade não é um simples erro de consciência, nem um espetacular feito de qualquer forma de inculcação, mas a fiel expressão consciente de uma realidade materialmente invertida.

Ao se construir um discurso para consumo da idéia de infância realçando suas qualidades enquanto ator não estaria sendo proposta uma nova forma de inverter materialmente a realidade? Essa preocupação com o bem-estar infantil escondida nas propostas de maior institucionalização da infância por mais que melhore as condições de algumas crianças, ao mesmo tempo libera o trabalho da mulher para fora dos domínios domésticos. A proliferação de instituições destinadas a cuidar das crianças tem por objetivo prepará-las para serem adultos que têm maior controle de emoções, pontualidade, capacidade de adaptar-se em grandes grupos etc. A organização cada vez maior do tempo das crianças, inclusive de seu tempo de lazer também afasta as crianças da rua, do ócio. Um planejamento

da vida adulta regrada. É de pequenino que se torce o pepino e o destino. Sutilmente ressurgem um novo sentimento de infância com endereço específico às classes sociais mais abastadas. É também preciso educar o soberano. Oscila-se da infância enquanto problema social, em situação de sofrimento e vitimização à criança ator, revelando sua capacidade de agir sempre escondida no contexto das instituições.

4.3 FETICHISMO DA INFÂNCIA 2 - A LITERATURIZAÇÃO DA PEDAGOGIA E A PEDAGOGIZAÇÃO DA LITERATURA

Em busca de outras referências para olhar as relações interindividuais e não mais as relações sociais, deságua na educação um ideário escolanovista maquiado com as tonalidades do discurso pós-moderno com intenções de revolucionar o discurso pedagógico, sinalizando uma outra proposta de formação da infância. Proposta esta diferente daquela contida nas “[...] grandes epopéias que narravam o desenvolvimento da escola de formas atrasadas para formas avançadas, da improvisação à técnica refinada, da segregação à democratização, da educação burguesa à socialista [...] [que] parecem estar chegando ao seu final.” (NARODOWSKI, 2001, p.11). Como forma de fazer contraponto às grandes narrativas do discurso pedagógico, aparece “[...] um interesse crescente dos educadores por uma aproximação entre literatura e educação “em reação a um discurso essencialmente "científico" que dava o tom do *logos* pedagógico.” (BRAYNER, 2005, p.64). Segundo este autor, “[...]vê-se, agora, a emergência de um humanismo que toma a forma especial, não de uma "educação estética" (*a la* Schiller), mas de uma nova relação entre literatura e educação.”

No calor de tal entusiasmo pela literatura, ele sinaliza duas orientações: uma que ele denomina de “pedagogização da literatura” e a outra de “literaturização da pedagogia”. Assim,

Nessa primeira orientação enquadrado o professor da Universidade de Lyon II, Philippe Meirieu. A segunda orientação, de inspiração claramente nietzscheana, procura uma solução que chamarei de *literaturização da pedagogia*. Se no primeiro caso a literatura fornece os elementos para um diálogo interior através da experiência de outros homens (ficcional ou não), no segundo as ambições são mais amplas: fazer da educação uma reescrita de si, em que o ato educativo exercido sobre si mesmo (como uma espécie de auto-subjetivação) se confunde com a escrita ficcional, na qual a vida e a literatura se interpenetram e tomam a forma de uma "estética da existência". Nessa segunda orientação insiro o professor da Universidade de Barcelona, Jorge Larrosa. (BRAYNER, 2005, p. 64).

E, entre outras indagações, Brayner coloca “Solução decadentista ou novo continente que se abre à educação depois da enorme suspeita (pós-moderna) lançada contra o discurso "científico"? [...] (BRAYNER, 2005, p. 64). O que é, finalmente, que se "esconde" por trás desse desejo de apelar para a literatura como meio de formação?

Na tentativa de livrar o homem da "sociedade administrada", da ortopedia visual proposta pelas Luzes, de instrumentos menos ofensivos que a razão e a política, o caminho procurado por Larosa e Meirieu não passa mais “pela filosofia ou por uma ação política "transformadora", mas por uma ação sobre si mesmo, uma auto-interpelação proporcionada pela literatura”. (p. 69). E, apoiando-se em Freud, Brayner (2005, p.71) afirma “[...] que a obra literária é antes de tudo [...] obra literária, e que toda recuperação pedagogizante dela não passa de uma forma de controle de sua recepção, uma maneira de administrar a ficção.”

Com isso, Brayner procura mostrar como o romantismo e o nietzscheísmo tentam constituir um novo discurso que pretende, uma vez mais, salvar-nos da "sociedade administrada". Algumas dessas tentativas, no entanto, apresentam certas (e compreensíveis) limitações, como a ausência de uma "teoria da recepção" dos textos ficcionais, mas, em outros casos, demonstram a ambição de revolucionar o discurso pedagógico por intermédio da literatura, na qual a própria pedagogia se transforma em projeto de "estetização da existência".

Duas obras de Meirieu caminham nessa direção. A primeira delas *Des enfants et des hommes: littérature et pédagogie* que é submetida à análise por Brayner. A segunda *Frankenstein Educador* (1998), será tomada nesta parte para ampliar a reflexão deste autor e sinalizar o quanto as fontes teóricas da crítica do marxismo, ou como disse Evangelista (1997, p.24) “a colossal onda irracionalista, cujo epicentro está em Paris e seus arredores” [...] principalmente a vertente foucaultiana do pós-estruturalismo francês, têm invadido a produção científica brasileira.

Segundo Meirieu (1998) a história da educação está marcada pelo mito da fabricação de um ser humano novo e, para isso, inicia suas reflexões a partir dos mitos de Frankstein, Pigmalião e Pinóquio para questionar a concepção de educação como projeto de domínio do educando e o quanto esse desejo de domínio conduz ao fracasso. Ao invés de tentar “fabricar”, o pedagogo deve permitir ao outro, fazer-se obra de si mesmo. E salienta Meirieu (1998, p.73) que educação não é fabricação, é formação, é uma aventura imprevisível e o normal é que “[...] a pessoa que se constrói frente a nós não se deixa levar e muitas vezes se opõe a nós, simplesmente para nos fazer lembrar que não é um objeto em construção e sim

um sujeito que se constrói.” Educar é negar-se a entrar nessa lógica. E justifica a legitimidade de um enfoque mitológico em educação da seguinte maneira:

Por qué escoger esa via si la filosofía , desde hace mucho, y las ciencias de la educación, desde hace unos años, nos proponen darnos la clave de la empresa educativa? Por gusto a la provocación, por supuesto; y también porque el paralelismo con Rousseau era demasiado tentador. Pero, más basicamente, porque apostamos a que el mito de Frankenstein puede acercarnos mucho [...] a la comprensión de la cosa educativa. (MEIRIEU, 1998, p.16).

Frankenstein ilustra a fabricação de um ser (um monstro) que após fabricado aterroriza o criador que o abandona a sua sorte. Um ser que, num primeiro momento, não é mal, mas que cairá na violência quando se soma ao abandono de seu criador a estupidez dos homens. Pigmalião, outro mito trabalhado pelo autor, é um escultor taciturno, misantropo que vive só e consagra toda sua energia para elaborar uma estátua de uma mulher. Terminada sua obra, fascina-se por ela, não se cansa de admirá-la, embriaga-se de amor próprio e se adora a si mesmo pelo que foi capaz de fazer. Seus sentimentos de paixão, ternura, desejo pela criatura se exacerbam até que ela ganha vida. Destaca a tentativa de tentar fazer do outro uma obra própria. Por seu lado, Pinóquio, um simples pedaço de madeira, é transformado em uma marionete impertinente, que tenta fugir do controle do criador, resistir a essa empresa emancipadora, mas acaba por enfrentar dificuldades para situar-se no mundo, principalmente porque é um títere, um objeto fabricado pela mão de um homem e idealizado, precisamente para ser manipulado. Ao final da história aquele Pinóquio inconstante transforma-se e suas ações desordenadas são substituídas por atos de valentia, por ações resolutas, afinal, atitudes de homem, um menino de verdade. É, entretanto, em Frankenstein, que o autor aposta todas as suas fichas mostrando, a transformação do “bom selvagem” no monstro sanguíneo que se tornará depois, na forma como ele vai descobrindo o mundo à moda dos empiristas, sem intervenção dos homens, aprendendo a linguagem, aprendendo a ler, falar, os valores morais e sociais aos quais adere, espontaneamente, até rebelar-se.

Reduzir o discurso educacional ao literário é desconsiderar conforme Moraes e Duayer (referindo-se à história real e à Literatura), que

[...] embora sejam ambos processos de ‘recriação’ e ‘invenção do real’, o limite entre eles é claramente demarcado. Constituem-se em ‘narrativas’ de porte e competência diferentes: expressam a realidade, mas a expressam, a ‘relatam’, de modos profundamente diferenciados. (MORAES apud MORAES; DUAYER, 1998, p.70).

Não se trata de negar a importância da literatura para problematizar alguns aspectos do processo educativo, e seus elementos constitutivos, mas deixar claro conforme expõem Moraes e Duayer (1998, p. 70) que

A Literatura possui um campo vastíssimo e, como se sabe, todo texto literário ocupa um determinado espaço social tanto como produto do mundo social dos autores quanto como agente textual atuando sobre este mundo, com o qual mantém uma relação complexa e contraditória. A Literatura, assim, ao mesmo tempo espelha e engendra o sentido de realidade de uma cultura e das formações sociais sobre as quais ele intervém para sustentar, resistir ou contestar, dependendo do caso em questão. Por este motivo, a Literatura, para além do que é em si mesma, será sempre inesgotável fonte de informações para os historiadores. Entretanto, [...] o texto literário e o contexto histórico não são uma mesma trama: um não pode ser reduzido ao outro nem tomados como idênticos. A “narrativa” histórica constitui-se na possibilidade e no compromisso de compreender o contexto do qual a literatura faz parte, mesmo consciente de que não pode traduzi-lo mediante uma imagem categórica e definitiva. Sua meta é a de, pela análise do processo social real, expressar e problematizar a complexidade das determinações sociais do contexto histórico privilegiado, a estrutura interna que lhe é própria e que é continuamente renovada, recriada, redefinida.

No decorrer de toda sua obra, Meirieu (1998, p.70) vai tentar mostrar o fracasso dessa empresa educativa de fabricação do outro e propõe uma revolução copernicana em pedagogia com a proposta de deixar que o outro seja ajudado e não moldado e que, de acordo com Pestalozzi “seja obra de si mesmo”. Nessas alturas, vai apresentar proposições para colocar em prática esse princípio, que se resume mais ou menos no seguinte: renunciar converter a relação de filiação numa relação de possessão; necessidade de distinguir entre formação e fabricação; o progresso intelectual do outro não resulta da ilusão mágica da transmissão, mas do modo como o outro elabora aquilo que recebe e estabelece conexões com o que já sabe; só o sujeito pode decidir aprender, nisso reside a admissão do não-poder do educador que tem que atuar mais sobre as condições que permitem àquele que educa a atuar por si mesmo; para desencadear a aprendizagem é preciso criar espaços de segurança para que um sujeito possa atrever-se a fazer algo que não sabe fazer para aprender a fazê-lo; inscrever no curso de toda atividade educativa a autonomia do sujeito e por último reforça a idéia de que a pedagogia não pode circunscrever sua atividade dentro de um campo teórico de certezas científicas. (MEIRIEU, 1998, p.67-96).

O que se extrai da sua obra é a defesa da aprendizagem como uma atividade espontânea do sujeito na qual cabe ao professor apenas propiciar as condições e controlar a situação., “[...] ejercer plenamente la autoridad de educador, sin actuar directamente sobre la voluntad del niño[...] sino utilizando *mediaciones* [...].” (MEIRIEU, 1998, p. 98) e para isto o

autor vai apresentando algumas sugestões de mediações que o professor pode fazer para levar o aluno a buscar o conhecimento através de uma pedagogia diferenciada, individualizada, quebrando o funcionamento da aula tradicional.

A ambição de revolucionar o discurso pedagógico por meio da literatura tem encontrado um número cada vez maior de adeptos. Com diferentes propósitos essas tentativas deixam à mostra correntes filosóficas afinadas com as perspectivas pós-modernas e suas opções pelo “aprender a aprender”, sua desconfiança na capacidade da ciência.

Representante dessas tendências, além dos citados é Paulo Ghiraldelli Jr. (2000, p.44), que ao tratar no seu texto *As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas*, de inspiração nietzscheana, do neopragmatismo rortiano e suas variantes, coloca no mesmo patamar de igualdade discurso científico e discurso literário, utilizados para desenvolver as concepções de infância no contexto das teorias educacionais, aspectos estes afinados com as bases teóricas do pensamento pós-moderno com inspiração no neopragmatismo e que vêm ancorando suas produções.

Além de fazer do próprio discurso científico um jogo de linguagem mais próximo da literatura do que do rigor teórico da Filosofia e da História, elimina-se a fronteira entre história e estórias, enfatiza-se mais a descrição que a análise dos objetos, reduz-se todo discurso científico à literatura, embelezado com uma fraseologia sedutora, fazendo uma assepsia de tudo que cheira à racionalidade moderna (ciência, verdade, progresso, revolução, as grandes sínteses, afinal os “velhos esquemas interpretativos” dos processos sociais) e, como coloca Ahmad (apud MORAES; DUAYER, 1998, p.66):

Em tal movimento de sanitização, verteu-se fora não só as impurezas detectadas pela inspeção crítica, mas o próprio objeto da inspeção; não apenas os métodos empregados para validar o conhecimento sistematizado e arrazoado, mas a verdade, o racional e a possibilidade de cognição do real .

Ciência (discurso educacional) e literatura resumem-se tudo num mesmo discurso, num campo fértil para investigações sem hierarquias. “Para o neopragmatismo rortiano a ciência é um gênero literário, ao passo que as artes e a literatura não são campos menos investigativos que o da ciência; todas as áreas fariam parte de um mesmo esforço por uma vida melhor.” (POGREBINSCHI apud STEMMER, 2006, p. 91).

Não se pode negar, de forma alguma o quanto alguns temas apresentados pelos pós-modernos vieram enriquecer a pesquisa educacional, porém aproveitar-se deles não significa fazer uso das mesmas bases teóricas em que se ancoram.

Uma atividade cara às pesquisas pós-críticas em educação é a atividade poética. “Poetizar [...] significa produzir, fabricar, inventar, criar sentidos inéditos. Novos olhares! Novas conexões! Novas sinapses! Novos sentidos!” (PARAÍSO, 2004, p.295-296). Excertos e títulos de textos podem oferecer um panorama dessa nova poética, da literaturização do discurso educacional também adornado por arranjos de palavras e compondo os mirabolantes jogos de linguagem ao mesmo tempo em que colocam sob suspeita todo conhecimento acumulado até o presente, buscando desconstruí-lo. O texto de Corazza (2004, p. 203) é um representante exemplar da espécie a começar pelo título: *Metainfanciofísica: a criança e o infantil*. Dividido em quinze ítems, subtítulos, fragmentos (?), o texto fala do “devir-infantil”, “fantasma instintivo”, “a supercriança”, entre outros e põe a nu “os jogos de linguagem”, a “série de metáforas” utilizadas, um jogo, um mapa difícil de transitar, captar seus sentidos; uma mistura de “enigma” (essa é uma palavra cara aos “pós alguma coisa”), “palavras esotéricas, palavras-valise, não-sensos” [...] (p.204).

Nesse estilo, desdobram-se os demais itens e, em *Filho de Dionísio- Ariadne* tem-se que

Tratar do pensamento metainfanciofísico como se fosse um conjunto de saberes freudianos, piagetianos, freireanos é um equívoco. Enquanto turbilhão anônimo do discurso sobre o infantil, esse pensamento ocorre pela emissão nômade de jatos de singularidades neutras ou de acontecimentos ideais. Ele pensa o infantil liberto da similaridade, como desejo alegre, mil pontos dispersos, máscara singular que não recobre nada, simulacro sem dissimulação, esquecimento desmesurado, fantasma da dupla afirmação disjunta, repetição sem original, pura diferença.[...] a metainfanciofísica é, assim, um pensamento que diz o que é, ao dizer o que faz, em seu horizonte ético.[...]. (CORAZZA, 2004, p.212).

Deleuze, com a sua *Lógica do sentido*, e Nietzsche são as duas referências bibliográficas do texto.

Outro exemplar dessa atividade poética que brinca com as palavras para negar a ciência, a arrogância do saber, são os discursos de Larosa em *O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro* no qual enreda o leitor num discurso para negar a intencionalidade do ato educativo e os saberes até então acumulados sobre a infância. A infância não é algo capaz de ser “capturado” por estes saberes porque representa o enigma,

aquilo que escapa a qualquer tentativa de captura, é o outro, “[...] uma verdade que não aceita a medida de nosso saber.” (LAROSA, 1998, p.71). O autor ainda expõe que

A infância entendida como algo outro, não é o que já sabemos, mas nem tampouco é o que *ainda* não sabemos. O que *ainda* é desconhecido justifica o poder do conhecimento e inquieta de maneira absoluta sua segurança. O que *ainda* não sabemos não é outra coisa além do que se deseja medir e anunciar pelo que sabemos, aquilo que se dá como meta, como tarefa e como percurso. A arrogância do saber não somente está na exibição do que já conquistou, mas também no tamanho de seus projetos e de suas ambições, em tudo o que ainda está por conquistar, mas que já foi marcado e determinado como território de possível conquista. (LAROSA, 1998, p.69).

Usando a metáfora do nascimento, insiste que a “criança é algo absolutamente novo” é o devir-infantil. “Não mais ciclo, cronologia, evolução, estágio, etapa, fase, idade, geração” [...] é o “fantasma instintivo”, “fronteira impenetrável” (CORAZZA, 2004, p.203-205), na qual se nega até asfixiar o leitor, a idéia de progresso numa direção de formas mais humanizadoras da existência humana, a idéia de ciência como indispensável ao desenvolvimento humano, embrenhando-se por um ceticismo desmedido, uma crítica causticante ao conhecimento, destacando apenas seu interesse a tudo submeter, dominar, intervir de maneira calculada, administrar através da “razão tecnocientífica”, de um “modelo positivo de verdade”, passando ao largo do seu caráter emancipatório.

Fiéis aos mapeamentos dos campos que encerram em si a idéia de estar sempre aberto a outras construções e significações, os textos podem estabelecer uma série de conexões uns com os outros “onde se produzem novos textos, outros textos, indefinidamente, em um processo contínuo de cortes e reatamentos sempre em diferentes combinações” (MORAES, 1996, p.49), realizando a (des)construção num processo infinito de significações no interior de um jogo intertextual, no qual nada existe para além do texto. É a linguagem que constrói o real. Um intrincado de discursos e textos sem fim que falam de uma “História da infância sem fim” (CORAZZA, 2000) com uma linguagem exótica que passa a idéia de altas reflexões, mesmo que inatingível para muitos porque é linguagem empolada; outras vezes, sedutora que cativa os alunos exatamente por não exigir muita reflexão, como coloca a própria Corazza (2000, p.52) numa seção de final de um capítulo da obra:

Ao encerrar esta seção aqui, deste modo, resta indagar: faltou-me competência para apresentar os seus textos, em uma ordem sistemática para levá-los a entrar em interlocução com as teorias sobre a infância.? Fui incapaz de analisar de modo crítico seus elementos ideológicos?[...] Tudo isso pode ter ocorrido. Só que acima de tudo, o que fiz foi operar um método de releitura e de reescrita.

Com intenção de “implodir e radicalizar a crítica àquilo que já foi significado na educação, e procurando fazer aparecer o que ainda não estava significado” (PARAÍSO, 2004, p.287), dá a idéia de que as coisas brotam espontaneamente da linguagem e só passam a existir após serem significadas, como num passe de mágica é possível “fazer aparecer” algo do nada, aliás, da linguagem, pois ela antecede o real.

Paraíso (2004, p. 286-287) fala do “contágio”, da “proliferação”, da “experimentação” como “ferramentas” das perspectivas pós-críticas na educação e dos “olhares” como um procedimento de pesquisa. Com o “olhar de modo diferente a educação”, é possível “fazer aparecer o que não está ainda significado nesse território”. Essas são as “[...] saídas metodológicas para escapar das totalizações e homogeneizações das metanarrativas, buscando possibilidades para pesquisar que utilizem o singular, o local e o parcial.”

Parece que, no campo educacional, quando se trata da infância, as significações mitificadoras ocupam um lugar privilegiado. Esvazia-se o real de sua história, despolitiza-o e ele aparece como um quadro natural, harmonioso, desprovido da complexidade dos atos humanos.

Esses mitos da infância têm raça, cor, gênero, história e geografia. São bem alimentados em todos os sentidos e o são justamente porque à medida que se expandem, encolhem-se as bases em que são gestados e os ideais de classe dos quais são portadores. E é assim que vão se realizando, amadurecendo, naturalizando-se o mito das classes perigosas, o mito da infância feliz, da infância pureza, o mito da infância que nos escapa, o mito da criança-aluno, entre tantos outros.

4.4 FETICHISMO DA INFÂNCIA 4: O APRENDER A APRENDER E O BRINCAR.

Do ponto de vista da educação, a ruptura entre a modernidade e pós-modernidade é surpreendente: uma geração não faz mais a educação da outra. Desaparecendo o motivo geracional, não há mais disciplina, não há mais educação. O aparelho escolar pós-moderno apresenta, pois, essa particularidade espantosa: agora que a obrigação de escolaridade é (pela primeira vez na história) quase que generalizada, há cada vez menos educação. (DUFOR, 2001, p.141).

Brincar é por excelência o “ofício de criança.” Facilita tudo: crescimento corporal, força e resistência física, coordenação perceptivo-motora, propicia socialização pelo exercício

de vários papéis sociais, contribui para a vida afetiva, encoraja o desenvolvimento intelectual por meio do exercício do faz-de-conta, favorece o domínio das habilidades de comunicação, facilita a auto-expressão, ajuda a descoberta do eu e do outro, contribui para a difícil construção da identidade pessoal etc. Esse alçar do brincar às nuvens é um antídoto à entrada de qual discussão no campo educativo? Por que essa perspectiva da brincadeira aflora com tanta força no discurso educacional seja na escola ou fora dela? Por que o direito ao ócio, ao lúdico quando se fala da infância? A qual criança se refere?

Se o brincar é uma das ocupações mais sérias da infância, ele precisa ser mais aprofundado. É dentro desse contexto que o ofício de aluno e qualquer outro ofício exercido pela criança que implique em outra coisa que não brincar, vai confrontar com o seu ofício de criança. É ainda nessa posição que ele é fetichizado. Cria-se um mundo de fantasia para a criança repleto de prazer e alegria, bem diferente do mundo real que muitas crianças vivem. Isso está impregnado de tal forma no discurso pedagógico que fica impossível arrancar a criança desse mundo idealizado, em que se pasteuriza as diferenças de classes.

Brincadeira é coisa muito mais séria do que se tem imaginado. Arce (2004, p.153), ao tratar da sedução e difusão do ideário construtivista entre os educadores brasileiros, principalmente aquele que fundamenta a abordagem Reggio Emília, aponta que esta sedução passa, entre outros aspectos, pela idéia de lúdico como “eixo central da prática educativa” E, entretanto, fazer da brincadeira

[...] um sinônimo de prazer constitui-se um reducionismo e um processo de naturalização. Quando a importância da brincadeira na formação da criança centra-se na questão do prazer, o próprio significado social e histórico da brincadeira é secundarizado e torna-se desnecessário explicar de forma científica em que a brincadeira consiste, qual sua especificidade como atividade humana e por que ela é necessária ao desenvolvimento infantil. (ARCE, 2004, p.259)

Nessa direção a brincadeira enquanto atividade humana afasta-se da atividade da criança na escola, que é o aprender e desfoca a questão política do trabalho pedagógico que é ensinar. Isso, no entanto,

[...] não se dá espontaneamente, como um lazer, mas exige disciplina, esforço, persistência; numa palavra, supõe trabalho. É profundamente ingênua (e perigosa!) essa idéia de que o professor deve facilitar a aprendizagem ao máximo, fazendo dela uma diversão, uma brincadeira [...] na qual o importante é “aprender a aprender”. Ora ninguém aprende a aprender sem um conteúdo, uma matéria-prima a ser transformada pela reflexão, isto é, sem um trabalho que produza a compreensão da realidade. A vulgarização da idéia de que não é o professor que ensina, mas o aluno que aprende, tem conduzido [...] a uma [...] falsa defesa da liberdade e da

criatividade do indivíduo e da igualdade entre professores e alunos. (COELHO, 1986, p.46).

Vulgariza-se a idéia de que aquilo que se faz com prazer não demanda inteligência, disciplina e muito trabalho. Define-se a criança e o lúdico pela via do infantilismo. Nessa direção, pode-se dizer que a pedagogia “infantiliza” tudo que ela toca, com todas as aspas que caibam nessa “infantilização”. Daí é preciso também cuidar para não se resvalar para uma pedagogia anti-escolar que começa a brotar em alguns discursos próximos à sociologia da infância.

O que parece é que a concepção de lúdico, de brinquedo e brincadeira, impregnada na escola, precisa ser revelada sobre outros ângulos. Se é no ato de brincar que a criança se apropria da realidade imediata, atribuindo-lhe significado, aprendendo; muitas vezes na escola ele é encarado numa dimensão em que a subjetividade é desprovida de objetividade, ou seja, nega-se o mundo concreto para transportar a criança a um mundo de fantasia, no qual as variáveis sociais e econômicas não contam. Há uma idealização do lúdico e descaracterização da criança como sujeito histórico. Pelo fato de se ter uma visão romantizada de infância, nela não cabe os conflitos de classe. Fica ainda a desejar que a criação não é somente uma grande alegria:

Tiene también su parte de sufrimiento, lo que se há dado em llamar “el martírio de la creación. Crear es difícil, la necesidad de creación no siempre coincide con las posibilidades de creación y de aquí surge el sentimiento martirizante del sufrimiento de que la idea no se hizo palabra. [...]. (VIGOTSKY, 1999, p.34).

Como coloca Martins (1993, p.58) a fala das crianças entrevistadas por ele era “uma fala tristemente adulta, privada da inocência infantil que eu ingenuamente, imaginava encontrar nelas”, é um “fragmento de um enredo mais amplo, que ela protagoniza com os outros”, e, muitas delas, tendo o “adulto no corpo” (p.66) têm a alegria da brincadeira como uma exceção circunstancial e a infância é “um intervalo no dia e não [como] um período peculiar da vida, de fantasia, jogo e brinquedo, de amadurecimento. Primeiro trabalham, depois vão à escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é um resíduo de tempo que está acabando.” (p.67) O que da para perceber não são “infâncias”, mas infância enquanto uma totalidade que abarca a diversidade. Quando se perde de vista o real e sua historicidade o que resta são idealizações

Conforme Chamborédon e Prévot (1986, p.50) “[...] para perceber todas as implicações sociais da pedagogia do jogo e para indicar as condições sociais que ela pressupõe, é preciso pô-la em relação à definição, em cada classe social, do trabalho e do jogo.”

No capitalismo, tempo é dinheiro e, quando se trata de dinheiro, tudo é sério, principalmente num mundo onde falta trabalho. E aqui novamente o fetiche: a preguiça e o ócio como mãe de todos os vícios se desfiguram recuperados num discurso de direito ao lúdico que exala um certo perfume libertário na fabricação de um homem novo: é de pequenino que se traça o destino do menino, porém destituído de sua faculdade de julgar.

O sujeito crítico kantiano vai mal. E aqui cabe lembrar a chegada grandiosa, no Brasil, do livro *O mestre ignorante*, de Rancière. Ele foi recebido com muitas homenagens por leitores apaixonados e apenas uma crítica solitária de Moraes (2003) revela a necessidade de um olhar mais crítico em relação à referida obra e os interesses que se escondem por detrás de tais idéias:

Em 2002 foi traduzido e publicado (Autêntica) um livro de Jacques Rancière, *O mestre ignorante*, cuja edição original é de 1987. Neste livro faz-se a crítica à explicação na atividade docente e a apologia do mestre que nada sabe e por isso, ensina melhor. Muito bem, em 2003, a *Educação e Sociedade*, lança cerca de 10 resenhas, todas laudatórias deste livro. Fico estupefacta com isso e com a ausência de respostas na área da Educação. Parece que há um consenso – e me recuso a acreditar nisso – acerca das teses de Rancière e do Prof. Jacotot, o personagem do livro (MORAES, 2003, p.19)⁶⁶.

Jacotot introduz a “máxima” de que é possível ensinar sem explicar e mais ainda, é possível ensinar o que se ignora e isso merece louvor de Kohan (2003, p.187-188) :

Jacotot [...] passa a ensinar matérias que ignora (pintura, piano), sem explicar nada. Os alunos aprendem. Mais ainda, adoram a experiência, lotam suas aulas. Em todos estes casos os alunos aprendem seguindo seus próprios métodos caminhos que eles mesmos decidem. Jacotot faz basicamente, duas coisas: interroga e verifica se o trabalho está sendo feito com atenção. Pergunta sempre à exaustão, três questões: “o que vê?”; “o que pensas disso?”; “o que fazes com isso?” Não verifica o conteúdo do que o aluno encontra nem aonde o levou o caminho dos signos, senão o modo como realiza a busca; verifica, também que o aluno busque continuamente, que nunca deixe de buscar.

⁶⁶ O texto citado é *Novas facetas de uma velha ideologia: o renovado conservadorismo da agenda pós-moderna*. (Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, em 25 de novembro de 2003).

Ensinar é, portanto “[...] propiciar signos, sinais, marcas que os outros podem seguir.” (KOHAN, 2003, p.203). E, para não prolongar muito a discussão, o texto de Kohan encerra com a pergunta “o que significa aprender?” Entende-se que aprender é emancipar-se

[...] a emancipação intelectual, como a infância, não é institucionalizável, não pode estar a serviço da formação de um tipo específico de atores sociais. Não é um método para formar cidadãos. É incompatível com as instituições porque seus princípios são opostos: entretanto, ele se origina na igualdade, estas representam a falta de igualdade. Jacotot tentou institucionalizar seu método e rapidamente se deu conta da impossibilidade. Há somente uma forma de emancipar e essa forma não pode sustentar-se em nenhuma instituição social. (KOHAN, 2003, p.203).

A proposta é romper com a forma tradicional de pensar o ensinar e aprender, mas em troca colocam a forma Nova, da Escola Nova, da Pedagogia Ativa. Em lugar de “domínio de conhecimento”, cada aprendiz elabora seu mapa e cada um escolhe seu roteiro, seu território a explorar. Isso coloca a necessidade de aprofundar o debate em relação à atividade de aprender e atividade de ensinar.

Os três princípios da pedagogia do aprender a aprender realçados por Duarte (2001), ao contemplar quatro posicionamentos valorativos contidos no lema do aprender a aprender, explicitam de forma muito clara o cerne da obra de Rancière e o que se esconde por trás de recepção tão calorosa:

- 1- são mais desejáveis as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências. [...] Nessa perspectiva, aprender sozinho contribuiria para o aumento da autonomia do indivíduo, enquanto aprender como resultado de um processo de transmissão por outra pessoa seria algo que não produziria a autonomia e, ao contrário, muitas vezes até seria um obstáculo para a mesma.
- 2- [...] é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas. [...]
- 3- [...] a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança. [...] ou seja, é preciso que a educação esteja inserida de maneira funcional na atividade da criança, na linha da concepção de educação funcional de Claparède (1954). [...] (DUARTE, 2001, p.37-38).

A obra *O mestre ignorante* é um “manancial” para se aprender os passos da emancipação intelectual, em cinco lições. Numa perspectiva contrária ao que prega Rancière, defende-se aqui a importância e a centralidade da figura de um mestre explicador como fundamental nos percursos que os alunos fazem pelo texto, no sentido de levá-los a abrir os olhos e melhor enxergar, apesar dos mascaramentos. A vigilância crítica frente aos riscos de

ideologização do discurso educacional é tarefa epistemológica perene para que aqueles envolvidos nos processos educativos não sejam enredados pelos mecanismos de alienação e fetichização do ato de ensinar e aprender.

O ideal não é pensar, mas distrair as crianças e os jovens, diverti-los, deixá-los brincar. Enquanto isso,

[...] a formação e a reprodução das elites se tornam cada vez mais exclusivamente asseguradas, no nível de ensino superior, pelas grandes escolas e similares. [...]. Essas formações continuam a funcionar segundo um modelo crítico duro e de jeito nenhum, estão comprometidas pelas derivas pedagogistas destinadas a ocupar a maioria. (DUFOUR, 2005, p.149).

Esse processo de formação não é só para os grandes, pois é de pequenino que se traça o caminho dos meninos. Essas propostas de educação para uma infância idílica, na qual a lei é aquela do menor esforço, parece não encontrar campo propício para fertilizar em alguns espaços educativos, principalmente aqueles freqüentados pelas crianças da elite. Em oposição à breve infância das crianças da classe trabalhadora a engenharia social vai soterrando esse ideal educativo idílico, principalmente nos países ricos, como é o caso da Suécia, onde a criança é

[...] cientificamente planejada, vivenciando uma infância de horários estabelecidos por pais que trabalham fora e por um corpo de professores e especialistas da infância. [...] É uma infância com qualidade garantida e protegida por várias agências do Estado.[...]. Ser criança é transformar-se no maior projeto de vida, tanto para as próprias crianças quanto para seus pais. [...] Os contornos da infância hoje: maturidade precoce, compartilhamento das experiências adultas por meio da mídia, aprendizagem rápida dos comportamentos adultos e de seus códigos propiciada pela participação em instituições para além da casa. Uma vida de brincadeiras e de lazer, porém destituída de inocência [...]. A infância é um planejamento consciente para a vida adulta [...] Se as crianças devem ser bem sucedidas, elas têm que começar cedo. (SANDIN, 1999, [s.p]).

E, para encerrar, fica posta a necessidade da retomada com urgência da teoria crítica do fetichismo, em refluxo no cenário acadêmico, sob o custo de não se poder compreender de forma rigorosa o estado atual das coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens contraditórias de infância que têm circulado na teoria do social vão adentrando as diferentes áreas do conhecimento e configurando práticas, chegando muitas vezes a deformar o objeto envolvido. Esses produtos do cérebro humano vão adquirindo vida própria e relacionando-se entre si e com os seres humanos com certa autonomia, de forma a se independentizarem das bases das quais emergiram ou mesmo de obscurecê-las totalmente. E isso se dá de forma exemplar quando o objeto envolvido é a criança. Apesar de ser esse o objeto por excelência do discurso pedagógico, não tem sido o mais caro da sua investigação, e essa aceitação, sem exame crítico, do imaginário que tem invadido a teoria pedagógica, na contemporaneidade, tem repercutido de forma negativa na educação das crianças.

A criança confinada na escola está em nítida contradição com as crianças em outros espaços formativos, e a história da pedagogia é apenas um capítulo da história da educação, do processo de formação humana. O que se pretendeu, nesta pesquisa, foi insistir na urgência e na necessidade do diálogo que, até o momento, é bastante frágil e tímido entre as pesquisas no campo trabalho-educação e teoria pedagógica. Campos que apresentam muitos aspectos em comum, mas que pouco têm interceptado, alcançado o trabalho escolar, o trabalho da criança na escola. Desse modo, contribuir para que a teoria pedagógica adquira uma visão mais densa da teoria do educativo e abale algumas profissões de fé da pedagogia, muito em moda nesses tempos, supõe uma passagem pelo mundo do trabalho infantil, já que essas imagens produzidas não são inocentes, mas pretendem satisfazer os desejos capitalistas de camuflar as questões de classe e impedir que a teoria pedagógica apareça como parte da teoria social.

Acompanhando a história da configuração de alguns grupos de pesquisas do campo trabalho/educação, constata-se que o trabalho infantil não aparece na gênese de nenhum deles e parcamente figura na história de existência desses grupos. Assim, também se apresenta em relação ao entrecruzamento das atividades das crianças na escola e no trabalho. Esse é um

outro aspecto que mereceria mais aprofundamento considerando que alguns autores (Winstenberger, 2001; Qvortrup, 2001) têm insistido na idéia de apresentar a atividade escolar como a forma atual de trabalho infantil, apenas para os países ricos, afirmando que o que prevalece nessas sociedades é o trabalho escolar e o trabalho infantil é problema apenas dos países em desenvolvimento. As representações de crianças que se escondem sob a proteção do aluno têm apontado na direção de desconsiderar o verdadeiro sentido da atividade escolar. A diferença entre atividade da criança na escola e trabalho escolar, assim como entre a atividade de aprender e atividade de ensinar são temas que necessitam ser melhor pesquisados. Trabalho e escola quando aparecem nas pesquisas, apresentam-se como campos opostos, incompatíveis. O trabalho mostra-se como forte impeditivo da frequência à escola e à qualidade de aprendizagem, comprometendo o futuro das crianças, causando prejuízos à formação escolar, à aquisição do conhecimento devido à fadiga física e mental, entre outros. Trazendo achados de várias pesquisas, Alves-Mazzotti (2002, p.90) questiona este tipo de raciocínio a partir de entrevistas realizadas com as crianças e com os pais e afirma que estes últimos “em sua grande maioria [...] chegam mesmo a dizer que há uma influência positiva, pois eles (os filhos) melhoraram na escola depois que começaram a trabalhar”. O que para muitos pais e crianças interfere no rendimento ou fracasso escolar, não é apenas o trabalho, mas, entre outros fatores, a não satisfação das expectativas em relação à escola, as marcas deixadas pela convivência humilhante com colegas de classes mais novos, práticas agressivas de disciplinamento, cotidiano escolar destituído de sentido, relações conflituosas com professores, a sutileza da “eliminação suave” e não mais brutal representada pelas políticas de correção do fluxo escolar, por isso ao atribuir ao trabalho tais efeitos sobre a escolarização, encobrem-se outros fatores a ele correlacionados, como a carência de boas escolas nas áreas mais pobres, os conteúdos escolares distanciados da realidade das crianças que vivem nessas áreas, a falta de perspectivas para a continuidade dos estudos, entre outros.

Por essas mesmas razões, é possível perceber que infância e trabalho são dois campos muito próximos, que se imbricam de diferentes maneiras, mas, na medida em que se tenta avaliar o peso dessa relação, aproximando-se do campo do trabalho escolar, tomando este como atividade infantil por excelência, o que se apresenta é uma distância enorme, na qual praticamente o diálogo inexistente, como se constituíssem em dois campos estranhos. A pedagogia do trabalho, entretanto, revela, mesmo que às avessas, aquilo que não deveria ser revelado: as potencialidades, de fato, que as crianças possuem e que podem ser exploradas em outras direções menos devastadoras na escola; que a acumulação de atrasos (repetência) e a

evasão, elementos há muito presentes no espaço escolar, são praticamente ausentes no mundo do trabalho e ainda que, no mundo do trabalho, nunca é permitido às crianças ficarem entregues a si mesmas, mas sob a supervisão de um adulto. É a pedagogia do trabalho sério.

Para romper as grades que isolam esses campos e vencer o silêncio, abrindo-se para os desafios teóricos que o mundo do trabalho poderia colocar para o campo da teoria pedagógica, especialmente em relação aos discursos que têm insistido no “aprender a aprender” e defendido o protagonismo infantil, minimizando o papel do adulto como protagonista, resolveu-se fazer uma incursão pelo mundo do trabalho. Se esses dois campos compõem a mesma totalidade social, é nela que se devem buscar os modos de dizer e significar a infância, que tem produzido um pensamento fetichizado sobre a mesma.

Os modos de significar a infância na teoria pedagógica, isto é, que têm produzido um estatuto de criança que corresponda aos interesses do sistema capitalista, e que têm alimentado determinadas práticas a ela dirigidas no espaço escolar são os mesmos que tendem a significar a infância nos espaços da rua ou em outros espaços, de forma que, ao omitirem a condição de classe desses sujeitos, fazem o livre jogo de realçar o respeito às especificidades e diferenças da criança em relação ao adulto, ao mesmo tempo em que lhe negam essas peculiaridades ao empurrá-las ao mundo do trabalho. Essa crescente insistência no discurso das diferenças é uma forma fetichista de minar o conceito de classe, de considerar as desigualdades reais. Não são as distinções etárias ou geracionais que acabam por determinar o lugar da criança na sociedade, mas a diferença de classe. No mundo do trabalho as tão cantadas diferenças se diluem totalmente. Nada de ciclos, etapas, momentos, fases, níveis. Nada de repartir a vida de forma detalhada quando o movimento é de apropriação e legitimação da criança como força de trabalho.

A lógica capitalista é regida por outras leis que desrespeitam as fases evolutivas das crianças e é essa lógica que também dá sentido ao tipo de educação que deve ser possível a essas crianças. O que conta nessa lógica é que

Todos são força de trabalho normal. Explorados normalmente. Enquadrados na jornada de trabalho, salários, leis, disciplinas da fábrica. Todos são normais para a exploração. Porém para os direitos ao saber, à saúde, à moradia e saneamento passam a ser tratados como anormais, objetos de políticas especiais. No social são carentes psíquicos, culturais biológicos, porém são normais para criar a riqueza deste país. (ARROYO, 1986, p.40).

Não é possível passar despercebido que essas representações e idéias sobre infância estão entrelaçadas com as atividades materiais. E, no quadro de imagens da infância que se descortina nas manchetes de periódicos, títulos de livro, de dissertações e teses (“Infância perdida”, “Infância roubada”, “Infância como perigo”, “Acabou-se o que era doce, brincando de gente grande”, “Imagens quebradas”, “Adultização da infância”, “Lembranças do sofrimento”, “Hora de se virar”, “Pequenos homens grandes”, “Filhos do trem”, “A colheita do não-cidadão”, “Os recicladores da miséria” etc.), misturam-se outras imagens de criança-inocente, esperança, aluno, ator, protagonista e criança-cidadã. Todas, produtos humanos. O fato de aparecem movendo-se por conta própria, assumindo determinadas formas, resulta do fetiche que impede perceber todas as incoerências e todas as contradições que marcam o seu lugar na sociedade. O exercício de desfazer os invólucros com os quais as crianças vão sendo embaladas, ou mesmo entender o conteúdo oculto por trás dessas imagens e, mais que isso, compreender por que elas adquirem tal forma, foi o que se pretendeu realizar nesta pesquisa.

Isso permitiu perceber o quanto a história da criança está marcada pela história das idéias e instituições que afetaram sua vida. Permitiu ainda captar o quanto esses discursos e práticas têm no campo dos direitos um solo fértil para fecundar, principalmente quando esse invólucro protecionista tem por objetivo apresentar a face caridosa e benevolente do capitalismo com suas políticas públicas como instrumentos capazes de erradicar o trabalho das crianças ou até mesmo protegê-las dos usos e abusos dessa exploração. Ao trazer para discussão a questão dos lugares e práticas destinados às crianças, realiza-se o movimento de apreensão daquilo que de fato vem concretamente, histórico-socialmente se constituindo como infância, fazendo a articulação entre criança e infância. Uma imagem de criança no reino da fantasia parecia bem sedimentada historicamente, principalmente com objetivo de justificar o lugar social que a criança deveria ocupar na ordem das estruturas materiais. Nesse processo histórico foram sendo articuladas várias representações do real, referidas aos tempos, lugares e práticas destinados às crianças, principalmente àquelas das classes menos favorecidas economicamente.

Em relação à temporalidade humana o que se vê são os recortes cada vez mais finos da vida da criança e os usos interessados que se faz desses recortes para atender a interesses que não são especificamente os interesses da criança, mas de quem produz os milhares de produtos, a ela destinados enquanto clientes. Quanto aos lugares a ela destinados e a vida neles vivida, o local de trabalho possibilita um encontro com a criança historicizada com as condições reais nas quais essas crianças têm de viver seus tempos. Aqui não se parte das

idéias e representações, mas da criança concreta que não cabe nas metáforas nas quais durante séculos foram abrigadas. No campo do trabalho ressurgem como seres humanos concretos, não idealizados, imaginados, mas, deserdadas, na prática de tantos outros direitos humanos, numa economia que se tornou desumana, que as obriga a concorrer com adultos e como adultos pela sobrevivência.. Crianças portadoras de limites sim, mas que na luta pela sobrevivência são transformados em adultos e portanto, precisam decidir como tais. O que se pode concluir é que a criança real é substituída pela representação que se tem dessa fase da vida e o mundo real da criança não se constrói com imagens ideais do que deveria ser, mas com o que é. Cria-se um tipo ideal para poder convocá-lo logo cedo para o trabalho, ao mesmo tempo em que proíbe o seu trabalho para transformá-lo em criança da mera ficção da lei.

Os discursos e as práticas sobre os direitos à educação, à liberdade, à igualdade, sempre que direcionados à população pobre, são recheados com a impossibilidade, a culpabilização, penalização, carregando no seu todo uma derrota *a priori*. Por outro lado, quando se trata de punir, as manifestações cotidianas de delinquência são espetacularizadas, camuflando a violência à qual essas crianças são submetidas (num mundo onde tudo falta, falta educação, saúde, moradia, alimentação, lazer etc.) e que, por razão da supressão dos seus direitos, lutam para sobreviver da única maneira que lhes é oferecida.

Há um aprisionamento das crianças em condições degradantes das quais parece impossível retirá-las e, ao mesmo tempo, anuncia-se com toda pompa uma promessa de vida no paraíso. É o fetiche em tal grau, exercendo um poder de sedução, que acaba por inverter a realidade, falseá-la, provocando idéias correspondentes. O real transforma-se em pura ficção. Cria-se um paraíso dos direitos da criança, envolvendo organizações do mundo inteiro para tirá-la da rua, do mundo do trabalho e levá-la à escola, metralhando as palavras mágicas, como luta, combate, flagelo, mal, e, enfim, alimentando o império das imagens, impedindo que se revele o mundo da realidade material que lhe dá sustentação.

O que sustenta os discursos e os próprios documentos, que revelam o “milagre” da redução do trabalho infantil, não encontra sua correspondente numa análise mais minuciosa desses documentos. Agrupando-se as atividades econômicas exercidas por crianças em todos os Estados do Brasil, reagrupando-as por setores da economia, convertendo-as em gráficos, tabelas, comparando-as por regiões, afinal desenhando o mapa do trabalho infantil, o que se revela é uma diversificação e ampliação das atividades econômicas exercidas por crianças, que parece caminhar em direção à plenitude do trabalho abstrato e não em direção a sua

redução. E aqui, mais uma vez, há um revelar da infância. Enquanto proprietária da mercadoria força de trabalho, faz seu trabalho se materializar nos produtos.

Aqui se se apresenta com todas suas capacidades e habilidades que não apenas cantadas, mas arrancadas à força. E, nesse espaço, as crianças dão conta de exercer atividades como os adultos, a duras penas, e mostram-se competentes para tanto. Proclamar que é necessário aproveitar essas habilidades no mundo escolar é uma coisa, aproveitá-las de fato, como se faz no mundo do trabalho, é coisa que parece impossível. Se no mundo do trabalho as crianças têm competências de sobra para fazer o que fazem e que são exploradas ao máximo nessas habilidades, poderiam ser exploradas ao máximo na escola em direção à apropriação do conhecimento produzido historicamente. Essa, entretanto, tem sido invadida pelo discurso do aprender a aprender, cuja relação com o saber tem-se tornado uma preocupação acessória, pois coisa séria é o mundo do trabalho. Além disso, recheia-se esse discurso com uma abordagem desqualificada do lúdico, um fazer por fazer, sem retorno para o sujeito, sem atribuir-lhe as devidas dimensões cultural, intelectual e política e que tem conseqüências práticas e formativas. O valor dessas atividades é pobremente considerado na escola e elevado para o plano da fantasia, perdendo os elementos tomados da realidade para serem submetidos à atividade transformadora.

Se algumas crianças têm capacidade de exercer infinitas atividades econômicas, enredando-se em todos os cantos do mapa no trabalho infantil, nas condições mais adversas, inclusive mergulhando em profundidade inimagináveis nas ilhas das Filipinas para capturar peixes nas redes, trabalhando em alto-mar em expedições pesqueiras que podem durar de seis a dez meses, entre tantos outros mergulhos no mundo do trabalho, teriam essas mesmas competências e habilidades para mergulharem no mundo do conhecimento se se equipassem as escolas para mergulhos tão desafiadores.

As crianças não cabem nas metáforas e nas imagens nas quais durante séculos foram abrigadas. É necessário acompanhá-las como são: seres humanos concretos, não-idealizados, imaginados, mas reais, deserdados na prática de tantos outros direitos humanos, numa economia que se tornou desumana, que as obrigam a concorrer com adultos pela sobrevivência.

No livro *A sociedade do espetáculo*, Débord (1997) desenvolve sua teoria baseado na imagem como forma final de reificação da mercadoria, na qual até os próprios processos narrativos são reificados, transformando-se numa nova mercadoria. Que momento mais favorável que esse para a demonstração dessa tripla manifestação do fetichismo em três

campos que se configuraram nesta investigação: no campo teórico, das políticas e documentos nacionais e internacionais e nos mapas de indicativos do trabalho infantil?

No campo teórico, de frágeis plantinhas, angelicais, as crianças alcançam o destaque enquanto atores e protagonistas. Não mais tão inocentes, mas sabidinhos, senhores de si, e, quando entram em cena, movem-se como se não dependessem de nenhuma mão invisível para escrever a trama na qual são atores. Nada se sabe das escolas de “artes” de ser gente grande pelas quais passaram. Sai-se de um paraíso e entra-se em outro. Chega-se, através das imagens, a se estruturar a forma de percepção do real, mas é necessário ‘[...] evitar o fascínio propriamente fetichista do “conteúdo” supostamente oculto por trás da forma (a forma da mercadoria)’ (ZIZEK,1996, p.297), mas isso não é suficiente; ao contrário, é preciso desvendar o “segredo” dessa “própria forma”. É preciso entender, portanto, como as imagens se articulam com o mundo da realidade material, com as condições de viver a infância, com as formas de ser e se comportar das crianças. E, por esse caminho, vai-se percebendo o fetiche.

Se a infância é o objeto por excelência do discurso pedagógico, não tem sido o objeto mais caro da sua investigação. Ao destacar alguns aspectos e questões que resultam da emergência da sociologia da infância e apresentar como as disciplinas que compõem o campo das Ciências Sociais e Humanas foram se apropriando e elaborando o conceito de infância, Quinteiro (2002, p.149-152) mostra que esse campo demorou a focalizar a criança e a infância como objetos centrais de suas pesquisas e essa carência também é fato em vários países do mundo. Se a história da infância não dialogava com a história da educação, enquanto campos, não é de se estranhar a carência dese diálogo com o mundo do trabalho. Esse descaso, indiferença, esquecimento do objeto no campo educativo não é puro acaso. Justifica de certa forma a invasão do cenário das pesquisas em educação, principalmente a partir da década de 1990, pelas representações da criança enquanto ator, eliminando-se o sujeito. E, na asséptica condição de aluno se esconde outras condições da infância.

Essa diversidade de imagens sobre nomes, lugares e condições da infância reclama um exercício de compreensão de suas relações com o real, pois, como coloca Marx (1973, p.36), “[...] o representar, o pensar, o intercâmbio intelectual dos homens [é] emanção direta do seu comportamento material.”

Ao expor acerca do tratamento dispensado às crianças no mundo do trabalho e a desconsideração pelas diferenças entre adulto e criança nesse espaço, o que se quer aqui apontar é que, com essa mesma “naturalidade”, aplainam-se também essas diferenças na

escola; só que, contraditoriamente, aqui se diluem a figura do professor, o papel do conhecimento, da transmissão, tudo em respeito ao aluno, aos seus interesses e necessidades.

Um outro aspecto da fetichização refere-se à redução do trabalho infantil, alardeada nos documentos nacionais e internacionais, acompanhada da afirmação da quase total universalização de matrículas escolares, conquistada através da intensificação dos esforços para uma escola inclusiva de qualidade e ainda aliada aos programas, como o PETI e o Bolsa-Família. Analisando-se os gráficos e tabelas e considerando-se que, entre os motivos que levam as crianças a não freqüentarem a escola, apresentados na tabela 1.7 do Mapa de Indicativos de 2001, tem-se que o primeiro deles aparece como “outros motivos” não-especificados, seguidos da não-freqüência por vontade própria ou por vontade dos pais ou responsáveis; pelo fato de não existir escola por perto e, apenas em último lugar, o fato de “ajudar” em casa, trabalhar ou procurar trabalho. Outro dado intrigante é exibido no Mapa de Indicativos de 2005 (p.25) relacionando trabalho infantil e freqüência à escola em âmbito nacional, destacando o alto índice de freqüência à escola das crianças que trabalhavam na faixa etária de cinco a quinze anos e, mais alto ainda, na faixa de cinco a nove anos. O Relatório Global 2006 aponta, entretanto, que a “[...] proporção de crianças que não estudam e que trabalham é mais do que o dobro quando se compara com aquelas que estudam” (OIT, 2006, p.21).

Aparece, em meio a todos esses números, o invólucro protecionista da infância trabalhadora que vai justificando as políticas sociais que visam à manutenção das crianças na escola como uma forma de maquiagem os números a serem apresentados às agências internacionais que prescrevem ajustes para a economia brasileira. Quanto à admissão de que a redução do trabalho infantil possa também acontecer decorrente do aumento dos índices de desemprego, isso não é afirmado com a mesma ênfase com a qual se louvam as ações institucionais das ONGs e, principalmente, do PETI.

Campanhas, programas e instituições diversas se atropelam para socorrer e proteger as crianças, e extrapolam fronteiras. Enquanto tais instituições caem nas graças do público, todas em nome de uma causa nobre que é a defesa dos direitos da criança, regulamentações sutis vão sendo tecidas, absolutamente funcionais aos interesses neoliberais comandados pelo capital financeiro. Assim, o Estado, sorratamente, desobriga-se de suas funções. E a forma como essa “apropriação” da infância é invisível revela o fetiche no seu mais profundo sentido, o seu triunfo. Mostra-se, pois, a face benevolente do capitalismo disposto a reparar os danos sofridos pelas crianças, sem que seja posto em questionamento o que originou tais danos.

A criança transita o tempo todo no paraíso dos direitos. Ora se faz de tudo para tirá-la do trabalho, ora se defende seu direito de nele permanecer, desde que não seja explorada, diferenciando entre formas danosas do trabalho infantil e formas toleráveis, aceitáveis porque, em determinadas culturas, são comuns as formas de aprender trabalhando. E quando se conclama seu direito à escola, a que se tem encontra-se embalada no lema do aprender a aprender, impregnado pela fusão da infância e da idade adulta e pelo apagamento de fronteiras geracionais. O tempo como portador de história vai se diluindo e sendo corroído.

Se aqui é ator e protagonista pode negociar com o adulto por quais caminhos deseja passar, fato diferente da lógica que rege o mundo trabalho onde sua capacidade de sujeito se anula diante de um percurso já marcado pela indispensabilidade do trabalho infantil que repõe uma concepção de criança privada de uma significação construída no exercício dos direitos negados no mundo do trabalho e afirmados na escola, ameaçando anular o papel do professor e minimizar a importância da seriedade da atividade de ensinar e aprender, esvaziando os conteúdos, desqualificando alguns elementos essenciais desse processo.

O enigma do trabalho infantil, o fetiche na sua forma mais acabada, é estampado nos Mapas de Indicativos. Sua decifração não se apresentava como tarefa fácil. Dentre as inúmeras sutilezas e argúcias desses documentos, destacam-se o velar do trabalho infantil como um problema social e estrutural da lógica capitalista, a decifração dos setores da economia com suas enigmáticas fronteiras, as mais diferentes atividades econômicas exercidas pelas crianças, que ora apresentavam uma face, ora escondiam outra, sinalizam o caráter misterioso do quadro.

Cada coisa em seu lugar, da forma mais natural possível: quadros descritivos dos municípios onde acontecem o trabalho infantil, condições de trabalho a que estão submetidas as crianças, municípios com focos de redução do trabalho infantil, afinal um conjunto extremamente coerente, mas que esconde, na aparência, a “informalidade”, os serviços e o trabalho na indústria em franco crescimento, a perfeita harmonia entre a riqueza e a opulência. O mais enigmático de tudo é, todavia, que a descarada participação das crianças, nessas atividades e em outras escabrosas especulações, sinaliza o contínuo fôlego utilizado para consumir a natureza natural e a natureza humana, combinando a “discreta antropofagia” (DUFOUR, 2005, p.10) com o consumo das mentes, dos espíritos e esta simbiose perfeita do pólo dinâmico servindo-se do pólo atrasado para desenvolver-se, sua capacidade de recriar velhas formas de trabalho artesanal.

Se as atividades estampadas nos mapas “refletem apenas aquele(s) momento(s) em que a fiscalização esteve presente nos locais de trabalho” e ainda que “a fiscalização só pode atuar em situações nas quais se encontra caracterizada a relação de emprego” (MTE/SIT, 1999, p.106), é sinal de que as atividades das crianças vão muito além e extrapolam aquilo que os documentos registram. Considerando ainda que, “[...] de acordo com a antropologia capitalista, a infância acaba aos 10 anos e, no máximo 11” (MARX, 2002, p.323) e que até hoje a velha estratégia de mentir sobre a idade verdadeira das crianças ou instruí-las para fazer o mesmo, ou mesmo escondê-las do olhar de qualquer inspeção, são segredos difíceis de serem desvendados. Essas “belezas do sistema” capitalista “[...] anulam toda a lei [fabril], tanto no espírito quanto na letra.” (p.323).

Por mais que se tente atualizar os Mapas de Indicativos do trabalho infantil e se avance nessa direção, a capacidade que adquiriu o capital de se mover, invadir todas as fronteiras e firmar cada vez mais seus contornos mercadológicos mostra as limitações de tal atividade. A CNAE 2.0 é um exemplo concreto de quanto o capitalismo é astucioso e como anda rápido demais: a notável ampliação dos setores da economia, do número de grupamentos das atividades econômicas e suas infinitas divisões, subdivisões e repartições atestam que esses mapas constituem apenas uma fotografia muito reduzida da extensão do real, na qual apenas umas poucas coordenadas podem ser observadas.

Afirmar, como faz o Relatório Global 2006, que o fim do trabalho infantil está próximo é ter uma visão muito simplificada do real; é ignorar que, num mundo onde continuam reinando as mercadorias, é impossível falar de erradicação do trabalho infantil, já que ele é imanente ao sistema capitalista. Aí está o fetiche: eliminar o trabalho infantil sem que se elimine o sistema que o gera. Os próprios Mapas de indicativos, quando revirados ao avesso, sob o ângulo da ampliação das atividades econômicas exercidas por crianças, sua reinvenção em formas para além daquilo que é classificado como atividades econômicas, na extensa classificação da CNAE 2.0, se não se pode falar de aumento significativo do trabalho infantil, porque não se trabalhou com números absolutos, pode-se, além de colocar em causa a tão alardeada redução, afirmar que em todos os setores da economia, destacadamente na indústria, essas atividades se expandiram, colocando algumas interrogações na propalada afirmação de redução nesse setor. Colocam em xeque, ao mesmo tempo, todo o discurso laudatório da OIT que, no Relatório Global, anuncia que a viragem está próxima, inclusive estabelecendo um prazo de dez anos para que sejam eliminadas as piores formas, sem perder de vista que o objetivo último é acabar com todo o trabalho infantil.

Como essas ilusões são socialmente necessárias, é preciso revigorar o pensamento pedagógico partindo-se da infância real, compreender como esses discursos se articulam com o mundo da realidade material, apreender o fenômeno, descobrir o segredo oculto por trás das imagens e, como escreveu Marx (apud DUARTE, 2001, p.40): “[...] conchamar as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conchamá-las a acabarem com uma situação que precisa de ilusões.”

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. Repensando algumas questões sobre trabalho infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n.19, p.87-98, jan-fev-mar-abr. 2002.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa e VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise de literatura. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n.26, p.3-37, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. Campinas (SP): Cortez, 2005.

ARANTES, Esther M. de Magalhães. Subsídios para uma história da assistência privada dirigida à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

ARCE, Alessandra. Pedagogia da infância ou fetichismo da infância. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

ARENHART, Deise. A educação infantil em movimento: a experiência das cirandas infantis no MST. **Pro-Posições**, v.15, n.1(43), p.175-189, jan.-abr.2004.

ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? In: _____. **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. Pátria amada, ignorada. **Em aberto**, Brasília. v. 7, n. 37, p.17-23, mar. 1988.

_____. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

_____. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, Celso J. et al. **Trabalho, Formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Apresentação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.

_____. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

BABIN, Pierre; KOULOUMDJIAN, Marie France. **Os novos modos de compreender**: a geração do audiovisual e do computador. São Paulo: Paulinas, 1989.

BARROS, José Manoel de Aguiar. Mais uma vez: a utilização político-ideológica da delinquência. **Educação e Sociedade**. São Paulo, n. 6, p. 5-17, jun. 1980.

BEHERA, Deepak; PRAMANIK, Rashimi. A sobrecarga das crianças escolares: reflexões a partir de uma pequena cidade da Índia. In: CASTRO, Lúcia Rabello de. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau, FAPERJ, 2001.

BEZERRA, Gustavo A. das Neves. **Mercadores ambulantes na Zona Sul do Rio de Janeiro**: subjetividade e economia política, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.com.br/congresso>. Acesso em: 10 ago. 2007.

BIBLIOGRAFIA Pedagógica Brasileira: 1812 a 1900. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. I, n.1, p. 100-123, jul. 1944.

BIBLIOGRAFIA Pedagógica Brasileira: 1901 a 1930. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. I, n.2, p.280-303, ago. 1944.

BIBLIOGRAFIA Pedagógica Brasileira: 1931 a 1940. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. I, n.3, p.418-448, set. 1944.

BIBLIOGRAFIA Pedagógica Brasileira: 1941 e 1942. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. II, n.4, p.108-133, out. 1944.

BIBLIOGRAFIA Pedagógica Brasileira: Ano de 1943. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. II, n.5, p.287-294, nov. 1944.

BIBLIOGRAFIA Seletiva sobre a criança: alguns aspectos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, n.143, p.281-303, ago. 1994.

BONAMINO, Alicia; MATA, M. Lutgarda; DAUSTER, Tânia. Educação-trabalho: uma revisão de literatura brasileira das duas últimas décadas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 84, p.50-62, fev. 1993.

BRAYNER, Flávio H. Albert. Da criança-cidadã ao fim da infância. **Educação e Sociedade**. São Paulo, ano XXII, n. 76, p.197- 211. out. 2001.

_____. Como salvar a educação (e o sujeito) pela literatura: sobre Philippe Meirieu e Jorge Larosa. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.29, p.63-72, mai.-ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 out. 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASTRO, Ramón Pena. **Novamente sobre a questão do trabalho**. Trabalho necessário: UFRJ. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 09 mai. 2007.

CATTANI, Antonio D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

CHAMBORÈDON, Jean-Claude; PRÉVOT, Jean. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 59, p. 32-56, nov. 1986.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação Pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Editora da UNESP, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundilização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CLAVER, Ronald. Os menininhos do Brasil. **Minas Gerais: Suplemento Literário**. Belo Horizonte, n. 1.111, p. 3. dez. 1988.

CMT (Confédération Mondiale du Travail). **Trabajo infantil. Campaña internacional por la ratificación del Convenio 182 de la OIT.** 1999. Disponível em: <http://www.cmt-wcl.org>. Acesso em: jun. 2006.

COELHO, Ildeu Moreira. A questão política do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **O educador: vida e morte.** 7.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos da segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do autor, Niterói, Intertexto, 2001.

COMÊNIO, J. Amos. **Didactica Magna.** 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CONDE, Soraya Franzoni. **Trabalho invisível.** 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CORAZZA, Sandra M. A Roda do infantil. **Educação e Realidade.** Porto Alegre: UFRGS, 23(1), p. 87-141, jan.-jun., 1998.

_____. **História da infância sem fim.** Unijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p.60-114.

_____. **Infância e educação-Era uma vez- quer que conte outra vez?.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

_____. Metainfanciografia: a criança e o infantil. In: MOREIRA, Antônio Flávio B; PACHECO, José Augusto; GARCIA, Regina Leite (orgs.). **Currículo: pensar, sentir e diferir.** Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança. In; SIMONETTI, Cecília; BLECHER, Margaret;s MENDEZ, Emílio Garcia (Comp.) **Do avesso ao direito: da situação irregular à proteção integral da infância e da adolescência na América Latina.** III Seminário Latino Americano. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/UNICEF/Brasil: Malheiros, 1992.

COUTINHO, Aldacy R. Trabalho artístico infantil na televisão. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional,** Curitiba, v. 6, p. 19-46, 2004. Disponível em: <http://www.abdconstant.com.br>. Acesso em: out 2007.

CUSSIÁNOVICH, Alejandro; MÁRQUEZ, Ana Maria. **Participação das crianças e adolescentes como protagonistas:** Documento de discussão elaborado para Save the Children Suécia. Rio de Janeiro: Casa da Comunicação, 2002.

CUSSIANOVICH, Alejandro V. “ Los niños del mundo: un reto a la esperanza ya la voluntad política de todos los hombres y mujeres de buena voluntad”. In: Jóvenes y niños trabajadores: sujetos sociales, ser protagonistas. 1997. Disponível em: <http://www.ifejants.org>. Acesso em: ago. 2007.

_____. Tipologia del trabajo infantil desde el punto de vista de los derechos humanos: la necesidad de una diferenciación. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 11-12, p.77-96, mar. 2004.

_____. Participación ciudadana de la infância desde el paradigma del protagonismo. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 13-14, p.183-209, nov. 2005.

_____. **Aprender la condición humana:** ensaio sobre pedagogia de la ternura. Lima: IFEJANTs, 2006.

_____. Ensayos sobre infância: sujeto de derechos y protagonista. Lima: IFEJANTs, 2006b.

DARNTON, Robert. Histórias que os camponeses contam: o significado de Mamãe Ganso. In: _____. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graaal, 1986.

DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 82, p.31-36, ago.1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Eduardo. Aproximación al pensamiento y estrategias de la OIT- IPEC para la erradicación del trabajo infantil. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 11-12, mar. 2004.

DEMARTINI, Zeila de Brito F; LANG, Alice B. da Silva G. Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 64(148): p.217-233, set.-dez. 1983.

DE MAUSE, Lloyd. **Historia de la infância**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

DONZELOT, Jacques. Capítulo II: A conservação das crianças. In: _____. **A polícia das famílias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a prender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. Brasília, n. 18, p. 35-40, set.-out.-nov.-dez. 2001.

DUFOUR, Dany-Robert. **Rumo ao “capitalismo total”**. Le Monde Diplomatique Brasil, nov. 2001.

_____. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

_____. **Da redução das cabeças à alteração dos corpos: o homem modificado pela economia de mercado**. Le Monde Diplomatique Brasil, abr. 2005b.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. **Novos Rumos**. São Paulo, ano 16, n. 34, p. 29-40, 2001. Disponível em: <http://www.seed.pr.gov.br/portals>. Acesso em: 21 nov. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995a.

_____. O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In: LIBÓRIO, Renata M. C.; SOUSA, Sônia M.G. A. (Orgs.) **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004a.

FALEIROS, Eva T. Silveira. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a**

história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995b.

_____. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo. In: LIBÓRIO, Renata M. C.; SOUSA, Sônia M.G. A. (Orgs.) **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais.** São Paulo: Casa do Psicólogo. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004b.

FERRARO, Alceu Ravello. Crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul: trabalho e analfabetismo. **Educação e Realidade.** Porto Alegre: UFRGS, n. 22 (2), p. 203-221, jul.-dez. 1997.

FERREIRA, Marcos Artêmio F. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. **Estudos de psicologia.** Natal, 6(2), p. 213-225. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsi>. Acesso em: 08 ago. 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade.** São Paulo, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FERREIRA, Rosilda A. Política educacional e poder local: análise das repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na educação de municípios pernambucanos. **Revista Brasileira de Educação.** Brasília, n. 19, p. 99-112, jan.-fev.-mar.-abr. 2002.

FERRETTI, Celso J.; MADEIRA, Felícia R. Educação e trabalho: reinventando o passado? **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 80, p. 75-86, fev. 1992.

FERRETTI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.) **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FIGUEROA, Elvira e CUSSIANOVICH, Alejandro. La organización: espacio de resiliencia y herramienta para el protagonismo de los NATs. In: **NATs (Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores).** n. 7-8, p.11-32, Jun/2001.

FILGUEIRAS, Cristina A.Cunha. Trabalho, sociedade e políticas sociais. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 97, p. 13-20, mai. 1996.

FLORES, Jorge Rojas. El trabajo infantil y la infancia popular. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs).** Lima, n. 11-12, p.15-30, mar. 2004.

FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil). **A evolução do trabalho infantil no Brasil de 1999-2001**. Brasília, jan. 2004.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O trabalho da ilusão: produção, consumo e subjetividade na sociedade contemporânea. **Interações**. v. X, n. 19, p. 63-86, jan.-jun. 2005. Disponível em: http://www.smarcos.br/interacoes/editorial/vol.10_n19-editorial.html. Acesso em: 10 out. 2007.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da infância no Brasil**. Cortez: São Paulo, USF-IFAN: Bragança Paulista, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O fim da sociedade do trabalho e a não centralidade do trabalho na vida humana. In: _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.91-134.

FUKUI, Lia F. G.; SAMPAIO, Efigênia M. S. ; BRIOSCHI, Lucila R. A desescolarização, o trabalho infantil e a questão do menor. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 64(148), p.305-309, set.-dez. 1983.

_____. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, n. 152, p.28-46, jan.-abr. 1985.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GHIRALDELLI JR, Paulo. (org.). As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. **Educação e Realidade**, 25(1): 45-58, jan./jun.2000.

GONDRA, José Gonçalves. Filhos da sombra: os “engeitados” como problema da “higiene” no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano M. (Org.). **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.125-142.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A criança de favela e seu mundo de cultura. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 48-54, ago. 1993.

GOUVEIA, Aparecida J. O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 44, p.55-62, fev. 1983.

GREGORI, José. O menor ainda minimizado pela lei brasileira. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 31, p. 4-5, dez. 1979.

HARRÁN, Javier. Reflexiones sobre el derecho de los niños trabajar. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 7-8, p.167-177, jul. 2001.

HEYWOOD, Peter N. **História Mundial: a infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

HUZAK, Iolanda; AZEVEDO, Jô. **Crianças de fibra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios); OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Trabalho infantil 2001**. Rio de Janeiro: IBGE-PNAD-OIT, 2003.

IBGE. **CNAE 2.0. (Classificação Nacional das Atividades Econômicas)**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2008.

IBARROLA, Maria de; MIJARES, Alejandro. Formación de jóvenes para el trabajo: escolaridad, capacitación y trabajo infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.118, p.119-153, mar. 2004.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.

KOHAN, Nestor. **Desafios actuales de la teoria critica frente al postmodernismo**. 2007. Disponível em: <http://amauta.lahaine.org/>. Acesso em: out. 2007.

KOHAN, Walter O. **Infância. Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KONDER, Leandro. Marx. In: HÜHNE, Leda Miranda. **Profetas da modernidade**. São Paulo: SEAF, 1986, p.21-40.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como principio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR.; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano M. (Org.). **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LACERDA, Nilma G. **Manual de Tapeçaria**. Rio de Janeiro: Philobiblion: Fundação Rio, 1986.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça e outros textos**: São Paulo: Mandacaru, 1990.

LAROSA, Jorge; LARA, Nuria Perez de (Orgs.). **Imagens do outro**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

LIBÓRIO, Renata M. C. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, Renata M. C.; SOUSA, Sônia M.G. A. (Orgs.) **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004, p.19-50.

LIEBEL, Manfred. **La outra infância: niñez trabajadora y acción social**. Lima: IFEJANTS, 2000.

_____. Investigación participativa sobre la infancia, entre acaparamiento y solidaridad: dos estudios con niños trabajadores in Centroamérica. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, año V, n. 7-8, p.33-46, jul. 2001.

_____. Niños trabajadores protagonistasde nueva visiones de trabajo infantil. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 9, p. 23-34, out. 2002.

_____.Repensar la mirada adulta. Pobreza infantil, trabajo infantil y la nueva subjetividad de la infancia. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, año VI, n. 10, p.29-43, may. 2003.

_____. Historia de éxito o desorientación?El nuevo informe de la OIT sobre el trabajo infantil. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, año VII, n. 15, p.174-179, set. 2006.

_____. Entre proibición y elogio. Aspectos ocultos del trabajo de niños em sociedades post-industriales. In: LIEBEL, Manfred. **Malabaristas del siglo XXI: los niños y ninas trabajadores frente la globalización**. Lima: IFEJANTs, 2006b, p.157-188.

_____. Transformaciones sociales por las organizaciones de niños trabajadores?Experiencias desde África e América Latina. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 5-6, p. 41-53, nov./2006c.

LIMA, Juarez Duarte. **O trabalho do menor – aspectos legais e sociais**. 2005. Disponível em: <http://www.trt13.gov.br>. Acesso em : 01 jun. 2005.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1996.

LÖWY, Michael. **Resistências culturais à dominação imperial: a alternativa socialista**. In: Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização. Rio de Janeiro: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecavital.clacso.org.ar/ar/libros>. Acesso em: mar. 2007.

MACHADO, Lucília Regina. Trabalho-educação como objeto de investigação. **Revista Trabalho e Educação**. v. 14, n. 2, p. 127-136. jul. dez. 2005. NETE (Núcleo de Estudo sobre Trabalho e Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2005. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br>. Acesso em: jul. 2005.

MACHADO NETO, Zahidé. Meninos trabalhadores. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 31, p. 95-101, dez.1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MANDEL, Ernest. “A expansão do setor de serviços, a “sociedade de consumo” e a realização da mais-valia. In: _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTOUX, Paul. **A revolução industrial no século XVIII**. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1957.

MANUS, Pedro P. Teixeira. Legislação trabalhista: proteção e incentivo ao trabalho do menor. **Em Aberto**. Brasília, ano 4, n. 28,p. 11-16, out.-dez. 1985.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, USF-IFAN, 1997.

MARQUES, Vera R. Beltrão. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 23, p.57-78, abr. 2003.

MARQUES, Maria Elizabeth; FAZZI, Rita de Cássia; LEAL, Rita de Souza. Trabalho infante-juvenil e Educação. In: *Presença Pedagógica*. v. 9, n. 51, p. 74-77, maio/jun/2003.

MARTINEZ, Marta. Repensar la mirada sobre la infância trabajadora. **Revista Internacional desde los Niños y Adolescentes Trabajadores (NATs)**. Lima, n. 7-8, p. 47-52, jul. 2001.

MARTINS, José de Souza (coord.). **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl . **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1973.

_____. **A origem do capital (a acumulação primitiva)**. 4. ed. São Paulo: Global, 1981.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawm. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **O Capital. Livro Primeiro**. 15. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. vol. II.

_____. **Capítulo VI Inédito de O capital**. São Paulo: Moraes, 1985c.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, F. Cartas (Marx a Pavel V. Annenkov). In: **Obras escolhidas**. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições “Avante!”, 1982. p. 544-555, Tomo I.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)/ SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação). **Nota Técnica 2006 – SAGI/MDS**. Análise dos dados sobre Trabalho Infantil na PNAD. Brasília, 2006.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. Brincar: uma das ocupações mais sérias da infância. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** Brasília, n. 143, p. 259-268, jan.-abr. 1979.

MEIRIEU, Philippe. **Frankstein educador**. Barcelona: Laertes, 1998.

MENDEZ, Emílio Garcia. Legislação de “menores na América Latina: uma doutrina em situação irregular. In: SIMONETTI, Cecília; BLECHER, Margaret; MENDEZ, Emílio Garcia (Comp.). **Do avesso ao direito**: da situação irregular à proteção integral da infância e da adolescência na América Latina. III Seminário Latino Americano. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo./UNICEF/Brasil: Malheiros, 1992.

MESZÁROS, Istvan. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, mai.-ago. 2005. Disponível em: [http:// www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: jun. 2005.

MOLLO, Suzanne. **Os mudos falam aos surdos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

MONTAÑO, Carlos. Políticas sociais e estatais e terceiro setor; o projeto neoliberal para a sociedade atual: Resposta à questão social. In: FÍGARO, Roseli (Org.) **Gestão da comunicação**: o mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância: balanços de trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 112. p. 33-60, mar. 2001.

MORAES, Maria Célia M. de (coord.). Os “pós-ismos” e outras querelas ideológicas. **Perspectiva**. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 24, p.45-59, jan.-jun. 1996.

_____. **Repensando a crise: morte do real ou derrota do pensamento? Relatório final de pesquisa**. Florianópolis: Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, set. 1999. Cópia do original.

_____. Novas facetas de uma velha ideologia: o renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 25 nov. 2003, 22 p.

MORAES, Maria Célia M. de; DUAYER, Mário. História, estórias: morte do “real” ou derrota do pensamento? **Perspectiva**. Florianópolis, v.26, n. 29, p. 63-74, jan.-jun. 1998.

MTE (Ministério do trabalho e Emprego)/SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho). **Mapas de Indicativos do Trabalho da criança e do Adolescente 1997-1999**. Brasília: MET-SIT, 1999.

MTE (Ministério do trabalho e Emprego)/SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho). **Mapas de Indicativos do Trabalho da criança e do Adolescente 2005**. Brasília: MET-SIT, 2005.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e Poder: conformação da pedagogia moderna**. Bragança Paulista (SP): Editora da Universidade São Francisco, 2001.

OCHOA, Manuel Castillo. El protagonismo infantil o las posibilidades e limites del construcionismo. In: UNDA, René et al. **Infância y adolescência em América Latina: aportes de la Sociologia**. XXIV Congresso ALAS. Lima: IFEJANTs, 2003. Tomo I.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Um futuro sem trabalho infantil**. Suplemento do Relatório Global. Brasília, 2002.

_____. **Boas Práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil**. OIT. Brasília, 2003.

_____. **O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance**. Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Relatório I(B), Conferência Internacional do Trabalho, 90ª Sessão, Genebra, 2006.

_____. **Guia sobre las normas internacionales del trabajo**. [s.d]. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: set. 2006b.

OIT (Organização Internacional do Trabalho) / IPEC (Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil). **Programa de Ação e Comunicação para o Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico**. Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Oris de. **O trabalho da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, Brasília: OIT, 1994.

OLIVEIRA, Oris de; PIRES, Júlio Manuel. O trabalho da criança e do adolescente. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.

OSOWSKI, Cecília; MARTINI, Jussara Gue. Ajuda ou trabalho? Experiências de alunos do ensino fundamental e suas relações com o currículo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, n. 188/189/190, p.57- 85, jan.-dez. 1997.

OSTETTO, Luciana E. Da rua à fábrica: a condição infantil na República. **Perspectiva**. Florianópolis, 8 (15), p. 91-121, jul.-dez. 1990.

PARAÍSO, Marluce Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.34, n. 122, p. 283-303, mai.-ago. 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Portugal, 1994.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos da evolução escolar no Ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da infância. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 137-162, jul.-dez. 2002.

QVORTRUP, Jens. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, Lúcia Rabello de. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau, FAPERJ, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Cláudia. Estudo sobre as práticas e relações culturais referentes ao trabalho infantil doméstico. In: OIT (Organização Internacional de Trabalho). **Escritório Regional para América Latina e o Caribe**. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC. Trabalho Infantil Doméstico: as meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais. Estudos temáticos. Abr. 2002.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

ROCHA, Eloísa Acires Candal, (Coord.); SILVA FILHO, João Josué; STRENZEL, Giandréa Reuss. **Educação Infantil (1983-1996)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Apresentação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 31, p. 3, dez. 1979.

ROSEMBERG, Fúlvia; FREITAS, Rosângela R. Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS n. 27(1), p.95-125, jan.-jun. 2002.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SABADINI, Maurício de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade no mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**. Venezuela, v. VIII, n. 2 (jul-dic.) p. 265-290. 2002. Disponível em: <http://www.revele.com.ve/pdf/coyuntura/volviii,n.2>. Acesso em: 18 abr. 2008.

SALGADO, Sebastião. **Êxodos**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SAMPAIO, José J. Coelho et. Al. Trabalho de criança: um velho fantasma e suas novas roupagens. In: BORSOI, Izabel C; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Velhos trabalhos: novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**. Fortaleza: UFC, 2007.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. O menor na conjuntura nacional. **Revista de Educação AEC**, Ano15, n.62, p. 7-12, Out./Dez.1986.

SANDIN, Bengt. Imagens em conflito. Infâncias em mudanças e o Estado do Bem-Estar Social na Suécia. Reflexões sobre o século da criança. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n.37, set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 07 ago. 2007.

SANTOS, Solange Stanislau dos. **A criança e sua infância: combate nos saberes em educação**. 2006. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006

SANTOS FILHO, João dos. A situação das crianças retratadas nas obras do mouro - O Capital (III). **Revista Espaço Acadêmico**. Londrina, n.79. dez. 2007.

SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. **O mito da erradicação do trabalho infantil via escola**. 2000, 189 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

SARMENTO, Manuel Pinto. Os ofícios da criança. In: **Congresso internacional: os mundos sociais e culturais da infância**. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho, Braga, Portugal, vol. II, jan. 2000, p. 125-145.

_____. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XXIII, n. 78, p.265-283, abr. 2002.

SARUP, Madam. **Marxismo e educação**. Rio de Janeiro,;Zahar, 1980.

SCHNEIDER, Marilda Pasquale; DURLI, Zenilde. Das determinações pedagógicas às intenções políticas: para onde caminha a formação do professor. **Revista Pedagógica Unochapecó**. Chapecó, Ano 8, n. 17, p.211-226, jul./dez.2006.

SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, Marli et al. (Orgs.). **São Paulo. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SEMPÉRTEGUI, Elvira Figueroa. **Jóvenes y niños trabajadores**: sujetos sociales, ser protagonistas. IFEJANTs, 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, Leonardo Mello e. Dois clássicos em um. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 57, fev. 2005.

SILVA, Maurício Roberto da. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da zona da mata canavieira pernambucana. **Cadernos Cedex**. Campinas, ano XXII, n. 56, p.23-52, abr. 2002.

_____. **Trama doce-amarga**: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. Ijuí. Unijuí. São Paulo: Hucitec, 2003.

SIMONETTI, Cecília; BLECHER, Margaret; MENDEZ, Emílio Garcia (Comp.). **Do avesso ao direito**: da situação irregular à proteção integral da infância e da adolescência na América

Latina. III Seminário Latino Americano. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo./UNICEF/Brasil: Malheiros, 1992, p.17-22.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 112, p.7-31, mar. 2001.

SMOLKA, Ana Luiza B. Estatuto do sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, Marcos C. de ; KUHLMANN JR, Moysés (Orgs.) **Os intelectuais e a história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Josias de. Mãos ao alto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 set. 1999.

SPINDEL, Cheywa R. O menor trabalhador e a reprodução da pobreza. **Em Aberto**. Brasília, ano 4, n.28, p.17-34, out.-dez. 1985.

STEARNS, Peter N. **História mundial: a infância**. São Paulo, Contexto, 2006.

STEMMER, Márcia R. G. da Silva. **Educação infantil e pós-modernismo: a abordagem Reggio Emilia**. 2006, 182 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

STRENZEL, Giandréa Reuss; SILVA FILHO, João Josué. Exame da produção teórica na área da educação infantil entre 1983 e 1993. **Perspectiva**. Florianópolis, v.15, n. 28, p. 79-104, jul.-dez. 1997.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Vol. II).

TONET, Ivo. **As tarefas dos intelectuais de hoje**. 1998. Disponível em: <http://www.geocities.com/ivotonet/arquivos>. Acesso em: out. 2007.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 24, p. 140-164. set.-out.-nov.-dez. 2003.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Habermas versus Marx. O marxismo na berlinda. **Práxis**. Belo Horizonte, ano IV, n. 10, out. 1997/fev. 1998.

_____. **O percurso da produção em “trabalho e Educação”**. Esboço para a discussão de suas marcas e suas perspectivas. Florianópolis, 2005. Inédito.

UGARTECHA, Oscar. Los niños y niñas trabajadores: los esfuerzos (frustrados) de inclusión. In: IFEJANTS: Niñ@s trabajadores: protagonismo y atoria social. Vários autores, [s.d]. Disponível em: <http://www.ifejants.org>. Acesso em: abr. 2006

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Situação Mundial da infância 2005: Infância Ameaçada**. Brasília. dez. 2004.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1990. Disponível em < <http://www.unicef.pt/docs>.> Acesso em maio 2006.

UNICEF / IBGE. **Indicadores sobre crianças e adolescentes: Brasil 1990-1999**. Fundo das Nações Unidas para a Infância; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano M. de (orgs.). **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. **Alunos pobres e não-brancos no Brasil, séc. XIX: uma outra condição da infância**. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2003a, inédito.

VEIGA, Cynthia Greive. Lições da pedra: a sala de aula e a produção do aluno. In: VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. **Tempos e espaços de formação**. Chapecó: Argos, 2003b.

_____. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. Esboços **Revista do Programa de Pós- Graduação em História da UFSC**. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n. 12, p. 25-36, 2004.

_____. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai.-ago. 2007.

VERONESE, Josiane R. Petry; CUSTÓDIO, André Viana. Trabalho infantil: um estudo sobre a idade mínima para as atividades laborais no âmbito do direito nacional e internacional. **Revista Grifos**. Chapecó, n. 4, 76-99. jul. 1997.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. Trabalho infantil e as reflexões educacionais: pontos de (des) encontros. In: **III Simpósio Trabalho e Educação: NETE 10 anos**. NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho/Educação), Belo Horizonte, FAE/ UFMG, n.3, nov. 2005.

_____. **O mundo do trabalho e outros tempos e espaços de con-formação da infância**. Relatório de Pesquisa financiada pelo Balcão de Projetos. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. mar. 2005.

_____. O trabalho infantil no quadro da Revista Nova Escola. In: **VI Seminário de Pesquisa da Região Sul**. Santa Maria: UFSM, 2006, CD-ROM.

_____. Abolição e erradicação do trabalho infantil. Pontos para debate. In: **IV Simpósio Trabalho e Educação**. NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho/Educação). Belo Horizonte, FAE/ UFMG, n. 4, ago. 2007. CD-ROM

VIGOTSKY, L. S. **Imaginación y creación en la edad infantil**. Pueblo y Educación: Havana: Cuba, 1999.

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectia*. Florianópolis: EDUFSC, v. 25, n. 1, 21-39, jan.-jun. 2007.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Cadernos Cedes**. Campinas, ano XXII, n. 56, p.7-22, abr. 2002.

WINTERSBERGER, Helmut. Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças. In: CASTRO, Lúcia Rabello de. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau, FAPERJ, 2001.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj et al (Orgs.) **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

APÊNDICE

PREPARANDO O TERRENO PARA UM ENCONTRO COM A INFÂNCIA E O TRABALHO INFANTIL

O avanço das pesquisas em educação, nos últimos anos, trouxe para a área contribuições de largo alcance. Fazendo uma breve análise das publicações que vão surgindo, dos fóruns, dos eventos, reuniões, dos grupos de trabalhos que vão se ampliando para refletir sobre as mais variadas temáticas, percebe-se que eles vão se complementando e, alargando a compreensão dessa área. O campo educacional aparece esquadrihado em muitas faces, na tentativa de melhor apreendê-lo. Nesse transitar, o fluxo das pesquisas tem sido muito rico em relação à didática, à história da educação, à educação infantil, à formação de professores, aos fundamentos da educação, à alfabetização, leitura e escrita, ao currículo, entre tantos outros aspectos. Um olhar mais atento, no entanto, deixa à mostra que entre o mundo do trabalho, especialmente do trabalho infantil e da educação, há pontos de encontro não ainda devidamente explorados. Arroyo (1998), ao tecer considerações em torno das relações entre a produção acumulada na área trabalho-educação e no campo da teoria pedagógica, afirma que apesar de uma produção relevante nessas áreas, o diálogo entre elas foi escasso. Considerando essa afirmação, alguns percursos foram feitos no sentido de também avaliar como o trabalho infantil se apresenta em algumas pesquisas em educação.

Num primeiro momento a pesquisa realizada por Viella (2004)⁶⁷ submeteu à análise a produção acadêmica da Unochapecó, representada pelos projetos aprovados nas Modalidades de Apoio à Pesquisa (PIBIC, CNPq, Balcão de Projetos, Apoio a TCCs,

⁶⁷ Pesquisa aprovada no Balcão de Projetos (Modalidade de Apoio à Pesquisa da Universidade Comunitária Regional de Chapecó), em 2004, cujo título é *O mundo do trabalho e outros tempos e espaços de conformação da infância*.

Pesquisa por Demanda Externa e Pesquisa por Demanda Induzida) que contemplassem no seu título as palavras-chave infância, menor, trabalho infantil. Foram selecionados projetos dos cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social, Educação Física, História, Pedagogia, entre outros, aprovados nos anos de 1998 a 2003, e ainda monografias dos cursos de Pós-graduação (Geografia Regional, Literatura Brasileira, Educação Matemática, Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Psicologia, Saúde e Trabalho, Teorias e Metodologia da Educação, História Regional, Políticas Sociais e Família, Direito Processual Civil, Educação Infantil e Ensino Fundamental) da mesma universidade, no quadriênio 1997/2001, com o objetivo de avaliar como compareciam nesses trabalhos a infância e outros espaços de sua (con)formação, principalmente o mundo do trabalho e a escola. Qual não foi a surpresa ao perceber o objeto/sujeito ausente ou parcamente representado. Num total de 235 monografias, apenas dezoito traziam as palavras-chave no título e realizavam uma discussão sobre a temática. Onde encontrar a infância, a criança e o trabalho infantil? Em que lugar estariam escondidos?

Outra pesquisa realizada por Viella (2005)⁶⁸, com o objetivo de abordar as diferentes perspectivas sobre as quais o trabalho infantil tem sido tratado tomou para análise artigos sobre trabalho infantil coletados de oito periódicos (Cadernos Cedes, Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade, Educação e Sociedade, Perspectiva, Pro-posições, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos). Excetuando a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos cujo primeiro número localizado (número 1, mês de julho) é de 1944, as demais ficaram assim distribuídas por décadas: três da década de 1970, duas da década de 1980 e duas de 1990. Tomando-se então o ano de 1944 como ponto de partida e 2004 como último ano consultado, somam-se seis décadas de publicação dos periódicos submetidos à análise. Do total dos 582 números localizados foram computados 4332 artigos, sendo que novamente dezoito deles fazem reflexão sobre o trabalho infantil. (Ver Anexo A : Quadros 1, 2 e 3).

A seguir, uma síntese dos temas mais recorrentes nesses periódicos e os aspectos silenciados.

⁶⁸ Pesquisa iniciada em agosto de 2004 logo após ingresso no Doutorado, dando continuidade ao Projeto de Pesquisa construído para a Seleção e que partia do pressuposto de que a temática do trabalho infantil não tem merecido a devida atenção no campo trabalho-educação e nem no campo da teoria pedagógica e que há pontos de encontro entre infância e trabalho, não ainda devidamente explorados.

1 TRABALHO INFANTIL E SUAS INTERFACES NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Este ítem apresenta uma síntese das diferentes perspectivas sobre as quais o trabalho infantil tem sido tratado, considerando-se como ponto de partida a análise dos artigos sobre trabalho infantil coletados dos oito periódicos, buscando apreender como está colocada a relação infância e trabalho infantil, que aspectos e dimensões são mais ressaltados e/ou silenciados. A pobreza como condicionante do trabalho infantil, a dificuldade/impossibilidade de conciliar escola/trabalho, o trabalho como antídoto aos perigos do ócio e do vício, o trabalho como fonte de prazer e felicidade, aspectos da legislação e concepções de trabalho são as temáticas mais recorrentes nessas publicações.

Fukui, Sampaio e Brioschi (1983 e 1985, p.29) apontam as abordagens mais difundidas sobre o tema:

- 1 - bem-estar – o trabalho infantil é visto como um mal que deve ser eliminado;
- 2 - socialização – notadamente em áreas rurais de populações com baixos rendimentos, este trabalho é considerado parte da socialização das crianças, independente de seus efeitos;
- 3- fonte de orgulho, status e mesmo independência para as próprias crianças;
- 4- suplementação da renda familiar, essencial para as famílias pobres [...];

Considerando os condicionantes do trabalho de crianças e adolescentes, dados fornecidos pelos censos, pelas PNADs e praticamente por todos os estudos que se ocupam do trabalho precoce, sustentam a vinculação entre ele e a pobreza. (OLIVEIRA; PIRES, 1995, p.247 e 253); ALVES-MAZZOTTI (2002, p.89) .

Rosemberg e Freitas (2002, p.109) apontam pesquisas que discordam desta conclusão e afirmam que,

Desde o final dos anos 80, Alvim & Valladares (1988, p.39) já encontravam estudos na bibliografia brasileira que não mais reduzem “o trabalho infantil à exploração capitalista da força de trabalho. Reconhecem as condições gerais de exploração da classe trabalhadora, mas não a consideram como a única explicação para a existência do trabalho infantil”. Esta brecha foi especialmente aberta por estudos antropológicos e sociológicos atentos aos significados que pessoas atribuem a seus atos. Ou seja, estudos que não descartam de suas análises a perspectiva da cultura.

Dentre as explicações que teria o trabalho da criança e do jovem nas camadas populares urbanas, Dauster (1992, p.33) também vai mostrar que não são apenas as condições

econômicas dessas famílias que levam à inserção das crianças no trabalho, mas que há razões que não foram ainda suficientemente elucidadas, apontando também fatores de ordem cultural, como o fazem Marques, Fazzi e Leal (2003 , p.75). Embora não deixe sombra de dúvidas quanto à exploração do trabalho infantil na sociedade capitalista, outra hipótese sobre a inserção do jovem no universo do trabalho deve-se a uma estratégia do sistema de socialização das camadas populares, que não se opõe necessariamente à escola, mas, ao contrário, deve complementá-la.

1.1 DIFICULDADE/IMPOSSIBILIDADE DE CONCILIAR ESCOLA/TRABALHO

Outra temática, recorrente nos artigos dos periódicos, apresenta o trabalho como sendo um forte impeditivo da frequência à escola e à qualidade de aprendizagem, comprometendo o futuro das crianças, causando prejuízos à formação escolar (MARQUES; FAZZI; LEAL 2003, p.76; DEMARTINI; LANG, 1983, p.230; FUKUI; SAMPAIO; BRIOSCHI 1983, p.305; GOUVEIA,1983; FERREIRA, 2002, p.100; FERRARO, 1997; OLIVEIRA; PIRES, 1995, p.248, conforme observam MARQUES, FAZZI E LEAL (2003, p.77); IBARROLA E MIJARES (2003, p.126-127).

1.2 EFEITOS BENÉFICOS E TERAPÊUTICOS DO TRABALHO

Pesquisas de Oliveira e Pires (1995, p.248, 254,265), Marques, Fazzi e Leal, (2003, p.75), Ibarrola e Mijares, (2003, p.136) apontam como são enaltecidos os efeitos benéficos e terapêuticos do trabalho. Esse é visto como atividade que dignifica, dá responsabilidade, cria base de solidariedade, possibilita aprender ofícios e habilidades, serve como antídoto às más companhias, às drogas e os riscos da rua, à marginalização e à ociosidade. Pais querem que os filhos estudem para ter nível de instrução maior que o deles, ter merenda escolar, livrar os filhos do ambiente da favela, das más companhias, vícios e roubo, da rua perniciosa e imoral, afinal uma bênção para os filhos, uma ajuda para as famílias (ALVES-MAZZOTTI, 2002; OSOWSKI; MARTINI, 1997). Trabalho é a tábua possível de “salvação” da infância da classe trabalhadora, é a via de condução à cidadania. (ALVIM; VALLADARES, 1988, p.4). E

a burguesia não se cansa de idealizar os bons caminhos por onde deve passar a classe trabalhadora, rumo ao triunfo; (OSTETTO, 1990, p.109).

1.3 A SEDUÇÃO PELO TRABALHO

Essa é outra temática recorrente nas pesquisas. Osowski e Martini (1997, p.76) apontam o trabalho e seus acenos sedutores para as crianças, como uma dimensão pouco explorada nas pesquisas e que devem ser submetidas a uma análise crítica do trabalho. Vários autores (GOUVEIA, 1983; DAUSTER, 1992; GOUVÊA, 1993; ROSEMBERG; FREITAS, 2002; WHITAKER, 2002; SILVA, 2002; OSOWSKI E MARTINI, 2003; IBARROLA E MIJARES, 2003) afirmam que ele aparece muitas vezes nas suas falas, relacionado a uma dimensão de prazer.

Rosemberg e Freitas (2002, p.114), trazendo alguns dados de pesquisa de vários autores sobre a participação de crianças no mercado de trabalho, mostram que na pesquisa de Gouveia (1983), quase unanimidade das crianças entrevistadas disse que não gostariam de parar de trabalhar. “Não estaria ocorrendo um embate pelo direito ao trabalho” (ROSEMBERG; FREITAS, 2002, p.114)?

1.4 TRABALHO INFANTIL E LEGISLAÇÃO: DIFÍCIL CONCILIAÇÃO

Essa temática perpassa com maior ou menor intensidade os textos que se debruçam sobre o trabalho infantil. Elas referem-se ao desrespeito à legislação, na falta de estrutura para sua implantação, suas ambigüidades, entre outros aspectos (OLIVEIRA; PIRES, 1995, p.256; MARQUES; FAZZI; LEAL, 2003, p.75; OSOWSKI; MARTINI, 1997; IBARROLA; MIJARES, 2003, P.136; FUKUI, SAMPAIO; BRIOSCHI, 1985, p.31).

1.5 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO

Essa é a última temática mais recorrente derivada das leituras dos artigos dos periódicos. O trabalho aparece como tarefa, ocupação, atividade realizada por crianças com a finalidade de assegurar a sua própria sobrevivência ou a de outrem (DEMARTINI; LANG, 1983, p.231; FUKUI; SAMPAIO; BRIOSCHI, 1985, p.28); ALVES-MAZZOTTI (2002) e OSOWSKI; MARTINI (1997, p. 57) e ainda IBARROLA ; MIJARES (2003, p.151) .Assim,

O trabalho não é apenas o remunerado, o qualificado, o extra-domiciliar, aquele que tem valor de mercado, o que cria produtos cambiáveis; também podem ser vistas como trabalho algumas atividades não remuneradas ou não qualificadas e até mesmo tarefas domésticas. A definição de trabalho compreende assim uma dimensão subjetiva, dado que interessa conhecer o processo de “tornar-se trabalhador” e não apenas o de preparação para tal ou qual ocupação, referida *a priori*. (DEMARTINI; LANG, 1983, p.231).

Não se menciona mercado de trabalho. Aqui o trabalho não se apresenta como mercadoria, mas como fator de formação humana, imbuído de outros valores que não habitam o universo das relações capitalistas de trabalho.

1.6 ASPECTOS SILENCIADOS

a) Resistência em aceitar o testemunho infantil, fazer recolha dessas vozes. É oportuno colocar que, nos periódicos analisados apenas algumas pesquisas tomam a entrevista das crianças (MACHADO NETO, 1979; DAUSTER, 1992; OSOWSKI; MARTINI, 1997; IBARROLA; MIJARES, 2003; SILVA, 2002; WHITAKER, 2002, que trabalha com redações de crianças; ROSEMBERG; FREITAS (2002).

Para Silva (2002, p.45), as utopias e desejos das meninas trabalhadoras “[...] anunciam caminhos para um projeto de sociedade, da qual sejam protagonistas e não mais banidas da história” e logo a seguir sinaliza a “incisiva presença de algumas delas nos destinos da militância rural [...] emprestando a esses movimentos o toque de consciência sociopolítica, rebeldia”. (p.46)

b) Quanto à questão da faixa etária, observa-se que alguns autores e mesmo órgãos governamentais englobam como crianças a faixa etária de 0 a 17 anos, enquanto o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) considera criança até 12 anos. Sarti, *apud* Alves-Mazzotti (2002, p.87) classifica como trabalho infantil aquele exercido por meninos e meninas até quatorze anos de idade; a denominação “trabalho infanto-juvenil” é usada quando se inclui a faixa etária de quinze aos dezoito anos.

c) Além da faixa etária aparece como fator que pesa, na análise do trabalho infantil, a **questão do gênero** em diversos autores analisados, e sua relação com o processo de socialização,. (WHITAKER, 2002; SILVA, 2002).

d) **O Trabalho infantil no meio rural** aparece no texto de Whitaker (2002) que toma dados de pesquisas por ela realizada nos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo sobre expectativas dos pais em relação à escolarização de meninos e meninas e ainda dados de pesquisa de redações escolares com meninas na região de Araraquara, buscando refletir sobre a relação rural-urbano. Entretanto as reflexões sobre o trabalho infantil se diluem em outras. É Silva (2002) que vai trazer com detalhes a vida cotidiana de trabalho das meninas da Zona da Mata Canavieira pernambucana, destacando neste contexto a alienação, o conformismo conjugados com a transgressão e a resistência da cultura lúdica, construída na vida cotidiana.

e) **Relação condições da escola, trabalho infantil e condição do menor:** Fukui, Sampaio e Brioschi, (1983, p.307) vão analisar como o debate destas três temáticas é levado a público na década de 1970 através da imprensa paulista. “A primeira constatação a ser feita é que, independente de jornal e do período, o tema trabalho infantil é o menos divulgado, isto é, a criança ou adolescente, enquanto escolar e enquanto menor recebe mais atenção dos jornais do que enquanto trabalhador”.

e) **Aproveitamento da condição de aprendiz pelas empresas:** Os mecanismos informais de ensino e aprendizagem que as empresas aproveitam, como o fato de as crianças aprenderem com o próprio trabalho infantil, com os amigos, com a família, na condição de aprendizes, afinal, as intensas relações didáticas entre os trabalhadores não comparece nos trabalhos analisados, exceto em Ibarrola e Mijares (2003, p.132).

f) **Análise dos Programas de governo para a infância pobre:** Temática salientada em apenas um trabalho que avalia o PETI enquanto estratégia do governo brasileiro para erradicar o trabalho infantil.

g) Em relação ao **trabalho infanto-juvenil de prestígio**, como nos esportes, na mídia, que também é excessivo, estafante, explorado, não comparece em nenhum momento.

h) Um aspecto quase totalmente silenciado nas pesquisas é sobre a **resistência ou não das crianças** em relação ao trabalho infantil e as condições às quais são submetidas e a forma como ela pode manifestar-se. Apenas Silva (2002) aponta com grande ênfase que mesmo em meio a trama doce-amarga do trabalho nos canaviais as resistências e rebeldias terminam se manifestando por meio da cultura lúdica.

Isso posto, coloca no centro do debate que uma aproximação com a infância, diferenciada daquela que vem sendo significada no discurso e na prática pedagógicos, requer com urgência compreender (des) articulação infância, educação e trabalho.

1.7 ALGUMAS CONCLUSÕES

Ainda de forma muito inicial, considerando apenas a leitura dos artigos desses periódicos, é possível afirmar que o diálogo da educação com o mundo do trabalho infantil é escasso. Em seis décadas de publicação dos periódicos analisados, apenas vinte artigos contemplam a discussão, num universo de 4.332 artigos publicados nesse período. Isso ainda permite sinalizar alguns elementos que merecem ser aprofundados quando se pretende entender a relação trabalho, infância e educação. Um deles é analisar com mais rigor as estatísticas divulgadas pelos organismos nacionais e internacionais, alardeando a redução do trabalho infantil e estabelecer estudos comparativos em relação a essa realidade, mesmo porque foram pouquíssimos os trabalhos encontrados avaliando os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil e outros com objetivos idênticos.

Alguns outros aspectos salientados referem-se aos limites das conclusões de estudos produzidos com base em algumas fontes “oficiais” que por serem coletados com finalidades mais amplas nem sempre são adequados para compreender a pobreza como única explicação para o trabalho infanto-juvenil, apontando outras razões como auto-afirmação, independência econômica e ideologia familiar, etc.

Outra questão muito polêmica refere-se às brechas abertas por estudos antropológicos e sociológicos que, atentos aos significados que as pessoas atribuem a seus atos, ou seja, estudos que não descartam de suas análises a perspectiva da cultura, não mais reduzem o trabalho infantil à exploração capitalista da força de trabalho. Embora reconheçam as condições gerais de exploração da classe trabalhadora, não as consideram como a única

explicação para a existência do trabalho infantil. E, como dizem Rosemberg e Freitas (2002, p.96) “o temor de ser considerado “[...] politicamente inadequado” ou “inimigo da criança” inibe a ousadia de análises mais complexas”.

2. O TRABALHO INFANTIL NOS “ESTADOS DA ARTE”

Da análise dos periódicos anteriormente mencionados, despontaram algumas pistas que abriram o campo para uma exploração mais aprofundada da presença/ausência do trabalho infantil nas pesquisas educacionais. A primeira pista encontrada foi uma relação da Bibliografia Pedagógica Brasileira, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no Vol. I, n. 2 de agosto de 1944 que sinalizava uma outra relação publicada no número anterior do periódico.

Essa iniciativa partiu do Ministro Gustavo Capanema que, em 1935, recomendou à Diretoria Nacional de Educação o levantamento da bibliografia pedagógica nacional. Esse trabalho foi interrompido e só em 1941 foi retomado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) resultando na publicação, em 1944, da Bibliografia Pedagógica Brasileira, com quase 1000 títulos abrangendo um período de mais de um século de história da educação brasileira, referente aos anos de 1812 a 1943. Esse levantamento aparece nos números 1, 2 e 3 correspondentes aos meses de julho, agosto e setembro de 1944 (Vol. I) e números 4 e 5, de outubro e novembro, compondo o Vol. II.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos apresenta no número 1 (Vol. I), uma relação de 178 títulos além de 88 Atas e Pareceres da Instrução do Rio de Janeiro, referentes ao período 1812 a 1900. No número 2, 261 títulos publicados de 1901 a 1930 e, no número 3, 219 títulos abrangendo o período de 1931 a 1940. O Volume II, nº 4, traz 263 títulos publicados de 1941 a 1942 e o nº 5, 76 títulos, referentes às publicações de 1943. Dessas referências constam livros, folhetos, relatórios, discursos, conferências, projetos apresentados à Corte, à Câmara dos deputados, manifesto de professores, notas publicadas na imprensa da época que fazem referência à educação em todas as partes do país etc. Todos eles são acompanhados de um breve comentário do assunto tratado.

Esses dados trazem, de certa forma, um estado da arte do período abrangido. A maioria dos títulos do período de 1812 a 1900 (nº 1) refere-se ao ensino nos seus diferentes níveis, do jardim da infância (com recorrência à obra de Froebel), ao ensino superior (junto à

Pedagogia, predomina a medicina e o Direito), aspectos da organização escolar, da metodologia, da inspeção das escolas e avaliação das mesmas em todo o território nacional. Destaques podem ser dados à educação físico-moral e cívica dos meninos, à educação sexual, à educação da mulher, da mocidade, das meninas, com o predomínio de uma visão médico-higienista, não só das crianças, mas da cidade, do lar e das famílias.

O período de 1901 a 1930 (nº 2) é caracterizado por dois movimentos de maior significação, de acordo com a introdução das referências:

Um deles é o de “parlamentares, administradores e professores que cuidavam da criação de serviços que dessem coordenação nacional ao ensino; de outra parte, o da introdução no pensamento pedagógico nacional das novas correntes e idéias sobre a psicologia da criança e das práticas sobre o ensino ativo. Depois de 1920 deram-se várias reformas de ensino de amplo sentido renovador, e, foi fundada a Associação Brasileira de Educação, que passou a promover, desde 1928, congressos nacionais de educação. (RBEP, Vol. I, nº 2, ago./1944, p.281).

O ideário da escola nova aparece bem nítido nos títulos e nos comentários (resenhas) que se faz sobre cada um deles. As obras relacionadas abordam o desenvolvimento mental da criança, a pedagogia experimental; os testes de inteligência aparecem repetidas vezes deixando antever seu caráter de profilaxia e propaganda sanitária, os centros de interesse e/ou educação dos supernormais ou mesmo os portadores de necessidades especiais. As obras de Decroly com seus centros de interesse e Dewey com seu pragmatismo têm espaço garantido e esse ideário se intensifica nas duas décadas com a divulgação das obras de Heléne Antipoff e a infância excepcional, Claparède, Kilpatrick com a educação para uma civilização em mudança. A psicologia, psicanálise e educação se entrelaçam. Todas essas referências se misturam a outras relacionadas aos problemas da assistência a menores abandonados, delinquentes, loucos e anormais e serviços sociais endereçados a esta parcela “incômoda” da população. Sinais de projeto de ortopedia social conjugada à ortopedia mental, à educação física, moral, do temperamento, do caráter e educação sexual da criança, também se fazem presentes.

A educação popular aparece repetidas vezes nos títulos, tendo, entre outras preocupações, a formação da urbanidade, a virilização da raça, a educação físico-moral dos meninos, a educação das meninas, a higienização das classes pobres, a sua institucionalização nos institutos profissionais masculinos, nos patronatos, afinal uma preocupação em inserir essa população, o mais cedo possível, no trabalho.

Essas publicações não nasceram descoladas do contexto de onde surgiram, mas por abrangerem um período de mais de um século de história brasileira da infância, do trabalho e da educação (1812 a 1943), é impossível, nos limites deste apêndice, pretender realizar análise desse contexto, tamanha é envergadura de tal exercício, o que, além de sobrecarregar o texto, culminaria repetindo o que vários autores brasileiros⁶⁹ já publicaram sobre a temática e ainda pelo fato de realizar, no Capítulo 1 deste trabalho um percurso pelos caminhos delineados por pesquisas que tratam da infância na escola e fora dela.

Quanto à história da educação ou história da indústria e do trabalho no Brasil, as discussões e publicações já ganharam densidade, portanto dispensam maiores detalhamentos, o que acabaria por desfocar o objeto de estudo. Aqui apenas se tem por objetivo apontar alguns aspectos da preocupação com a infância pobre e os interesses subjacentes à sua educação e institucionalização.

Um breve esboço do período abrangido pelas publicações da Bibliografia Pedagógica Brasileira (1812-1930) pode ser apresentado sinalizando alguns aspectos, como as marcas deixadas pela educação jesuítica, a institucionalização da instrução pública elementar pelo Estado, garantida na Constituição de 1824, a permanência da escravidão até 1888, a passagem do regime monárquico para o republicano, as medidas moralizadoras de proteção à infância impregnadas num discurso salvacionista (salvar as crianças e o país); o deslocamento das ações caritativas sob domínio da Igreja para o domínio do Estado, montando um intrincado complexo tutelar, forjando identidades das crianças (abandonadas, vagabundas, delinqüente, pervertidas) e, junto a todo o arsenal de legislação destinado a regular, nos mínimos detalhes, a vigilância sobre os pobres, aprova-se, em 1927, o Código de Menores. Em todo esse contexto a persistência das imagens da infância pobre atreladas às ações a ela dirigida: esperança e ameaça; proteção, assistência e contenção, alvo das medidas eugênicas. Período de pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista revelando cenas devastadoras de miséria, epidemias e, ao mesmo tempo, demonstrações de descontentamento popular por toda parte, com as revoltas populares e repressão das mesmas pelas elites.

A higienização e a limpeza das cidades não foram obras de séculos passados. Elas continuam hoje, sutis, transmutadas na esterilização da população pobre, nas batidas policiais nos chamados “territórios de pobreza”, nas chacinas, nas ruas transformadas em verdadeiros

⁶⁹ Rizzini; Pilotti (1995); Freitas (1997); Greive e Faria Filho (1999); Veiga (2003); Freitas e Kuhlmann JR. (2002); Faria Filho (2004); Del Priore (2007) etc.

espaços de guerras, afinal toda uma polícia criada e praticada contra os pobres, os desassistidos.

Em nome de uma “ortopedia social”, de uma “pedagogia terapêutica”, as campanhas preventivas buscaram tirar as crianças pobres do desfavorável ambiente das ruas, estampando as preocupações expressas nos títulos da Bibliografia Pedagógica Brasileira que destaca as trajetórias de muitas crianças. Escolares e não escolares. Diferentes percursos: da casa à escola, às rodas, às ruas e ao trabalho; das rodas às ruas e ao trabalho, sem escola. Ao refletir sobre a trajetória de algumas crianças, é possível perceber que essas imagens vão se alterando, deteriorando. Afinal, deterioraram as imagens ou foram deterioradas as condições de viver a infância?

O problema do menor e do abandono continua ocupando boa parte da bibliografia sobre a criança nas décadas de 1960 e 1970. O nº 143 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de jan./abr. de 1979, em mais de duzentos títulos retirados de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, documentos oficiais, teses e dissertações, apresenta alguns aspectos das discussões voltadas para a infância. Uma leitura dos títulos permite apreender que a maioria deles refere-se a questões de educação e aprendizagem escolar; outro número considerável refere-se aos problemas do menor, à criança abandonada, outros, a aspectos da psicologia (alunos excepcionais, superdotados, gênios etc.) e apenas três abordam a exploração do menor pelo trabalho. É oportuno lembrar que em 1979 é proclamado o Ano Internacional da Criança, pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e comemora-se o vigésimo aniversário da Declaração dos Direitos da Criança (1959).

Nesse ano um número especial dos “Cadernos de Pesquisa” (nº 31, dez./79) organizado por Fúlvia Rosemberg (1979, p.3) tem como proposta, “captar infâncias e crianças brasileiras”. Tem-se, portanto, apenas um artigo sobre trabalho infantil.

Continuando a exploração desse e demais periódicos, depreende-se que a ênfase só é mesmo dada ao trabalho infantil em algum número especial, como é o caso de uma edição comemorativa de 20 anos dos Cadernos de Pesquisa (nº 80, 1992). Nesse número, Ferretti e Madeira trazem um balanço da discussão educação e trabalho. Os autores mostram que as abordagens sobre educação e trabalho giram sobre a perspectiva da escolha e orientação profissional, o enfoque do ensino de 2º grau, as relações de gênero mediatizadas pelo trabalho, mobilidade social e ocupacional, juventude e a educação sindical, raça, educação e trabalho, formação profissional de deficientes mentais, educação na zona rural, educação e emprego industrial, ensino profissional no Senai, planejamento educacional etc.

O trabalho infantil, segundo os autores, aparece em apenas dois artigos (um na década de 1970 e outro na década de 1980), merecendo a seguinte observação: “[...] o enfoque que privilegia o tratamento do tema a partir do trabalho infantil está presente nas duas décadas, mas parcamente representado, o que é estranho num período em que se acentuou a utilização dessa mão-de-obra” (FERRETTI;MADEIRA, 1992, p.76) . Ainda, segundo este balanço, na década de 1980 um número especial dos Cadernos de Pesquisa (nº47,1983) é dedicado à relação educação/trabalho cuja “questão de fundo que permeava a proposta era: por quais caminhos estão enveredando agora aqueles preocupados com a temática?”. Entre esses novos caminhos os autores destacam artigos que se referem ao trabalhador-aluno, mas não é tratado especificamente o trabalho infantil e sim a questão da preparação escolar para o trabalho como elemento catalisador das discussões, levando muitos pesquisadores a não se darem conta de que “ o trabalho antecipa a escola, ou se dá concomitantemente a ela”. (FERRETTI; MADEIRA, 1992, p.83).

Um outro balanço ou o estado da arte dessa temática, nesse mesmo periódico, encontra-se em Bonamino, Mata e Dauster (1993, p. 50), referente às décadas de 1970 e 1980, só que agora, arrolando centenas de trabalho das áreas da Antropologia, Sociologia, Economia, Política, Pedagogia e da produção técnico-profissional⁷⁰, buscando apreender “[...] o diálogo estabelecido em torno de eixos temáticos como família, infância e juventude [para] registrar avanços e lacunas, assim como o equacionamento dos problemas da área educacional relacionados à questão do trabalho infanto-juvenil”. Em que pese nessas análises a importância das discussões referentes ao movimento teórico de construção da relação educação-trabalho, um recorte será feito aproximando-se das questões que tratam da relação educação e trabalho infantil e, nessa direção, afirmam as autoras que na década de 1970

[...] embora a **problemática do trabalho infantil seja pouco abordada pela literatura do período estudado**⁷¹, ela é tida como imperativo da sobrevivência familiar e pensada a partir da diferença na distribuição de tarefas, considerando-se os critérios de sexo, idade e necessidades familiares (BONAMINO, MATA; DAUSTER, 1993, p.57).

Outros aspectos que tocam na temática referem-se à ambigüidade dos dispositivos legais que regulam a escolarização e o trabalho de crianças e adolescentes, a posição da imprensa em relação à criança trabalhadora, a escolarização e sua relação com as condições

⁷⁰ Levantamento bibliográfico de 234 resenhas e 624 títulos.

de subsistência e, na década de 1980 “[...] os estudos sobre trabalho infanto-juvenil, vistos sob diferentes ângulos, começam a ganhar espaço”. (BONAMINO, MATA ;DAUSTER, 1993, p.57).

Com essa temática, destacam-se sete artigos e um deles (BONAMINO; MATA; DAUSTER,1993) faz uma revisão de literatura brasileira de 1970 a 1989, sobre a relação educação-trabalho e destaca que o trabalho infantil nos anos 1970 é um tema pouco abordado pela literatura do período, mas ganhando espaço na década de 1980. O tema do trabalho infantil também aparece considerando a centralidade que lhe é dada nas políticas sociais. Em entrevista concedida à Revista Trabalho & Educação do NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação) da Universidade Federal de Minas Gerais, Trein (1996) apresenta as três temáticas que têm constituído o campo de Trabalho e Educação no Brasil, nos últimos dez anos, situando o trabalho infantil no terceiro eixo temático, entre alguns temas que vem sendo tratados. Além disso, aponta as temáticas permanentes, as emergentes e aquelas que experimentam refluxo.

Um outro olhar sobre o estado do conhecimento da relação trabalho/educação, aparece na Revista Brasileira de Educação, no trabalho de Trein e Ciavatta (2003). As autoras fazem um mapeamento dos trabalhos apresentados no GT – Trabalho e Educação da ANPEd , no período de 1996 a 2001. O artigo vai identificando que temáticas ainda permanecem e quais são as emergentes. As autoras (2003, p.145) afirmam que “[...] em menor número estão os textos sobre o trabalho e a educação básica e os referentes a trabalho, educação e os movimentos sociais”. No período estudado aparecem também outras temáticas às quais “[...] poucos têm se dedicado no GT, tais como: trabalho infantil, trabalho, gênero e etnia, teleeducação.”

O trabalho dessas autoras referem-se a um primeiro e mais alentado “estado do conhecimento” na área, realizado por Kuenzer, em 1987, com o título *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Em 1988, este trabalho foi publicado pela Cortez, com o título *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. Nessa obra, Kuenzer (1988, p.40-41) traz um balanço das principais contribuições na área, mostrando o movimento de construção das idéias, a reconstituição histórica do desenvolvimento dessa linha de investigação, que se encontra em desenvolvimento recente.

⁷¹ Grifos meus

Começando sua análise sobre a difusão da Teoria do Capital Humano, na década de 1960, traz também a contribuição da abordagem crítico-reprodutivista da década de 1970, a crítica à economia da educação e a década de 80, com a crítica ao reprodutivismo. Nesse percurso, evidenciam-se as obras e autores que representaram as principais contribuições para a construção da identidade da área. A autora encerra essa parte sinalizando a contribuição de Arroyo à constituição e avanço teórico da área, afirmando que para ele “[...] as ciências da educação têm se mostrado mais resistentes do que as outras ciências sociais na superação das velhas concepções onde a educação das classes trabalhadoras não têm espaço.” (KUENZER, 1988, p.96). Aqui também, nesse primeiro estudo feito sobre o estado da arte, não se constata nenhum foco do olhar para o trabalho infantil.

Em mapeamento mais recente com o objetivo de verificar como a criança aparece na literatura científica na última década, Sampaio, Carneiro, Ruiz e outros (2007, p.323) sinalizam alguns temas centrais dessa aparição, mas destacam que “[...] a relação entre trabalho da criança e manutenção da desigualdade e a relação entre trabalho de criança e transtorno de desenvolvimento psicológico praticamente inexistem como objeto de literatura científica.[...]”.

2.1 ESTADOS DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL : ONDE ANDA O TRABALHO INFANTIL?

Se a discussão sobre trabalho infantil não ocupa espaço considerável em pesquisas diretamente voltadas para a área trabalho/educação, um outro quadro poderia ser apresentado, considerando-se as pesquisas do “estado da arte” em educação infantil no Brasil, as pesquisas sobre a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância, afinal as formas usadas para “acolher” a infância pobre no Brasil.

Para a análise da produção teórica na área de educação infantil entre 1983 e 1993, foi considerada a pesquisa de Strenzel e Silva Filho (1997) que fazem levantamento de material publicado em sete periódicos disponíveis na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação da UFSC (Cadernos de Pesquisa, Revista Idéias, Revista Perspectiva, Cadernos do CED, Cadernos CEDES, Revista Educação e Sociedade e Revista da ANDE). Os autores traçam um perfil dos aspectos da educação infantil mais visitados nos artigos examinados e assinalam a baixa produção encontrada em relação à educação de crianças entre 0 e 3 anos de

idade e que “grande parte das publicações referem-se ao movimento da luta por creches, pelos direitos da criança ao acesso à educação infantil, à análise dos teóricos sobre a constituinte da época e a educação de crianças pequenas” (p. 87). Entre as categorias selecionadas para analisar a produção, em nenhum momento ocorre nada sobre o trabalho infantil, o que de fato é compreensível, já que se trata de crianças muito pequenas. Sabe-se, entretanto, que desde a mais tenra idade essas crianças já enfrentam a faina do trabalho, nem que seja para acompanhar os pais que não têm com quem deixá-las. Mesmo nessas condições, a ligação das crianças dessa faixa etária com o mundo do trabalho se faz pelas exigências de espaços institucionalizados onde as mães possam deixar os filhos para trabalharem.

O trabalho de Rocha (1999), resultado de sua tese de doutorado, investigou como as pesquisas em diferentes áreas do conhecimento contribuíram para a constituição de um campo de estudos, por ela denominado de Pedagogia da Educação Infantil/Pedagogia da Infância. Para identificar a trajetória da pesquisa em educação das crianças de 0 a 6 anos no Brasil, a autora analisou a produção científica apresentada nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 1990 a 1996, e ainda trabalhos apresentados, nesse mesmo período, em congressos científicos das Ciências Sociais (ANPOCS), da História (ANPUH), da Psicologia (SBP) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A autora argumenta que grande número de trabalhos desse período refere-se às crianças pobres e em situação de rua, como menores, e mudança significativa de tratamento e de distinção de sexo e/ou gênero é notada a partir de 1992, quando se encontra mais a denominação meninos e meninas, mudança esta verificada após promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. (p.29). Já pelo recorte feito é possível perceber que a temática do trabalho infantil estará ausente, embora a autora mencione, em várias passagens, os contornos extremos da situação social da infância e aponte como a inserção no mundo do trabalho furta o direito de vivê-la ((ROCHA, 1999, p.47).

Ao explicitar sua metodologia, Rocha (2001, p. 15) chama a atenção para um aspecto fundamental nessa investigação: “Os estudos que se referiam à infância sem definição etária e aqueles que estudavam sujeitos (fora do contexto institucional ou dentro dele) foram incluídos com o objetivo apenas⁷² de verificar sua frequência no conjunto”. E continua a autora:

⁷² Grifos meus

Excluíram-se todos os trabalhos que se referiam exclusivamente às crianças maiores de seis anos completos, no ensino fundamental [...] e, ainda, aqueles que tratavam de instituições totais substitutivas (orfanatos, internatos, etc) ou relacionadas com programas educativos (não-escolares) fora da faixa etária de 0 a 6 anos. Neste âmbito, uma importante exclusão a ser destacada no conjunto das pesquisas nas diferentes áreas foram os trabalhos relacionados à criança e ao jovem, em instituição ou situação de rua, quando estes enfocavam prioritariamente crianças maiores de 6 anos. Observou-se que a maioria dos trabalhos relativos a crianças e adolescentes (tratados em conjunto) [...] referiam-se aos jovens ou às crianças maiores de 6 anos: seus direitos, situações de risco, vida na rua, brincadeiras, etc.[...]. Percebeu-se que um grande número de trabalhos, já na década de 90, referem-se às crianças pobres e em situação de rua como “menores”. Observa-se uma gradativa substituição (mas não o desaparecimento) dos termos “menor”, “infrator”, etc, que marcam sua situação como morador de rua e as diferentes faces de sua exclusão social, por “crianças” e “adolescentes”, “meninos” e “meninas”. Tendo em vista a especificidade que estes trabalhos apresentam, por vincularem-se à criança e ao adolescente (muitos inclusive, detendo-se em aspectos jurídico- assistenciais), eles merecem um estudo à parte, que possa relacionar as várias dimensões educativas presentes nos diversos contextos não-escolares. (ROCHA, 1999, p.15)

O trabalho organizado por Rocha em parceria com Silva Filho e Strenzel (2001, p.6) também apresenta um levantamento da produção sobre Educação Infantil no Brasil (crianças de 0 a 6 anos), a partir de mapeamento da produção científica da área, publicada em um conjunto de 143 artigos, de 8 periódicos nacionais, em 19 teses e 270 dissertações apresentadas em programas de pós-graduação em educação, no período de 1983 a 1996. Ao analisar a trajetória da produção na área da educação infantil, a autora apresenta alguns dados sobre os levantamentos da produção científica feitos na pesquisa nacional e mundial. Entre a diversidade de temas, aspectos históricos, sociais, psicológicos, pedagógicos, entre outros, abordados, assim como o “olhar” dessas pesquisas para a realidade considerando suas dimensões contextuais, em nenhum momento o trabalho infantil aparece, isso considerando que, em praticamente todos os documentos nacionais e internacionais que apresentam o panorama do trabalho infantil, a idade abordada compreende dos cinco aos dezessete anos. Mesmo considerando a contribuição da Psicologia, da perspectiva sócio-histórica, da História, da própria Pedagogia, estudos que se preocupam com os efeitos da pré-escola e sua relação com as desigualdades socioeconômicas, segundo a autora, são poucos.

De tudo isso, apreende-se que as pesquisas educacionais ainda que passem por perto do mundo do trabalho infantil, não penetram nele, apenas o rodeiam. Crianças que estão fora do circuito escolar, independente de sua faixa etária, parecem não possuir as mesmas especificidades e privilégios de crianças-aluno. Para referir-se às crianças até seis anos que estão frequentando a escola, usa-se o termo criança, maiores dessa idade e não estando na escola, menor, morador de rua, caso de políticas jurídico-assistenciais. Exclui-se da discussão

educacional todas as instituições substitutivas ou relacionadas com programas educativos (não-escolares), local estratégico de recolha da mão-de-obra infantil ou foco central das políticas assistencialistas e filantrópicas, ponto de partida para a inserção precarizada no mundo do trabalho. Tanto nos periódicos quanto nas dissertações e teses, segundo Rocha (2001), o trabalho infantil não aparece como tema contemplado, mesmo considerando que estes estudos foram tomados **apenas** para verificar sua frequência no conjunto.

3. TRABALHO INFANTIL NOS DOSSIÊS: PUXANDO OS FIOS NO INTERIOR DA TRAMA

Intrigante essa ausência do trabalho das crianças nas pesquisas em educação, esse apagamento de uma condição da infância (sua inserção no mundo do trabalho) quando ela continua sendo figura constante nesse espaço. Não apenas a Europa da Revolução Industrial foi palco do trabalho infantil. Ele continua como nunca em cena, estampado em documentos nacionais e internacionais, em mapas indicativos do trabalho das crianças espalhadas em todo quadrante do mundo.

Isso demanda ir puxando outros fios para compreender a trama e fez-se um percurso sobre os dossiês encontrados sobre educação/trabalho.

O periódico da UFMG, Educação em Revista, traz no seu nº 33 o dossiê Educação e Trabalho apresentando grupos de estudos e pesquisas que construíram suas experiências e produção acadêmica nessa temática. Os grupos que participaram do dossiê foram os seguintes:

Núcleo de Estudo, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE) da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Grupo Trabalho-Educação da Fundação Carlos Chagas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Núcleo Trabalho e Educação do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal do Ceará- NTE/UFC, a linha de pesquisa em Educação e Trabalho do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, finalmente, o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. (OLIVEIRA; FIDALGO, 2001, p. 126).

Entre os vários objetivos dos grupos que colaboraram com o dossiê, está a preocupação com a socialização da história de sua constituição, seus eixos temáticos, itinerários e tendências de pesquisa, problemáticas enfrentadas, afinal, o quadro onde se move

a área trabalho-educação. Como está colocado na apresentação desse periódico, o dossiê deixa de contemplar pesquisadores que têm fornecido grandes contribuições para a área trabalho-educação. Pela impossibilidade do periódico acolher esses outros pesquisadores, foram selecionadas, no entanto, apenas contribuições dos grupos que apresentam uma estrutura institucional mais definida.

Isso propicia apreender como vai se consolidando a comunidade de pesquisadores na área e como esse modo de perceber o objeto vai sendo ora aprofundado, diferenciado e/ou transformado, e permite avaliar como se dá o circuito das idéias sobre trabalho-educação entre os grupos, o que acaba por constituir as temáticas que passam a circular no campo, aquelas “permanentes”, emergentes e outras que entram em refluxo. Considerando os grupos de trabalho apresentados no referido dossiê que têm como preocupação explorar temáticas voltadas para Educação e Trabalho, focando a análise nas questões temáticas que impulsionam suas atividades, o NEDDATE, da UFF apresenta o trabalho infanto-juvenil como um tema que faz parte da linha de pesquisa “Reconstrução histórica da relação trabalho e educação”, integrada ao Programa de Pós-Graduação em Educação; entretanto, ao apresentar projetos de pesquisa, do ponto de vista temático, que já foram desenvolvidos pelo grupo ou que estavam em andamento naquele período (1996 a 2000), o trabalho de crianças e adolescentes aparece para se estudar a sua trajetória escolar.

O grupo da PUC-SP e FCC ilustra a direção do movimento de um primeiro momento da sua trajetória, “[...] ancorado predominantemente na sociologia do trabalho e no local de trabalho como campo empírico de pesquisa” e que, de reflexões partilhadas no âmbito do GT Trabalho e Educação da ANPEd e também fora dele em seminários, congressos e outros eventos com pesquisadores da área, indicavam “[...] a longa duração da ida à fábrica para as pesquisas em todas as suas modalidades. [...]. Nessas críticas já se encontrava implícita a necessidade da volta à escola como locus privilegiado de investigação” (FERRETTI; ZIBAS; SILVA JUNIOR, 2001, p.151).

Isso sugere a reorientação da pesquisa com foco na escola e esse debate culminou em um seminário. Os textos debatidos foram publicados no livro *Trabalho, formação e currículo – para onde vai a escola?*, da Editora Xamã, e resultou, do mesmo processo, pesquisa que culminou no livro *Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade*, de João dos Reis da Silva Júnior e Jorge Luís Cammarano González, publicado pela mesma editora. E, concluindo o texto, Ferretti, Zibas e Silva Jr. (2001, p.153) reafirmam “[...] a necessidade de que sejam estabelecidas com maior pertinência as relações entre os estudos

sobre o trabalho e as práticas escolares sem, contudo, olhar a escola de forma insular, nem buscar seu entendimento como reflexo imediato mecânico das análises no nível macro”.

As mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, a nova organização do trabalho, o crescimento do setor de serviços, o desemprego estrutural e a exacerbação dessas mudanças, nesse início de século, somam-se ao aprofundamento da abertura da economia ao capital internacional. O domínio do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, a privatização e desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, o declínio dos sindicatos e dos direitos sociais, o crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), os anúncios do fim da história, do trabalho, da perda da centralidade da categoria trabalho como instrumento de análise da realidade social, e outras categorias marxianas, a formação para a empregabilidade, a nova divisão internacional do trabalho, o avanço do pensamento neoliberal e da idéia de economia de mercado são, entre outras, as discussões que atravessam todos os grupos, assim como as tonalidades que se acrescentam a essas temáticas como a questão do gênero, do trabalho rural, das cooperativas, da economia solidária, das profissões, afinal as nuances de cada um, “[...] expressão da heterogeneidade e diversidade dos estudos que focam a relação trabalho-educação a partir de diferentes perspectivas e em diferentes espaços, como na escola, nas plantas industriais, no meio rural, nos sindicatos, nos movimentos sociais”.(AUED; VENDRAMINI; FIOD et al, 2001, p.175).

Então, alguns questionamentos permanecem:

Como se definem as escolhas temáticas de um pesquisador? Como um conjunto de professores pesquisadores constitui um núcleo de estudos e pesquisas? As explicações destes processos podem ser tantas quantos forem os pesquisadores e os grupos investigados. Mas, em linhas gerais, eles são atraídos para um tema de pesquisa por suas inquietações interiores e/ou por estímulos externos, seja pela descoberta de fontes, seja por temáticas induzidas, seja por apelos sociais ou institucionais e recursos disponíveis. Mas a escolha do pesquisador precisa ter sempre presente um **apelo interior** que transforme a busca do conhecimento e sua socialização em uma opção de vida. (CIAVATTA, FRIGOTTO, TREIN et al, 2001, p.139, grifos meus).

Como se dá o circuito das idéias sobre trabalho-educação entre os grupos e como as temáticas passam a circular no campo? Por que algumas permanecem, enquanto outras entram em refluxo e outras emergem? Uma forma de fazer a temática circular é socializá-la em produções acadêmicas e eventos realizados. E acompanhando a história dos grupos de

pesquisas aqui mencionados, o trabalho infantil não aparece na gênese de nenhum deles e parcamente figura na história de existência desses grupos.

Insistindo ainda num encontro com o trabalho infantil, em todo o percurso feito até aqui, buscou-se cercar por todos os lados as discussões do campo. Todas as publicações mencionadas, sejam livros ou artigos, que resultaram dos debates realizados no interior desses grupos e intergrupos, foram acessadas, buscando-se conhecê-las na íntegra, especialmente aquelas que eram apenas mencionadas e analisadas rapidamente. A Revista *Perspectiva*, da UFSC, reuniu em dois números especiais⁷³ “[...] um leque de temas que focam a relação trabalho e educação a partir de diferentes perspectivas e em diferentes espaços”, conforme colocam Aued, Vendramini e Fiod (2001, p. 175). Em que pesem as importantes contribuições para reflexão na área, nenhuma aproximação com aquelas discussões referentes ao trabalho infantil.

Sufocadas nas grandes sínteses, compareciam outras temáticas, com maior ou menor intensidade em cada grupo: entendimento do trabalho como valor cultural, a formação humana, a questão da subjetividade (seria ela, aquele apelo interior acima mencionado por Ciavatta, Frigotto, Trein e outros?) e os vínculos entre educação, trabalho e cultura com as contribuições de distintas leituras feitas por Gramsci, Lukács, Adorno e Horkeimer das obras de Marx.

Garimpando algumas delas, localizou-se meio escondida, a constituição social do trabalhador infantil enquanto uma preocupação do NETE/UFMG, no interior do eixo temático “Trabalho, Subjetividade e Formação Humana”. Dentre as atividades desse grupo é mencionado um levantamento sobre as tendências temáticas que vêm perpassando as discussões realizadas pelo NETE e publicadas no periódico *Trabalho e Educação*, e a criança trabalhadora aparece como um tema que tem despertado interesse no grupo e também são mencionados temas que deveriam merecer maior investimento em propostas de disciplinas e em projetos de pesquisa: a formação humana, a mobilização da subjetividade no trabalho, a onilateralidade, pequenos trabalhadores, trabalho, cultura, experiência e saber, características da força de trabalho, segundo o sexo, idade, a condição de ser criança, jovem, parte de uma geração.

⁷³ N. 18, ago./dez.1992 e n. 26^{de} jul./dez./1996

O trabalho infantil ou infanto-juvenil é tema da linha de pesquisa “Reconstrução histórica da relação trabalho-educação”, aparece como um projeto da UFF, mas é olhado na perspectiva da escola “A trajetória escolar de crianças e adolescentes que trabalham”.

Em meio a tantos pontos-sombra, alguns *insights*: a imperiosa necessidade de mergulhar no campo da Sociologia do Trabalho

[...] numa tentativa de melhor compreender as vertiginosas transformações no mundo da produção e seus desdobramentos nas áreas social e cultural. A partir desses estudos, confirmou-se, com muita ênfase, a procedência da intenção inicial de estabelecer um intercâmbio mais direto com outras áreas que tivessem o trabalho humano como objeto de análise. (FERRETTI; ZIBAS; SILVA JUNIOR, 2001, p. 149)

Nesse mergulho e com tudo que ele poderia propiciar, muito bem explicitado na citação acima, residia a possibilidade da caça e encontro de vários tesouros. Esse mergulho, acabou, contudo, por condenar o trabalho infantil ao afogamento, tão deslumbrante e poderoso emergia o mundo das empresas de ponta do setor-metal-mecânico ou empresas do setor de serviços que estivessem incorporando as novas tecnologias. Grandes descobertas para o campo trabalho-educação, sem dúvida, bem sintonizado com os desdobramentos das rápidas transformações no mundo da produção, enquanto marcas do início da década de 1990.

“Nesse movimento secundarizaram o estudo da escola” e as discussões nos fóruns privilegiados já “[...] indicava a longa duração da ida à fábrica para as pesquisas em todas as suas modalidades; [...] nessas críticas já se encontrava implícita a necessidade de volta à escola como locus privilegiado de investigações”. Esse aspecto é também destacado pelo grupo Trabalho- Educação da UFSC. (FERRETTI; ZIBAS; SILVA JR., 2001, p.149).

Por que cortar o cordão umbilical que une mundo do trabalho e mundo da escola? O percurso de um ao outro é tão enredado de armadilhas que o melhor que se tem a fazer é mantê-los ligados para se evitar o risco do direcionamento do olhar alcançar, com mais nitidez, apenas um deles. Quanto mais próximos mais a luz de um alcança o outro.

A volta à escola recoloca a mesma questão que justificava a crítica da longa duração da ida à fábrica: até que ponto a volta à escola tem sido subsidiada pelos aportes trazidos das análises da ida à fábrica? A volta ao lar doce lar sinaliza vários pontos de encontro nestes espaços, mas como coloca Arroyo (1998, p.139) “há pontos de encontro, porém não explorados” e por tal razão torna-se necessário “um diálogo com dupla direção, da produção acumulada nas pesquisas sobre trabalho-educação para o repensar da teoria e da prática

pedagógica e da produção na teoria e prática pedagógica para o repensar dos vínculos entre trabalho e educação” (p. 140).

É preciso algum esforço para avistar o trabalho infantil aqui e ali, tão diluído ele se encontra nas reflexões consideradas de “maior peso”. A entrada na escola para compreender, analisar o processo de trabalho que ali se dá, mesmo destacando que esta análise não pode prescindir da relação sujeito (aluno e professor) / objeto (o conhecimento), rodeiam o trabalho infantil, mas não o percebe. Adentra-se numa escola sem sujeitos, realiza-se uma análise dos processos e dos produtos do trabalho escolar partindo-se dos determinantes da produção material, invade-se o seu interior e apenas uma leve esbarrada nesses sujeitos.

Fazendo uma retrospectiva histórica do “campo” trabalho e educação no Brasil, Tumolo⁷⁴ (2005) elege como marca distintiva dos primórdios da produção a PUC-SP, a UFMG e a UNICAMP e toma como referência a produção acadêmica da PUC-SP, realizada no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação (final dos anos 1970 e início dos anos 80), quando o programa era coordenado pelo professor Dermeval Saviani. Segundo o autor, a produção teórica, naquele momento, segue o movimento do pensamento de Saviani, apresentada de forma consistente nos livros *Escola e democracia* e *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Autores, muitos dos quais passaram por esse programa, começam a oferecer suas contribuições, incorporando a produção de Gramsci⁷⁵, evidenciando a necessidade do vínculo entre educação e estratégia revolucionária, expressando a conjuntura brasileira que se apresentava naquela época e que deu tom para vincular a educação aos interesses da classe trabalhadora e a fundamentação no marxismo.

A partir dos anos 1990, o vínculo entre educação e estratégia revolucionária vai perdendo força, sendo substituída por outras temáticas. Ao mostrar as tendências na passagem do milênio, afirma “que a revolução nunca esteve tão desacreditada” vai apontando diversas perspectivas que justificam o argumento de que “[...] nunca foi tão **necessário** falar sobre e fazer a revolução” (TUMOLO, 2005, p. 8) apontando algumas tarefas de investigação imprescindíveis na atualidade e no campo trabalho-educação.

⁷⁴ Texto fornecido pelo autor numa Disciplina por ele ministrada no curso de Doutorado, UFSC, 2005.

⁷⁵ Destaca dessa contribuição a tese de doutorado de Lucília Machado “Politecnia, escola unitária e trabalho” de 1989.

4 O TRABALHO INFANTIL NAS DISSERTAÇÕES E TESES

Por último, foi feito um levantamento de dissertações e teses no Banco da CAPES, produzidas no período de 1987 a 2003, que contemplassem no título e/ou no resumo a discussão sobre trabalho infantil. Foi montado um Banco de Teses e Dissertações localizadas nesse período com seus respectivos resumos. O total da amostra constava de 189 dissertações e 15 teses de doutorado, provenientes de várias áreas. Dessa amostra, foram selecionadas apenas aquelas da área da educação resultando em 89 dissertações e 4 teses, espalhadas por 15 Estados brasileiros (AM, CE, BA, PE, PB, RN, GO, MT, ES, RJ, MG, SP, PR, SC, RS), provenientes de 27 universidades (UFAM, UFMT, UFG, UFC, UFBA, UFPE, UFPB, UFRN, UFMG, UFU, PUCSP, USP, UNESP, UNIMEP, UNICAMP, UFSCar, UFF, UFRJ, PUCRJ, UFES, UEM, UFPR, UFSC, PUCRS, UFPel, UFRGS, UNIJUÍ).

Isso também permitiu delinear um quadro de instituições que têm apresentado contribuições significativas na área (UFPB, USP, UNESP, UFRJ, UFRGS, UFPR, UFBA, UFPE e PUCRJ) com números mais expressivos de publicação (a PUC-SP com o maior número delas: 21) e grupos de pesquisa mais consolidados.

Tudo isso realça o embaçamento do trabalho infantil no campo trabalho-educação e sua pouca representatividade nas pesquisas nessa grande área apontando pistas de que ele não adquiriu ainda o estatuto de um problema social relevante nesse campo de discussão, embora os anos 1990 tragam a marca da definição constitucional dos direitos da criança e abram as portas para a necessidade de refinar os conhecimentos sobre os determinantes do trabalho infantil e seus impactos na vida da criança. Isso demanda que o mesmo seja traduzido a partir de diferentes linguagens, de diferentes campos (Psicologia, Sociologia, Medicina, Educação) e, no interior deles, em categorias disciplinares igualmente diferenciadas.

Pelo exposto percebe-se muitas lacunas no diálogo da educação com o mundo do trabalho infantil. Machado (2005)⁷⁶, ao discutir sobre “Trabalho- educação como objeto de investigação”, coloca algumas interrogações:

Mas qual é a premissa fundamental de onde nos originamos? Na minha percepção, ela deriva das nossas leituras marxianas sobre o processo de hominização. [...] Nós

⁷⁶ Essa citação foi retirada do texto original cedido pela autora quando apresentado no III Simpósio Trabalho Educação, na UFMG, em dezembro de 2005. O texto, entretanto, passou por algumas modificações para ser publicado na Revista Trabalho Educação, do NETE, portanto a citação aqui presente foi retirada dos originais e as idéias nela contidas encontram-se à página 128 da Revista.

nos destacamos de onde, quais são nossas origens? Resultamos de que combinações? Investigamos o que? Para o que se orienta nossa atenção, curiosidade, reflexão e elaboração? Qual é a especificidade do que estudamos comparativamente ao que outros pesquisadores o fazem quando também se voltam para as temáticas da Educação e do Trabalho? (MACHADO, 2005, p.128)

Um encontro com a infância de forma que pudesse ampliar as análises no campo da educação parecia promissor se o local para tal encontro fosse no mundo do trabalho. Aproximar-se dos sujeitos sociais que vivem essa temporalidade humana impunha considerar os diferentes espaços onde vivem/viveram suas vidas, suas experiências, muito além do muro escolar (nas ruas, em casa, no bairro, nos movimentos sociais, etc.) e só após este percurso, voltar à escola. O mundo do trabalho configurou-se como ponto de partida onde fosse possível articular os diferentes espaços de formação assim como compreender as bases históricas e materiais na qual algumas imagens de infância foram se tornando necessárias. Aqui cabe concordar com Veiga (2003) que

[...] ao tomarmos a infância como tema de investigação, trazemos como questão central a problematização de como crianças sujeitos histórico-culturais vivenciaram as suas infâncias em tempos e espaços diferenciados. Destaca-se que os sujeitos constroem suas identidades a partir de diferentes pertencimentos quais sejam classe, gênero, raça, geração e lugares: famílias, cidades campos e instituições diversas. A categoria aluno indicada aqui para se compreender uma condição de infância, precisa, portanto ser analisada a partir dos diferentes pertencimentos e do lugar que a produziu, a escola. Mesmo porque neste lugar se institucionalizou uma identidade que por vezes desconsiderou os outros pertencimentos, com destaque para o pertencimento geracional, pois antes de uma criança ser identificada como criança, por vezes foi denominada aluno. ([s.p])

O percurso feito foi, portanto, na direção de buscar a infância, priorizando o mundo do trabalho, mas também passando por outros espaços formativos.

ANEXOS

ANEXO A. PERIÓDICOS CONSULTADOS PARTINDO-SE DO NÚMERO INICIAL AO FINAL LOCALIZADOS, TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS EM GERAL E TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS SOBRE TRABALHO INFANTIL

Periódicos	Nº inicial e final	Total de nºs localizados	Total geral de artigos	Artigos com palavras-chave contempladas	Artigos sobre trabalho infantil
Cadernos CEDES	Nº 1/1980 ao Nº 62/2004	52	353	7	4
Caderno de Pesquisa	Nº 1/jul/1971 ao nº 121/jan/abr/2003	120	888	30	7
Educação e Realidade	Nº 1, fev/1976 ao v.27(2) jul/dez/2002	56	503	7	2
Educação e Sociedade	Nº 1, set/78 ao Nº 86, jan/abr/2004	78	676	19	-
Perspectiva	Nº1/ago/dez/1983 ao V.21(2), jul/dez/2003	44	385	7	1
Pro-Posições	Nº 1/mar/1990 ao Nº 43/jan/abr/2004	42	348	17	-
Revista Brasileira de Educação	Nº 0/set/dez/1995 ao Nº25/jan/abr/2004	24	210	5	2
Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos	Nº 2/ago/1944 ao Nº 205/jan/dez/2002	166	969	15	4
Total	582	4.332		10720	

ANEXO B. RELAÇÃO DO NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES LOCALIZADAS POR ÁREAS - BANCO DA CAPES :1987 A 2003

Nº Teses por áreas/cursos	
Áreas/Cursos	Teses
Educação	5
Direito	2
Psicologia	2
Sociologia	1
Saúde Pública	1
Serviço Social	1
Epidemiologia	1
Geografia	1
Economia de Empresas	1
TOTAL	15

Fonte: Elaborado pela autora

Nº Dissertações por áreas/cursos	
Áreas/Cursos	Dissertações
Educação	84
Serviço Social	23
Direito	20
Sociologia (Rural, Política, Ciências Sociais, Políticas Públicas, Políticas Sociais)	12
Psic. e Psic. Social	8
Desenvolvimento (Planejamento, Econômico, Agricultura e sociedade, Regional, Meio Ambiente)	8
Sociologia e Antropologia	7
Economia /Economia Social e do Trabalho	6
História	6
Saúde Coletiva	4
Economia Doméstica	3
Geografia	2
Enfermagem	2
Engenharia da Produção	1
Educação Física	1
Comunicação	1
Agriculturas Amazônicas	1
TOTAL	189

Fonte: Elaborado pela autora

ANEXO C. CNAE 2.0 (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS -VERSÃO 2.0)

Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE Versão 2.0	
Seção	Denominação
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura
B	Indústrias extrativas
C	Indústrias de transformação
D	Eletricidade e gás
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	Construção
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
H	Transporte, armazenagem e correio
I	Alojamento e alimentação
J	Informação e comunicação
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
L	Atividades imobiliárias
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e serviços complementares
O	Administração pública, defesa e seguridade social
P	Educação
Q	Saúde humana e serviços sociais
R	Artes, cultura, esporte e recreação
S	Outras atividades de serviços
T	Serviços domésticos
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
Fonte: IBGE, Classificação das Atividades econômicas- versão 2.0.	
-As duas últimas seções – T e U - referem-se a atividades que, por suas especificidades, não podem ser tratadas em conjunto com outras: os serviços domésticos remunerados exercidos no âmbito das famílias e as atividades exercidas em enclaves extraterritoriais.	
-A estrutura detalhada da CNAE 2.0, com os códigos e as denominações das categorias nos níveis de seções, divisões, grupos e classes, é apresentada no item 2.1, da Parte 2 desta publicação. A estrutura completa da CNAE 2.0, incluindo as subclasses de uso da Administração Pública, está apresentada na publicação específica para esta categoria de códigos.	

ANEXO D. RELAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR ESTADO E SETORES DA ECONOMIA

RELAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR ESTADO/ SETORES DA ECONOMIA: MAPA DE INDICATIVOS DO TRABALHO INFANTIL 1999		
Seção A- Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura		
Número	Atividades Econômicas	Estado
1	Agricultura	BA, GO, PA, RS
2	Agricultura canavieira	AL, BA, CE, ES, MA, MG, PB, PE, PI, RJ, SP
3	Agricultura de Subsistência	BA
4	Agropecuária	MA, MG, SP
5	Avicultura	MG, MS, RJ, RS
7	Cacauicultura	BA, RO
8	Cafeicultura	BA, ES, MG, PR, RO, SP
10	Citricultura	BA, MG, SE, SP
11	Cata e comercialização de caranguejo	PI
20	Cultura do abacaxi	RJ
21	Cultura do algodão	BA, GO, MG, MS, MT, PR, RN, SP
22	Cultura do alho	GO, MG, SC
23	Cultura do arroz	PI
24	Cultura da banana	SP
25	Cultura da batata	MG, PR, RS, SC
26	Cultura do café	MS
27	Cultura do caju	CE, PI, RN
28	Cultura da cebola	SC
29	Cultura do coco	SE
30	Cultura do erva-mate	MS, SC
31	Cultura do feijão	GO, MG, PR
32	Cultura da goiaba	GO, RJ
33	Cultura da maçã	RS, SC
34	Cultura do mamão	ES
35	Cultura da mandioca	BA, MS, SP
36	Cultura do morango e pêssego	MG
37	Cultura do sisal	BA, PB
38	Cultura da soja	MA, MG, PI
39	Cultura do tomate	GO, PR, RJ, SC, SP
40	Extração de acácia	RS
42	Extração de guaraná	BA
43	Extração de castanha do Pará	AP
45	Extração de resina	SP

48	Extração vegetal -Seringa	MA, MT
49	Extração vegetal de coco e babaçu	MA
50	Extrativismo	PA
55	Fruticultura	MG
56	Fumicultura	AL, BA, PB, RS, SC
57	Hortifruticultura	DF, ES, MA, PB, PE, RN, SP
58	Hortifrutigranjeiro	AC
71	Pecuária	AC, SE
72	Pesca	PA, RJ, RN, SE
73	Pesca- catadores de isca	MS
74	Pesca- catadores de mariscos	BA
75	Plantio e corte de pinus	SC
76	Polinização do maracujá	PR
77	Produção de carvão vegetal	AM, BA, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PR, SP
79	Produção de sementes de capim	MG
81	Sericicultura	MS

Seção C- Indústrias de Transformação		
Número	Atividade Econômica	Estados
6	Beneficiamento de camarão	PI
17	Confecção de bordados	PE
18	Confecção de roupas	MG, PE, RJ, SP
19	Construção civil	AP, ES, MG, PA, SP, TO
41	Extração de cassiterita	RO
44	Extração de pedra brita, mármore e granitos	ES
46	Extração e beneficiamento de calcário	PR
47	Extração e beneficiamento de pedras semipreciosas	RS
51	Fabricação de boné	RN
52	Fabricação de doces caseiros	RJ
53	Fabricação de fogos de artifício	AL
54	Fabricação de pré-moldados de cimento	ES
60	Indústria	ES, MG, PA, PB, PE, SP
61	Indústria calçadista	MG, PB, RS, SC, SP
62	Indústria de plásticos	PB, RJ
63	Indústria gráfica – jornal	SP
64	Indústria moveleira e assemelhados	AC, AM, BA, MA, MG, MS, SP, TO
65	Indústria têxtil	MG

66	Lapidação de pedras preciosas	MG
68	Metalurgia e serralheria	AM, ES
69	Mineração	MG, PB
70	Panificação	AC, AM, AP, DF, ES, MS, PB, RN
78	Produção de farinha de mandioca	BA, PE, RN, SE
83	Serviços de estamparia	RN
84	Serviços de montagem de prendedores de roupa	SC
96	Tecelagem	MG, PB, PE, RN

Seção G- Comércio		
Número	Atividade Econômica	Estado
9	Catador de papel	DF
12	Comércio ambulante	AL, AM, DF, MA, MS, PA, PI, RS
13	Comércio de bebidas - casas noturnas	DF, ES, RO, SP
14	Comércio de combustíveis - frentistas	AC, AM, ES, MS, RO, SP
15	*Comércio, indústria e serviços	GO, TO
16	Comércio varejista	AC, AP, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, SP
67	Lixão - catadores de lixo	AM, AP, MA, MS, PE
95	Sorveteria	AC, MA, MS, PB, TO
99	Venda de jornais e distribuição de panfletos	AL, AM, CE, MA, MS, PB, PI, RJ, RN, RO, SC, SP

Fonte: Elaborada para esta tese a partir dos dados dos Mapas de Indicativos do trabalho da criança e do adolescente 1999

Seção S : Serviços		
Número	Atividade Econômica	Estado
59	Hotelaria	PA, PB, RJ
80	Quebra de concreto	AC
82	Serviços de engraxate	AM, RO
85	Serviços de Transporte - Carregadores	AL, PI, SE
86	Serviços Diversos- convênios e programas educativos e sociais	AC, AL, DF, ES, MA, MG, MT, MS, PA, PE, PI, SP, TO
87	Serviços e comércio de alimentos	AM, DF, MG, PA, PB, RJ
88	Serviços em atividades informais	MT
89	Serviços em casas de saúde	PA
90	Serviços em cerâmicas e olarias	AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO,

		MA, MG, MS, MT, PE, PI, PB, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO
91	Serviços em madeireiras e serrarias	AC, AM, ES, GO, MA, MT, MS, PA, PI, PR, RO, SC
92	Serviços em oficinas mecânicas-lavagem de carro	AC, AL, AM, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PI, PB, RJ
93	Serviços em pedreiras	AL, AM, BA, CE, GO, MA, PI, PE, PR,RJ, RS, SE, SP.
94	Serviços em salinas	CE, PI, RN
97	Transporte coletivo- kombistas	AL
98	Transporte Coletivo- trocadores	AP, RN

RELAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR ESTADO/SETORES DA ECONOMIA: MAPA DE INDICATIVOS DO TRABALHO INFANTIL 2005		
Seção A- Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura		
Número	Atividade Econômica	Estados
5	Agricultura	AM, MG, MT, PB
6	Agricultura canavieira	AL, BA, CE, ES, GO, PB, PE, PI, RJ, SE, SP
7	Agricultura familiar	AL, AP, MA, PB, RO
8	Agropecuária – leiteira	MG
9	Agropecuária	MA
15	Avicultura	MS, PE, RJ,SC
20	Caieiras	CE, PB, PR
21	Catadores de caranguejo	PA, PI
23	Catadores de mariscos	AL, BA, SP
26	Colheita e quebra de coco babaçu	MA, PI
27	Colheita	SP
28	Colheita da manga	MS
29	Colheita de algodão	SP
30	Colheita de café	MG
47	Corte de cana-de-açúcar- para trato de animais	MG
48	Corte, empilhamento e transporte de lenha	PB
49	Criação de animais	PB
50	Criação de bovinos	GO, PE
51	Criação de caprinos	PE
52	Criação de ovinos	PE
53	Cultivo de algas	CE
54	Cultivo de flores e plantas ornamentais	BA, RJ, SP
55	Cultura da banana	RR, SP

56	Cultura da batata	DF, MG, PR, RS, SC
57	Cultura da beterraba	MG
58	Cultura da castanha de caju	PB, PI
59	Cultura da cebola	DF, MG, SC
60	Cultura da cenoura	MG
61	Cultura da laranja	BA, MG, PA, PR, SP
62	Cultura da maçã	RS, SC
63	Cultura da mandioca	BA, MA, MS, PA, PR, RR, SP
64	Cultura da melancia	RR
65	Cultura da pimenta do reino	PA
66	Cultura da soja	PI
67	Cultura de abacaxi	ES, MG, SE, SP
68	Cultura de acerola	PB
69	Cultura de cacau	RO
70	Cultura de caju	BA, CE
71	Cultura de cereais	GO, PB, PE, PI, RS
72	Cultura de dendê	BA
73	Cultura de erva-mate	MS, RS, SC
74	Cultura de frutas cítricas	GO, MG, PB, PE, PI, PR, SE, SP
75	Cultura de gengibre	PR
76	Cultura de inhame	PB
77	Cultura de mamão	BA, ES
78	Cultura de maracujá	BA, ES, PR
79	Cultura de outros produtos hortícolas	DF
80	Cultura de taioba	PR
81	Cultura de algodão	BA, GO, MG, MS, MT, PB, PR, SP
82	Cultura de alho	DF, RS, SC
83	Cultura de café	BA, ES, MG, MS, PR, RO, SP
84	Cultura de coco	ES, PB, SE
85	Cultura de cravo	BA
86	Cultura de feijão	AC, BA, DF, MS, PA, PR, RR, SP
87	Cultura de guaraná	BA
88	Cultura de milho	BA, PA, RR, SP
89	Cultura de morango	MG, SP
90	Cultura de pêsego	RS
91	Cultura de tomate	GO, MG, PB, PR, SC, SP
92	Cultura e desfibramento do sisal	BA, PB
93	Desdobramento de madeira	MT
98	Exploração florestal	MA, MS, PR
99	Extração de acácia	RS
100	Extração de carne de caranguejo	MA
104	Extração de palmito	AP
111	Extração vegetal – açaí	AC, AP
112	Extração vegetal- fibras naturais	AP, BA
113	Extração vegetal	MT, PA
146	Fruticultura	GO, PE, RN, SE, SP

147	Fumicultura	AL, PB, PR, RS, SC, SE
149	Horticultura	AL, ES, GO, MA, MS, PB, PE, PI, PR, RJ, RS,
	SE, SP	
150	Hortifruticultura	BA
151	Hortifrutigranjeiro	RR
152	Hortigranjeiro	MG
159	Lavoura	SP
169	Pecuária	AP, MS, MT, PA, PI
170	Pecuária – leite	MS
171	Pesca	AM, AP, CE, MA, PA, PB, PE, RJ, SE, SP
172	Pesca- catadores de isca	MS
173	Pesca- arrastão do camarão	CE
174	Pesca e beneficiamento de peixes e camarões	AL, BA, PI
177	Plantação de eucaliptos	SP
182	Produção Mista- Lavoura e pecuária	PE
184	Quebra de castanha de caju	PE
189	Resinagem	SP
190	Retireiro de leite	SP
191	Rizicultura	AC, PI, RR, SE
192	Salinas	PI
195	Sericicultura	MS
220	Silvicultura	PR
223	Trabalho com bovinos e eqüinos	MG
225	Trabalho em viveiro de peixe	AM
226	Trabalho rural	SP
227	Trabalhador rural safrista	MS
235	Trato de animais	PB
236	Tratador de peixe	AM
242	Viveiros	MG

2-Seção C- Indústria de extração e de transformação		
Número	Atividades Econômicas	Estados
01	Abate de animais	PB, PI, SE
02	Abatedouros – aves	SP
10	Artesanato	MG, PB, PI, SP
17	Beneficiamento de carvão mineral	DF
18	Beneficiamento, moagem e preparação de alimentos de origem vegetal	PI
19	Bordado manual	PE
42	Confecção de bolas	PB
43	Confecção de peças interiores do vestuário	CE
44	Confecção de roupas	PE, PR, RJ
46	Construção civil	MA, MS, PB, PE, PI, PR, RJ, SC, SP
101	Extração de cassiterita	RO
102	Extração de minerais não-metálicos	PI
103	Extração de minérios	MG, PA
105	Extração de pedra britada	BA, SP
106	Extração de pedras preciosas	MG
107	Extração de pedras, areia e argila	AL, DF, PE, RJ, RS
108	Extração e beneficiamento de pedras semipreciosas	RS
109	Extração e britamento de pedras e outros minerais não-metálicos	PB
110	Extração e quebra de pedras em pedreiras	SE
114	Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida	SP
115	Fabricação de arreios e selas	PE
116	Fabricação de artefatos de concreto	RJ
117	Fabricação de artefatos de couro-calçados	MG
118	Fabricação de artefatos de couro	PR
119	Fabricação de artefatos de gesso	PE
120	Fabricação de artefatos de metal	RJ, RS
121	Fabricação de artefatos de papel	SP
122	Fabricação de artefatos de plástico	SP
123	Fabricação de artefatos em madeira	AP, GO, PI, PR
124	Fabricação de artigos têxteis	RJ, SC

125	Fabricação de automóveis e caminhonetes	SP
126	Fabricação de caixas de madeira	BA, ES
127	Fabricação de concreto e cimento	SP
128	Fabricação de doces e balas	PB, RS
129	Fabricação de ferramentas manuais	SP
130	Fabricação de fogos de artifício	AL
131	Fabricação de gaiolas	MG
132	Fabricação de máquinas e equipamentos	SP
133	Fabricação de peças forjadas de aço e ferro	PE
134	Fabricação de peças para veículos	SP
135	Fabricação de produtos químicos	SP
136	Fabricação de queijos	PB
137	Fabricação de redes de pesca	PB
138	Fabricação de sandálias	PB
139	Fabricação de santos	CE
140	Fabricação de tintas	SP
141	Fabricação de torneiras	PR,SP
154	Indústria calçadista	MG, RS, SC
155	Indústria de esquadrias de madeira	RS, SC
156	Indústria de esquadrias de metal	RS
157	Indústria moveleira e assemelhados	AM, MA, MG, MS, MT, PA, PR, RJ, RS, SE, SP
178	Produção de aço	SP
179	Produção de álcool	SP
180	Produção de carvão vegetal	AM, AP, BA, ES, PA, PE, PI, SE, SP
181	Produção de farinha de mandioca	AC, AL, AP, BA, CE, MT, PB, PE, PI, PR, RN, SE
185	Reciclagem de sucatas metálicas	PR, RS
186	Reciclagem de sucatas não-metálicas	PR, RS
187	Rendeiras	CE
188	Reparação de objetos pessoais	SP
222	Tecelagem	PB, PE, RN
237	Usinagem mecânica	MG

3- SEÇÃO G- COMÉRCIO		
Número	Atividade Econômica	Estado
03	Açougue	AP
22	Catadores de lixo	AL, AM, AP, ES, MA, MG, MS, PA, PB, PE, RN, RO, SC, SE, SP
24	Catadores de papel	MG
25	Coleta de material reciclável	AM, AP, BA, CE, DF, MG, PI, RJ, SC, SP
31	Comércio ambulante	AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, SC, SE, SP
32	Comércio ambulante- balsas, ônibus e terminais de passageiros	AM
33	Comércio ambulante- combustíveis	AM
34	Comércio atacadista	PR
35	Comércio varejista	AP, DF, MT, PI, PR, RJ, SP
36	Comércio varejista- feiras livres	BA, RN, SE, SP
37	Comércio varejista: livros, jornais, revistas e Papelaria	CE, DF
38	Comércio varejista- produtos de padaria e confeitaria	DF, MG
39	Comércio varejista- produtos alimentícios	RJ, SP
40	Comércio varejista- combustíveis	PR, SP
41	Comércio varejista- quiosques na praia	PR
145	Frentista	PB
165	Músico	PB
168	Panificação	AC, AM, MA, MS, PA, PB, RJ
221	Sorveteria	AC
238	Venda de jornais	AM, MG, PI, PR, SE, TO
239	Venda de picolés	PB
240	Vendedor de carvão	AM
241	Vidraçaria	PB

3- Seção S- Serviços		
Número	Atividade Econômica	Estado
04	Administração pública em geral	SP
11	Atendimento hospitalar	SP
12	Atividade em organização religiosa	SP
13	Atividades de lazer	SP, RJ
14	Atividades desportivas	SP
16	Bancos	SP
45	Conservação de vias públicas- tapa-buracos	BA
94	Educação infantil e fundamental	RJ, SP
95	Educação supletiva	SP
96	Empacotador	SP
97	Entregador	SP
142	Faixa azul fiscal de	MG
143	Farol fiscal de	SP
144	Feiras livres e mercados- carregador	AL, PB, SP, TO
148	Guardador de carro	SP
153	Hotelaria	RJ
158	Lavagem de automóveis	AM, AP, BA, CE, DF, MG, MT, PA, PI, PR, RJ, SP
160	Limpeza de túmulos	PB
161	Limpeza urbana	MT, SE, SP
162	Manutenção e reparação – bicicletas	MG
163	Manutenção e reparação – motocicletas	MG
164	Matadouros	AL, PA, PE, RN
166	Office-boy e office-girl	DF, PB
167	Panfletagem	DF, PI, SP
175	Pintura de peças de bicicleta	SP
176	Pizzaiolo, forneiro e ajudante	SP
183	Puxador de lancha	AM
193	Salões de beleza	PB, SP
194	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	MT
196	Serviços de engraxate	AM, AL, AP, BA, ES, MG, PB, PI, RO, SE, SP
197	Serviços de flanelinha	BA, CE, PB, PI, RO, SP, TO
198	Serviços de rua	DF, RS, SP
199	Serviços de transporte – carregadores	BA, PR, RO, SP
200	Serviços de Transporte – moto-táxi	PB

201	Serviços diversos – restaurantes e estabelecimentos de bebidas	MG
202	Serviços diversos – convênios e programas educativos/sociais-guardas mirins	MG
203	Serviços diversos- convênios e programas educativos/sociais	PR
204	Serviços diversos	MG, MT, PI, SP
205	Serviços diversos- atividades jurídicas/contábeis	PR, SP
206	Serviços domésticos	AL, AP, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RJ, SC, SE, SP, TO
207	Serviços e comércio de alimentos	PB, PE, PR, RJ, SE, SP
208	Serviços em cerâmicas	AM, AP, PB
209	Serviços em cerâmicas e olarias	CE, DF, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, SC, SE, SP
210	Serviços em lavanderias e tinturarias	PE
211	Serviços em madeireiras e serrarias	DF, MG, PA, SP
212	Serviços em marcenarias	MG, PB, SP
213	Serviços em moageiras de sal	CE
214	Serviços em oficinas mecânicas	BA, DF, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ
215	Serviços em oficinas mecânicas-borracharias	AM, DF, MT, PB
216	Serviços em oficinas Mecânicas-lanternagem e pintura	MG
217	Serviços em olarias	AL, BA, ES, GO, MA, MG, RS, SP
218	Serviços em pedreiras	AM, CE
219	Serviços gráficos	SP
224	Trabalho em sinaleira	SE
228	Transporte coletivo- cobradores	AL, RJ
229	Transporte coletivo- kombistas	PE
230	Transporte coletivo- bondes	SP
231	Transporte coletivo- ônibus	SP
232	Transporte coletivo em lotação: cobradores e marqueteiros	AM
233	Transporte manual de água para consumo	PB
234	Transporte rodoviário de cargas	SP

ANEXO E. CNAE: CODIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS

1.8- Codificação de atividades específicas

Este item provê orientação para o tratamento a ser aplicado na codificação na CNAE 2.0 a um conjunto de questões mais complexas da atividade econômica, incluindo tanto questões que perpassam toda a economia como as que são específicas de um determinado segmento produtivo.

1.8.1 Terceirização

O termo “terceirização” é usado quando uma unidade de produção (unidade contratante) contrata outra unidade (unidade contratada) para realizar tarefas específicas, tais como o fornecimento de mão-de-obra, a execução e funções de apoio ou de partes do processo de produção, ou ainda o processo completo de sua atividade produtiva na produção de bens e serviços. A terceirização envolve tanto atividades de apoio administrativo como a execução de parte da função produtiva, podendo abarcar uma maior ou menor extensão do processo produtivo e ocorrer em atividades de produção de bens ou de serviços. A unidade principal ou contratante e as unidades contratadas podem estar localizadas no mesmo território econômico (país, regiões) ou em diferentes territórios, ou seja, a localização não afeta a classificação dessas unidades.

Para fins de classificação na CNAE 2.0, distinguem-se os seguintes casos de terceirização, cujas características e convenções próprias serão tratadas em seguida:

- terceirização da mão-de-obra
- terceirização de funções de apoio
- terceirização de partes do processo produtivo
- terceirização do processo produtivo completo

1.8.1.1 Terceirização da mão-de-obra

Trata-se de caso em que a unidade contratante realiza ela própria o processo de produção (de bens ou serviços) mas usa a mão-de-obra contratada por terceiros que é colocada à sua disposição e sob seu comando. O produto objeto da transação entre a contratante e a contratada é tratado na CNAE 2.0 como um tipo especial de serviço: **serviços de fornecimento de mão-de-obra**. A unidade contratante remunera a contratada pelos serviços de colocação de mão-de-obra à sua disposição, cabendo à unidade contratada a contratação e

remuneração da mão-de-obra. Nesse caso, a unidade contratante permanece classificada na classe CNAE que representa seu processo produtivo central e a unidade contratada é classificada como prestadora de serviços de fornecimento de mão-de-obra.

Dois casos devem ser considerados nos serviços de fornecimento de mão-de-obra:

- Quando se trata de mão-de-obra contratada sob a forma de contrato temporário, sob a legislação específica do trabalho provisório, a unidade contratada (agência locadora) classifica-se no código 78.20-5 *Locação de mão-de-obra temporária*. Exceção é feita para a contratação de mão-de-obra temporária para a agricultura e pecuária, que na CNAE 2.0 está compreendida nas atividades de apoio a esses segmentos (01.61-0 *Atividades de apoio à agricultura* e 01.62-5 *Atividades de apoio à pecuária*).
- Quando se trata de serviço de fornecimento de mão-de-obra por empresas especializadas no fornecimento e gestão de recursos humanos a empresas clientes (geralmente empresas do mesmo grupo), as unidades prestadoras desse serviço são classificadas em 78.30-2 *Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros*.

No caso de unidades que operam apenas na intermediação entre as que demandam a mão-de-obra com especialização e os respectivos profissionais, sendo a contratação dessa mão-de-obra realizada diretamente pela unidade cliente, o código CNAE 2.0 deve ser 78.10-8 *Seleção e agenciamento de mão-de-obra*.

Quando a mão-de-obra contratada por terceiros (unidade contratada) realiza serviços nas instalações da unidade contratante mas não está sob seu comando, trata-se de contratação de prestação de um serviço (não de serviços de fornecimento de mão-de-obra). A unidade contratada - que pode ser uma empresa ou uma cooperativa - deve ser classificada na categoria que corresponde ao serviço prestado ou à parte do processo produtivo executada (casos tratados a seguir):

1.8.1.2 Terceirização de funções de apoio

Neste caso, a unidade contratante executa as funções centrais do processo produtivo (na produção de bens e serviços), mas terceiriza algumas funções de apoio administrativo ou técnico, tais como serviços contábeis, serviços de limpeza, serviços de informática, etc. As funções de apoio não são parte do processo produtivo central, isto é, não estão relacionadas

com o produto ou serviço objeto da produção da unidade contratante, apenas lhe dão suporte no funcionamento geral. No caso de terceirização de funções de apoio, a unidade contratante permanece classificada na classe CNAE que representa seu processo produtivo central, e a unidade contratada é classificada na atividade específica do serviço de suporte que está prestando.

1.8.1.3 Terceirização de partes do processo de produção

A unidade contratante subcontrata terceiros para a execução de uma parte do processo de produção (de bens ou de serviços), mas não de todo o processo. Os insumos/matérias-primas que serão transformados são da unidade contratante, que, portanto, tem a propriedade da produção final. Nesse caso, a unidade contratante deve ser classificada como se estivesse executando o processo de produção completo, e a unidade contratada, de acordo com a parte do processo de produção que está executando, o que pode estar compreendido na mesma classe da unidade contratante ou em classe específica do serviço contratado.

1.8.1.4 Terceirização do processo produtivo completo.

Um caso especial de terceirização diz respeito às unidades que, em base permanente, organizam e vendem bens e serviços com sua marca, assumindo os riscos e responsabilidades inerentes, mas subcontratam integralmente todo o processo de produção. Normalmente não têm planta industrial, maquinaria ou empregados e, portanto, não executam qualquer transformação física no local onde funcionam. Esses agentes são denominados, na documentação técnica internacional, *converters*.

Na atribuição do código CNAE 2.0 a esses agentes, as seguintes situações devem ser consideradas:

- se **têm a propriedade dos insumos** e do produto final, mesmo quando terceirizam todo o processo de produção, são classificados na seção *C Indústrias de transformação*, na categoria que corresponde à atividade completa do processo de produção terceirizado.
- se têm a produção realizada por terceiros e **não têm a propriedade dos insumos** usados no processo de produção, devem ser classificados como atividade comercial, na seção *G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*, na categoria que corresponder à atividade caracterizada pelo tipo de venda (atacado ou varejo) e pelo tipo de mercadoria vendida. Nesse caso, deve ser avaliado se a unidade contratante realiza outros tipos de

atividades, tais como *design* ou Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Se outras atividades de produção são realizadas pela unidade principal, as regras gerais para identificação da atividade principal devem ser aplicadas. A unidade contratada, nesse caso, é classificada na seção C *Indústrias de transformação*, na categoria específica que corresponde à atividade industrial executada.

A terceirização completa do processo de produção na agropecuária, em atividades florestais, na pesca e na aquicultura, na mineração e na produção de eletricidade e de gás e água segue regras similares às aplicadas à produção da indústria de transformação.

Na construção, quando a unidade construtora subcontrata a execução completa da obra a outra unidade, mas permanece como responsável pela obra, tanto a unidade contratante como a contratada são classificadas na mesma categoria na seção F *Construção*, na classe que corresponde ao tipo de obra realizado.

Nas atividades de serviços, quando ocorre a terceirização do processo completo de execução dos serviços, tanto a unidade contratante como a unidade contratada são classificadas como se estivessem realizando de forma completa a atividade do serviço em causa.

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 2.0 (p.28-9)